

Fabiana Rodrigues de Almeida Castro

DESEMPREGO E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA:
uma análise da relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos
trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina.

São Luiz/MA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

FABIANA RODRIGUES DE ALMEIDA CASTRO

DESEMPREGO E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA:
uma análise da relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos
trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina

São Luiz/MA
2014

FABIANA RODRIGUES DE ALMEIDA CASTRO

**DESEMPREGO E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA:
uma análise da relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos
trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Doutorem Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^aDr^aValéria Ferreira Santos de Almada Lima

São Luiz/MA
2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

C355d Castro, Fabiana Rodrigues de Almeida

Desemprego e reestruturação capitalista: uma análise da
relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o
perfil dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina. /
Fabiana Rodrigues de Almeida Castro .-2014.

41 f.

Tese(Doutorado em Políticas Públicas) Universidade
Federal do Maranhão , São Luíz,2014

Orientação: Prof^a. Dr^a Valéria Ferreira Santos de
AlmadaLima

1.Desemprego.2. Trabalhadores. 3. Capitalismo. I. Título.

CDD 331.137

À minha mãe, que sempre me deu o conforto e a certeza que precisava para seguir adiante;

Ao meu pai, ainda que ausente fisicamente, mas exemplo de homem trabalhador;

À minha família, marido e filhos, Darlan Filho e Fernanda, a quem espero dar exemplo de dignidade e resiliência para superar as dificuldades que a vida nos impõe.

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa caminhada, mas agora chegamos ao final. É hora de agradecer pelas vitórias, saber alcançado e amizades conquistadas. Entre tantas pessoas que conhecemos e convivemos na luta diária para elaboração deste trabalho gostaria de dizer a todos, muito obrigada!

Acima de tudo, obrigada a Deus, meu grande companheiro de todas as horas;

À minha inestimável orientadora, Profa. Dr^a Valéria Ferreira dos Santos Almada Lima, pela amizade, ensinamentos e disponibilidade para contribuir com este trabalho;

Aos colegas do doutorado, com quem reparti boa parte das angústias vividas durante o curso e nos quais tive a oportunidade de reconhecer grandes amigos: Fernanda Amaral, Fonseca Neto, Francyslene Magalhães, Marco Aurélio Caminha, Nelson Nery, Rossália Silva, Samuel Costa, Shaiane Silveira e Valtemar Braga;

Aos amigos Felipe Steremberg, Soraya Coelho e Vanessa, pela valiosa contribuição nas pesquisas realizadas no SINE/PI;

À profa. Dra. Livia Fernanda Nery, pelo apoio e ajuda na tradução para o inglês;

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em São Luís, em especial à Izabel e ao Edson, pela presteza em atender às nossas solicitações;

Aos professores da UFPI e da UFMA, em particular aos que trabalharam diretamente conosco neste programa, Profa. Dr^a Maria Dalva Macêdo, Profa. Dr^a Maria do Rosário de Fátima, Prof. Dr. Washington Bonfim, Profa. Dr^a Maria Ozanira Silva e Silva, Profa. Dr^a Franci Cardoso, Profa. Dr^a Josefa Batista Lopes, Profa. Dr^a Lourdes de Maria Leitão, Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva, Profa. Dr^a Joana Coutinho, Prof. Dr. Flávio Farias;

Aos trabalhadores sem trabalho, na esperança de que dias melhores virão.

“Cada passo dado no caminho da cultura
é um passo no caminho da liberdade.”

Engels, s/d.

“[...]

Guerreiros são pessoas, tão fortes, tão frágeis.

Guerreiros são meninos, no fundo do peito...

Precisam de um descanso, precisam de um remanso.

Precisam de um sono, que os tornem refeitos.

É triste ver este homem, guerreiro menino,
com a barra do seu tempo, por sobre seus ombros.

Eu vejo que ele berra, eu vejo que ele sangra,

A dor que traz no peito, pois ama e ama...

Um homem se humilha, se castram seu sonhos.

Seu sonho é sua vida, e a vida é trabalho...

E sem o seu trabalho, um homem não tem honra.

E sem a sua honra, se morre, se mata...

Não dá pra ser feliz,

Não dá pra ser feliz...”

Gonzaguinha

RESUMO

Desemprego e Reestruturação Capitalista: uma Análise da Relação entre as Novas Exigências do Mercado de Trabalho e o Perfil dos Trabalhadores Inscritos no SINE/PI, em Teresina, é uma tese de Doutorado que procura identificar as principais implicações do processo de reestruturação referido e mostra a evolução dos perfis da classe trabalhadora dos mercados piauiense e teresinense nos anos de 1990, 2000 e 2010 e da inscrita no SINE/PI, segundo gênero, faixa etária e escolaridade. Para tanto, recorreu-se ao aporte teórico proporcionado pelas teorias marxistas reproduzidas nas idéias de autores como Ricardo Antunes (2009) e István Mészáros (2002), que defendem o trabalho como condição essencial à vida humana, sendo o caminho metodológico utilizado a pesquisa bibliográfica e documental. No primeiro, buscou-se entender a evolução do processo de reestruturação produtiva capitalista e seus efeitos sobre o mercado de trabalho, em particular, as alterações no perfil dos trabalhadores e sua relação com o desemprego; no segundo, visou-se conhecer o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, delimitando as exigências dos empregadores e as ocupações mais procuradas. Constatou-se que esse processo de reestruturação produtiva vem produzindo alterações no mercado de trabalho tanto nas exigências dos empregadores quanto no perfil dos trabalhadores. Conclui-se, assim, que não há escassez de mão de obra qualificada, mas um desajuste entre as ocupações ofertadas pelo SINE/PI, em Teresina, e as demandadas pelas empresas, uma vez que o perfil da maioria dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, atende às exigências dos empregadores do mercado de trabalho, ocorrendo o aumento do desemprego entre esse grupo labora por uma questão estrutural e funcional do sistema capitalista que faz parte da própria essência do sistema.

PALAVRAS-CHAVES: Desemprego. Trabalhadores. Capitalismo. Mercado de Trabalho. Reestruturação Produtiva. SINE-PI.

ABSTRACT

Unemployment and capitalist restructuring: an analysis of the relationship between new demands of the labor market and the profile of workers enrolled in SINE/PI, Teresina, is a doctoral thesis which seeks to identify the main implications of the current process of capitalist restructuring on market work. This research shows the evolution of the profile of the working class of Teresina, Piauí and labour market in the years 1990, 2000 and 2010 as well as the profile of the working class entered the SINE/PI, in Teresina, markets, according to gender, age and education, compared to new requirements of the labor market. For this, we used a theoretical framework provided by marxist theories propagated the ideas of authors such as Ricardo Antunes (2009) and Istiván Mészáros (2002), both argue that work is essential to human life condition. The methodological approach used was the literature and documents. In the first, we sought an understanding of the evolution of the capitalist productive restructuring and its effects on the labor market process, and in particular, changes in the profile of workers and its relation to unemployment; in the second, knowing the profile of workers enrolled in SINE/PI, in Teresina, outlining the requirements of employers in relation to these and the most sought occupations. It was found that the restructuring process has produced changes in the labor market, both in the demands of employers and workers in the profile. It is concluded that there is no shortage of skilled labor, but an imbalance between the occupations offered by SINE/PI, in Teresina, and demanded by companies. The profile of the majority of workers enrolled in SINE/PI, in Teresina, meets the requirements of employers and the labor market, however the increase in unemployment among this group of workers is an issue of structural and functional capitalist system and is part of the very essence of capital.

KEYWORDS: Unemployment. Workers.Profile.Capitalism. Labour market.Productive Restructuration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do PIB e de geração do emprego formal no Brasil, no período de 2003 a 2009.....	80
Tabela 2 – Admissões e desligamentos em todos os setores de atividade, no Brasil, de 2000 a 2010.....	81
Tabela 3 – Evolução do emprego formal no Piauí, na década de 2000.....	83
Tabela 4 – Evolução da PEA no Estado do Piauí, na década de 2000.....	83
Tabela 5 – Os 10 municípios mais populosos do Piauí, população total, urbana e rural, 2010.....	86
Tabela 6 – PIB a preço de mercado corrente Brasil e região nordeste 2007 – 2010....	87
Tabela 7 – PIB per capita, a preço de moeda corrente Brasil e região nordeste 2007–2010.....	88
Tabela 8 – Participação Percentual das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto, Piauí 2007 – 2010.....	89
Tabela 9 – PIB da economia formal de Teresina, de 2004-2007.....	91
Tabela 10 – PIB a preço de mercado, Teresina e Piauí, 2007 a 2010.....	92
Tabela 11 - PIB per capita de Teresina e do Piauí, de 2007 a 2010.....	93
Tabela 12 – Evolução do número de estabelecimentos formais por quantidade de vínculos, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	98
Tabela 13 – Evolução absoluta do número de vínculos empregatícios por tamanho do estabelecimento, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	99
Tabela 14 – Trabalhadores, por setor de atividade e tipo de vínculo, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	104
Tabela 15 – Trabalhadores, por setor de atividade, Menor Aprendiz, Teresina, 2010..	108
Tabela 16 – Trabalhadores, por setor de atividade e faixa etária até 17 anos, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	109
Tabela 17 – Trabalhadores, por setor de atividade e faixa etária 18 a 24 anos, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	110
Tabela 18 – Trabalhadores, por setor de atividade e faixa etária 25 a 39 anos, em	

Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	112
Tabela 19 – Trabalhadores, por setor de atividade e faixa etária 40 a 64 anos, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	113
Tabela 20 – Trabalhadores, por setor de atividade e faixa etária 65 anos ou mais, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	115
Tabela 21 – Trabalhadores, por setor de atividade e gênero, Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	118
Tabela 22 – Trabalhadores, por setor de atividade, gênero e grau de instrução Analfabeto, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	123
Tabela 23 –Trabalhadores, por setor de atividade, gênero e grau de instrução Fundamental incompleto, Fundamental completo e Médio incompleto, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	125
Tabela 24 –Trabalhadores, por setor de atividade, gênero e grau de instrução Médio completo e Superior incompleto, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	128
Tabela 25 – Trabalhadores, por setor de atividade, gênero e grau de instrução Superior completo, em Teresina, 1990, 2000 e 2010.....	131
Tabela 26 – Tabela de demonstrativo da intermediação de mão de obra no SINE/PI, 2011, 2012 e 2013.....	142
Tabela 27 - Admitidos e Desligados, em Teresina, 2011, 2012 e 2013.....	143
Tabela 28 - Grandes grupos do CBO.....	149
Tabela 29 – Ocupações mais procuradas pelos trabalhadores do SINE/PI, em Teresina.....	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, acima de 100 vagas.....	145
Gráfico 02 - Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, de 50 a 99 vagas.....	146
Gráfico 03 - Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, de 20 a 49 vagas.....	147
Gráfico 04 - Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, de 10 a 19 vagas.....	148
Gráfico 05 – Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, até 9 vagas.....	150
Gráfico 06 – Exigência dos empregadores quanto ao gênero.....	153
Gráfico 07 – Exigência dos empregadores quanto ao grau de instrução.....	154
Gráfico 08 – Grau de instrução dos trabalhadores das ocupações mais procuradas por estes no SINE/PI, em Teresina.....	156
Gráfico 09 – Grau de instrução de cada ocupação em relação ao total pesquisado, Analfabeto e Fundamental.....	160
Gráfico 10 – Grau de instrução de cada ocupação em relação ao total pesquisado, Médio e Superior.....	161
Gráfico 11 – Gênero dos trabalhadores das ocupações mais procuradas por estes no SINE/PI, em Teresina.....	163
Gráfico 12 – Gênero dos trabalhadores de cada ocupação em relação ao total pesquisado.....	165
Gráfico 13 – Faixa etária dos trabalhadores das ocupações mais procuradas no SINE/PI, em Teresina.....	167
Gráfico 14 – Faixa etária dos trabalhadores de cada ocupação em relação ao total pesquisado, de 18 a 24 anos e 25 a 39 anos.....	170
Gráfico 15 - Faixa etária dos trabalhadores em relação ao total pesquisado, de 40 a 64 anos e mais de 65 anos.....	171

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BM - Banco Mundial
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO – Código Brasileiro de Ocupações
CCQ – Círculos de Controle de Qualidade
CEF - Caixa Econômica Federal
CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Sócio-Econômicas do Piauí
CIUO - Classificação Internacional de Uniforme de Ocupações
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CPF – Cartão da Pessoa Física
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público
DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Econômicos
EUA – Estados Unidos da América
FAD – Fundo de Assistência ao Desempregado
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI - Fundo Monetário Internacional
GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GEM – Global EntrepreneurshipMonitor
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
GPS – Guia da Previdência Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBQP - Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade
IED – Investimentos Externos Diretos
IMO – Intermediação de Mão de Obra
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG – Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEA – População Economicamente Ativa
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
PDV - Programas de Demissão Voluntária
PIB – Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPE - Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
RAIS - Relação Anual de Informação Social
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SEMDEC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESCOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SETRE - Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo
SIGAE – Sistema de Gestão de Ações de Emprego
SINE – Sistema Nacional de Empregos
SPETR - Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
TST – Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O CONTEXTO DE MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	36
2.1 OS ANOS GLORIOSOS DO PERÍODO FORDISTA.....	36
2.2 FLEXIBILIZAÇÃO COMO RESPOSTA À CRISE.....	52
3 OS CONTORNOS DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL PIAUIENSE E TERESINENSE NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CAPITALISTA.....	85
3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PIAUÍ E DE TERESINA.....	85
3.2 CONFIGURAÇÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO PIAUIENSE E TERESINENSE.....	93
4 O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGOS, AS NOVAS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO E O PERFIL DOS TRABALHADORES INSCRITOS NO SINE/PI, EM TERESINA.....	133
4.1 O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGOS E O SINE: CRIAÇÃO, OBJETIVOS E ATUAÇÃO.....	133
4.2 AS NOVAS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO E O PERFIL DOS TRABALHADORES INSCRITOS NO SINE/PI, EM TERESINA.....	141
5 CONCLUSÃO.....	173
REFERÊNCIAS.....	187
ANEXOS.....	199

1INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem passado por muitas transformações no atual contexto de crise e de reestruturação capitalista. Podemos citar, entre outras, a participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho em postos antes reservados aos homens; a ampliação da ocupação no setor de serviços; o crescimento do emprego informal; o surgimento da figura do trabalhador temporário e do virtual.

Todas essas novas configurações do trabalho e do trabalhador, típicas do século XXI, exigem competências e habilidades próprias, criatividade e proatividade, além de um conjunto de conhecimentos estritamente relacionados com a educação formal e a capacidade de manuseio das novas tecnologias da informação. Os aspectos citados convergem para uma nova configuração do mercado de trabalho e a formatação de um novo perfil da classe trabalhadora que em nada se assemelha àquele do período marcado pelo binômio taylorismo/fordismo.

O processo produtivo em âmbito mundial e, conseqüentemente, as relações de trabalho têm passado por transformações significativas ao longo do tempo, desencadeadas por diversos fatores, dentre eles a expansão do comércio mundial, as grandes invenções, o avanço das comunicações e dos meios de transportes. Desde a consolidação do modo de produção capitalista, as mudanças nas relações de produção e de trabalho têm ocorrido em ritmo e intensidade tão profundos que, sobretudo a partir do padrão de organização laboral e da produção inspirada nos princípios tayloristas/fordistas, contribuíram para reafirmar o poder do capital sobre todo o processo de trabalho.

O taylorismo¹ foi um sistema de gestão produtiva baseado na especialização do operário a partir da fragmentação de tarefas para elevar os níveis de produção industrial. Esse modelo tanto revolucionou o sistema fabril do começo do século XX que, segundo Heloani (2003, p. 39), “[...] tornou-se um dos sustentáculos do poderio econômico norte-americano [...]”.

A consagração do taylorismo nos Estados Unidos e na Europa aconteceu na década de 1920, com o desenvolvimento da Organização Científica do Trabalho, que consistia em um conjunto de normas e procedimentos de trabalho a serem executados pelos trabalhadores para

¹ O taylorismo foi implantado por Frederick W. Taylor, por volta de 1910, em indústrias americanas.

que se alcançasse a máxima eficiência no setor produtivo. Aos poucos, o sistema foi sendo adotado por outros setores, como escritórios, vendas, finanças, etc.

Ofordismo, criado por Henry Ford, apresentou-se, segundo Heloani (2003, p. 50) “[...] como nova proposta de gestão da produção, paralelamente à consolidação do taylorismo”, pregava a verticalização das estruturas produtivas e sustentava-se em dois pilares principais: o uso da tecnologia e a adoção dos princípios tayloristas, os quais, consoante Antunes (2009, p. 38), “[...] acabaram por representar a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do século XX [...]”.

No final dos anos de 1960 e início de 1970, esse modelo de produção “[...] estruturalmente comprometido [...]” (ANTUNES, 2009, p. 38) começou a dar sinais de esgotamento. Mas, o seu apogeu possibilitou aos países de economia capitalista um longo período, quase todo o século XX, de acúmulo de capitais.

A partir de 1970, a economia dos países capitalistas entrou em crise e o modelo de produção taylorista/fordista representou “[...] a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital [...]” (ANTUNES, 2009, p. 29) diante da incapacidade do sistema produtivo de responder à crescente diminuição do consumo. Além do que, outros fatores contribuíram para o agravamento da crise:

- a) A diminuição da taxa de lucro, provocada, dentre outras causas, pelo fortalecimento da classe trabalhadora, em decorrência das lutas sociais nos anos de 1960, com o objetivo de obter o controle social da produção;
- b) A autonomia adquirida pelo capital financeiro, que passou a ser especulado e a ganhar espaço no mercado internacional;
- c) O acirramento da concorrência intercapitalista;
- d) O grande aumento do salário real, principalmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, e do preço das matérias-primas básicas, desencadeado por dois importantes choques do petróleo, em 1973 e 1979, que reforçaram a elevação dos custos unitários de produção, seguida da redução da taxa de lucro (LIMA, 2004).

A crise do sistema capitalista, iniciada nos anos de 1970, teve origem nas estratégias de superação dos problemas de recessão econômica dos anos de 1929. Nesse período, havia empresas relativamente fortes e Estados e mercados relativamente pequenos, sendo uma época de expansão de cartéis, alianças e grandes empresas oligopolistas, na qual se praticava um capitalismo com tendências autárquicas. Foi também a etapa da queda e diminuição do comércio mundial, quando se observavam altas taxas de desemprego e queda do PIB de vários

países, da produção industrial e do preço das ações em diversas partes do mundo. Para Therbon (1995, p. 42), ocorreu aí um “[...] capitalismo desorganizado [...]”.

Essa situação se prolongou até o final da 2ª Guerra Mundial. A partir de 1945, a política social passou a ganhar maior expressão nos países industrializados, principalmente naqueles centrados na economia de mercado. Tal fato originou-se das ideias postuladas por John Maynard Keynes (1883-1946), na obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (*General Theory of Employment, Interest and Money*), de 1936. O período pós-depressão de 1929 ficou, assim, conhecido como fordista-keynesiano².

O modelo adotado refere-se à união do modelo econômico de produção em massa, que utiliza a repetição e a fragmentação das tarefas para produzir para o consumo também de massa, devendo o Estado intervir na economia e no social para eliminar a insuficiência de demanda efetiva. Tal intervenção seria imprescindível para o bom funcionamento do sistema capitalista, pois aumentava o poder de compra dos menos favorecidos e estimulava tanto o consumo quanto o investimento dos empresários através de uma política reducionista das taxas de juros. O sucesso alcançado pelo modelo, principalmente no campo social, foi comentado por Buenos Ayres (2002, p. 71) no sentido de que

o período compreendido entre 1945 e 1974 constitui o apogeu evolutivo da política social, uma vez que o inventário das legislações sociais indica um avanço extraordinário na garantia social de melhorias das condições de vida e de trabalho sem paralelo na história do Estado-providência.

Esse período de apogeu da assistência pública estatal inspirada na expressão inglesa Welfare State ficou conhecido por Estado do Bem-Estar, a partir do Plano Beveridge, de 1942, em referência ao relatório Seguro Social e Serviços Associados, de Sir William Beveridge. No documento, a expressão “previdência social” assume o significado que vigora até hoje, sendo também nele que, pioneiramente, expõem-se os princípios constitutivos do Estado-providência moderno, o que ressignifica a noção de risco social e redefine o papel do Estado como o principal responsável pela proteção dos trabalhadores contra o desemprego em massa.

No pós-guerra, a política social foi implementada atendendo às seguintes rubricas: proteção social pública, redistribuição de renda e provimento de bens e serviços coletivos. Os gastos com proteção social pública referiam-se à seguridade social e ao auxílio público, da qual as vítimas da guerra se beneficiaram. A redistribuição de renda procurou atender a dois propósitos: um de caráter econômico, que visava garantir um crescimento que não implicasse

² O modelo associava as ideias de Henry Ford (produção em massa, fragmentação das atividades, produção em série, etc) com as de Keynes, embutidas na teoria do pleno emprego.

inflação, uma vez que representava um mecanismo de transferência de renda em sentido inverso ao pretendido pela redistributividade; e o outro de caráter social, com a repartição do produto do crescimento econômico baseado em critérios de justiça social. Os gastos com o provimento de bens e serviços coletivos referiam-se a investimentos a fundos perdidos, para melhorar as condições de vida da população (BUENOS AYRES, 2002).

O modelo enfrentou resistência da classe trabalhadora, que pressionava o Estado por mais programas de assistência social (seguridade, direitos de pensão, etc.), “[...] num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos” (CHAVES, 2006, p. 146). Buenos Ayres (2004, p. 450) acrescenta que

a escalada dos gastos nos orçamentos sociais é objeto de contenção devido ao desequilíbrio fiscal provocado pelo aumento dos níveis de desemprego, sobretudo a partir do choque do petróleo. A política do pleno emprego, que vigorava desde 1945, é substancialmente esvaziada, conduzindo, pois, à perda da centralidade do trabalho, que por sua vez coincide com a afirmação e consolidação da centralidade da política de combate à inflação associada à valorização financeira do capital.

Assim, o pacto social estabelecido entre trabalhadores e capitalistas prejudicava a acumulação do capital. Para manter a economia estável, o Estado passou a emitir mais moeda, causando uma onda inflacionária que inviabilizava o sistema. A crise do modelo fordista-keynesiano atingiu todos os países capitalistas desenvolvidos e ocasionou-lhe a perda de legitimidade por sua incapacidade de impedi-la. Iniciou-se, então, um novo período, marcado pela alta dos preços e o aumento do desemprego, deixando o modelo do pleno emprego pregado por Keynes de ser prioritário e adotando-se a política econômica de controle da inflação, em países como Grã-Bretanha e Estados Unidos, à custa da elevação do desemprego (CHAVES, 2006).

Em resposta à decadência do modelo de produção taylorista/fordista verificou-se uma reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação, cujos reflexos mais visíveis foram o surgimento do neoliberalismo, com o desmonte do setor produtivo estatal, a privatização do Estado, e um processo intenso de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2009). Como solução à crise de rentabilidade do capital, parcela significativa dos fundos monetários capitalistas das esferas produtiva e comercial foi deslocada para a área financeira como estratégia de preservação do processo de valorização.

Essa expansão financeira teve efeitos tão complexos que, segundo Lima (2004), implicou consequências perversas no caráter transnacional da dinâmica de crescimento e acumulação das corporações norte-americanas e da política de ampliação do poder de compra mundial, que se constituíram nas bases sobre as quais se sustentou a hegemonia dos Estados

Unidos. Isso possibilitou a constituição de um mercado de divisas preservadas e aplicadas em outros países e isentas do controle do sistema de bancos centrais que regulavam a oferta mundial de dinheiro, segundo o regime de taxas de câmbio fixas, determinadas no acordo de Bretton Woods.

Passado o ímpeto da explosão financeira que marcou os últimos anos do século passado, o mercado de “eurodólares” ou “eurodivisas”, que recebia principalmente os depósitos das multinacionais norte-americanas, transformou-se no mais importante fator desestabilizador do sistema monetário internacional, colocando em risco a própria autonomia dos Estados Nacionais, especialmente na gestão da moeda e da força de trabalho. Dessa forma, a política econômica e social praticada pelos Estados Nacionais é, hoje, fortemente condicionada pela oscilação do capital financeiro especulativo, extremamente volátil e livre de qualquer controle por instituições reguladoras nacionais ou internacionais.

Por outro lado, a partir dos anos de 1980, o capital, que se manteve na esfera produtiva, vem sendo submetido a um leque de opções de reestruturação, como forma de amenizar a tendência à queda da taxa de lucro.

A crise foi tão intensa que atingiu, na década de 1980, países capitalistas como os Estados Unidos após haver desestruturado grande parte do Terceiro Mundo e provocado a derrocada do socialismo nos países do Leste Europeu. Com o aprofundamento das mudanças no cenário econômico internacional, a produção em larga escala deixou de ser o principal requisito de competitividade e começou-se a apostar na capacidade de inovação e adaptação dos produtos e processos (LIMA, 2004).

O período que segue foi marcado pela globalização, que transformou o mundo em uma grande “fábrica global” (IANNI, 2008, p. 18). A expressão utilizada pelo autor significa que houve

[...] uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo além de todas as fronteiras, subsumindo formal ou realmente todas as outras formas de organização social e técnica do trabalho, da produção e reprodução ampliada do capital.[...] O modo capitalista de produção entra em uma época propriamente global, e não apenas internacional ou multinacional.

Assim, a revolução tecnológica, a automação, a dispersão geográfica para zonas de mão de obra barata e pouco sindicalizada, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado e medidas para acelerar o tempo de giro do capital foram estratégias de sobrevivência adotadas pelo modelo, intensificando-se o intercâmbio econômico, político, social e cultural entre as nações. As medidas de sobrevivência causaram o desemprego estrutural e o reaparecimento da pobreza, da miséria e da instabilidade, e o Estado-nação

mostrou-se incapaz de resolver os problemas da vida em sociedade, não podendo mais ser considerado, conforme Buenos Ayres (2004, p. 450), “[...] o marco de travejamentos exclusivos para a compreensão dos significados assumidos pela sociedade humana hodierna.” Em resposta a essa situação, a economia mundializou-se e surgiram os Estados transnacionais, em substituição ao Estado-nação. Segundo Buenos Ayres (2004, p. 452),

a transmigração extraterritorial do Estado-nacional via constituição de empresas transnacionais ou, em outros termos, a transnacionalização das empresas enquanto fenômeno da “transestatalidade” constitui o mecanismo básico a partir do qual se afirmam e se consolidam os fundamentos de uma ordem política global, sob a égide de uma federação de Estados pós-westfaliana.

Com a ascensão e a hegemonia da economia transnacional, a função de redistributividade de renda dos Estados-nação, realizada por meio de transferências sociais dos serviços de educação, saúde e previdência, deixou de ser territorialmente autossuficiente. Aliado a esses aspectos, o avanço tecnológico e a substituição de uma tecnologia rígida por outra mais flexível e informatizada, a crise fiscal e a incapacidade do fundo público de continuar financiando a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho, provocaram a crise do modelo fordista e do Estado de Bem-Estar Social.

As transformações no mundo do trabalho foram atribuídas ao avanço tecnológico nos sistemas de produção pela introdução da automação, da robótica e da microeletrônica. O fordismo/taylorismo passou a conviver com outro modelo de produção, o toyotismo, cujas técnicas de organização, baseadas no sistema de acumulação flexível, foram criadas pela empresa japonesa Toyota. O modelo, segundo Gounet,

[...] é uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés de trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a ‘satisfação’ da equipe [...] (ANTUNES, 2010, p. 35).

No plano político-ideológico e na tentativa de superar a crise, os neoconservadores defendem o retorno às leis do mercado sem restrições e a não intervenção do Estado na economia, com poucos investimentos em política social e diminuição dos gastos públicos. Ou seja, defendem a passagem do Estado interventor a gestor, sendo a privatização uma das principais estratégias, na qual funções específicas do setor de serviços, realizadas pelo Estado, passam a ser de competência do mercado. Assim, a privatização ganhou força em países como a Inglaterra e, posteriormente, nos Estados Unidos.

No entanto, na América Latina, a adoção das políticas neoliberais não ocorreu simultaneamente nem tem seguido a mesma trajetória em todos os países, se comparado aos

desenvolvidos. Nos países europeus e nos Estados Unidos, o Estado continuou mantendo a propriedade e o controle de partes estratégicas do setor produtivo e uma extensa área de proteção social.

Já nos países periféricos, a concretização das políticas neoliberais foi efetivada com a assinatura do Consenso de Washington, cujo teor estabelecia uma série de medidas de ajuste estrutural voltadas para a desregulamentação dos mercados, a privatização do setor público e a redução do Estado. Também foi gestada uma política social responsável por um processo contínuo de exclusões econômica e social graves. Com isso, observaram-se mudanças nas fronteiras do público e do privado e a privatização passa a ser uma medida capaz de reduzir os gastos estatais e a dívida pública e de fortalecer o mercado.

Dessa forma, começou a surgir, principalmente nos países latino-americanos, um movimento incentivado pelo Banco Mundial para “[...] criar e garantir um mercado [...]” (CHAVES, 2006, p. 153). O Estado deu meios e condições para a concretização da privatização pelo corte no gasto com políticas sociais, que o responsabilizou pela ineficiência do setor, enquanto a área privada tem sido considerada eficiente e produtiva. Isso justificou a necessidade de reduzir o tamanho do Estado, eliminando-se boa parte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados e criando-se formas de financiamento como suporte ao custo elevado dos serviços e benefícios privados.

O ideário neoliberal capitalista de reformas tem sido conduzido por meio de medidas reguladoras que visam a aumentar a concentração do capital, maximizar os lucros privados e desonerar o capital. O trabalhador passou a ser responsabilizado por quase todo o ônus do financiamento do Estado, sob o argumento de que, para solucionar a crise, devia-se reduzir o déficit causado por excessivos gastos públicos com pessoal e políticas sociais. Tais atos nem sequer aliviaram a dívida pública, que aumentou na década de 1990.

No Brasil, o resultado dessa política tem provocado uma diminuição, quantitativa e qualitativa, na oferta dos serviços sociais públicos, principalmente na educação e na saúde. Como as camadas mais baixas da população é que carecem de acesso aos serviços públicos, contribuem ainda mais para o aumento da desigualdade social e da pobreza.

Além disso, o Estado não supriu as próprias responsabilidades, como a de preservar a estabilidade monetária e organizar as contas públicas, em função da amplitude da sua esfera de atuação, que se tornou demasiadamente grande, representando, segundo Paulani (2008, p. 94), a “[...] herança perversa de um tempo em que se imaginara que o desenvolvimento nacional soberano era possível na periferia e que o Estado era o instrumento mais importante para tornar efetiva essa possibilidade [...]”. Tinha-se, então, um Estado sobrecarregado de

atribuições que não lhe permitiam um maior aprofundamento na administração das finanças e na gestão da moeda, condições imprescindíveis para se considerar um país como mercado emergente, dentro das possibilidades do momento.

Com um Estado enfraquecido e incapaz de resolver os próprios problemas, a sua reforma deveria reconstruí-lo pela recuperação da poupança pública e a superação da crise fiscal e pela redefinição das formas de intervenção no econômico e no social via contratação de organizações públicas não-estatais para realizar serviços de educação, saúde e cultura, sem dizer da implantação de uma administração pública gerencial (BRESSER PEREIRA, 1997).

Nesse sentido, tal reforma significou passar de um Estado promotor direto do desenvolvimento econômico e social para um Estado regulamentador e facilitador desse desenvolvimento, o que, segundo Bresser Pereira (1997, p. 6), ocasionou o surgimento de quatro problemas que, embora interligados, podem ser diferenciados:

[...] (a) um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.

Logo, a reforma implantada nos países industrializados assim como no Brasil, representou uma resposta à crise fiscal do Estado e objetivava reduzir-lhe o tamanho e aumentar-lhe a capacidade de governança e governabilidade pela modernização da administração pública.

Daí a defesa das correntes neoliberais de pensamento em favor da implementação de um programa sistemático de redefinição do papel do Estado, mediante a privatização de empresas públicas e a desregulamentação do mercado, terminando por resvalar para uma reforma da própria máquina pública – a reforma administrativa (BUENOS AYRES, 2004, p. 453).

Esse foi o modelo de Estado adotado por muitos países em desenvolvimento na Ásia, na América Latina e no Leste Europeu, e todos receberam financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para a sua implantação. Acreditava-se que se criava um Estado forte, com maior governabilidade e governança e com maior capacidade de promover e financiar educação, saúde, e desenvolvimento tecnológico e científico, ao invés de simplesmente proteger a economia nacional, estimulando-a a ser competitiva internacionalmente.

No Brasil, essa reforma foi iniciada no governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), com a instituição do Programa Nacional de Desestatização que se intensificou no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando se criou o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) para recuperar a governança perdida nos anos de crise. O instrumento legal utilizado foi o Plano Diretor da Reforma do Estado, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, em 21 de setembro de 1995, e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em novembro do mesmo ano.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado definiu objetivos e estabeleceu diretrizes para a administração pública brasileira, determinando as atividades que deviam ficar sob a responsabilidade estatal e as que seriam entregues à iniciativa privada. Assim, quatro setores comporiam o aparelho estatal: a) o núcleo estratégico, correspondente ao governo, em sentido *lato*, responsável pelas leis e pelas políticas públicas e a cobrança do seu cumprimento, e representado pelos poderes legislativo, judiciário e executivo (Presidente da República, ministros e auxiliares e assessores diretos) e Ministério Público; b) atividades exclusivas, que só o Estado poderia realizar como a cobrança e fiscalização de impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, o controle do meio ambiente, etc; c) serviços não-exclusivos, setor onde o Estado atuaria simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas, não tendo as instituições um poder estatal, como escolas, universidades, hospitais, museus, creches, ambulatórios, emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural e centros de pesquisa científica; d) produção de bens e serviços para o mercado, que contaria com empresas estatais cujas atividades econômicas deveriam voltar-se para o lucro, seja por falta de recursos da iniciativa privada realizar o investimento, seja por serem áreas extremamente monopolistas, que requerem agências reguladoras autônomas (BRASIL, 1995).

No caso dos serviços não-exclusivos, considerados competitivos, o seu controle poderia ocorrer não somente pela administração pública gerencial, mas principalmente pelo controle social e pela formação de quase-mercados. Tal fato justificou a saída desses serviços da área de competência do Estado, mas não a sua privatização. Nesse sentido, aliás, Bresser Pereira (1997, p. 25) diz que a privatização dos serviços não-exclusivos

não implica em privatização, mas em “publicização” – ou seja, em transferência para o setor público não-estatal. A palavra “publicização” foi criada para distinguir este processo de reforma do de privatização. E para salientar que, além da propriedade privada e da propriedade estatal, existe uma terceira forma de propriedade relevante no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública não estatal.

Enquanto no Brasil adotavam-se medidas políticas e econômicas de adaptação do Estado à crise do capital, o setor produtivo mundial também passava por ajustes. Os princípios acolhidos pelo regime de acumulação produtiva foram, aos poucos, sendo substituídos pelo sistema de produção flexível cuja essência é um modelo de gestão adequado à lógica do mercado. Nessa concepção, novos conceitos se introduziram no sistema produtivo, como Círculos de Controle da Qualidade (CCQ), gestão participativa, qualidade total, *kanban*, *just-in-time*, terceirização, todos criados para aplicação em estruturas horizontalizadas.

Por um lado, o modelo de acumulação flexível japonesa representou uma forma de reprodução rápida do capital, devido, principalmente, à agilidade do sistema em suprir satisfatoriamente as demandas do mercado consumidor. Por outro, seu caráter universalizante significou, segundo Antunes (2009, p. 40), “[...] o distanciamento pleno de qualquer alternativa para além do capital, à medida que se adota e postula uma ótica do mercado, da produtividade das empresas [...]”, sem considerar aspectos importantes e graves, como o desemprego estrutural que esse sistema espalha pelo mundo.

O processo de globalização, que se aprofundou na década de 1980, aproveitou alguns elementos do modelo japonês e, concebido dentro do padrão neoliberal, traz como características uma economia mundial dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento em escala global, utiliza-se de uma produção flexível e multilocal, favorece a revolução nas tecnologias de informação e comunicação, reduz os custos de transporte, entre outros. Santos (2002) atribui ao desemprego, efeito indesejável da globalização, uma das causas da pobreza no mundo.

A riqueza produzida no conjunto dos países capitalistas da Europa aumentou de três a quatro vezes, se comparada aos últimos 35 anos. No entanto, não se exigem mais tantas horas de trabalho, tanto que, tomando-se como exemplos a Alemanha, constata-se uma diminuição no volume de trabalho em 30%, desde 1955, e a França, 15% em trinta anos, e 10%, em seis (GORZ, 2002). Para Jaques Delors³(GORZ, 2002, p. 45-46), as consequências desse ganho de produtividade indicam que

[...] em 1946, um assalariado com vinte anos tinha a perspectiva de passar trabalhando 1/3 da sua vida; em 1975, 1/4 apenas; hoje, menos de 1/5. E mais. Este último dado não leva em consideração os ganhos futuros de produtividade, e só diz respeito aos assalariados empregados em tempo integral, durante o ano todo. Ainda segundo Delors, os franceses que têm hoje mais de 15 anos passarão menos tempo no trabalho do que permanecem na frente de seus televisores.

³Jaques Delors foi presidente da Comissão Europeia, entre 1985 e 1995.

Nessa perspectiva, Antunes e Alves (2007, p. 20) destacam o aparecimento de novas tendências, como a redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, produzido na era da indústria verticalizada (taylorista/fordista); o surgimento de um novo proletariado, que se apresenta sob diversas formas de trabalho precarizado (terceirizados, subcontratados, *part-time*, etc); o aumento do trabalho feminino, que em alguns países avançados chega a mais de 40% da força de trabalho, captado, na maioria, no universo do trabalhoprecarizado e desregulamentado; a expansão do setor de serviços e a consequente absorção de boa parte da mão de obra assalariada expulsa do setor industrial; a expansão do trabalho no próprio domicílio e “[...] paralelamente à exclusão dos ‘idosos’ e jovens em idade pós-escolar, o mundo do trabalho, nas mais diversas partes do mundo, tem se utilizado da inclusão precoce e criminosa de crianças [...]”.

Começou, então, a ser definido um novo cenário econômico para a década de 1990, a partir do desenvolvimento do processo de internacionalização do capital que ficou conhecido como globalização da economia, no qual se observa uma ampla mudança da base tecnológica que alguns autores denominaram de Terceira Revolução Industrial, sem dizer que o mercado passa a ser reordenado, ficando a Ásia em posição privilegiada, a circulação financeira intensifica-se, principalmente na expansão da mobilidade e na intermediação do capital internacional, entre outros aspectos.

Vislumbra-se, pois, o surgimento de uma ordem mundial na qual os fenômenos da globalização, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva encontram-se fortemente relacionados, ocasionando mudanças nas relações entre capital e trabalho cujos reflexos atingem uma vasta parcela da população. Os elevados índices de desemprego e a disseminação da precarização do trabalho estão fazendo emergir uma massa de pessoas dispensáveis, não exploráveis pelo capital.

De fato, a precarização do trabalho e o desemprego representam as consequências do novo padrão de uso da força laboral e das inovações tecnológicas e organizacionais voltadas para a flexibilização da produção e que afetam a divisão e o conteúdo das tarefas e, por conseguinte, o perfil da qualificação exigido dos trabalhadores (SENGENBERGER, 1991⁴ apud LIMA, 2004).

Foi nesse contexto social, político e econômico de aprofundamento do desemprego que emergiram, no Brasil, as políticas de emprego, das quais as políticas de intermediação de

⁴SENGENBERGER, Werner. Cambios recientes en la organizacion industrial y sus consecuencias para el dialogo social y la coperation. In: ESPINA, Álvaro (Comp.). *Concertación social, neocorporativismo y democracia*. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1991.

mão de obra fazem parte.

Com a reestruturação produtiva do capital e a adoção de políticas de inspiração neoliberal em um contexto de avanço da globalização, iniciado, para alguns autores⁵, na década de 1980, as características herdadas do período taylorista/fordista estão desaparecendo e, em seu lugar, surgem novas formas de trabalho e de trabalhador. Essa nova configuração do mercado de trabalho, resultado do sistema de produção capitalista globalizante, tem levado a uma crise do emprego que produz um número cada vez maior de trabalhadores desempregados e subempregados e provoca a perda da estabilidade dos que se encontram no mercado formal.

O desemprego é um problema sério, que tem atingido tanto as nações desenvolvidas quanto as não desenvolvidas, sendo que cresceu nestas, 200%, no período de 1975 a 1999, produzindo um excedente de mão de obra superior a 109 milhões de pessoas. No Brasil, os números não são menos preocupantes, pois no mesmo período houve uma evolução de mais de 300% no desemprego aberto, contribuindo significativamente para o seu aumento entre as nações não desenvolvidas (POCHMANN, 2001).

Apesar de muito se falar na diminuição do desemprego no Brasil nos últimos anos e as pesquisas demonstrarem uma queda nesses índices, em Teresina, uma das capitais mais pobres da região Nordeste, essa não é a realidade dos trabalhadores cadastrados no Sistema Nacional de Empregos (SINE/PI) da capital⁶, tendo em vista que os números apresentados seguem uma tendência crescente.

Para análise dessa realidade, tomamos como objeto de estudo a relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores cadastrados no SINE/PI, em Teresina, órgão público que tem como principais objetivos prestar assistência aos desempregados no período em que estão à procura de emprego e fornecer as condições para que se (re)insiram no mercado. Vale ressaltar que nem todos os trabalhadores dispensados do mercado de trabalho formal de Teresina ou mesmo os que nunca, efetivamente, dele fizeram parte, procuram o SINE/PI, em Teresina, pois muitos optam por conseguir emprego pela busca direta nas empresas, pelo recrutamento realizado por estas ou por agências particulares.

A escolha desse universo empírico de pesquisa deveu-se em razão da necessidade de conhecer, avaliar e discutir a inserção dos trabalhadores cadastrados no SINE/PI, em Teresina,

⁵ Segundo Paul Singer (2006), a globalização não é um processo novo. Ela vem sendo realizada de maneira contínua há mais de 50 anos e apresenta duas etapas: a 1ª) a partir do final da 2ª Guerra Mundial ao fim dos anos 60, quando afetava sobretudo os países hoje considerados desenvolvidos; e a 2ª) que já dura mais de 25 anos e inclui boa parte do Terceiro Mundo, além dos países que compõem a ex-URSS e seus antigos satélites.

⁶ O SINE possui quatro postos de atendimento ao trabalhador na cidade de Teresina. Este estudo foi realizado na sede central, situada na av. José dos Santos e Silva, 1380.

no mercado formal local, a partir do confronto entre as exigências desse mercado e as características dos trabalhadores, tendo em vista o baixo percentual de aproveitamento da força laboral inscrita e a quantidade de vagas ofertadas e não preenchidas.

Tomando-se como exemplo os resultados da intermediação feita pelo órgão em alguns anos da década de 2000, é notório o aproveitamento insuficiente da força de trabalho. Em 2004, dos 10,8 mil trabalhadores que se encontravam fora do mercado de trabalho formal, em Teresina, somente 2,6 mil ocuparam uma vaga; em 2005, havia 11,1 mil trabalhadores inscritos, mas somente 3 mil foram aproveitados; em 2006, o total de trabalhadores cadastrados permaneceu praticamente inalterado, com 11 mil, dos quais apenas 3,2 mil arrumaram emprego; em 2007, registrou-se um pequeno crescimento de trabalhadores inscritos, 11,8 mil, e a ocupação de vagas caiu para 2,9 mil; em 2008, deu-se a maior quantidade de trabalhadores inscritos nos cinco anos pesquisados, 18,8 mil, num crescimento de 73,2%, enquanto apenas 3,8 mil trabalhadores ocuparam vaga no mercado formal. Nesses cinco anos, o total de trabalhadores inscritos no órgão foi de 63,7 mil, dos quais apenas 15,8 mil ou 24,78% se colocaram no mercado formal (BRASIL, 2009a). Já o total de vagas ofertadas no período, foi de 24,2 mil, sendo que 8,4 mil deixaram de ser ocupadas.

Logo, diante do aumento do número de trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, entre 2004 e 2008, do pouco aproveitamento dessa força de trabalho, da existência de vagas não ocupadas e da necessidade de contribuir para melhorar o desempenho da instituição na atividade de intermediação de mão de obra, este estudo enfoca as transformações recentes no mundo do trabalho e a realidade do desemprego entre os trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina. Nesse sentido, torna-se muito relevante a análise do perfil desse grupo laboral num contexto de novas exigências mercadológicas.

O estudo foi conduzido por algumas questões de pesquisa. Quais as implicações do atual processo de reestruturação capitalista sobre o mercado de trabalho? Qual a dinâmica do mercado de trabalho do Piauí e de Teresina? Qual a relação entre as exigências do mercado de trabalho e o perfil da classe trabalhadora inscrita no SINE/PI, em Teresina? Quais as ocupações em expansão e em retração em Teresina? Qual o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina?

Os estudos sobre desemprego e as transformações no mundo do trabalho têm concentrado a atenção no processo de produção capitalista (MARX, 1996; OFFE, 1985; MÉSZÁROS, 2002; POCHMANN, 2001), mais especificamente nos modelos de organização do trabalho e da produção (taylorismo/fordismo e toyotismo) (ANTUNES, 2009; HELOANI, 2003) e na mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Em todos, o foco central tem sido

demonstrar as transformações ocorridas no processo de acumulação capitalista e os seus efeitos sobre a esfera do trabalho. Este estudo tem, pois, como objetivo mais específico, identificar e analisar a relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil da classe trabalhadora inseridos no cadastro do SINE/PI, em Teresina.

O estudo seguiu as indicações teóricas e metodológicas de Karl Marx e da tradição marxista presente em autores como Ricardo Antunes, IstivánMészáros, Márcio Pochmann, Giovani Alves, dentre outros, que defendem o ponto de vista de que o trabalho é uma atividade social inerente à condição humana que se tornou imprescindível para a sua sobrevivência. Diferentemente dos animais irracionais, o homem atua ativamente sobre o ambiente, produzindo os bens materiais e os serviços que lhe são necessários.

Para Marx (1996, p. 202), o “[...] trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” As transformações observadas no mundo do trabalho estão, pois, diretamente relacionadas a um dos três elementos do processo de trabalho classificados por Marx, como o trabalho propriamente dito, ou seja, a atividade realizada com um fim, a matéria sobre a qual se opera o trabalho, a qual Marx (1996, p. 203) chamou de “[...] objeto de trabalho [...]”, e os instrumentos de trabalho, sobre os quais ocorrem as transformações verificadas nas sociedades de produção capitalista.

São as transformações operadas sobre os instrumentos de trabalho que demarcam o grau de desenvolvimento econômico da sociedade, da força laboral e as condições sociais de sua realização. É que a realização do trabalho considera não somente os meios de trabalho (todos os artefatos interpostos entre o trabalhador e o objeto de trabalho para que o objeto seja modificado), mas também tudo que se fizer necessário à própria realização. Assim, a concretização do processo de trabalho se dá pelo que Antunes (2009, p. 103) chamou de classe trabalhadora ou classe-que-vive-do-trabalho, a ela pertencendo

[...] todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.

Excluem-se da classe trabalhadora os detentores dos meios de produção e os que vivem da especulação e dos juros.

A classe-que-vive-do-trabalho ou classe trabalhadora pode ser entendida ainda como aquela que abrange todos os que desenvolvem trabalho coletivo assalariado, subdividindo-se em trabalhador produtivo, que participa da produção de mais-valia e contribui diretamente para a reprodução e valorização do capital, e trabalhador improdutivo, que desenvolve a

realização de serviços que não contribui diretamente para a criação de mais valia. Mas as considerações sobre trabalho, desemprego e classe trabalhadora propostas por Marx só se tornam completas e verdadeiras quando se considera o processo de acumulação capitalista.

Quanto mais cresce o capital e mais rapidamente, maior e na mesma proporção é a procura por trabalho e mais aumenta o fundo de subsistência dos trabalhadores, constatando-se, assim, uma relação diretamente proporcional entre desemprego, oferta de trabalho e capital. “Acréscimo do capital implica acréscimo de sua parte variável, isto é, transformada em força de trabalho” (MARX, 1996, p. 713).

O capital produz anualmente mais-valia, parte da qual se agrega todo ano ao capital original; esse acréscimo aumenta todo ano com o crescimento do capital que já está em funcionamento; além disso, a escala da acumulação pode ser ampliada, alterando-se apenas a repartição da mais valia ou do produto excedente em capital e renda [...] (MARX, 1996, p. 713).

O processo de expansão e valorização do capital é contínuo e auferido pelo uso da força de trabalho dos ‘pobres laboriosos’⁷, ou seja, dos assalariados que transformam sua força de trabalho em energia que valoriza esse capital. A dependência e a submissão da força de trabalho assalariada ao crescimento do capital estão expressas até mesmo no pagamento do salário e na mais-valia, que também se torna capital. Assim, é nessa relação de dependência que o aumento do capital produz desempregados, e que *Marx* (1996, p. 731) denomina de população trabalhadora supérflua e excedente, dizendo, ainda, que

[...] a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.

Ao mesmo tempo em que produz mais riqueza e, conseqüentemente, acumulação do capital, a população trabalhadora que se sente cada vez mais atraída pela ampliação do capital é por ele repelida, ou seja, “[...] a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (MARX, 1996, 732). Na verdade, Mészáros (2002, p. 226) diz que

[...] para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o “tempo necessário de trabalho” (ou o “custo do trabalho na produção”) e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*.

⁷Marx (1996, p. 716). Grifo não original.

Quando desempregados ou trabalhadores excedentes representam as consequências naturais e previstas do processo de acumulação capitalista, esses se tornam a alavanca que impulsiona o processo e a condição primeira para a sobrevivência desse modo de produção. Esse excedente, também chamado de “exército industrial de reserva” (MARX, 1996, p. 733), faz parte da própria essência do capital, sendo criado e mantido pronto para ser explorado. O sistema de produção capitalista não se satisfaz somente com a quantidade da força de trabalho disponibilizada pelo incremento natural da população, mas também, necessita de um exército industrial de reserva que ultrapasse as fronteiras desse limite.

Em uma nação, a classe trabalhadora convive constantemente com esse exército industrial de reserva, que embora também faça parte da População Economicamente Ativa (PEA)⁸, representa o conjunto de trabalhadores excedentes às necessidades e exigências do processo de acumulação do capital (POCHMANN, 2001). A parte mais visível desse excedente de mão de obra excluída, mas em condições de ocupar uma vaga no mercado de trabalho constitui o chamado desemprego aberto, enquanto o subemprego e outras formas de sobrevivência se tornam a parte menos visível porque se referem ao conjunto de excedentes que fazem “bicos”⁹ para sobreviver e também estão, assim como os que se encontram fora do mercado por causa das suas condições desfavoráveis, em busca de trabalho.

Assim, o desenvolvimento do modo capitalista, que produz um aumento da força produtiva do trabalho, habilita o capitalista a utilizar uma maior quantidade dessa força com o mesmo gasto de capital variável¹⁰, abusando mais intensivamente das forças laborais pessoais. Sendo numerosa a oferta de força de trabalho, o capitalista utiliza-se da mesma quantidade de capital para adquirir maior quantidade de força, substituindo a qualificada por trabalhadores menos hábeis, força masculina pela feminina, a de adultos por jovens ou crianças (MARX, 1996).

Constata-se que, além de recrutar força de trabalho menos qualificada, o capital variável movimenta a mesma quantidade dessa força sem recrutar mais trabalhadores, pondo mais trabalho em ação e expulsando os mais qualificados da sua esfera de atuação. Como sempre que aumenta a procura por trabalho também cresce a oferta de trabalhadores, isso leva os já ocupados a fornecerem mais trabalho, favorecendo a realização completa do ciclo do despotismo do capital. A intensidade da concorrência entre os próprios trabalhadores

⁸ Segundo Pochmann (2001), a População Economicamente Ativa refere-se àquele contingente de mão de obra, ocupado ou não, em condições de participar das atividades de produção social.

⁹ Pochmann (2001). Grifo não original.

¹⁰ Capital Variável corresponde ao valor da força de trabalho, à soma dos salários (MARX, 1996).

oprimidos pela pressão da superpopulação relativa¹¹ faz com que trabalhem cada vez mais e descubram que quanto maior é a produção de riquezas para os capitalistas, mais precária se torna a sua função de expandir o capital.

Marx (1996, p. 744) classificou a população relativa em três categorias: flutuante, latente e estagnada. Superpopulação flutuante são os grupos de trabalhadores que “[...] ora são repelidos, ora são atraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção”.

A latentesse caracteriza quando há uma saída dos trabalhadores não compensada por maior atração, ou seja, trata-se de uma população sempre na iminência de deslocar-se para outros setores da economia que lhes são favoráveis.

A superpopulação estagnada constitui-se, por sua vez, da parcela de trabalhadores ativos com ocupações irregulares, e apresenta algumas peculiaridades que as diferenciam dos outros dois tipos: 1) condição de vida abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora; 2) existência garantida pela máxima duração do trabalho e o mínimo de recompensa salarial; e 3) denominação, em geral, de trabalho a domicílio. A esse grupo se juntam os trabalhadores considerados supérfluos na grande indústria, na agricultura e nos ramos em decadência, sem dizer de uma participação relativa maior no crescimento global da superpopulação que as demais subcategorias citadas acima.

O crescimento do exército industrial de reserva será tanto maior “[...] quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, [...]” (MARX, 1996, p. 747). A ampliação da força de trabalho ociosa ocorre sempre pelas mesmas razões que aumentam a força expansiva do capital.

A partir da indicação teórica apresentada, a identificação e a análise da relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil da classe trabalhadora inscrita no SINE/PI, em Teresina, foram obtidas mediante os seguintes procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica - utilizada para a apropriação das principais categorias norteadoras do estudo (desemprego, políticas públicas de trabalho, intermediação de mão de obra, mercado de trabalho, reestruturação capitalista e classe trabalhadora) e a análise documental – aplicada

¹¹ Como superpopulação relativa Marx (1996) entende o contingente de trabalhadores desempregado ou parcialmente empregado.

sobre fontes como os relatórios do SINE/PI, de Teresina, obtidos no Portal Mais Emprego¹², do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A análise desses relatórios buscou caracterizar os novos postos de trabalho que surgiram na cidade de Teresina e os que sofreram retração em função da demanda das empresas ao órgão, e traçar o perfil da classe trabalhadora cadastrada.

A realização da pesquisa por esse caminho metodológico só foi possível graças à disponibilização da senha de acesso ao Sistema Mais Emprego, sempre sob a supervisão de um servidor do SINE, uma vez que não pode ser fornecida a terceiros. Nesse caso, a pesquisa no Sistema Mais Emprego se deu entre 30 de outubro e 29 de novembro de 2013.

Nessa fase de coleta de informações no SINE/PI, em Teresina, constatou-se que o órgão não dispõe de relatórios-resumos dos elementos do perfil dos trabalhadores cadastrados no Sistema Mais Emprego, demonstrando não ser uma preocupação do Sistema Público de Emprego criar, desenvolver e manter políticas públicas de intermediação de mão de obra e de qualificação que se ajustem tanto à sua oferta quanto com as demandas do mercado. Dessa forma, a pesquisa sobre o perfil dos trabalhadores se realizou com base nas ocupações com as maiores quantidades de trabalhadores inscritos no órgão.

Os resultados da pesquisa sobre as ocupações com as maiores quantidades de trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, dos quais se levantou o perfil desses trabalhadores, levou em consideração os aspectos de faixa etária, escolaridade e gênero. Realizada entre 01/01/2011 (início de vigência do Sistema Mais Emprego) e 30.10.2013, os critérios foram utilizados para trabalhadores desempregados¹³, em Teresina, sendo, as características do perfil e as ocupações, previamente selecionadas.

A caracterização do mercado de trabalho do Piauí e de Teresina se deu a partir do levantamento de dados em sites de órgãos oficiais e em documentos por eles fornecidos, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), via Censo do período estudado e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o MTE, via Relação Anual de Informação Social (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a Fundação Centro de Pesquisas Sócio-Econômicas do Piauí (CEPRO) e o Departamento Intersindical de Estudos Econômicos (DIEESE). O universo da pesquisa foi formado por todos os trabalhadores, homens e mulheres, desempregados e cadastrados no SINE/PI, em Teresina, entre 01/01/2011 e 30/10/2013.

¹² O Sistema Mais Emprego é utilizado pelo governo federal para cadastrar os trabalhadores que vão ao SINE em busca de emprego ou de uma inscrição para fins de recebimento do seguro-desemprego. Esse sistema entrou em vigor desde 01.01.2011, em substituição ao antigo Sistema de Gestão de Ações de Emprego (SIGAE).

¹³ No caso desta pesquisa, utilizou-se o termo desempregado porque é assim que o SINE, através do Sistema Mais Emprego, denomina e cadastra os trabalhadores dispensados do mercado formal que vão ao órgão em busca de uma vaga de emprego e do recebimento do seguro-desemprego.

Quanto ao corte temporal, o estudo considerou, para fins de caracterização do mercado de trabalho formal piauiense e teresinense, os anos de 1990, 2000 e 2010, procurando mostrar os efeitos do processo de reestruturação produtiva sobre a composição desse mercado, assim como as tendências em relação aos itens do perfil a serem considerados. No delineamento do perfil dos trabalhadores cadastrados no SINE/PI, o período utilizado foi de 01.01.2011 até 30.10.2013, para fins de comprovação das tendências verificadas no item anterior, sendo a escolha desse período determinada pela disponibilidade do órgão em fornecer os dados necessários ao estudo, tendo em vista que os dados do antigo SIGAE migraram para o Portal Mais Emprego.

A abordagem do aspecto social foi feita de forma qualitativa e quantitativa, dado o conhecimento da conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis nesse tipo de informações importantes para cumprir os objetivos do estudo. Para o marxismo, a interpretação da realidade é tratada como uma totalidade na qual tanto os fatores visíveis quanto as representações sociais integram e conformam um modo de vida condicionado pelo modo de produção específico.

Os dados quantitativos foram tratados estatisticamente através do software Excel, versão 2013, e seus resultados apresentados sob a forma de análises gráficas, para melhor entendimento e visualização dos resultados.

O estudo teve como campo de estudo empírico o SINE/PI, em Teresina, seguindo a proposta teórico-metodológica do materialismo histórico dialético através do qual o modo de produção material de uma sociedade é determinante para a organização política, social e intelectual de uma era (MARX, 1987). Considerando que a realidade não é estática, mas dialética e permeada de contradições, o desemprego que se verifica entre os trabalhadores do SINE/PI, em Teresina, não são apenas dados quantificáveis e representativos, mas também expressam o processo dinâmico que se manifesta nas relações sociais de produção.

Além desta introdução, o resultado do trabalho foi condensado em três partes. Na primeira, aborda-se o processo de reestruturação produtiva e suas implicações no mercado de trabalho, cuja configuração vem sendo alterada pelas exigências impostas ao perfil dos trabalhadores a cada novo momento evolutivo das forças produtivas.

Na segunda parte, delinea-se a composição do mercado de trabalho formal piauiense e teresinense segundo os principais setores de atividade e se traça o perfil segundo o gênero, a faixa etária e a escolaridade dos trabalhadores, nos anos de 1990, 2000 e 2010, podendo-se, ainda, visualizar as suas tendências para os próximos anos.

Na terceira parte, apresenta-se um resumo histórico do surgimento do Sistema Público de Emprego e do SINE/PI e, em seguida, elenca-se a relação das ocupações mais demandadas no mercado de trabalho teresinense, o perfil laboral exigido pelos empregadores da classe trabalhadora inscrita no SINE/PI, em Teresina, nas ocupações mais procuradas, tendo em conta o grau de instrução, o gênero e a faixa etária.

Na conclusão expõem-se os principais aspectos dos processos de reestruturação capitalista vivenciados mundialmente e os seus resultados na composição das características e da dinâmica dos mercados de trabalho formal do Piauí e de Teresina e na tessitura do perfil da classe trabalhadora inscrita no SINE/PI, em Teresina.

2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O CONTEXTO DE MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O mundo do trabalho tem passado por muitas transformações desde o final do século XIX, principalmente a partir da difusão do taylorismo e do fordismo, que impuseram ao sistema produtivo das fábricas novas formas de produção, voltadas para a máxima eficiência e, aos trabalhadores, a máxima especialização.

Na sequência, observou-se no século XX um intenso processo de desenvolvimento tecnológico que impulsionou o aprimoramento de máquinas, ferramentas e instrumentos de trabalho, equipamentos eletrônicos, meios de comunicação e de transporte, entre outros que revolucionaram o processo produtivo de bens e serviços das empresas e fábricas pelo mundo, permitindo constatar que o trabalho e o trabalhador também passam por adaptação a essas mudanças.

Ao conjunto das transformações ocorridas no núcleo dos centros de produção das empresas dos países capitalistas, em nível mundial, denomina-se de reestruturação produtiva. Essa estratégia, utilizada pelas empresas para adequar a sua produção à demanda do mercado, baseado na redução de custos e no aumento da produtividade e dos lucros, tem sido responsabilizada pelo desemprego e pela precarização do trabalho que se espalharam pelo mundo na última década do século XX e no início do XXI.

Dessa forma, neste capítulo, o estudo aborda a evolução do processo de reestruturação capitalista e as conseqüentes mudanças no mundo do trabalho nas sociedades de capitalismo contemporâneo, apresentando-lhes os aspectos mais relevantes nos países desenvolvidos e suas particularidades no Brasil.

2.1 OS ANOS GLORIOSOS DO PERÍODO FORDISTA

As primeiras técnicas de trabalho que deram origem ao processo de reestruturação produtiva foram criadas pelo taylorismo¹⁴, na passagem do século XIX para o XX, época em que os homens precisaram abandonar a forma empírica de realização das atividades

¹⁴ Também conhecido como ‘organização científica do trabalho’ ou ‘administração científica’ (HELOANI, 2003).

produtivas e passar a fazê-las baseados em métodos científicos, pois, para Taylor, como “[...] o maior mal da sociedade da sua época era representado pelo ‘subtrabalho’, pela baixa eficiência e rendimento” (DAL ROSSO, 2008, pp. 57-58), somente o método da administração científica aumentaria o rendimento do trabalho, a fim de “[...] cumprir um papel-chave na base técnica e mecânica da produção industrial” (DRUCK, 1999, p. 34).

Segundo Heloani (2003), Taylor começou a desenvolver seu estudo no momento em que o capitalismo americano entrava na fase monopolista¹⁵, iniciando um padrão de acumulação e potencializando a intensificação do trabalho e o aumento de produção, de forma que a elevação nos valores de extração da mais-valia ocasionou um período árduo para os trabalhadores, gerando desemprego¹⁶ e diminuição nos salários. O capitalismo monopolista americano do início do século XX caracterizou-se pela concentração de capital nas grandes empresas, com condições de dominar os preços, desencorajando o estabelecimento da concorrência que, devido a essas circunstâncias, enfraquecia a capacidade de funcionamento do sistema econômico. No entanto, estímulos externos, como as invenções e as guerras, alteraram o quadro econômico, uma vez que esses eventos absorviam grandes somas de capital e criavam extensos mercados para investimento, modificando a estrutura econômica e contrabalançando os efeitos negativos do monopólio (BARAN e SWEEZY, 1974).

Para atender aos requisitos do sistema de produção das grandes empresas, não cabia ao capital uma produção baseada no trabalho especializado e organizado por sindicatos fortes. A mão de obra imigrante, barata e desqualificada favorecia a produção em série e o desenvolvimento de máquinas-ferramentas permitia a incorporação desse trabalhador destituído de valor e de ideias. Nesse sentido, para se obter maior eficiência e produtividade – elementos imprescindíveis para a concorrência capitalista - se fazia necessário o controle do trabalho pela imposição de uma divisão, organização e hierarquia que garantisse a subordinação dos trabalhadores ao capital.

O sucesso do modelo, no entanto, não dependia apenas de uma mudança nos padrões burocráticos da gestão do trabalho, mas também do rompimento com muitas práticas sociais e culturais entre patrões, empregados e consumidores, devendo a cooperação e a harmonia orientar a todos, principalmente patrões e empregados. Para que isso fosse possível, alguém

¹⁵A expansão do capitalismo monopolista americano ocorreu de modo mais expressivo em dois momentos distintos: o primeiro, em meados do século XIX, após a Guerra de Secessão; o segundo, no contexto do fim da era dos impérios e no pós-Segunda Guerra, que deu origem ao surgimento de duas superpotências: os Estados Unidos e a União Soviética, sendo a fronteira do desenvolvimento transferida da Inglaterra para os primeiros (BARAN e SWEEZY, 1974).

¹⁶ O desemprego pode ser entendido como um estado que conforma um grupo da mão de obra ativa de um país, considerada excedente e que está ou não à procura de emprego.

teria que ceder sua iniciativa, sua vontade e seu saber, ou seja, o controle sobre o seu modo de trabalho e sua vida (DRUCK, 1999).

Não foi um processo pacífico. Com o surgimento da fábrica, passou a se exigir uma nova postura do trabalhador que rompesse de vez com uma série de hábitos e modos de vida incompatíveis com a nova disciplina fabril, que impunha uma nova relação entre os homens e deles com o tempo, definindo um novo espaço para o trabalho, a família e o lazer, ao tempo em que se questionavam velhos hábitos, costumes e formas de sociabilidade (DRUCK, 1999).

O taylorismo experimentou algumas resistências na fase de implantação, principalmente entre 1910 e 1920, quando alguns movimentos operários intensificaram as mobilizações para demonstrar insatisfação com os métodos de produção adotados pelo modelo. De um modo geral, os operários mais qualificados eram os que mais realizavam essas mobilizações, como protesto contra a destruição dos seus ofícios, qualificação¹⁷ e autonomia corroídos pelo novo perfil do trabalhador, pela eficiência gerada com a fragmentação das tarefas e, em especial, pela ininterrupta expropriação do saber e perda da autonomia e iniciativa.

Enquanto o taylorismo americano valorizava o trabalhador qualificado ou especializado, treinado para realizar tarefas pré-definidas, a partir da operação de máquinas-ferramenta, o fordismo representou a introdução de uma nova proposta de gestão da produção e produção em massa, em linha de montagem, dando nome ao novo método de trabalho, ambas as produções baseadas na tecnologia e nos princípios tayloristas. O perfil do novo trabalhador aproveitava as características herdadas do taylorismo – especializado, geralmente semiquilificado e realizador de tarefas simples, parceladas e repetitivas – em que os treinamentos os tornavam cada vez mais hábeis para a execução de uma determinada etapa do processo produtivo, não lhe cabendo nenhuma iniciativa ou opinião referentes ao processo ou ao planejamento da produção. Segundo Antunes (2004), a classe trabalhadora era predominantemente masculina e os contratos de trabalho relativamente estáveis.

Enquanto o operário via suas habilidades serem desprezadas, num processo de “desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta” (ANTUNES, 2009, p. 39), o capital se apoderava mais intensamente da extração do sobretrabalho. Para Antunes (2009, p. 39),

¹⁷ O interesse pelo tema da qualificação desponta com o aprofundamento da divisão do trabalho no capitalismo, quando o parcelamento de tarefas passa a ser objeto de estudo de várias ciências, como a economia – com a visão otimista de Adam Smith e a Sociologia – com a crítica pessimista de *Karl Marx*. No entanto, somente no século XX, com o surgimento da administração científica do trabalho, a qualificação passa a ser analisada mais sistematicamente, tornando-se objeto de estudo da Sociologia do Trabalho, na França, principalmente após a 2ª Guerra Mundial (TARTUCE, 2004).

à mais valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevalente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsumção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada.

Dessa forma, a automação do sistema de produção mediante o parcelamento das tarefas e a introdução dos sistemas rolantes de abastecimento de peças representava, na essência, o desejo do capital de tornar cada vez menos dependente o trabalho morto do trabalho vivo. Segundo Mészáros (2002), essa quantificação redutiva e reificante constatada em todo lugar sob o domínio do capital acarreta consequências de longo prazo para a execução empobrecida, alienada e desumanizada do trabalho vivo.

Nesse sentido, o trabalho vivo desenvolvido pelo operário taylorista/fordista é comparado por Mészáros (2002) ao de uma locomotiva, em que o homem e os aspectos subjetivos decorrentes da abordagem humanística são desprezados e cedem espaço ao que é mensurável e lucrativo, pois, segundo o autor (p. 615), o “[...] tempo é tudo, o homem é nada; ele é, na melhor das hipóteses, carcaça do tempo. A qualidade não mais importa. A quantidade sozinha decide tudo [...]”.

Portanto, já que os seres humanos apenas podem se encaixar na maquinaria produtiva do sistema do capital como engrenagens do mecanismo geral, suas qualidades humanas devem ser consideradas obstáculos à eficácia ótima de um sistema que tem suas próprias lógicas e medidas de legitimação. Correspondentemente, os mesmos critérios devem ser aplicados na avaliação tanto da performance humana como na da locomotiva, desse modo não apenas equalizando, mas *subordinando* a sensível e inoportuna humanidade à eficácia pouco exigente dos lucrativos procedimentos mecânicos, muito mais facilmente administráveis (MÉSZÁROS, 2002, p. 616).

Além da introdução de instrumentos e equipamentos que culminaram na substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e que alteraram profundamente os métodos, os meios, o ambiente, a percepção e a atuação do trabalhador, Ford propôs outra inovação, de cunho econômico, que repassava aos salários dos operários os ganhos com a elevação de produtividade, pois na visão fordista era possível transformar trabalhadores em consumidores dos próprios produtos. Segundo Gramsci (1984), os altos salários são uma forma transitória de retribuição ligada a uma aristocracia operária cujo pagamento restringe-se a uma parcela de trabalhadores norte-americanos.

A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não se pode verificar apenas através da coação social: este “preconceito” é muito difundido na Europa e especialmente no Japão, onde não pode tardar a provocar consequências graves para a saúde física e psíquica dos trabalhadores, [...]. Se a situação fosse normal, o aparelho de coerção necessário para obter o resultado desejaria mais do que os altos

salários. Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho (GRAMSCI, 1984, p. 404).

Outro aspecto importante, que também garantiu o sucesso do novo modelo, foi o apoio dos sindicatos, cuja corresponsabilidade na aplicação do novo modo de trabalho e de vida legitimou o fordismo, principalmente o americano, criando as bases sociais para a sua aceitação. Para Druck (1999), a mescla de ideias do taylorismo e do fordismo fez surgirem novas culturas de trabalho no espaço fabril, que passaram a impor, em resposta ao momento de reordenação das forças sociais e políticas na sociedade capitalista, diferentes relações de poder.

Um e outro foram responsáveis por operar a separação entre trabalhadores e meios de produção, entre o caracol e sua concha, e aprofundaram a divisão entre a produção para o atendimento das necessidades humano-sociais e as necessidades de autorreprodução do capital, além de subordinarem o valor de uso dos bens socialmente necessários ao seu valor de troca (ANTUNES, 2009). Eis que passa a operar no mundo capitalista uma nova lógica do metabolismo social do capital.

Durante os anos que sucederam ao aparecimento do fordismo, os países capitalistas desfrutaram de um longo período de prosperidade (1930-1960), principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, quando o programa de recuperação da economia norte-americana (New Deal¹⁸) inaugurou uma nova macroestrutura socioeconômica capitalista cuja marca foi a presença decisiva do Estado, seja em termos normativos, seja como esfera de produção, o que ficou conhecido como “anos dourados” ou “era de ouro do capitalismo” ou os “trinta anos gloriosos”. O crescimento mais expressivo ocorreu entre as décadas de 1950 e 1973, nas quais a economia mundial apresentou um aumento de 4,9% ao ano, quando no período de 1896 a 1951, alcançou apenas 2,21%. Na Europa, esse crescimento foi alavancado por Alemanha e França, (6,0% e 5,0%, respectivamente), na Ásia foi liderado pelo Japão, (9,2%) e na América Latina, teve à frente o Brasil, (6,8%) (GONÇALVES, 2002, p. 108).

¹⁸ Embora o New Deal tenha sido implementado no início da década de 1930, a nova macroestrutura e seus efeitos sobre a retomada da acumulação somente se consolidaram ao final da 2ª Guerra. A essência do New Deal era a de que os governos deveriam gastar com liberdade para garantir segurança e progresso, e segurança do pós-guerra exigia certa liberdade de desembolso dos Estados Unidos para superar o caos produzido pelo conflito. A ajuda financeira aos países pobres teria, assim, o mesmo efeito que os programas de bem-estar social dentro dos Estados Unidos, amenizando os problemas e impedindo o aparecimento revolucionários violentos (ARRIGHI, 1996).

No entanto, tal crescimento, foi liderado pelo setor manufatureiro¹⁹, tanto que, segundo Hobsbawm (1995, p. 264), o “[...] comércio mundial de manufaturas multiplicou-se por mais de dez em vinte anos após 1953 [...]”, só foi percebido, algum tempo depois, por duas razões. A primeira é que em alguns países capitalistas desenvolvidos, como os Estados Unidos, a economia já estava bastante desenvolvida, com o Produto Nacional Bruto aumentando em dois terços durante a Grande Guerra, ao fim da qual já eram responsáveis por quase dois terços da produção industrial do mundo. Nesse período, assistiu-se à ascensão de uma variedade de indústrias com tecnologias amadurecidas no período de entre Guerras e levadas ao extremo da racionalização na Segunda Guerra Mundial, como a indústria de carros, navios e equipamentos de transporte, do aço, de produtos petroquímicos, da borracha, de eletrodomésticos e da construção civil, que se tornaram propulsoras do crescimento econômico e estavam instaladas em regiões de grande produção da economia mundial – o Meio-Oeste dos Estados Unidos, o Rur-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, e Tóquio-Iocoama (HARVEY, 1992).

Na verdade, o desempenho da economia americana durante os Anos Dourados foi bem menos interessante que o de muitos países com base industrial menor, como a França, a Alemanha e o Japão. Se, em 1950, os Estados Unidos desfrutavam de uma riqueza nacional *per capita* que ultrapassava duas vezes a da Alemanha e França e mais de cinco vezes a do Japão, durante os Anos Dourados esses países rapidamente diminuíram o abismo econômico que os separavam dos Estados Unidos, mantendo o ritmo de crescimento nas décadas de 1970 e 1980. Entre os países industrializados de economia de mercado que mais cresceram no pós-guerra estão o Japão, seguido dos países da Europa Ocidental e do Canadá, alavancados principalmente pela metalmeccânica (bens de consumo duráveis, automóveis e bens de capital) e pela química. Mais tarde, a expansão alcançou os países socialistas e latino-americanos.

Em segundo lugar, Hobsbawm (1995, p. 254) destaca que as transformações percebidas, estavam geralmente associadas à reposição das perdas relativas à guerra e não a uma modificação na estrutura produtiva da economia. De fato, como afirma o autor,

recuperar-se da guerra era a prioridade esmagadora dos países europeus e do Japão, e nos primeiros anos depois de 1945 eles mediam seu sucesso tomando como base o quanto se haviam aproximado de um objetivo estabelecido em referência ao passado, não ao futuro.

¹⁹ A média anual apresentada pela taxa de lucro líquido manufatureiro entre as décadas de 1950 e 1970 foi de 24,3% nos Estados Unidos, 23,1% na Alemanha e 40,4% no Japão (BRENNER, 2003).

O padrão de crescimento observado nessa fase da reestruturação capitalista liderada pelo fordismo foi responsável pela concretização de uma nova revolução industrial na medida em que novos produtos eram produzidos, em grande quantidade, dando a tônica do momento econômico, caracterizado pela massificação do consumo de bens duráveis. Esse fato alterou o padrão de consumo da população que, antes da década de 1950, possuía um número limitado de bens duráveis, podendo, uma década depois, ser comparado ao americano (*American Way of Life*). Assim, “o que antes era considerado um luxo tornou-se o padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone” (HOBSBAWM, 1995, p. 259).

Além do consumo de massa, observou-se uma transformação de caráter ideológico nos indivíduos, com o aparecimento de um novo tipo humano, que conformou a classe trabalhadora²⁰. A partir da assimilação da nova cultura de consumo pelas organizações trabalhistas, os trabalhadores passaram a se integrar passivamente aos rumos assumidos pelo movimento do capital. Logo, para Balanco & Pinto (2007, p. 40), fica “[...] claro que o capitalismo resolvera adotar um modelo de desenvolvimento de inquestionável inspiração keynesiana, portanto, privilegiando o princípio da demanda efetiva como norma teórica tanto no plano econômico como no cultural.”

No primeiro momento, essa expansão vertiginosa da economia pareceu imitar o que já acontecia nos Estados Unidos no período pré-1945, considerado modelo de sociedade industrial capitalista. Segundo Trintin e Rossoni (1999, p. 51), “[...] o crescimento desse período foi formado sobre a base da II Revolução Industrial e resultante, em última instância, da reestruturação tecnológica industrial, comercial e financeira do mundo capitalista.”

Hobsbawm (1995) chama a atenção para três importantes aspectos verificados nesse período, que decorrem do que chamou de “terremoto tecnológico”. Primeiro, houve uma mudança significativa na vida cotidiana do mundo rico e, em menor medida, do pobre, os quais tiveram as consciências varridas pela revolução tecnológica, que se tornou o principal recurso de venda para tudo, do detergente ao *laptop*. Segundo, quanto mais complexa a tecnologia utilizada para a produção de um bem, mais difícil o caminho percorrido desde a sua invenção até a produção e mais elaborado e oneroso o processo de percorrê-lo, o que fez surgir uma nova área dentro das empresas, indispensável para o crescimento econômico e para o reforço da enorme vantagem das economias de mercado desenvolvidas, sendo o

²⁰ A classe trabalhadora, na concepção de Antunes (2009), é aquela formada pela totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho, ou a classe-que-vive-do-trabalho, e são despossuídos dos meios de produção.

investimento na área de Pesquisa e Desenvolvimento tão grande que os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tornou cada vez maior e indispensável. Terceiro, a utilização massiva de capital intensivo, que se valeu de escassa força de trabalho, chegando, em muitos casos, a substituí-la, de sorte que a presença humana no ciclo de produção passou a ser necessária apenas na fase final do processo, o consumo.

No entanto, a adoção de um modelo produtivo de base essencialmente tecnológica não foi o único responsável pelo crescimento econômico verificado. Como afirma Hobsbawm (1995, p. 265), “não é tão seguro que a revolução tecnológica explique a Era de Ouro, embora fosse expressiva,” até porque se fez necessária a consolidação de um contramovimento de luta de classes capaz de impor mudanças na gestão econômica, no papel e na estrutura do Estado, na relação salarial e no padrão de consumo da população. Para Harvey (1992, p. 125), o crescimento espantoso da economia no pós-guerra

[...] dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta.

As profundas mudanças institucionais realizadas na estrutura estatal, que passou a intervir diretamente na economia, foram fundamentais para garantir e manter o ritmo do crescimento econômico, pois, além de intervir na política monetária e fiscal, o Estado promoveu uma forte reforma no capitalismo, passando a planejar e coordenar o processo de industrialização e modernização das economias capitalistas e a assumir a expansão e manutenção do nível da demanda agregada até o alcance do nível de atividade próxima do pleno emprego. Isso garantiu o crescimento econômico e incorporou ao processo a classe trabalhadora.

Nesse sentido, o Estado, assentado nas bases do Welfare State, firmou um importante compromisso com a seguridade social e o pleno emprego e isso garantiu à população um horizonte de rendas sem interrupções, com a universalização do sistema previdenciário público, a generalização do salário mínimo legal, as aposentadorias na velhice. Nos países industrializados, além dessas medidas, o pagamento do seguro-desemprego, entre outros benefícios possibilitou às famílias um planejamento dos gastos no longo prazo e a

participação na aquisição de bens de consumo duráveis que lhes estimulou a produção. Para Balanco e Pinto (2007, p. 35),

essa acentuada inflexão relacionada às atribuições sócioeconômicas do Estado capitalista baseou-se em dois elementos fulcrais, quais sejam, (i) um inquestionável aparato de regulação com o propósito principal de enquadramento do capital financeiro e seu direcionamento para o financiamento da produção através do planejamento, considerado necessário à própria dinâmica do capital naquele momento histórico; e (ii) uma acomodação das contradições entre capital e trabalho, por meio de certas concessões, por parte do capital, aos trabalhadores dos países centrais (compromisso keynesiano-fordista ou estratégia de harmonização) e de forte coerção, por parte das ditaduras militares, dos frágeis movimentos operários dos países periféricos.

Também celebraram-se alguns acordos internacionais, como o principal deles, o de Bretton Woods. Com efeito, os representantes da Aliança das Nações Unidas, em julho de 1944, reuniram-se em Bretton Woods para estruturar um novo padrão monetário internacional no qual o dólar exerceria um papel central, ao lado do ouro. Segundo Chesnais (1996, p. 249), a vinculação do dólar ao ouro foi possível pela utilização de

[...] uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente. Por sua vez, as taxas de câmbio de todas as outras moedas eram determinadas tendo o dólar como referência. Essas taxas eram fixas, podendo ser alteradas somente em função de desvalorizações ou valorizações decididas pelos Estados.

O sistema de Bretton Woods refletiu a hegemonia americana na concorrência intercapitalista e preencheu as lacunas deixadas pela crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial no que se refere a financiamento e acumulação. Do lado britânico, John Maynard Keynes representava os países devedores e, do americano, Harry Dexter White, os credores, e a negociação culminou, entre outras ações, com a criação de organismos internacionais para regular as relações políticas, comerciais e financeiras, como a Organização das Nações Unidas-ONU (1945), o Fundo Monetário Internacional-FMI (1945), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD (1944) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio-GATT (1947).

As ideias britânicas expressas no Plano Keynes propunham a criação de uma Câmara de Compensação Internacional (Internacional Clearing Union), uma espécie de Banco Central dos bancos centrais que, dotado de uma grande monta de recursos e concentrando o sistema de pagamentos em âmbito global, ajustaria os desequilíbrios dos balanços de pagamento dos países de forma ordenada, contemplando credores e devedores. Para esse fim, seria criada uma moeda mundial, o bancor, convertível em ouro, com paridade fixa, porém reajustável, que serviria para a liquidação entre os bancos centrais.

Por outro lado, o Plano White propôs o restabelecimento do ouro como instrumento de reserva internacional e sugeriu um regime de paridades cambiais fixas, também reajustáveis apenas sob condições excepcionais e depois de aprovadas por um Fundo de Estabilização. Propôs, ainda, a criação de um Banco Internacional, que também contribuiria para o fornecimento de liquidez ao comércio entre os países-membros.

Além da intenção de evitar novas crises, como a ocorrida na década de 1930, e guerras comerciais entre as nações capitalistas industrializadas, o Acordo buscava favorecer o crescimento econômico pela produção em massa e a expansão dos investimentos e do comércio internacional. Foi nessa linha de entendimento que ocorreu a concepção de um padrão monetário subserviente aos interesses da produção e do emprego e capaz de impor limites à mão invisível do mercado, ou seja, aos interesses privados. Nesse sentido, Belluzzo (1995, p. 12) afirma que, para evitar o desastre ocorrido na década de 1920, era preciso

[...] antes de tudo, constituir uma ordem econômica internacional capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não-deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requeridos pelas transações em expansão.

Dessa forma, preparou-se um ambiente econômico internacional propício à realização das mais variadas manobras políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social. Os acordos firmados ao final do encontro de Bretton Woods permitiram a manutenção do controle americano sobre os movimentos de capitais, e a limitação do financiamento para os países com balanço de pagamento deficitário, garantindo poder aos países superavitários, posição ocupada, solitariamente, pelos Estados Unidos.

O Banco Central americano se tornou o grande prestador em nível internacional e o controlador da oferta de uma moeda elástica, não mais restrita ao ouro disponível, desrespeitando as bases do Acordo de Bretton Woods e ajustando-se às necessidades dos agentes demandantes de moeda, que podia até ser expandida. Com a flexibilização dos meios de pagamento e para ajudar na reconstrução de alguns países destruídos pela guerra, os Estados Unidos adotaram como estratégia a saída de capital em grande quantidade para a Europa e o Japão através do Plano Marshall, repassando tecnologias e o próprio rearmamento a fim de enfrentar os avanços do comunismo em meio à crescente exportação de mercadorias norte-americanas e ao endividamento financeiro do restante do mundo. Para Arrighi (1996), o Plano Marshall foi fundamental para a reconstrução da Europa Ocidental à imagem e semelhança dos Estados Unidos, contribuindo, direta ou indiretamente, para alavancar a expansão do comércio e da produção mundial nas décadas de 1950 e 1960.

O crescimento acelerado da economia norte-americana, a atmosfera tensa da Guerra Fria e a aceitação das ideias de Keynes favoreceram o elevado crescimento interno dos Estados Unidos²¹ e impulsionaram esse crescimento no mundo capitalista, no qual a manutenção da hegemonia norte-americana se deu pela utilização de políticas expansivas de compressão das margens de lucro e aceleração da inflação, que começaram a se esboçar na segunda metade dos anos de 1960. Segundo Paulani (2008), o duplo papel que os Estados Unidos tinham de desempenhar (de um lado, como potência hegemônica e, de outro, como detentor do meio de pagamento internacional) auxiliava a eclosão de uma situação conflituosa e, no limite, insustentável.

[...] No primeiro papel, tinham de estimular o crescimento interno e, com isso a vitalidade do mundo capitalista; no segundo, tinham de frear seu crescimento, para impedir que o dólar se fragilizasse. Em outras palavras, pagavam um preço pela manutenção da hegemonia de sua moeda, pois a relação nominalmente fixa entre ouro e dólar norte-americano, que constituía a base do sistema concebido em Bretton Woods (por isso também conhecido por “padrão dólar-ouro”), retirava das autoridades norte-americanas preciosos graus de liberdade na condução de sua política econômica (PAULANI, 2008, p. 112-13).

Segundo Lipietz (1988, p. 54), “[...] o modelo de crescimento fordista atribui uma importância secundária às trocas internacionais.” Numa análise mais apurada da hegemonia dos Estados Unidos nesse processo, Lipietz dividiu geograficamente os países capitalistas em Sul e Norte, sendo os primeiros fornecedores de mão de obra e matérias-primas, com o controle desses recursos a cargo da elite política e militar norte-americana. Enquanto isso, consoante Lipietz (1988, p. 55), “[...] as relações econômicas internacionais foram, principalmente nos anos 1945-1965, relações Norte/Norte”, o que põe em xeque a existência de um regime de acumulação cujo padrão de regulação seja mundial.

Na verdade, trata-se essencialmente de um amplo movimento de “recuperação” da Europa e do Japão em relação aos Estados Unidos, a partir de uma situação extremamente diferenciada. Este acasalamento “diferenciação/recuperação” constituiu por si só algo como um regime de acumulação e um modo de regulação, base daquilo que Giovanni Arrighi (1982) chamou de “hegemonia implícita dos Estados Unidos”. Vencedores da Segunda Guerra Mundial, dispostos de um considerável avanço na produtividade industrial, participando com 63% do produto interno bruto dos cinco principais países (EUA, Reino Unido, República Federativa da Alemanha, França e Japão) e 57% do valor agregado manufatureiro para o ano de 1950, os Estados Unidos impuseram seu modelo de desenvolvimento, culturalmente num primeiro momento, financeiramente em seguida (com os planos Marshall e MacArthur), e, por fim, institucionalmente (pelos acordos de Breton-Woods, a criação do GATT, do FMI e da OCDE) (LIPIETZ, 1988, p. 55).

²¹ Não por acaso, muitas vezes os Estados Unidos, contrariando os princípios de Bretton Woods, promoveram a desvalorização nas taxas de câmbio de outros países, a fim de favorecer o seu próprio crescimento (PAULANI, 2008).

O crescimento do PIB dos principais países capitalistas garantiu as condições mínimas de reprodução da força de trabalho, articulando-se com os sindicatos para compatibilizar a oferta de trabalho aos ritmos do modelo de acumulação capitalista e permitindo que os níveis salariais e a capacidade de consumo dos trabalhadores se tornassem compatíveis com o novo padrão tecnológico e com a produção industrial em massa. A contratação coletiva de trabalho, que se generalizou a partir da Segunda Guerra, constituída “[...] não apenas pela mão de obra dos ex-desempregados, mas por vastos fluxos de migração interna – do campo para a cidade, da agricultura [...], de regiões mais pobres para outras mais ricas” (HOBSBAWM, 1995, p. 271), passou a ser uma prática comum nessa nova forma de relação entre capital e trabalho e permitiu aos empresários um planejamento dos custos futuros, principalmente no que diz respeito ao trabalho.

Nesse período, o salário passou a ser determinado pela contratação coletiva e deixou de ser considerado um custo para as empresas, tornando-se um elemento de demanda global que, juntamente com a política do salário mínimo, teve um papel importante na elevação do padrão de consumo. Entre os anos de 1960 e 1973, os salários reais e o poder aquisitivo nos principais países capitalistas avançados cresceram de forma considerável e ininterrupta, de modo que nos Estados Unidos, Japão, Alemanha e União Europeia a elevação média ao ano foi de 2,8% (por hora), 7,7% (por pessoa), 5,4% (por pessoa) e 5,6% (por pessoa), respectivamente (BRENNER, 2003, p. 66).

O mercado europeu, com a queda de restrições e tarifas, tornou-se um atrativo para a expansão das filiais das grandes empresas americanas, acirrando a concorrência intercapitalista sob o domínio dos Estados Unidos. Diante disso, as economias da Europa e do Japão também se internacionalizaram, mas, devido à proteção dos seus respectivos estados, esses países conseguiram a articulação e modernização de seus capitais nacionais e a expansão de suas filiais para outros países, em concorrência aos americanos. Para Lipietz (1988, p. 56), na fase áurea do fordismo, não se observou um regime de acumulação propriamente dito, mas

[...] uma configuração mundial que compatibiliza provisoriamente uma justaposição de regimes de acumulação semelhantes, porém diferentes quanto ao ritmo de crescimento e ao modo de inserção internacional. Esquemáticamente os Estados Unidos fornecem equipamentos à Europa (ou ao Japão) em troca de um direito sobre a força de trabalho europeia; a compra desta força de trabalho (pelas empresas multinacionais) concede, por sua vez, um direito sobre os bens de produção americanos, direito esse que, juntado à generalização acelerada do fordismo, permitiu à Europa e ao Japão diminuir seu atraso.

A manutenção do fordismo nos países centrais fez-se possível devido às ações do Estado de Bem-Estar Social, via salários indiretos e políticas sociais que asseguraram os

custos de reprodução da força de trabalho, importante elemento para garantir a relação salarial fordista, fator indispensável à manutenção do consumo de massa. No caso brasileiro, em que o fordismo se desenvolveu de forma precária e incompleta, a ausência de um Estado de Bem-Estar Social,

[...] acirrou o caráter excludente da industrialização brasileira, bem como reproduziu um mercado de trabalho essencialmente desorganizado, estruturalmente informalizado, sem garantias institucionais para amplas parcelas da sociedade (DRUCK e BORGES, 1993, p. 30).

Em função disso, produziu-se um “Estado de mal estar social”, privatizado, no qual os fundos públicos são apropriados pelo capital, por meios de subsídios, incentivos fiscais, transferências de custos, ilícitudes, etc. Essas clivagens observadas na aplicação do fordismo nos diferentes países, periféricos e centrais, embora considerado um fenômeno hegemônico nesse novo momento de desenvolvimento do capitalismo, podem ser entendidas como naturais, uma vez que sua realização ocorreu de forma variada no tempo e no espaço. Deve-se, pois, considerar além das condições históricas de cada país ou região, as diferenças societárias, as correlações de forças políticas em cada nação e o nível de desenvolvimento econômico, elementos fundamentais para a constituição de formas nacionais de fordismo ou fordismo periférico²². Assim, a propagação do fordismo para os países europeus ocidentais e para o Japão no período do pós-guerra deu-se diferenciadamente, assumindo conotações próprias em cada país (DRUCK, 1999).

No entanto, no final da década de 1960, após um longo período de acumulação de capitais, pela articulação e o fortalecimento da economia europeia, mais notadamente a do Japão e da Alemanha, em detrimento à americana, emergiram os primeiros sinais de desaceleração de um crescimento que, até então, sustentava-se nas políticas macroeconômicas keynesianas e no Estado de Bem-Estar Social. Com a expansão econômica desses países, reduziu-se a fatia de mercado e as taxas de lucro do mundo capitalista, ocasionando um excesso de capacidade produtiva que se traduziu em menor lucratividade para todos os envolvidos.

O início da crise do fordismo é marcado, assim, pela desaceleração geral dos ganhos de produtividade que afetou até os seus ramos mais típicos, como a indústria automotiva, cujo aperto nos lucros decorrentes da diminuição do poder aquisitivo provocou uma elevação do custo salarial unitário (LIPIETZ, 1988). A imposição pelas empresas de uma taxa de margem,

²² Nome dado pela escola da regulação ao fordismo que se desenvolveu de forma precária e incompleta nos países semi-industrializados, como o Brasil.

conhecida como *markup*, típica da regulação monopolista, amenizou, num primeiro momento, a redução da rentabilidade do capital através de um aumento nominal dos lucros, que acabou se refletindo na elevação dos preços, salários e parte das amortizações na margem bruta de autofinanciamento. Essa situação deu origem a uma tendência de endividamento crescente das empresas e ao aumento dos gastos financeiros que, somada ao incremento das amortizações e à alta do preço relativo dos investimentos, concorreu para uma crise latente da capacidade de investir dentro de um ambiente inflacionário (LIPIETZ, 1988).

A partir de então, a combinação entre desaceleração do investimento e a conseqüente queda dos níveis do emprego provocou um aumento do desemprego que ocasionou mais gastos para o Estado de Bem-Estar. Isso configurou, conforme Antunes (2009, p. 32),

[...] a crise do *WelfareState* ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; [...].

Além disso, deu-se um esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, que se tornou incapaz de ajustar-se ao arrefecimento do consumo decorrente do desemprego estrutural que se iniciava. Lipietz (1991, p. 42) afirma que a razão de “[...] tais tendências desditosas [...]” deve ser buscada no âmago do modelo fordista de organização do trabalho: “[...] a crise da ‘implicação paradoxal’ do trabalhador sob a palmatória do taylorismo”.

A fragilidade desse princípio organizacional se viu revelada no final dos anos de 1960, em um contexto de pleno emprego, através de uma onda de revoltas nas empresas, desencadeada pelos assalariados que o taylorismo privava de qualquer iniciativa e dignidade. Com o passar dos anos, o trabalhador elevou o seu nível de instrução geral e de consciência coletiva e ampliou o conjunto de aspirações pessoais, inclusive as relacionadas à sua dignidade no trabalho, e que o levou a desenvolver um sentimento de revolta contra a negação da pessoa na sua forma mais grosseira de separação (entre “competentes” e “executantes”²³) feita pelo taylorismo, como afirmou Lipietz (1991).

Para Druck (1999), o fator que deu mais visibilidade à crise, tornando-se-lhe o eixo principal, foi a queda de produtividade no trabalho, que implicou uma crescente perda de competitividade da economia norte-americana no mercado internacional. A classe trabalhadora se recusava a continuar contribuindo com a gestão taylorista/fordista na realização de um trabalho fragmentado, parcelizado, repetitivo e rotinizado que havia destruído os saberes de ofício que controlavam a própria atividade. “Tratava-se, na realidade,

²³ Grifo do autor. Lipietz, 1991.

de uma resistência, cujo conteúdo político era manifesto num certo esgotamento desta forma de controle do capital sobre o trabalho” (DRUCK, 1999, p. 38).

As manifestações contra o modelo extrapolaram os limites da fábrica, tomaram as ruas e generalizaram-se entre os vários setores da sociedade, que passaram a questionar o modo de viver americano que dominava não somente o trabalho, mas também o não trabalho. Iniciou-se uma onda de protestos que não se limitou à sociedade americana, mas que ali tomou a forma de movimentos de “indisciplina social” (DRUCK, 1999), liderados por comunidades alternativas que tinham como proposta o retorno à vida primitiva, sem controle social e sustentada na emoção, no amor e não na guerra. O ano de 1968, por exemplo, foi marcado por muitas mobilizações que, embora diferenciadas em muitos países, como o “Maio francês” ou a “Primavera de Praga” ou “a luta contra a guerra no Vietnã”, representavam um protesto aos padrões vigentes de organização econômica e sociopolítica.

Para Brenner (1999 apud ANTUNES, 2009), as raízes profundas da crise podem ser encontradas na secular questão da produtividade, que resultou do excesso de capacidade produtiva do setor manufatureiro internacional. Segundo o autor, o deslocamento do capital para as finanças, especialmente a das indústrias de transformação, ocorreu por inépcia da economia de proporcionar uma taxa de lucro satisfatória, de modo que a demasia de capacidade e produção que proporcionaram a queda de lucratividade nessas indústrias, no final da década de 1960 foi a principal responsável pelo crescimento rápido do capital financeiro a partir do final dos anos de 1970.

Com a retração do consumo, que provocou uma desaceleração do setor produtivo, iniciou-se uma nova fase de aplicação dos capitais produtivos, desta vez na esfera financeira internacional, cuja rentabilidade atrativa transformou esse tipo de especulação na principal forma de multiplicação do capital, iniciando, pois, uma nova fase do processo de globalização. Para Arrighi (1996), transferências financeiras desse tipo vêm sendo realizadas, desde o século XIV, como uma forma de reação à intensificação da pressão competitiva decorrente das expansões do comércio e da produção mundial, embora, nesse caso, a escala, o âmbito e a sofisticação técnica utilizada sejam bem maiores que antes, reafirmando a tendência de continuidade de *longue durée* do capitalismo para formar blocos cada vez mais importantes de organizações governamentais e empresariais como agentes da acumulação capitalista em escala mundial.

Com a transferência dos capitais produtivos das empresas para a especulação financeira internacional, começaram elas a perder força e espaço no mercado, sendo obrigadas a fundirem-se a outras monopolistas e oligopolistas, como forma de barganhar uma maior

fatia mercadológica. A crise do fordismo e do keynesianismo, segundo Antunes (2009, p. 33), representava “[...] a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo [...]” e mais profundo, “[...] uma *crise estrutural do capital* [...]” cuja ênfase concentrou-se na inclinação decrescente da taxa de lucro, sem dizer que foi a manifestação

[...] tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital.

Com o desencadeamento da crise estrutural que começava, entrou em ruína o mecanismo de regulação estatal que vigorou, durante a fase áurea do fordismo, em vários países capitalistas avançados, inclusive na Europa, e em seu lugar iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, pelo uso do receituário neoliberal cujos princípios valorizam a privatização do Estado, o desmonte do setor produtivo estatal, a desregulamentação dos direitos do trabalho. Trata-se, pois, de uma intensa reestruturação da produção e do trabalho.

Esse período foi marcado por uma intensa investida do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e as condições por eles vividas durante o apogeu do fordismo, no qual a autonomia do capital produtivo aos poucos se transferiu para o capital financeiro, ainda que com uma autonomia relativa²⁴. As políticas econômicas mostraram-se incapazes de assegurar o pleno emprego, a concorrência internacional tornou-se aguda, diante das tendências globalizantes, os mecanismos tradicionais de regulação ficaram inoperantes.

Para Harvey (1992, p. 135), o período que vai de 1965 a 1973 manifestou a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo, cujas dificuldades podem ser expressas em uma só palavra: rigidez.

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.

²⁴ Chesnais (1996) explica que a autonomia do setor financeiro é autonomia relativa, uma vez que os capitais que se valorizam nesta esfera nasceram, e continuam nascendo, no setor produtivo. Eles assumem a forma de lucros, salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais passam a ser objeto de retenção por via fiscal, ou sofrem a agiotagem moderna dos créditos ao consumidor e, em alguns anos, viram salários diferidos guardados em fundos privados de aposentadoria que modificam sua natureza ao entrar na esfera financeira, tornando-se massa em busca pela máxima rentabilidade. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação, pois ela mesma não cria nada.

No início dos anos de 1970, o quadro de instabilidade agravou-se mais ainda com a eclosão, em 1973, da Crise do Petróleo, cuja retração na oferta desse insumo energético fez com que os gastos com energia das nações industrializadas aumentassem consideravelmente e diminuíssem a rentabilidade do capital. A fim de restabelecê-la, as multinacionais expandiram seu sistema produtivo em alguns países e estabeleceram vínculos de subcontratação em nações do Terceiro Mundo que, dez anos mais tarde, transformaram-se nos novos países industrializados, acelerando o crescimento do comércio mundial em detrimento dos mercados internos e inviabilizando a sua regulação pelos governos nacionais (LIPIETZ, 1991).

No médio prazo, houve um aumento dos juros no mercado financeiro internacional que contribuiu para o encarecimento dos empréstimos aos países pobres e, principalmente, para as nações emergentes ou em vias de desenvolvimento, como o Brasil, que nesse período apresentou um rápido crescimento da dívida externa e do processo inflacionário, dando início a um processo recessivo que incrementou o desemprego e o arrocho salarial para a classe trabalhadora. Outro fator que também favoreceu o agravamento da crise de acumulação capitalista foi a derrubada, em 1971, do sistema monetário internacional pelo presidente norte-americano Richard Nixon, que desvinculou o dólar do ouro e iniciou um período tumultuado, que pôs em xeque a capacidade de o dólar continuar funcionando como moeda-chave. Além disso, Chesnais (1996) alerta para a queda das barreiras que o sistema de Bretton Woods erguera provisoriamente, ou seja, os instrumentos de liquidez criados pelo governo americano para financiar a dívida pública tanto passaram a favorecer o próprio endividamento que, em meados da década de 1970, tornou-se parte integrante das características estruturais da economia do país e, depois, de outros, como a França. Segundo o autor, nos Estados Unidos, o montante acumulado da dívida pública, da dívida das empresas e da dívida das famílias era de 1,9 trilhão de dólares, em 1970, e de 4 trilhões, em 1978, sendo certo que a economia de endividamento americana também contribuiu para o surgimento dos euromercados, o primeiro elo no nascimento dos mercados financeiros de hoje.

2.2 FLEXIBILIZAÇÃO COMO RESPOSTA À CRISE

Em face do esgotamento do padrão de produção capitalista baseado no fordismo, a brutal elevação dos juros norte-americanos promovida por Paul Volcker, presidente do Federal Reserve, em 1979, marcou a volta do dólar como moeda hegemônica, só que de uma

forma mais poderosa que o fora nos trinta anos gloriosos, considerando que agora se favorecia disso sem pagar o preço de sua vinculação a um lastro que, em última análise, era o papel cumprido pelo ouro no padrão monetário anterior (PAULANI, 2008). Assim, o que parecia fazer parte de um mundo virtual ganhou proporções de realidade ao longo do século XX.

O processo de internacionalização se tornou mais intenso com o fim da Guerra Fria (1946-1989), a desagregação do bloco soviético e as mudanças político-econômicas nas nações de regime socialistas, possibilitando às economias das nações envolvidas transformarem-se em fronteiras de negócios, inversões, associações de capitais, transferências de tecnologias, etc. No entanto, para expressar esse momento mais recente do regime de acumulação capitalista, iniciado a partir década de 1980, Chesnais (1996) utilizou o termo “mundialização do capital”, cujas características bem definidas, se comparadas a outras etapas anteriores do capitalismo, configuram um novo patamar do processo de internacionalização do capital.

Segundo Chesnais (1996, p. 17), a expressão “mundialização do capital” é a que mais se aproxima do termo inglês "globalização", utilizado para designar a capacidade dos grandes grupos oligopolistas de desenvolver estratégias para a produção de bens ou serviços a partir da adoção de uma postura com enfoque e conduta “globais”. Nesse sentido, o mesmo tratamento deve ser dado às operações financeiras internacionais cujos mercados deverão ser totalmente integrados para a liberalização e desregulamentação dos nacionais, de modo a permitir a interligação de todos em tempo real, sendo as principais decisões de participação ou não nas mais rentáveis operações financeiras tomadas pelos mais poderosos (CHESNAIS, 1996).

A principal estratégia dessa nova fase do capitalismo envolve a apropriação dos lucros industriais e, sobretudo, das receitas financeiras em escala mundial, sobretudo dos juros e dos dividendos, com o objetivo de atender à valorização de capital financeiro em escala internacional à custa de uma centena de mercados financeiros desregulados. No entanto, a mundialização do capital não se fundamenta apenas em aspectos econômicos, pois a ação do mercado necessita de repetidas intervenções políticas dos Estados capitalistas mais poderosos para a concretização das milionárias operações financeiras que cada vez mais têm tornado os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

Nessa escalada do poder, os Estados Unidos encabeçam a lista dos mais poderosos, de onde emanam as orientações às outras partes do mundo, seguido pelo Canadá, Japão, França Alemanha, Reino Unido e Itália, conhecidos como G7 (grupo dos sete países mais

industrializados) que como totalidades sistêmicas, estão ordenados em torno de três polos da Tríade (América do Norte, Europa Ocidental e Japão).

A mundialização do capital não eliminou a existência dos Estados nacionais, a relação política de dominação e a dependência entre os países dominantes e seus associados, mas aprofundou o abismo entre os mais fortes e os mais fracos, aqueles “[...] a quem não interessa mais de jeito nenhum o capital [...]” (CHESNAIS, 2005, p. 14). Mesmo estes, sofrem as suas consequências por terem sido completamente excluídos do processo, pois a mundialização apresentou aspectos importantes e definidores do futuro financeiro e revelou uma forte tendência para alterar os fatores geradores de interdependência entre as economias nacionais.

Um exemplo disso são os investimentos externos diretos (IEDs), que ganharam mais importância do que as trocas, com alto grau de concentração nos países avançados e, em especial, nos da Tríade, tornando-se o principal meio de internacionalização, superando até mesmo o comércio exterior, em especial no setor de serviços e no de manufaturas (CHESNAIS, 1996). A partir do IED ocorre a integração vertical e horizontal das bases industriais nacionais, beneficiando as multinacionais, com a liberalização do comércio e a adoção de novas tecnologias (teleinformática e automatização) e novas formas de gerenciamento, como complexas modalidades de terceirização. Os grandes grupos industriais passam a se reorganizar como “empresas-rede” (CHESNAIS, 1996, p. 33), descentralizando as operações e permitindo a centralização do capital.

Assim, os oligopólios mundiais surgem sobre a base construída a partir do investimento internacional cruzado e das fusões-aquisições transfronteiras, sendo grande parte formada por empresas americanas, japonesas e europeias que demarcam um espaço privilegiado de atuação protegido contra a entrada de novos concorrentes de fora da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tanto por barreiras industriais quanto comerciais regidas pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (CHESNAIS, 2005). Segundo Chesnais (1996, p. 34), a mundialização

[...] é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan.

O processo da mundialização serviu para mostrar que, embora tenham ocorrido muitas transformações na relação centro-periferia ao longo do tempo, a dependência ainda é uma imagem recorrente em toda a história da América Latina, onde as economias ditas emergentes

passaram, a partir da década de 1980, de importadoras a exportadoras líquidas de capital, principalmente no Brasil, que tem indiscutível capacidade de formar capital e apresentou um crescimento também irrefutável e acelerado das despesas com rendas de investimento, uma vez que se exporta cada vez mais capital em proporção inversa à produção de capital interno (PAULANI, 2008). Esse momento, conhecido por globalização, não se limitou à internacionalização do capital, mas transformou o mundo em uma imensa e complexa fábrica que Ianni (2008, p. 57) chamou de “shopping center global”, pois tratou de dispersar geograficamente a produção nos aspectos do capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, planejamento e mercado, devendo-se incluir, nesse processo, os elementos relacionados à divisão internacional do trabalho e da produção, como o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização.

Nesse contexto, começa a delinear-se o novo formato do regime de produção capitalista que se propõe a ganhar escala global, baseado no sistema de produção flexível japonês, que permitia mais agilidade e respostas mais eficientes às novas exigências do mercado em crise e que, segundo Alves (2007), representa um estágio superior de racionalização do trabalho cuja lógica, a rigor, segue o estabelecido pelo taylorismo e fordismo, chegando a ser denominado por alguns autores de “neofordismo”. Para Harvey (1992, p. 140),

a acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Heloani (2003) concorda com Harvey (1992) ao dizer que a acumulação é chamada de flexível quando é possível fazer modificações no produto para atender às demandas do mercado sem grandes mudanças nos equipamentos, o que foi possível com a introdução da microeletrônica conectada às máquinas. Para Coggiola (1995, p. 127), a nova ordem, chamada por alguns de pós-fordismo e por outros de neofordismo,

[...] foi definida por novos métodos de produção baseados na microeletrônica; práticas de trabalho flexíveis; posição muito reduzida dos sindicatos na sociedade; nova e mais marcada divisão da classe trabalhadora entre trabalhadores centrais e periféricos; um grau maior de individualismo e diversidade social; domínio do consumo sobre a produção, etc.

Embora seja um processo considerado ‘novo’, não se pode deixar de observar, no sistema flexível, a continuidade que tem assegurado a alguns aspectos tayloristas/fordistas,

como a intacta e clássica separação entre concepção e execução do trabalho. É que, embora acrescida da vantagem do aperfeiçoamento progressivo mediante a apropriação sistemática do conhecimento dos trabalhadores, a realização mecânica de uma sequência de tarefas vazias de conteúdo continua tornando o trabalho desinteressante. Para Ocada (2010, p. 159),

a ampliação do controle sobre a força de trabalho é uma característica central do modelo japonês e visa transformar sujeitos dotados de individualidade e de subjetividade em autômatos polivalentes, constituídos de músculos e ossos. O domínio é eficaz a ponto de introjetar-lhes o discurso do sistema produtor de mercadorias.

Assim, a ideia original do modelo de acumulação flexível japonês é dar prosseguimento à racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, articulando-a às novas formas de acumulação capitalista para manter vivos muitos dos princípios norteadores dos tipos pretéritos de organização laboral, sob o codinome “leanproduction” ou produção enxuta. O processo de racionalização do sistema produtivo no modelo japonês de acumulação flexível é dotado de forte disciplinamento da força de trabalho e incentivado pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivo, o que tem levado as empresas que adotam o modelo a uma liofilização organizacional²⁵ e do trabalho. Para Satochi Kamata, a racionalização da Toyota Motor Company não representa, na verdade, uma economia de trabalho, mas uma forma de eliminar trabalhadores (ANTUNES, 2009). No entanto, apresenta como característica central a existência de uma manipulação do consentimento operário, que se objetiva em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no âmbito produtivo que permitem superar os limites impostos pelo taylorismo/fordismo.

É certo, pois, que o modelo japonês de acumulação flexível conseguiu superar, de certo modo, segundo Alves (2007, p. 35), “[...] no sentido dialético (superar conservando) [...]” aspectos predominantes da gestão da produção capitalista inspirados no taylorismo e no fordismo recorrentes da grande indústria do século XX, relativos à parcelização e repetitividade do trabalho. A intensificação do ritmo de trabalho, própria do modelo japonês, com plena utilização de ferramentas e homens, ainda persiste em uma nova forma de repetitividade no ciclo ampliado do trabalho que não requalifica o trabalhador, mas o desespecializa, transformando-o em polivalente, representante da máxima desqualificação cujo trabalho apresenta-se destituído de qualquer conteúdo concreto. Assim, o valor ontológico da acumulação flexível japonesa não tem o capital ligado apenas à sua estrutura

²⁵ Por liofilização organizacional entende-se a eliminação, transferência, terceirização e enxugamento de unidades administrativas (ANTUNES, 2009).

intrínseca, adaptada a mercados restritos, mas se revela como resultado de um processo de luta de classes ou a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) na produção. Para Alves (2007, p. 161), “ele é um dispositivo organizacional e ideológico cuja ‘intentio recta’ é buscar debilitar (e anular) ou ‘negar’, o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital.” Para disseminar essa nova forma de organização social da produção comandada pela demanda, foram, durante os anos de 1970 e 1980, importadas do Japão várias técnicas de trabalho para diferentes países e setores, entre as quais os diversos tipos de Programas de Gerenciamento da Qualidade Total, o kanban, o just-in-time, o kaizen, a técnica dos 5S’s, novo modo de pagamento, remuneração flexível, terceirização, entre outras.

Para alguns autores, o modelo instaurou uma nova forma de organização do trabalho industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho mais favorável que o taylorismo e o fordismo, possibilitando o aparecimento de um trabalhador cujo perfil multifuncional, polivalente, autorrealizado, exigiu uma maior qualificação e participação no processo produtivo (ANTUNES, 2009).

De fato, o conjunto das transformações ocasionadas pelas novidades tecnológicas levou ao aparecimento de um perfil de trabalhador diferente daquele da era taylorista/fordista, agora baseado em uma nova concepção de qualificação, que trouxe como premissa o recém-chegado paradigma da automação flexível, que fez uma articulação mais próxima entre educação geral e qualificação profissional, unindo conhecimento técnico específico aos relacionados à ampliação de habilidades individuais e intelectuais mais extensas. Além do conhecimento específico das tarefas no posto de trabalho, o novo modelo de produção requereu novos atributos do trabalhador, como o desenvolvimento das habilidades de raciocínio, tomadas de decisão, iniciativa, responsabilidade, conhecimentos gerais do sistema de produção e da relação entre o seu trabalho e os demais. Assim, era esperado dele que soubesse trabalhar coletivamente e apresentasse condições para manter-se em processo constante de aperfeiçoamento profissional.

Para Fogaça e Eichenberg(1993), o fator de diferenciação entre os dois paradigmas tecnológicos, da automação rígida e da automação flexível, é a ideia de qualificação, sendo que, no primeiro tipo, moldam-se trabalhadores para executar ordens, um indivíduo que raciocina menos e faz mais. Nesse caso, afirma Tartuce (2004, p. 358), cada posto de trabalho apresentava um conteúdo de qualificação padronizado, correspondendo a um nível escolar, e

[...] uma vez adquiridos os conhecimentos dessa categoria profissional, o trabalhador poderia ali permanecer sem que lhe exigissem novas aprendizagens. Em outras palavras, havia um ordenamento social das profissões e da estrutura de cargos e

salários relativamente *sólido e estável* (Paiva, 1995), legitimado e hierarquizado pelo diploma, pelo *tempo de formação* – tempo de formação necessário para a execução de uma determinada tarefa (Dadoy, 1987) –, o que significa dizer que somente os conhecimentos formais e explícitos eram valorizados, validados e codificados.

Observava-se, no período fordista, uma clara relação entre grau de formação e nível de qualificação, que assegurava aos trabalhadores uma carreira sólida e previsível, permitindo-lhes realizar um projeto educacional a partir do exame das profissões. Além disso, uma vez aprendidos o saber e o saber-fazer de determinada profissão, o trabalhador poderia continuar ali ininterruptamente, pois a qualificação era vista como um estoque de saberes especializados, formais e estáticos.

No segundo tipo, porém, o desempenho do trabalhador depende da sua capacidade de raciocínio e criatividade, uma vez que se pensa mais e se executa menos. Segundo Alves (2000, p. 44), na nova concepção de produção, fazia-se necessária a construção de um novo perfil operário, pois

na verdade, a ideia do toyotismo é desenvolver dispositivos organizacionais no interior do complexo de produção de mercadorias capazes de evitar rebotalhos e defeitos. [...]. Surge, desse modo, o princípio de linearização da produção e uma concepção da organização do trabalho em torno de postos polivalentes. Ocorre a “desespecialização operária”, com a substituição dos “operários parcelares” por “operários polivalentes”, os profissionais plurioperadores.

Para Salm e Fogaça (1998), os efeitos das mudanças operadas pelas alterações no sistema de produção sobre o emprego e sobre os requisitos educacionais exigidos do trabalhador não são uma novidade, já que o fenômeno sempre esteve presente na sociedade capitalista ao longo das inovações tecnológicas ocorridas. No entanto, se, por um lado, as novidades tecnológicas introduzidas pela Terceira Revolução Industrial, como a robótica, a microeletrônica e as novas fontes de energia, forneceram as condições para a realização de um processo de reestruturação produtiva baseado na integração, na flexibilidade e na produção enxuta, não foi, por outro, capaz de substituir totalmente o modelo fordista.

A forte segmentação do trabalho que envolve o novo modelo faz com que a integração e a flexibilização não atinjam todos os trabalhadores do mesmo modo, porém alguns de seus efeitos afetam a organização, as relações e os conteúdos do trabalho nas empresas. De um lado, observam-se transformações tecnológicas de caráter físico e mudanças organizacionais, sendo as decisões operacionais descentralizadas em benefício da velocidade das mudanças, pelo que os trabalhadores de todos os escalões são chamados a participar desse ritmo de inovação rápida, com decisões que enfrentam problemas aleatórios e imprevistos (TARTUCE, 2004).

Os requisitos de escolaridade impostos para todosos trabalhadores nesse novo momento de reestruturação produtiva, inclusive os do chão de fábrica, apontam para “[...] um movimentode revalorização da educação geral, na medida em que a base da qualificaçãoprofissional, nesses novos padrões, não estaria localizada unicamentenos cursos vocacionais e nos sistemas de formação profissional” (SALM e FOGAÇA, 1998, p. 115). Em outraspalavras, diferentemente da base técnica anterior, para a qual a qualificação do trabalhador independia de sua trajetória escolar, agora é a escola de educação geral que, pelo desenvolvimento das habilidades intelectuais e do domínio dos conhecimentos científicos básicos, estabelece o fundamento sobre o qual se fará, posteriormente, a qualificação profissional.

Assim, foi-se o tempo em que a qualificação dos trabalhadores independia da trajetória escolar, pois se passou a exigir deles não apenas conhecimentos formais e explícitos adquiridos na formação escolar, mas também diferentes aptidões cognitivas e comportamentais, como iniciativa, responsabilidade, autonomia, criatividade, cooperação, liderança e flexibilidade, para lidar com tarefas cada vez mais complexas. Essa ênfase na polivalência como um conjunto de capacidades necessárias para enfrentar a complexidade e a imprevisibilidade do novo modo de produzir representa, segundo Tartuce (2004), a passagem da noção de qualificação para a de competência. “Ao invés de habilidades psicofísicas, fala-se em desenvolvimento de competências cognitivas complexas, mas sempre com o objetivo de atender às exigências do processo de valorização do capital” (KUENZER, 2005, p. 80). Para Carbone (2009, p. 44),

[...] as competências humanas são reveladas quando as pessoas agem ante as situações profissionais com as quais se deparam e servem como ligação entre os atributos individuais e a estratégia de organização. Assim, agregam valor econômico e valor social a indivíduos e organizações, na medida em que contribuem para a consecução de objetivos organizacionais e expressam o reconhecimento social sobre a capacidade das pessoas [...]. E a pessoa expressa competência quando gera um resultado no trabalho, decorrente da aplicação conjunta da aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes – os três recursos ou dimensões da competência.

Entre os atributos da competência estão a capacidade de comunicação e de relacionamento com outros profissionais, a de negociação e de debate sobre aspectos importantes do trabalho a partir da construção de argumentos consistentes e coerentes com o debate em questão. Nesse sentido, faz-se indispensável acrescentar a necessidade de controle do comportamento humano dominado pelas emoções e sentimentos, ou seja, o

desenvolvimento da inteligência emocional como fator de crescimento pessoal e profissional. Kuenzer (2005, p. 86) elenca outras habilidades inerentes ao conceito de competência, como

[...] análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente, e assim por diante.

Logo, a competência se apresenta como um conjunto de habilidades que remete à subjetividade do indivíduo e relaciona-se com a sua capacidade de mobilizar saberes e atitudes necessárias para a resolução de problemas a partir da própria iniciativa. Além disso, tem-se elevado os requisitos de escolaridade e começa a despontar a necessidade de uma formação mais generalizada para todos os níveis da empresa a fim de atender aos novos padrões tecnológicos de produtividade (LIMA, 2004). Segundo Alves (2003, p. 21),

governo, escolas e sindicatos passaram a incorporar o discurso da nova pedagogia empresarial, articulando, por exemplo, em torno do conceito de empregabilidade, as noções de competências e novas habilidades cognitivas e comportamentais necessárias para a nova produção capitalista. Constitui-se um todo complexo de aparelhos ideológicos privados e públicos que buscam disseminar, através de cursos e treinamentos, a “nova racionalidade” da produção capitalista sob a mundialização do capital, o que implica construção de uma nova linguagem e sintaxe das práticas do trabalho.

O perfil do trabalhador a ser construído na fase de acumulação flexível requer uma compreensão de mundo que revele a ele uma justificativa para a sua crescente alienação e, ao mesmo tempo, seja capaz de suprir as necessidades do capital com comportamentos e atitudes que respondam às exigências de valorização. Dessa forma, empregadores, empregados e trabalhadores autônomos estão sendo intimados a rever suas aptidões e vantagens competitivas que determinam o que é ser, hoje, no âmbito do capitalismo mundial, um trabalhador competente e integrável ao mercado. A posição de cada um no mercado de trabalho é definida pelas conquistas individuais para as quais tenham sido decisivos os seus predicados, a amplitude de seus saberes e a comprovação de suas competências pessoais.

Nessa nova fase, o capitalismo cria, na classe trabalhadora, a necessidade crescente de qualificar-se, para manter-se empregada em alguma atividade produtiva, o que chama de empregabilidade, transferindo para o trabalhador uma responsabilidade que anteriormente era do capital e que ele, para realizá-la, utiliza o seu tempo livre.

Assim, a versatilidade do trabalhador nessa nova fase da reestruturação capitalista é vista como um fato natural, (MARX, 1982), pois aponta para a representação de um

trabalhador com perfil adequado à dinâmica do capitalismo. Para Machado (1998, p. 19-20), o próprio sistema de produção capitalista se encarrega de produzir

[...] uma reificação das qualidades, atributos e capacidades humanas – enfim, utilizando-se do palavreado do momento - reificação das competências dos indivíduos, pois tais competências são tomadas como naturais, como algo inerente à natureza do indivíduo e não como propriedades criadas e possibilitadas socialmente. O ‘indivíduo competente’, enquanto personificação de ‘coisas’ se transforma num fetiche, sua identidade se resume simplesmente a força de trabalho, um fator de produção capaz de gerar resultados específicos. O culto da competência leva este processo de mistificação ao paroxismo, já que faz preceder a avaliação do produto da atividade humana ao processo real e concreto de trabalho, chegando a sequer se reportar a ele. Se o foco do interesse se dirige fundamentalmente a resultados, estes passam a se sobrepor à atividade mesma dos sujeitos. O culto da competência é carismático, é a apologia do poder individual, mediante o qual os produtos da atividade humana aparecem como mágicas, pois se apresentam independentes das relações sociais.

Para parecer competente e sobreviver no mercado, a força de trabalho, despossuída dos meios de produção, deve submeter-se às exigências da alienação da sua capacidade laboral em favor de outrem, o comprador, que lhe julga a competência a partir, primordialmente, da sua capacidade de internalização, aceitação, subordinação e resposta ao conjunto de regras, leis e regulações que caracterizam histórica e concretamente o jogo do mercado de trabalho e da relação salarial (MACHADO, 1998).

Concomitantemente à adoção das novas premissas do perfil da força de trabalho elaborado para alcançar melhores padrões de produtividade, o modelo japonês estimulou a participação crescente dos trabalhadores nos projetos de produtos e processos de produção, o que, segundo Alves (2000, p. 45), não deixa de se constituir numa “[...] apropriação gratuita das forças naturais do trabalho social, sem nenhum custo para o capital, tal como ocorreu na manufatura e grande indústria [...]”, na qual o capital se apossava das forças produtivas resultantes da cooperação e da divisão do trabalho. Nesse modelo, a efetiva flexibilização do aparato produtivo deverá ser acompanhada da imprescindível flexibilização dos trabalhadores, cujos direitos passam a ser também flexíveis, de modo a atender às necessidades do mercado consumidor e a estruturação do ambiente produtivo possa ocorrer a partir de um número mínimo de trabalhadores, já que a produção é ampliada por horas extras e pela inclusão de pessoal temporário ou subcontratado.

Com a capacidade de recuperação econômica alcançada pelas empresas japonesas a partir da aplicação desse receituário, em pouco tempo a transferência do modelo, ou de parte de suas ideias, tornou-se relevante para o capital ocidental, em crise desde 1970. Essa transferência para os demais países ocidentais dependeu de ajustes às suas peculiaridades, de forma que o desenho organizacional, o avanço tecnológico, a capacidade de extração

intensificada do trabalho, os mecanismos de envolvimento e o controle sindical fossem vistos pelos capitais do Ocidente como uma saída para a crise de acumulação.

Além disso, isso envolve um novo movimento, que Harvey (1992, p. 140) chamou de “compressão do espaço-tempo” do mundo capitalista, no qual se observa uma diminuição no horizonte temporal da tomada de decisão pública e privada, ocasionada pela disseminação da comunicação via satélite e a queda nos custos de transporte, que possibilitaram uma difusão imediata em um espaço cada vez maior e distinto. O sucesso da acumulação flexível no Ocidente também foi possível devido à vigência do neoliberalismo ou das políticas sob sua influência, o que propiciou, em grande medida, condições favoráveis à adaptação diferenciada do modelo, sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto político neoliberal.

O neoliberalismo²⁶ constitui-se em um processo que se caracteriza fundamentalmente pela retirada estratégica do Estado da gestão de setores importantes da economia e pela adoção de políticas de privatização econômica e de destruição das conquistas sociais. Isso ocorre já no final da década de 1970 e representa apenas uma das manobras de os países centrais do capitalismo mundial superarem a crise do modelo. Na verdade, os preceitos da ideologia neoliberal contemporânea estão voltados, essencialmente, para um liberalismo econômico que enaltece o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando a intervenção do Estado na economia e defendendo a superioridade do mercado.

Segundo Antunes (2011), a construção da hegemonia neoliberal teve início nos governos de Margareth Thatcher²⁷ (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA), nos primeiros anos da década de 1980, quando houve profundos cortes de investimentos sociais e a preocupação com a formação de blocos econômicos que ajudassem a conter os gastos com a circulação de produtos e capitais. Mundialmente, o neoliberalismo tem provocado uma reação da classe dominante que culminou com a reconfiguração da base produtiva, a incorporação dos princípios neoliberais aos projetos de desenvolvimento e as reformas do aparelho do Estado, para adequá-lo à nova ordem mundial.

A crise do Estado, somada aos novos imperativos da globalização, tornou imprescindível reformar e reconstruir o Estado pela redefinição de suas funções de forma que

²⁶ O neoliberalismo nasceu logo depois da 2ª Guerra Mundial, nas regiões da Europa e da América do Norte nas quais havia a forte presença do capitalismo. Apresentou-se como uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar, tendo, como texto de origem, O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek (1944), que ataca apaixonadamente contra qualquer tentativa de limitação dos mecanismos de mercado pelo Estado, entendida como ameaça à liberdade econômica e política (ANDERSON, 2007).

²⁷ O modelo inglês é considerado pioneiro e a mais pura representação do neoliberalismo, pois Thatcher contraiu a emissão monetária, elevou a taxa de juros, baixou os impostos, eliminou os controles sobre os fluxos financeiros, extinguiu gastos sociais, etc. (ANDERSON, 2007).

a economia nacional pudesse ser internacionalmente competitiva. “A reforma do Estado tornou-se o lema dos anos 90, substituindo a divisa dos anos 80: o ajuste estrutural” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 17).

Formou-se, assim, uma grande coalizão de centro-esquerda e de centro-direita que levou os governos da América Latina, do Leste Europeu e de grande parte dos países asiáticos a promoverem a reforma do Estado para torná-lo menor e mais direcionado às suas atividades específicas, com mais governança²⁸, governabilidade²⁹ e capacidade de promover e financiar a educação, a saúde e o desenvolvimento científico e tecnológico, ao invés de simplesmente proteger a economia nacional e estimulá-la a competir internacionalmente. A reforma, em curso, consistiu em um processo de criação e transformação de instituições, a fim de aumentar a governança e a governabilidade o que culminou em privatização, (empresa estatal se torna privada), em publicização (organização estatal se torna organização pública de direito privado) e em terceirização (os serviços públicos auxiliares e de apoio se tornam privados).

A vertente ortodoxa neoliberal acredita no Estado como o principal responsável pela crise fiscal, sendo responsabilizado pela produção de um setor ineficiente e privilegiado, em face de um setor privado eficiente e produtivo. Segundo Boito Jr. (1999, p. 42), “[...] uma novidade da política neoliberal foi que ela inaugurou um amplo processo de transferência de renda e de propriedade do setor público para o setor privado.” Assim, justificou-se a necessidade de reduzir o tamanho do Estado, eliminando boa parte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados pela sociedade.

Com o crescimento dos serviços da dívida, algumas medidas de ajuste foram efetuadas, como cortes no gasto público, principalmente nas políticas sociais; redução de salários reais mediante o desemprego estrutural, aumento da dívida pública interna e sua externalização pela venda de papéis no exterior. De modo geral, o desmonte das políticas sociais provocado pelo ajuste fiscal do Estado levou os países da periferia do capitalismo a desenvolver programas sociais de emergência e focalizados, com forte apelo à solidariedade humana, obtendo como resultado a degradação na oferta de serviços sociais públicos, especialmente na educação e na saúde.

Esse modelo de Estado considerado forte e com governabilidade e governança, com maior capacidade de promover e financiar a educação, a saúde e o desenvolvimento

²⁸ Governança é a capacidade de tornar efetivas as decisões do governo através do ajuste fiscal, que devolve independência financeira ao Estado (BRESSER PEREIRA, 1997).

²⁹ Governabilidade é o poder do governo, ou seja, a capacidade de melhorar o relacionamento entre o Estado e a sociedade, tornando-se mais legítimo e democrático, pela intermediação dos interesses de ambos via instituições políticas (BRESSER PEREIRA, 1997).

tecnológico, científico competitivo, foi o adotado por muitos países na Ásia, América Latina e Leste Europeu, que receberam financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BM) para a implantação das reformas neoliberais. A entrada dos países latino-americanos no cenário das experimentações neoliberais se efetivou com a assinatura do Consenso de Washington³⁰, cujo conteúdo estabeleceu uma série de medidas de ajuste estrutural voltadas para a desregulamentação dos mercados, a privatização do setor público e a redução do Estado, em troca da renegociação das dívidas contraídas no período áureo da produção capitalista. Começou, conseqüentemente, a ocorrer, nesses países, um conjunto de reformas incentivado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para converter a produção e os serviços públicos em atividades economicamente rentáveis.

Não obstante os diferentes momentos e formas de implantação do neoliberalismo nos países capitalistas centrais e latino-americanos, as conseqüências da aplicação desse receituário, em qualquer parte do mundo, não deixam dúvidas de que são reais e irreversíveis, principalmente no Brasil, onde as políticas neoliberais foram introduzidas com certo atraso, garantindo um cenário favorável ao mundo do trabalho até a década de 1980. Com efeito, esse mercado permaneceu relativamente integrado, com grupos de trabalhadores assalariados vinculados à economia formal de grandes empresas públicas³¹ e corporações privadas nacionais e estrangeiras que, de certa forma, representavam a promessa da continuidade fordista, com direitos sociais e benefícios trabalhistas, carreiras internas e regras justas de remuneração para um grande número de assalariados, tanto do setor privado, quanto do público.

No entanto, o cenário econômico já apresentava os primeiros contornos da crise que levaria o país a iniciar um processo de reforma para aderir ao circuito financeiro mundial, principalmente por três razões: a) as altas taxas de inflação que produziam abruptas oscilações no nível geral de preços e em sua variação; b) o caráter fortemente centralizado e regulado da política cambial, que impedia que a valorização financeira porventura alcançada ficasse a salvo das turbulências e os ganhos não tinham a certeza de que seriam efetivamente auferidos; c) a dificuldade de, em decorrência das altas taxas de inflação, controlar os gastos estatais.

³⁰ O Consenso de Washington surgiu a partir de um artigo de Williamson (1990), importante economista do Institute for International Economics, que serviu de base para um Seminário Internacional e a publicação de um livro no qual definiu o referido Consenso. Para o autor, de fato existe em Washington, e mais amplamente nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um consenso sobre as origens da crise latino-americana e sobre as reformas necessárias para superá-la (BRESSER PEREIRA, 1991).

³¹ Ao longo da década de 1980, o setor público foi um dos principais responsáveis pela elevação ocupacional no país, gerando um saldo estimado de 1,6 milhão de empregos, e durante a primeira metade dos anos de 1990, o setor privado produziu um saldo negativo de cerca de 2,5 milhões de vagas (ANTUNES, 2006).

Além disso, o país não teve avanços expressivos na automação industrial nem houve esforços generalizados pela introdução dos novos modelos de gestão da produção e de organização do trabalho, sendo que, por esses e os outros motivos e segundo Pochmann (2001, p. 62), “[...] vigorou um quadro econômico identificado como década perdida, [...]”. Para Paulani (2008, p. 94), tais fatores contribuíram para a percepção real da crise na qual

a dificuldade em perceber a exata dimensão dos gastos públicos não parecia uma boa credencial para um país disposto a entrar no circuito mundial de valorização financeira. Tendo em vista o caráter rentista desse tipo de acumulação, e considerando que uma de suas bases mais importantes é a dívida pública, a anarquia nos gastos públicos produzida pela alta inflação era uma complicação e tanto, pois precarizava a extração de renda real que deve valorizar esse “capital caído do céu”, em que se constituem esses papéis. Nessas condições, como poderia o país ser considerado um emergente mercado financeiro?

Segundo o discurso neoliberal, o Estado brasileiro não estava cumprindo com o seu papel de preservar a estabilidade monetária e organizar as contas públicas, uma vez que havia se tornado uma estrutura pesada demais, como resultado de um tempo em que se concebia o desenvolvimento nacional como plausível na periferia e o Estado era o instrumento mais importante para esse fim. Além disso, a Constituição de 1988 se revelou absolutamente incompatível com as pretensões rentistas da nova etapa, pois inúmeras de suas vinculações obrigatórias engessavam o orçamento, impedindo o Estado de promover políticas supostamente destinadas a sustentar o equilíbrio das contas públicas. Na realidade, visava-se à abertura de espaço para a atuação do Estado como lastreador do pagamento do serviço da dívida pública.

O sistema previdenciário gestado nas bases do Welfare State, marcado pelo regime da repartição simples e caracterizado pela solidariedade intergeracional e pela atuação do Estado como o principal ator, também impedia a inserção do Brasil no circuito da mundialização financeira. É que não combinava com os novos tempos, que exigia a construção de um mercado privado de previdência que desonerasse o Estado desse déficit.

A crise foi marcada pela ineficiência do Estado de se manter como o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social via produção de bens e serviços, devendo assumir o papel de seu promotor e regulador, para o que se torna necessário reduzir a sua amplitude de atuação, transferindo para a iniciativa privada atividades controláveis pelo mercado. Contudo, na opinião de Bresser Pereira (2006, p. 239), a crise brasileira também

[...] se define como fiscal, como uma crise do modo de intervenção do Estado, como uma crise da forma burocrática pela qual o Estado é administrado e, em um primeiro momento, também como uma crise política.

A crise política teve três momentos: primeiro, a crise do regime militar – uma crise de legitimidade; segundo, a tentativa populista de voltar aos anos 50 – uma crise de adaptação ao regime democrático; e, finalmente, a crise que levou ao *impeachment* de Fernando Collor de Mello – uma crise moral.

A crise política, com origem nos governos do regime militar, perdurou por mais de vinte anos e perpassou o momento de transição da ditadura para a democracia, com a eleição dos presidentes Tancredo Neves e seu vice, José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney (1985-1990), e chegou ao ápice com Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1995). Com a vitória das elites liberal-conservadoras do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criaram-se as condições para a efetivação de uma série de reformas no capitalismo brasileiro que visavam ao aumento da entrada de capitais financeiros internacionais. A estratégia esteve acompanhada por mudanças no Estado, tendo como centro a privatização, passando o mercado a ser o grande impulsionador do crescimento econômico a partir da ideia de que o bem-estar social deve ser promovido pelo setor privado.

O neoliberalismo definitivamente se implantou no país por Collor de Mello, com a instituição do Programa de Desestatização, que fazia parte do seu programa de governo, chamado Brasil Novo, em cujo discurso se pregava a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, baseado na eficiência e na competitividade. Na prática, os resultados foram tímidos e levaram o país a um período de altas taxas de inflação, algumas privatizações, confisco de poupança, denúncias de corrupção e *impeachment*, em 29 de setembro de 1992.

Os anos de 1990 trouxeram, para o Brasil, uma verdadeira onda de expectativas por transformações econômicas advindas da consolidação efetiva do neoliberalismo, justificada pelo processo de reconversão econômica, uma nova etapa de crescimento sustentado e de inserção interna pela adoção da Política Industrial e de Comércio Externo do governo Collor. Esta tinha como condicionalidades para o processo de modernização nacional a abertura comercial, que impulsionaria novos padrões e normas internacionais de concorrência e de produção (ISO 9000, terceirização, reengenharia, programas de qualidade total, etc), a reformulação do papel do Estado (com a privatização do seu setor produtivo estatal e a reforma da administração pública) e a estabilidade monetária ancorada ao dólar (que forneceria novas bases para o endividamento externo e a atração de investimentos estrangeiros).

Na sequência, tomou posse o vice-presidente soteropolitano Itamar Augusto Cautiero Franco, que teve como principais orientações resgatar a ética na política e preparar o país para um novo projeto de estabilização, o Plano Real, que, segundo Alves (2002, p. 74) “[...]”

demonstrou ser vitorioso em reduzir drasticamente a inflação no país.” O período da inserção neoliberal no qual o Brasil ficou sob o comando de Collor e Itamar Franco é chamado por Alves (2002, p. 74) de “neoliberalismo selvagem”.

Essa fase do neoliberalismo demonstrou-se favorável para os negócios brasileiros, embora o mesmo não se possa afirmar do mercado de trabalho que, ao contrário da década de 1980, teve uma perda cumulativa de postos na indústria, conforme registra o crescimento persistente do desemprego aberto³² e da precarização dos estatutos salariais (ALVES, 2002). Segundo Pochmann (2001, p. 102),

[...] até o final da década de 1980, o desemprego no Brasil era relativamente baixo. Mas, a partir de 1990, a quantidade de pessoas sem emprego e à procura de um posto de trabalho ganhou forte relevância, sem paralelo, na realidade, com qualquer outro período do século XX.

No primeiro momento de tentativa de introdução do neoliberalismo no Brasil, no início dos anos de 1990, verificou-se que a taxa de desemprego atingiu o patamar superior a 10% e se manteve assim até o final da década. Nesse período, notadamente entre 1990 e 1993, marcado pela recessão do governo Collor, a taxa de desemprego aumentou e constatou-se uma queda no número absoluto de trabalhadores empregados³³, que passou de 40,1 para 39,4 milhões (BOITO JR., 1999). Esses dados garantiram ao Brasil ocupar a quarta posição no *ranking* do desemprego mundial, em 1994, situação extremamente desfavorável que, em 1986, iria para o décimo terceiro lugar (POCHMANN, 2001).

Além do grande número de pessoas desempregadas, deu-se uma drástica alteração na composição do desemprego, que mudou de perfil, deixando de atingir somente segmentos específicos da sociedade e se generalizando para quase toda a população ativa, não mais havendo setores imunes. No entanto, somente no mandato do presidente carioca Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que assumiu o cargo por dois mandatos consecutivos, é que, segundo Antunes (2011, p. 42), “[...] tanto o processo de reestruturação produtiva quanto o receituário neoliberal foram efetivamente implantados [...]” e tratados como condição *sine qua non* para o crescimento do país.

Nesse período, o parque produtivo brasileiro foi bastante modificado e reduzido pela densa política de privatização de empresas estatais. As estratégias utilizadas do presidente estavam condensadas no seu plano de estabilização monetária, que ficou conhecido como

³²Entende-se por desemprego aberto o segmento da mão de obra que procura ativamente por emprego e está em condições de exercê-lo imediatamente.

³³O encolhimento dos empregos no setor privado, em função da recessão do período de 1990-1992, levou a maioria dos postos de trabalho a concentrar-se na área pública (ANTUNES, 2006).

Plano Real e que, em linhas gerais, visava ao fim de um longo período de hiperinflação. As medidas adotadas acenavam satisfatoriamente ao estabelecido pelo Consenso de Washington.

Para recuperar a governança perdida nos anos de crise, foi instituído o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), através do Plano Diretor da Reforma do Estado, aprovado em setembro de 1995 e sancionado pelo presidente no mesmo ano. O titular da pasta era o ex-ministro da Fazenda do governo Sarney, Luiz Carlos Gonçalves Bresser-Pereira. Esse Plano Diretor, considerando a Constituição de 1988 um retrocesso burocrático sem precedentes, propôs abolir a estabilidade dos servidores, reduzir gastos com pessoal, principalmente inativos, avaliar desempenhos e diminuir a burocracia.

Ainda em 1995, fizeram-se importantes reformas constitucionais, o processo de privatização foi expandido e acelerado, ampliou-se a abertura comercial e iniciou-se a desregulamentação formal do mercado de trabalho.

A reforma proposta por Fernando Henrique Cardoso teve como eixos principais de sustentação a associação entre a crise fiscal do Estado e a reforma, entre a reforma e a continuidade do sucesso do Plano Real e a promessa de que, com a reforma, o Estado se tornaria mais eficiente, garantindo, assim, sua aceitação por grande parte da sociedade e da coalizão política do governo. Para tanto, adotaram-se os princípios da administração pública gerencial³⁴, que se deveria orientar pela eficiência e qualidade dos serviços públicos, em substituição aos da administração pública burocrática³⁵.

No Brasil, segundo Coggiola (1995), são classificados como neoliberais os pontos principais da reforma constitucional impostos pelo representante oficial do neoliberalismo no país, Fernando Henrique Cardoso, explicitamente vinculado aos ditames do chamado Consenso de Washington, dentre eles:

[...] ajuste fiscal; redução do tamanho do Estado; fim das restrições ao capital externo (eliminar todo e qualquer empecilho ao capital especulativo ou vindo do exterior); abertura do sistema financeiro (fim das restrições para que as instituições

³⁴ No Brasil, a ideia da administração pública gerencial é antiga; começou a ser delineada ainda na primeira reforma administrativa, na década de 1930, e está na origem da segunda, ocorrida em 1967.

Na oferta dos serviços exclusivos pelo Estado, especialmente no que diz respeito aos serviços de saúde e educação, a administração pública burocrática se mostrara eficiente no combate ao nepotismo e à corrupção no pequeno Estado liberal, no entanto, com as novas demandas apresentadas pelos cidadãos do Estado Social do século vinte, ficou evidente a sua incapacidade e a necessidade de substituição pela administração pública gerencial (BRESSER PEREIRA, 1997).

³⁵ Os princípios da administração pública burocrática foram introduzidos no Brasil através da reforma administrativa promovida por Maurício Nabuco e Luiz Simões Lopes, em 1936, com a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil que, em 1938, foi substituído pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em substituição à administração patrimonialista, que entendia o Estado como propriedade do rei e no qual o nepotismo e a corrupção eram a norma. A administração pública burocrática está baseada nos princípios de administração do exército prussiano e na burocracia descrita por Max Weber, que tem como princípio o mérito profissional (BRESSER PEREIRA, 2006).

financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condições com as do país); desregulamentação (redução das regras governamentais para o funcionamento da economia); reestruturação do sistema previdenciário (COGGIOLA, 1995, p. 196).

A reforma do Estado seria, defendem os neoliberais, a saída para liberar o país para uma nova etapa de crescimento que, embora diferenciado em cada nação, e condicionado pela relação centro-periferia, passou por dois momentos distintos. No primeiro, que se estendeu até o início da década de 1990, o Estado foi fortemente criticado pelo seu caráter intervencionista e exigiu-se a redução do seu tamanho, girando o debate em torno da distinção entre as suas funções exclusivas e as não exclusivas.

A proposta de reformar o Estado considerou como ponto de partida a manutenção, nele, de quatro setores essenciais: 1) o núcleo estratégico; 2) as atividades exclusivas; 3) os serviços não exclusivos ou competitivos; e 4) a produção de bens e serviços para o mercado. No primeiro, que corresponde ao próprio governo, são definidas as leis, as políticas públicas e a cobrança, pelo seu cumprimento, pelo Presidente da República, ministros de Estado e cúpula dos ministérios, tribunais federais (encabeçados pelo Supremo Tribunal Federal) e Ministério Público. No segundo, exerce-se o poder de tributar e legislar através dos órgãos de fiscalização e de regulamentação e de outros responsáveis pela transferência de recursos. No terceiro, são realizadas ou subsidiadas atividades que não envolvam o poder estatal, mas são consideradas de grande relevância para os direitos humanos, não podendo ser adequadamente compensadas no mercado com cobrança de serviços. Na quarta, a realização dos serviços se faz por empresas de economia mista que atuam em setores de serviços públicos ou naqueles entendidos como estratégicos (BRESSER PEREIRA, 2006).

A partir da definição dos quatro setores estratégicos do Estado, iniciou-se uma nova etapa do processo reformista para, no curto prazo, facilitar o ajuste fiscal, principalmente nos estados e municípios, nos quais se observava um nítido excesso no quadro de servidores. A primeira fase da reforma, chamada por Bresser Pereira (2006) de ‘gerenciamento diluído’, consistiu na tomada de medidas para reduzir o gasto público e o número de funcionários, como resposta às limitações fiscais, e foram feitas através da exoneração e da fixação do teto remuneratório. Paralelamente, introduziu-se uma modificação no sistema de aposentadoria, que passou a exigir maior tempo de serviço e idade mínima, tornando-se-lhe o valor proporcional ao da contribuição. A alternativa encontrada para a dispensa de pessoal excedente foi a criação dos Programas de Demissão Voluntária (PDV)³⁶, pelos quais os

³⁶ A primeira experiência importante e bem-sucedida de demissão voluntária no serviço público brasileiro ocorreu no Banco do Brasil, em 1995. O banco possuía 135 mil funcionários e 50 mil foram indicados para participar do programa, sendo que 15 mil receberam propostas de indenização para realizar a adesão.

órgãos públicos selecionam os servidores passível de exoneração e propõe, em troca, uma indenização e um treinamento para ingresso no setor privado.

Num segundo momento, delineou-se, segundo Carinhato (2008), uma provável saída ao fracasso das políticas neoliberais, apresentando-se uma mudança parcial de orientação mediante o reconhecimento da situação socioeconômica de alguns Estados nacionais, que passaram a perseguir outros objetivos além dos já mencionados: a eficiência do serviço público pela otimização dos recursos humanos e financeiros, efetividade e democratização. Contudo, com o agravamento da carestia oriunda de décadas de fraco desempenho social e econômico, a orientação das políticas neoliberais de cortar gastos, comandada pelo Banco Mundial e o FMI, piorou ainda mais o problema da pauperidade no Brasil, reforçando a ideia da reforma como um caminho para a promoção das políticas sociais cuja atenção deveria voltar-se para o agravamento do desemprego, da pobreza e da necessidade de regular minimamente o movimento do capital, o que levou ao surgimento de alguns projetos sociais de enfrentamento à pobreza.

Segundo Boito Jr. (1999), entre 1993 e 1995, com a passagem da política econômica recessiva do governo Collor para a política de crescimento moderado de Fernando Henrique, o número de empregados subiu de 39,4 para 40,7 milhões.

Esse pequeno crescimento absoluto, que representa menos da metade dos três milhões de empregos que a economia brasileira precisaria ter criado no biênio 1993/1995 apenas para absorver o crescimento vegetativo da força de trabalho, foi grosseiramente utilizado pela grande imprensa para propagar a ideia de que o desemprego estava diminuindo (BOITO JR., 1999, p. 89).

No entanto, explica o autor, o crescimento da oferta de empregos, entre 1990 e 1995, foi menor que da procura por empregos e, embora o total de empregados tenha aumentado, o número de desempregados subiu mais, confirmando-se pelo IBGE, que a taxa de desemprego aberto na década do neoliberalismo passou de 3,7%, em 1990, para 4,8%, em 1995 (BOITO JR., 1999).

Como resposta a esse ciclo econômico neoliberal, verifica-se que, nas nações periféricas, particularmente no Brasil, o neoliberalismo tem contribuído, tal qual nos países centrais, para restringir ou suprimir direitos dos trabalhadores, a exemplo do que aconteceu com o sistema previdenciário, a saúde e a educação, já totalmente degradados pela evidente privatização desses setores em toda a América Latina. O seguro-desemprego, que só existe no Brasil, oferece um período muito curto de cobertura ao trabalhador desempregado, e o emprego informal, isento de qualquer regulamentação legal e permeado por práticas ilícitas, passou a ser um componente importante ou majoritário do mercado de trabalho, que se

expandiu pelo continente latino-americano (segundo a OIT, 56% da PEA da América Latina sobrevive com empregos ou atividades informais³⁷). No Brasil, em 1995, 38% dos trabalhadores não possuíam carteira de trabalho assinada e 58% da população estava ocupada na economia informal (BOITO JR., 1999).

Em segundo plano, observa-se que, nos países periféricos, o neoliberalismo desempenha a importante função de enquadrar as economias nacionais subdesenvolvidas às novas exigências do imperialismo, reforçando o panorama internacional de restrição da autonomia política desses Estados, cujas políticas econômicas e sociais passaram a ser comandadas pelo FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC). Além de manipular as economias latino-americanas de acordo com os interesses financeiros dos países centrais, o neoliberalismo visa também adequá-las aos ganhos das grandes empresas industriais estadunidenses, japonesas e europeias, redesenhando o setor industrial das principais economias do continente para manter em atividade as antigas funções que desempenharam e ainda desempenham na divisão internacional do trabalho, como fornecimento de matéria-prima para as economias centrais e mercado promissor de escoamento dos produtos manufaturados produzidos pelos imperialistas³⁸.

Por outro lado, mas com uma atuação intencional, a política neoliberal brasileira tem permitido o aumento da participação dos investimentos estrangeiros diretos no setor de serviços urbanos privatizados de energia elétrica, transporte ferroviário e serviço portuário, entre outros, repetindo a ação imperialista exercida sobre os países latino-americanos no início do século XX. O fluxo de IED cresceu bastante no período, seja entre os países da tríade, seja entre alguns países industrializados não desenvolvidos, como o Brasil, no qual o Programa Nacional de Desestatização, criado no governo Collor, atraiu a entrada de capitais estrangeiros, pela privatização de empresas siderúrgicas, de telecomunicações e de energia elétrica. No governo de Fernando Henrique Cardoso, deu-se prioridade às áreas de transporte, mineração e telecomunicações.

A entrada de capital estrangeiro no Brasil também tem ocorrido, desde 1994, pelas aquisições e fusões na indústria e nos serviços, na faixa de 22% ao ano (em média com 175 operações), com pico atingido em 1997 (em média 370 operações), o que não significou, necessariamente, um aumento significativo da capacidade produtiva, mas uma oportunidade

³⁷ As atividades informais podem ser encontradas em todos os setores da economia dos países periféricos, ao tempo em que, estimuladas pelos seus governos neoliberais, são responsáveis por parte significativa do PIB desses países (BOITO JR., 1999).

³⁸ Algumas economias periféricas vinham-se distanciando desse objetivo por conta do processo de industrialização (BOITO JR., 1999).

de crescimento, no país, do capital financeiro. Esse ciclo intenso de abertura comercial e de sobrevalorização do câmbio contribuiu para uma não menos forte fase de falências, fusões e aquisições nas empresas brasileiras, resultando em uma desnacionalização da economia, com um aumento de participação do capital estrangeiro no faturamento dos 350 maiores grupos do país, de 36%, em 1991, para 53,5%, em 1999 (ALVES, 2002).

Por outro lado, o período também teve políticas de valorização das taxas de juros, que acenavam com generosos índices de rentabilidade para o especulador estrangeiro e prejudicou qualquer tentativa de crescimento sustentável do investimento produtivo no país, tornando-se uma das principais variáveis das políticas de estabilização neoliberal. Em 2002, a posse de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2009) na presidência da República, representou uma vitória eleitoral e política do Partido dos Trabalhadores (PT), porém não significou o fim do ciclo neoliberal, pois pela primeira vez na história do Brasil o sucesso de um candidato de origem operária pautou-se, contraditoriamente, por uma clara continuidade do neoliberalismo. Conforme Antunes (2011, p. 43),

sua política econômica, por exemplo, foi de evidente benefício aos capitais financeiros, reiterando a dependência aos ditames das políticas do FMI. A brutal concentração da terra se manteve inalterada e, pior, aumentou o número de assassinatos no campo. O sentido público e social do Estado está sendo, passo a passo, desmantelado.

A mais impopular e virulenta medida praticada pelo governo do PT foi o desmonte da previdência pública e sua privatização por meio da criação e do incentivo dos fundos privados de pensão junto aos servidores públicos.

Nesse contexto de adoção de medidas neoliberais que visavam à inserção do capital internacional nas economias nacionais e sua rentosa multiplicação e de aceitação das imposições de ajustes por órgãos como o FMI segundo os ditames dos países centrais, os investimentos no setor produtivo interno foram drasticamente reduzidos e ocasionaram uma aceleração do processo de reestruturação produtiva e o aprofundamento das tendências de transformação da produção capitalista.

Os efeitos das políticas neoliberais sobre o mundo do trabalho têm sido, assim, bastante diversificados nos países centrais e periféricos, embora comunguem dos mesmos objetivos. Para Antunes (2011), o neoliberalismo provocou grandes transformações no mundo do trabalho do Reino Unido e particularmente da Inglaterra, com mudanças no parque produtivo que vão desde a diminuição das empresas estatais do setor industrial até a expansão do setor de serviços privados. Essas mudanças estiveram acompanhadas de alterações na forma de ser da classe trabalhadora, na configuração dos movimentos sindicais e seus partidos e dos movimentos sociais.

Os danos provocados à classe trabalhadora pelo neoliberalismo, diz Boito Jr. (1999), não são iguais em todas as partes do mundo, pois ao se falar em “excluídos” na Europa Ocidental não se está falando dos mesmos “excluídos” na América Latina, uma vez que o Estado de Bem-Estar, aparentemente destruído pela política neoliberal, continua a existir nessa área em decorrência da resistência operária e popular ao avanço neoliberal. Para o autor, esse é um discurso da ideologia da globalização, integrante do neoliberalismo, no qual aquela noção relaciona-se ao espaço econômico internacional como um grande mercado homogêneo e livre da intervenção do Estado.

“Nos países periféricos, em primeiro lugar, o neoliberalismo tem servido, tal qual nos países centrais, para restringir ou suprimir direitos dos trabalhadores” (BOITO JR, 1999, p. 37). Assim, o que diferencia a atuação da política neoliberal nos países centrais e periféricos em relação aos direitos dos trabalhadores, segundo o autor, “[...] é que na periferia, a política neoliberal encontrou pela frente um sistema de proteção social menos desenvolvido e pôde avançar muito mais do que lograra fazer no centro do sistema” (BOITO JR, 1999, p. 31).

Em face das transformações operadas pelo neoliberalismo e da impossibilidade do trabalho sobrepor-se nessa nova lógica, é cada vez mais real a subsunção dele ao capital (MARX, 1983), direcionando-se a classe trabalhadora a inúmeras metamorfoses obrigatórias e a uma fragmentação para atender ao interesse de acumulação capitalista, ocasionando o aumento da subproletarização tardia³⁹ e do desemprego estrutural (ALVES, 2000). Segundo Alves (2000, pp. 65-66),

[...] as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação de classes são resultados de processos sócio-históricos estruturais, de longa duração, de acumulação capitalista. É algo que percorre o século XIX e o século XX. O que o complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital faz é incorporar – e impulsionar com maior aceleração histórica – as perversidades da lei geral da acumulação capitalista, na direção do enfraquecimento do mundo do trabalho (e da perspectiva de classe). Ele dá novas características à classe operária, que tende a surgir de acordo com o seu “momento predominante” – o *toyotismo*.

A reestruturação produtiva comandada pelo processo de mundialização capitalista incorporou novas qualificações ao trabalho sob a lógica da acumulação flexível, fazendo desaparecer postos de trabalho, emergir outros mais complexos e reduzir a classe operária industrial paralelamente à expansão do assalariamento do setor de serviços. Nesse sentido, Antunes (2010) diz que, em relação ao trabalho, o processo de mundialização do capital é

³⁹ Alves (2000, p. 78) define subproletarização tardia como sendo os “[...] trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria, seja nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital.” Constitui uma “[...] parcela importante do “proletariado pós-industrial”, um “equivalente contemporâneo do proletariado sem direitos, oprimido e empobrecido [...]”, podendo surgir tanto em setores tradicionais da indústria (e de serviços) como em setores modernos da produção capitalista.

responsável pela “processualidade contraditória” (p. 47) que tem apresentado soluções para resolver esse problema no mundo. No atual momento da mundialização, a expansão do capital é um processo que ocorre no sentido inverso ao crescimento do trabalho estável da era taylorista/fordista.

Porém, o aspecto que mais chama atenção nesse novo momento de transformações vivenciadas pelo mundo do trabalho é, segundo Antunes (2007), “[...] a barbárie do desemprego”, que atinge uma escala global e coloca grande parte da classe-que-vive-do-trabalho⁴⁰ num quadro de vulnerabilidade, sujeitando-a às condições do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado e quase virtual. Além disso, verificam-se dois movimentos distintos e interligados que diferenciam a atual classe trabalhadora e a coloca em situação inversa à vivida na fase anterior ao capitalismo do século XX: cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, configurando um desemprego estrutural que atinge todos os países centrais e periféricos; e cada vez menos homens e mulheres trabalham mais, em ritmo e intensidade semelhantes ao período citado (ANTUNES, 2007).

Entretanto, embora reduza a participação do trabalhador no mercado de trabalho, o capital não consegue eliminá-lo por completo do processo de produção e passa a determinar mudanças no seu fazer e no seu saber consolidadas por expedientes como estatutos, salários e condições laborais, que passam a compor um conjunto de diferenciações entre eles mesmos. Esse novo fazer e saber proposto pela mundialização do capital delinea outro formato para o trabalho e para o trabalhador, diferente da fase fordista e taylorista. Segundo Antunes (2007, p. 16), o que as empresas buscam é o trabalho “[...] que se gestou na fase da “desespecialização multifuncional”, [...] que em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho [...] tanto no mundo industrial como nos serviços.” Ou seja,

[...] paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação (ANTUNES, 2010, p. 52-53).

Dessa forma, a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mutações, dentre as quais a desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, que repercute das mais variadas formas nas áreas industrializadas do Terceiro Mundo. No entanto,

⁴⁰ A expressão classe-que-vive-do-trabalho é utilizada por Antunes (2009), para conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora.

paralelamente a esse processo, começaram a se consolidar outras formas alternativas de trabalho que põem em xeque a ideia de que estaria fadado a desaparecer.

Diferentemente do que tem sido propagado acerca do desaparecimento do trabalho, está surgindo, desde a década de 1980, uma nova forma, multifacetada, de ser para o trabalho, para o trabalhador e para as organizações, cujos contornos condizem com as características peculiares do momento vivido pelo capitalismo em âmbito mundial responsável pela extrema precarização em todas as áreas. De um lado, verifica-se uma retração do proletariado industrial, manual, estável e especializado, do tipo taylorista-fordista e, de outro, observa-se a ampliação de um grupo de trabalhadores que carrega consigo as marcas do sistema de acumulação flexível e se adaptam rapidamente às novas formas de ser do trabalho e do trabalhador. São como uma espécie de trabalhadores mutantes, dispostos a adquirir o perfil que corresponda às necessidades exigidas por determinadas atividades.

Assim, a nova classe proletária fabril e de serviços está se expandindo em escala mundial apesar dos muitos setores atingidos pelas transformações que levaram à desespecialização do operário industrial e tem formado uma massa laboral diferente, que se apresenta como trabalhadores informais, terceirizados, temporários, subcontratados, *part-time*, entre outros tipos, que suprem ofertas de trabalho cada vez mais precarizadas. Antunes (2010, p. 57) diz que

[...] este enorme contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, quando nele se incluem também os desempregados, que alguns chamam de proletariado pós-industrial e que preferimos denominar de subproletariado moderno.

Tem-se observado, também, particularmente nas últimas décadas do século XX, um expressivo crescimento dos assalariados médios no setor de serviços, que incorporou parcelas significativas de trabalhadores repelidos pela indústria em resposta ao amplo processo de reestruturação produtiva, às políticas neoliberais de desindustrialização e à privatização. Outra tendência, apontada por Antunes (2007), é a expansão do trabalho em domicílio, ocasionada pela desconcentração do processo produtivo, que possibilita aos trabalhadores excluídos e aos disponíveis a organização de pequenas e médias unidades produtivas domésticas.

Além disso, há uma expressiva participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente nos países avançados, mas também na América Latina. No entanto, esse processo de feminização tem sido acompanhado, na questão salarial, por um movimento inverso, no qual o nível de remuneração é inferior ao dos homens. Verifica-se, ainda, a exclusão crescente de dois outros grupos de pessoas: os jovens, que na fase pós-escolar

atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho, mas, sem experiência, tem pouca ou nenhuma expectativa de inserção e os “idosos” (ANTUNES, 2007), na visão do capital, com idade em torno de quarenta anos, herdeiros da cultura fordista e extremamente especializados, que uma vez desempregados, dificilmente conseguem o retorno devido às novas exigências de multifuncionalidade e polivalência. Não obstante a rejeição, a exclusão e a exploração sofrida pelas categorias citadas, em face das mazelas da reestruturação produtiva do capital, as crianças representam outro grupo vulnerável que tem participado do mercado de trabalho pela via de uma utilização precoce e criminosa, nos diversos setores de produção, principalmente nos países periféricos, onde a fiscalização é insuficiente ou inexistente.

Outra tendência bastante forte no mercado mundial decorre do crescente avanço das tecnologias da informação, da microeletrônica e das redes de computador, que tem permitido a expansão, em grande escala, das atividades transnacionais e das realizadas no ambiente doméstico ou em pequenas unidades produtivas conectadas às empresas contratantes. Para Antunes (2007), esse trabalho produtivo em domicílio, mesclado com o trabalho reprodutivo doméstico, reforçam as formas de exploração da mulher.

Tem-se operado, também, uma interpenetração cada vez maior entre as funções produtivas e as improdutivas, o que tem levado a uma participação cada vez menor do trabalhador nos processos de trabalho, pois “ocorre uma re-constituição do ‘trabalhador coletivo’ no interior da produção do capital, ocasionando, por conseguinte, a diminuição (e metamorfose) do trabalho industrial” (LOJKINE, 1995 apud ALVES, 2000, p. 66). O núcleo central do proletariado industrial passa a ser formado, então, pelos trabalhadores produtivos, que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e valorização do capital, e pelos improdutivos, que não criam mais-valia, como nas atividades de serviço para uso público ou privado.

Constata-se, assim, uma redução gradativa da participação do trabalhador numa produção que tem o ritmo intensificado, significando uma economia de trabalho vivo na qual o trabalhador é, aos poucos, eliminado do cerne do processo produtivo e transferido para atividades periféricas, permeadas por unidades de subcontratação industrial e de serviços (terceirização) regulados por estatutos precários. Além da reestruturação do trabalho material, há a ampliação de outro tipo de produção, a imaterial, realizada no âmbito da “[...] comunicação, publicidade e marketing, próprias da sociedade do logotipo, da marca, do simbólico, do involucral e do supérfluo” (ANTUNES, 2010, p. 107), que se articula com o trabalho e gera formas contemporâneas de valor. Com isso, boa parte do trabalho estável se tem tornado virtual.

O trabalho estável e regulamentado vem, aos poucos, sendo substituído por outras formas e realizações, como o empreendedorismo, o cooperativismo, o voluntariado, o atípico e o informal. Antunes (2010, p. 20) destaca que, com o desdobramento das tendências apresentadas,

[...] vem se desenvolvendo no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, através de empresas de perfil mais comunitário, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando amplo leque de atividades, onde predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado.

Ao mesmo tempo em que impulsionou a modificação nas formas de ser e de realizar o trabalho, o complexo de reestruturação produtiva, sob o comando das políticas neoliberais, provocou uma diminuição relativa da classe operária industrial clássica e incorporou novas qualificações, integrando-as na lógica da acumulação flexível. O mundo do trabalho passou a ser o palco de profundas repercussões desse novo cenário, em curso, que privilegia uma ordem econômica global na qual desemprego, precarização, exploração feminina e infantil, exclusão de jovens e idosos, desigualdade de salários e renda crescem não somente entre nações ricas e pobres, mas no interior de cada país, notadamente entre as economias não desenvolvidas que, na tentativa de superar as condições de “[...] periferia do dinamismo mundial [...]” (POCHMANN, 2001, p. 81), transformaram-se em grande mercado internacional de oferta de mão de obra precarizada. Para Kuenzer (2005), essas cadeias produtivas se alimentam do trabalho precarizado e quase escravo, do infantil, do terceirizado entre outros, que equivalem a estratégias de superexploração e constituem a nova lógica das relações entre capital e trabalho. Isso se dá, segundo Kuenzer (2005, p. 92),

[...] em tempos de mundialização do capital e reestruturação produtiva, viabilizadas por Estados de tipo neoliberal. Não se trata, portanto, de mera disfunção com efeitos passageiros, mas da própria possibilidade de acumulação do capital, posto que a reestruturação produtiva se alimenta e se dinamiza mais quanto mais produz o seu contrário: o trabalho precarizado.

Não obstante, a economia mundial passou, nas duas últimas décadas, a conviver com um crescente excedente de mão de obra, tornando-se o desemprego um dos problemas mais sérios e preocupantes que reclamam a formulação de políticas públicas mais eficazes nas nações desenvolvidas ou não desenvolvidas. Naquelas, a taxa de desemprego aberto⁴¹ foi de 4,04%, em 1975, para 6,18%, em 1999, um crescimento de 53%, que revela que a quantidade

⁴¹ Neste estudo, adota-se a definição de desemprego aberto apresentada por Pochmann (2001): o segmento da população ativa que, atendidas as necessidades e exigências do mercado de trabalho, forma um conjunto de mão de obra excedente em cada país.

de trabalhadores excedentes aumentou 1,85 vezes (de 15,4 milhões para 28,5 milhões). Nestas, o desemprego aberto subiu 200%, indo de 1,79%, em 1975, para 5,35%, em 1999, um aumento de 4,9 vezes no número de trabalhadores excedentes, (22,3 milhões para 109,5 milhões) (POCHMANN, 2001).

Nesse período, estimou-se a taxa de desemprego aberto em 5,5% da PEA mundial, concentrando-se mais nas nações não desenvolvidas, cujos índices alcançaram 79,4%, em 1999, quando em 1975, eram de 59%. As nações desenvolvidas, por sua vez, tiveram sua participação relativa reduzida de 41%, em 1975, para 20,6%, em 1999 (POCHMANN, 2001).

Observa-se que, enquanto o desemprego aberto apresentou, no período citado, tendências mundiais de crescimento entre as nações não desenvolvidas, *Pochmann* (2001, p. 87-88) chama a atenção para a repartição da PEA mundial, que não sofreu modificação substancial, “[...] salvo uma leve diminuição na participação das economias desenvolvidas na população ativa [...]”, que foi de 23,6%, em 1975, para 18,4%, em 1999. No conjunto das nações não desenvolvidas a situação se inverteu e em 1975, a participação na PEA mundial foi de 76,4%, e em 1999, de 81,6% (POCHMANN, 2001).

Entre 1995 e 2005, verificou-se, segundo Abramo (2007 apud RODRIGUES, 2009), um aumento de 25% na taxa de desemprego aberto global, o que equivale a 192 milhões de pessoas ou 6,3% da força de trabalho mundial, dos quais 86 milhões correspondem à população jovem, com idade entre 15 e 24 anos. Conforme a OIT, para uma PEA estimada em 1999, em 3 bilhões de pessoas, cerca de 1 bilhão de trabalhadores possuíam capacidade de trabalho subutilizada, ou seja, um em cada três encontravam-se em desemprego ou subemprego (condição disfarçada de desemprego) (POCHMANN, 2001).

Atualmente, “[...] menos de 17% da PEA está empregada no setor industrial nos Estados Unidos” (ALVES, 2000, p. 68). Sob a década neoliberal, mais de 1,8 milhão de empregos desapareceram da indústria nos Estados Unidos e até na Alemanha, entre 1992 e 1993, foram eliminados mais 500 mil, num período de apenas doze meses (POCHMANN, 2001). Desse modo, as transformações observadas no âmbito do complexo da reestruturação produtiva dos países desenvolvidos que posteriormente atingiram os subdesenvolvidos, têm eliminado grande parte das formas de realização do trabalho e de sua oferta, deixando a classe-que-vive-do-trabalho à mercê da precariedade e da informalidade.

No caso do Brasil, onde o avanço tecnológico ainda não está consolidado, mas restrito às grandes empresas, que respondem por menos de um terço da ocupação total, os fatores conjunturais e sazonais explicam pontual e localizadamente o problema do desemprego. Pochmann (2006, p. 67) aponta duas razões que ajudam a explicar o desemprego no país:

“[...] a persistência de baixas taxas de expansão da economia brasileira⁴² nas duas últimas décadas e a evolução de um novo modelo econômico desde 1990.”

Comparando o desempenho do novo modelo econômico na década de 1990 ao de outras do século XX, Pochmann (2006, p. 67) afirma que “[...] foi o período decenal de pior desempenho econômico [...]” e o responsável pelo Brasil vivenciar, sucessivamente, duas décadas econômicas perdidas. O fraco desempenho do mercado de trabalho tem relação direta com o baixo crescimento do PIB do período (em média 1,3%), o que acarretou a queda na renda do trabalho, estagnação do mercado consumidor e taxas crescentes de desemprego (DIEESE, 2012).

O desemprego pode ser comprovado pela estimativa do IBGE para 1989 (2 milhões de pessoas). No entanto, em 2000, o DIEESE constatou a existência de 11,4 milhões, um crescimento acumulado de 9 milhões de desempregados ao longo da década de 1990 (DIEESE, 2002). Entre 1975 e 1999, o Brasil ocupou posição de destaque, com 369,4% de crescimento do desemprego aberto, que foi de 1,73% para 9,85% (1999) (POCHMANN, 2001, p. 86), confirmando, a participação absoluta e relativa das nações não desenvolvidas no aumento dos índices mundiais de excedente de mão de obra.

Entre 1993 e 1997, apesar da recuperação econômica estimulada pelo aumento das importações, do investimento externo e do endividamento externo e interno, o emprego assalariado formal reduziu-se em 1,4% e a taxa de desemprego subiu 18,5%. Entre 1998 e 1999, o nível de atividade da economia brasileira voltou a declinar, com queda do emprego formal de 3,1% e elevação na taxa de desemprego de 45% (POCHMANN, 2006).

De 2000 a 2004, quando se observa uma expansão acumulada do PIB de 13,8%, o desemprego cresceu 11,8% (cerca de 900 mil novos desempregados). Os anos mais críticos da década de 2000 foram 2001, 2002 e 2003, quando a economia brasileira cresceu apenas 1,3%, 2,7% e 1,1%, respectivamente. A recuperação começou a acontecer a partir de 2004, quando o PIB subiu 5,7% (POCHMANN, 2006).

Além do desemprego em níveis elevados, acentuaram-se no Brasil, no ano 2000, as formas precárias de inserção no mercado de trabalho, sem carteira assinada, como o autônomo e o doméstico. De fato, para uma PEA de aproximadamente 75 milhões de pessoas, menos de 27 milhões tinham carteira assinada (DIEESE, 2002). No entanto, de maneira geral, ao longo

⁴² O crescimento da economia não pode ser considerado o único fator determinante na criação dos postos de trabalho, mas é um dos principais (POCHMANN, 2006, 1999), (DIEESE, 2012), (BALTAR et al., 2006). Outros fatores podem estar relacionados, como o papel do Estado através da atuação de instituições públicas da área do trabalho, a exemplo da fiscalização do MTE.

da década de 2000 a economia brasileira cresceu em ritmo mais intenso, acompanhada, notadamente, da evolução do emprego formal, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do PIB e de geração do emprego formal no Brasil, no período de 2003 a 2009

Ano	PIB	Qtd. Empregos Formais- RAIS ⁴³	Qtd. Empregos Formais CAGED ⁴⁴
2003	1,1%	861.014	645.433
2004	5,7%	1.862.649	1.523.276
2005	3,2%	1.831.041	1.253.981
2006	4,0%	1.916.632	1.228.686
2007	6,1%	2.452.181	1.617.392
2008	5,2%	1.834.136	1.452.204
	(-0,6%)	(-25,2%)	
2009	4,6%	1.765.980	995.110

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2011; DIEESE, 2012. Elaboração Própria.

Conforme mostrado, a partir de 2004, começa a ocorrer uma recuperação dos índices de geração de empregos formais no país, liderado pelo setor público, segundo os dados da RAIS (2011), uma vez que o CAGED, que apresenta os dados dos empregos gerados via CLT, aponta para uma queda entre 2005 e 2006. Conforme Baltar et. al (2006, p. 3), em geral o aumento da oferta de empregos ao longo da década de 2000 pode ser explicada por dois movimentos concomitantes:

O primeiro é a ampliação mais intensa dos postos de trabalho *vis-à-vis* a atividade da economia, medida pelo PIB. O segundo é a maior concentração desses postos de trabalho em estabelecimentos mais organizados onde é maior a tendência de formalização dos vínculos de emprego.

Verifica-se, ainda, uma correlação direta entre a elevação do PIB e a geração de empregos formais no país, que se mantiveram em escala crescente ou decrescente, como em 2005 e 2008, quando houve uma queda de 0,6% do PIB para uma variação negativa, no mês de dezembro, de pouco mais de 25%. Nesse período, o Brasil foi atingido pela crise financeira internacional, especialmente no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, o que afetou o ciclo de crescimento da economia e, conseqüentemente, o comportamento do mercado de trabalho (DIEESE, 2012).

⁴³ A RAIS foi criada pelo Decreto 76.900/75 e se constitui em um Censo anual do emprego formal que abrange qualquer tipo de empregado: estatutários, celetistas, temporários e avulsos.

⁴⁴ O CAGED foi instituído pelo Decreto nº 4.923/65, obrigando as empresas abrangidas pelo Sistema de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a informar mensalmente, em relação nominal, a movimentação dos seus empregados.

Outra vertente de análise de ocupação dos postos de trabalho no Brasil na década de 2000 leva em consideração o resultado obtido pela PEA, por meio da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada, nas regiões metropolitanas do Brasil, pelo DIEESE. Segundo o órgão, em 2000 a quantidade de ocupados cresceu mais que a PEA, diminuindo o volume de desempregados de 3,3 milhões para 3,2 milhões. Entre 2001 e 2003, os números da PEA foram mais elevados: para 1,2 milhão de pessoas que entraram no mercado de trabalho somente 600 mil conseguiram um posto, elevando para 3,8 milhões os desempregados. De 2004 a 2009, a PEA (1,9 milhão) cresceu bem menos que a criação de postos de trabalho (2,8 milhões), reduzindo o contingente de desempregados em mais de 900 mil nas regiões onde se faz pesquisa (DIEESE, 2012).

Não obstante o crescimento do emprego formal no Brasil nos anos de 2000 constata-se, conforme mostrado na Tabela 2, que a década também foi marcada pelo aumento dos desligamentos no setor formal.

Tabela 2 – Admissões e desligamentos em todos os setores de atividade⁴⁵, no Brasil, de 2000 a 2010

Ano	Admissões	+/- %	Desligam.	+/- %
2000	9.625.071		8.985.642	
2001	10.332.089	7 %	9.740.045	8 %
2002	9.805.609	-5 %	9.041.854	9 %
2003	9.807.232	0 %	9.162.010	1 %
2004	11.296.496	15 %	9.773.220	6 %
2005	12.179.001	7 %	10.925.020	11 %
2006	12.831.149	5 %	11.602.463	6 %
2007	14.341.289	11 %	12.723.897	9 %
2008	16.659.331	16 %	15.207.127	19 %
2009	-		15.192.530	
2010	-		17.067.900	

Fonte: DIEESE, 2013. Elaboração própria.

No início da década de 2000, as admissões caíram (-5%) a partir de 2002, mantendo-se praticamente estagnadas em 2003 (0,01%). Seguindo a evolução do PIB mostrada na Tabela 1, observa-se o melhor desempenho das admissões em 2004 e 2007, embora os desligamentos tenham apresentado uma trajetória crescente ao longo da década.

Os números apresentados são expressivos e apontam para o aumento da precarização do trabalho no país, uma vez que não se constata a criação de postos em quantidade suficiente para atender a demanda de trabalhadores que constituíam a PEA brasileira na década em questão. Segundo o IBGE (2012), a PEA brasileira, 2001 a 2009, oscilou entre 90 milhões e

⁴⁵ Os setores de atividade considerados pela pesquisa são indústria de extração mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agropecuária e extração vegetal, entre outros (DIEESE, 2010).

107 milhões de pessoas, respectivamente, demonstrando que a evolução do emprego formal ainda não atende às necessidades dos trabalhadores em idade e condições de exercer uma atividade remunerada formal.

Nesse sentido, as formas de inclusão ocupacional através da informalidade tiveram sua participação, no total de ocupados, reduzida em termos relativos. No entanto, destaca-se o seu crescimento absoluto, devido a uma inter-relação com a dinâmica mais geral do mercado de trabalho e as características do próprio processo de desenvolvimento brasileiro. Segundo o DIEESE (2012), o emprego formal, caracterizado pela presença de mecanismos legais de proteção social, via carteira assinada, nos setores privado e público, apresentou as maiores taxas de crescimento (48,6%) entre as décadas de 1999 e 2009. Por outro lado, as inserções informais cresceram com menos intensidade e apresentaram-se ainda significativamente no decorrer do período (26,1% de aumento de emprego subcontratado, 20,6% de emprego ilegal, 18,7% de trabalhadores por conta própria e 10,6% de emprego doméstico).

O crescimento observado no trabalho formal, ao longo da década de 2000, pode, de maneira geral, no Brasil, ser observado isoladamente nas grandes regiões do país, embora o Norte e o Nordeste revelem uma evolução menos significativa que as demais, por terem as menores taxas de desenvolvimento. O Nordeste é a que expressa as maiores taxas de desemprego total, conforme o DIEESE (2002), sendo a região com o grau de informalização mais radicalizado, “[...] cuja precarização tem sido a marca principal do desemprego e do trabalho desde os tempos da escravidão [...]” (ANTUNES, 2007, p. 31).

Segundo o DIEESE (BRASIL, 2005), em 2003, o Nordeste apresentou, dentre as grandes regiões brasileiras, o maior percentual (51,8%) de empregados sem carteira de trabalho assinada em relação ao seu total de empregados, subindo, em 2004, para 52,4% (BRASIL, 2006); em 2005, ficou inalterado (BRASIL, 2007a); em 2007, reduziu para 49,7% (BRASIL, 2009) e em 2009 teve o menor percentual da década, 47,6% (BRASIL, 2011a), embora permanecesse na liderança do ranking.

Entre os estados do Nordeste, o Piauí, considerado um dos mais pobres, seguiu a mesma dinâmica de crescimento positivo do restante do país na década de 2000, em relação ao trabalho formal e nas admissões, segundo os dados da RAIS e do CAGED, mostrados na Tabela 3.

Tabela 3 – Evolução do emprego formal no Piauí, na década de 2000

Ano	Qtd. RAIS	%	Qtd. CAGED
2000	205.729	-	-
2001	215.157	10,12	-
2002	236.945	4,28	-
2003	247.106	4,2	1.950
2004	263.183	6,5	5.890
2005	279.198	6,08	6.562
2006	293.248	5,03	7.540
2007	298.831	1,90	7.901
2008	335.632	12,31	11.324
2009	351.701	4,79	12.727
2010	377.463	7,32	25.250

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2011. Elaboração própria.

Os anos de 2001 e 2008 exibiram os melhores incrementos de emprego formal no Piauí, segundo dados da RAIS, sendo o pior percentual observado em 2007, inversamente ao que ocorreu no Brasil. Ao final desse ano, o estoque de empregos formais chegou a 298,8 mil, um aumento de apenas 1,90% em relação ao estoque do ano anterior ou, em números absolutos, 5,6 mil novos postos de trabalho.

No final de 2008, constatou-se um aumento de 12,31% ou 36,8 mil novos postos de trabalho com 335,6 mil postos acumulados no ano, um dos melhores resultados do país, superado apenas por Roraima, que alcançou 12,41% (BRASIL, 2008). No entanto, quando se verifica o total da PEA do Piauí ao longo da década de 2000, nota-se que o número de empregos formais ainda está bem distante de atender parcela significativa da população, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Evolução da PEA no estado do Piauí, na década de 2000

Mil pessoas						
ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PEA	1.526	1.570	1.645	1.637	1.617	1.636

Fonte: Rocha Filho, 2008.

Embora se constate que a evolução da PEA entre 2002 e 2007 não represente um número expressivo (110 mil pessoas) e que em 2005 e 2006 tenha havido um leve decréscimo, com uma pequena recuperação em 2007, cujo valor ainda se mostra inferior a 2005, deduz-se que, se comparada aos valores apresentados pela RAIS (Tabela 3), a quantidade de trabalhadores fora do mercado formal no estado chega a ser 5 vezes maior que o total dos ocupados em cada ano. Os números crescentes da pequena inserção de trabalhadores na PEA no mercado formal do Piauí podem estar relacionados, entre outras

causas, à falta de um plano de desenvolvimento econômico que propicie o incentivo à abertura de novas empresas e a oferta de mais postos de trabalho. Essa ausência de planejamento no Estado está expressa por Luis Carlos Puscas, coordenador do Curso de Economia da Universidade Federal do Piauí:

No Piauí, a questão do planejamento em si foi abandonada. Criou-se a terminologia de planejamento estratégico, tentando trazer para o estado um planejamento que é próprio das empresas. Não há nenhum projeto para o Brasil, nem para o Piauí. E está se precisando de ambos (PIAUI, CARTA CEPRO, 2005).

Verifica-se, pois, que o processo de reestruturação produtiva vem produzindo o fenômeno do desemprego, que afeta todos os trabalhadores em nível mundial e de forma crescente, embora, em muitos casos, se apresente disfarçado, sob a forma de trabalho precarizado e subemprego. Nesse sentido, observa-se que não há mais, atualmente, nenhuma classe imune ao desemprego, seja nas nações desenvolvidas, seja nas em desenvolvimento, principalmente no caso do Brasil, do Piauí e, em particular, de Teresina, cujas características do mercado de trabalho serão abordadas na próxima unidade.

3 OS CONTORNOS DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL PIAUIENSE E TERESINENSE NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CAPITALISTA

Conforme demonstrado no capítulo anterior, o processo de reestruturação capitalista continua provocando profundas transformações na configuração do mercado de trabalho mundial, seja no âmbito das empresas, seja do trabalhador, demarcando um novo momento evolutivo das forças produtivas, cujas características principais são as mesmas em qualquer lugar: uso da tecnologia, vulnerabilidade da classe laboral e perda do sentido do trabalho. Diante disso, as modificações pelas quais tem passado o mercado de trabalho ao longo dos séculos XX e XXI estão direcionadas para a formação de uma massa de trabalhadores cujo perfil demandado possa atender às novas exigências do sistema de produção capitalista, voltado para o lucro e o consumismo.

Neste capítulo, dar-se-á a abordagem das características do mercado de trabalho formal teresinense, procurando contextualizá-lo no piauiense, a fim de compreender a dimensão das transformações operadas sobre ele pelo processo de reestruturação capitalista, sobretudo na composição do perfil desses trabalhadores. Faz-se, pois, uma análise de algumas variáveis, como vínculo trabalhista, gênero, faixa etária e grau de instrução, detalhados por setor de atividade, sem dizer das combinações entre os fatores de análise, nos anos de 1990, 2000 e 2010, para se compreender as mudanças operadas no perfil dos trabalhadores dos mercados estudados nas últimas três décadas e as tendências que se apresentam para eles.

Para tanto, inicialmente, se caracteriza, em linhas gerais, o Piauí e Teresina, para demonstrar algumas particularidades que os configuram e, em seguida, se tratará das especificidades da composição de cada um deles, com destaque para Teresina, onde se inserem os trabalhadores encaminhados pelo SINE/PI, da capital. Os dados apresentados no capítulo foram coletados, principalmente, da RAIS (informações prestadas anualmente ao MTE pelas empresas formais, estatutárias e celetistas), do IBGE (via resultado do Censo de 2010) e da Fundação CEPRO.

3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PIAUÍ E DE TERESINA

O Piauí está localizado no Nordeste brasileiro numa área de 251.577,738 Km² ou 16,2% do território da região e 2,95% da área total do país, sendo, pois, o terceiro maior estado nordestino em extensão, perdendo apenas para Bahia e Maranhão (PIAUI, 2003). Encontra-se, atualmente, dividido em 224 municípios, com sede político-administrativa em Teresina, a cidade mais populosa do conjunto das dez que mais se destacaram nesses termos, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2010), expresso na Tabela 5.

Tabela 5 – Os 10 municípios mais populosos do Piauí, população total, urbana e rural, em 2010

Ordem	Município	População Total	População Urbana(%)	População Rural(%)
1º	Teresina	814.230	94,3	5,7
2º	Parnaíba	145.705	94,4	5,6
3º	Picos	73.414	79,4	20,6
4º	Piripiri	61.834	72	28
5º	Florianópolis	57.690	86,6	13,4
6º	Campo Maior	45.177	74,2	25,8
7º	Barras	44.850	49,3	50,6
8º	União	42.654	49,1	50,8
9º	Altos	38.822	70,5	29,4
10º	Esperantina	37.767	61,3	38,7

Fonte: IBGE, 2011a; PIAUI, 2011.

Na distribuição espacial da população é visível, na Tabela 5, o diferencial entre a população urbana e a rural, que durante 2010 apresentou uma urbanização considerável nas maiores cidades do estado, contribuindo para transformações importantes, no cenário urbano e rural destas, principalmente em consumo, renda, trabalho e cultura. Com efeito, o contingente populacional do Piauí, em 1991, segundo a Fundação CEPRO, de 2.582.137, em 2000, aumentou para 2.843.278 (PIAUI, 2010); e em 2010, cresceu para 3.118.360, com uma densidade demográfica de 12,4 hab/km². O IBGE registrou uma população residente urbana de 2.050.959 pessoas (65,7%) e 1.067.401 (34,2%), em situação de domicílio rural (IBGE, 2011a).

Os contornos da ocupação do espaço piauiense guardam estreita relação com a sua localização e a dinâmica das suas atividades produtivas, pois se for levado em consideração que o estado está formado por duas grandes regiões imaginárias, a Centro-Norte e a Sul, pode-se afirmar que, nesta, onde o desbravamento e o povoamento são mais antigos, prevalece, ainda, a prática agropastoril, na qual se observam excelentes oportunidades de desenvolvimento e potencialidades a serem cultivadas no ramo agroindustrial. Nessa região, conhecida pela vasta área de cerrados, o estado produz uma grande quantidade de grãos (milho, arroz e soja), responsável por movimentar grande parte do setor agroindustrial e cuja

área colhida passou de 86 mil hectares e 90 mil toneladas produzidas, em 2002, para 217 mil hectares e 484 mil toneladas, em 2007, uma variação de 152% na área colhida e de 437% na produção de grãos (PIAUÍ, 2011).

Na região Centro-Norte, constata-se a formação de uma rede integrada de cidades que desenvolvem atividades econômicas sob a influência de Teresina, a qual, após a década de 1950, vem se consolidando como o principal centro de execução de atividades industriais, comerciais, educacionais e de prestação de serviços tecnológicos e médico-hospitalares, fato que lhe justifica a maior concentração populacional. Mas é uma concentração desigual, marcada por uma divisão imaginária do território piauiense, no qual fica demonstrado um forte potencial de exploração do setor agrícola na maior parte do seu espaço, já que grande parte de suas terras ainda é pouco aproveitada e a existência de um centro produtor de bens e serviços, na outra parte e que ocupa um espaço físico menor, não impediu o Piauí de manter uma evolução crescente do PIB nos últimos anos, embora sempre na última posição do *ranking* dos estados nordestinos, segundo a Tabela 6.

Tabela 6 – PIB a preço de mercado corrente – Brasil e região Nordeste, 2007 – 2010

(R\$ 1 000,00)

	Ano			
	2007	2008	2009	2010
Brasil	2.661.345	3.032.203	3.239.404	3.227.181
Região Nordeste	347.797	397.500	437.720	446.063
Bahia	109.652	121.508	137.075	135.693
Pernambuco	62.256	70.441	78.428	81.629
Ceará	50.331	60.099	65.704	68.264
Maranhão	31.606	38.487	39.855	40.454
Rio Grande do Norte	22.926	25.481	27.905	28.543
Paraíba	22.202	25.697	28.719	28.561
Alagoas	17.793	19.477	21.235	21.932
Sergipe	16.896	19.552	19.767	21.377
Piauí	14.136	16.760	19.033	19.611

Fonte: IBGE, 2011b.

Em 2007, enquanto a média de crescimento do PIB nacional foi de 6,1% e o do Nordeste 4,8%, o Piauí apresentou uma variação positiva da ordem de 2%, influenciado, principalmente, pelas atividades industriais⁴⁶ que, nesse ano, tiveram bons resultados: Indústria de Transformação (6,3%), Construção Civil (6,2%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (6,5%) (PIAUI, 2009).

⁴⁶A Fundação CEPRO considera, para fins de classificação, que a atividade industrial engloba os setores da Indústria Extrativa, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção Civil.

Em 2008, a economia piauiense se expandiu em 8,8% do PIB, a maior taxa do ano entre os estados brasileiros e que superou a nacional, de 5,2% e a da região, de 5,5%. Os setores que mais contribuíram para tal desempenho foram o da Agropecuária, com expansão de 34,7% em relação ao ano anterior, o da Indústria, com 7,9% e o de Serviços, o setor com maior participação na economia do estado, que registrou crescimento de 5,8% (PIAUÍ, 2008). Sobre o bom desempenho do PIB piauiense em 2008, a Fundação CEPRO (PIAUÍ, 2008, p. [4]) registrou que, “historicamente, o PIB do Piauí participava com 0,5% do PIB brasileiro, chegando o máximo a ser 0,54% em 2006. Em 2008, o estado aumentou sua participação, representando 0,6% da economia do Brasil”.

Em 2009, o PIB do Piauí subiu 6,2% em relação ao ano anterior, a segunda maior taxa de crescimento verificado entre os estados da federação, superando até a média nacional, que sofreu retração de -0,3%. Os setores que mais contribuíram para isso foram o Industrial (12,9%) impulsionado pelos resultados da Indústria de Transformação (22%) que passou a representar 43% do setor no Piauí e o de Serviços (5,4%), que ficou a representar 72,9% do conjunto das atividades econômicas (PIAUI, 2011).

Em 2010, o ritmo de crescimento do PIB do Piauí foi reduzido para 4,2%, devido, principalmente, a uma base de comparação alta em relação a anos anteriores e a problemas enfrentados por algumas atividades econômicas, sobretudo a Agropecuária. Nesse ano, o aumento do PIB foi impulsionado, sobretudo, pelas atividades industriais, que subiram 16,5%, e pelos Serviços, que se expandiram em 4,1% (PIAUÍ, 2011). Seguindo o mesmo resultado do PIB, o Piauí também se situa na última posição entre os estados nordestinos em PIB *per capita*, no mesmo período, segundo os dados da Tabela 7.

Tabela 7 – PIB *per capita*, a preço de moeda corrente Brasil e região Nordeste, 2007-2010

	(R\$)			
	Ano			
	2007	2008	2009	2010
Brasil	14.465	15.992	16.918	19.766
Região Nordeste	6.749	7.487	8.168	9.561
Bahia	7.787	8.378	9.364	11.007
Pernambuco	7.337	8.065	8.901	10.821
Ceará	6.149	7.112	7.686	9.216
Maranhão	5.165	6.104	6.259	6.888
Rio Grande do Norte	7.607	8.203	8.893	10.207
Paraíba	6.097	6.866	7.617	8.481
Alagoas	5.858	6.227	6.728	7.874
Sergipe	8.712	9.779	9.787	11.572
Piauí	4.662	5.373	6.051	7.072

Fonte: PIAUI, 2012a.

O PIB *per capita* do Piauí, como observado, teve evolução positiva entre 2007 e 2010, maior que 10% no período apresentado, um crescimento superior ao do Brasil e do Nordeste, embora continuasse ocupando a incômoda posição de último lugar até 2009. Em 2010, o Piauí teve o PIB *per capita* aumentado para R\$ 7.072,00, contra R\$ 6.888,00, do vizinho Maranhão, que passou a ocupar a última colocação.

O setor que mais contribuiu para impulsionar o crescimento da renda *per capita* piauiense foi o Industrial, representado pela Indústria Extrativa e de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção Civil. Este cresceu 24,4% devido ao segmento das obras públicas, que contou com a implementação de vários programas habitacionais do governo federal, como Pró-Moradia, Semeando Moradia, Semeando Moradia Rural, além do programa de melhoria habitacional adotado em todo o estado e integrante do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (PIAUÍ, 2011).

Em suma, o Piauí possui uma das economias mais subdesenvolvidas do país. No entanto, no período considerado (2007-2010), apresentou índices de crescimento do PIB e do PIB *per capita* que acompanharam a dinâmica interna do Brasil, chegando até a superá-la, em alguns momentos. Conforme a Tabela 8, de 2007 a 2010, as atividades econômicas piauienses que mais contribuíram para a elevação dos indicadores citados foram, em ordem crescente, Administração, Saúde e Educação Públicas, ratificando o potencial do estado para o desenvolvimento de serviços na área Educacional e de Saúde, do Comércio e dos ramos Imobiliárias e Aluguel e Construção Civil.

Tabela 8 – Participação Percentual das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto, Piauí, 2007 - 2010

Atividades	2007	2008	2009	2010
Agropecuária	8,22	10,90	10,2	6,20
Indústria Extrativa Mineral	0,22	0,19	0,12	0,37
Indústria de Transformação	6,42	6,92	7,33	6,26
Construção Civil	6,52	5,39	6,05	6,93
Prod. Dist. de Elet. e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana	3,78	3,69	3,48	4,91
Comércio	15,37	16,19	15,14	17,08
Transporte, Armazenagem e Correios	3,28	3,56	3,21	3,25
Serviços de Informação	2,5	2,01	1,54	1,61
Intermediação Financeira, Seguros e Previdência	3,9	3,35	3,48	3,78
Complementar				
Atividades Imobiliárias e Aluguel	9,44	9,10	8,83	8,00
Administração, Saúde e Educação Públicas	30,24	28,3	28,68	29,12
Outros Serviços	10,11	10,41	11,98	12,49

Fonte: PIAUÍ, 2011.

A localização geográfica do Piauí é outro fator importante no estudo das características do mercado de trabalho formal, pois, como já foi dito, sua posição favorece a

concentração de atividades econômicas em pontos estratégicos do estado responsáveis pela geração da maior parte da riqueza produzida, a exemplo de Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano e Piri-piri, cujos desempenhos determinam a dinâmica do mercado de trabalho formal estadual. Como até 1852 a capital do Piauí ficava na cidade de Oeiras, na época conhecida por Vila da Mocha, na região semiárida do estado e distante 180 km do rio Parnaíba, isso dificultava a comunicação com a província e com o litoral nordestino, um importante ponto de comércio interno e externo (TERESINA, 2010).

A mudança da capital para Teresina, antiga Vila Nova do Poti, teve como principal objetivo facilitar o comércio através do rio Parnaíba que àquela época, era navegável e servia de importante via de transporte dentro e fora do estado, levando mercadorias que concorriam com a cidade maranhense de Caxias, o maior centro comercial da época e ponto de passagem de pessoas que se deslocavam para outros municípios. A instalação definitiva da capital na Vila do Poti ocorreu em 16 de agosto de 1852, pelo Conselheiro Antonio Saraiva, presidente da província, e seu nome, Teresina, homenagem a imperatriz Teresa Cristina de Bourbon.

A atração populacional que Teresina exerce sobre as demais cidades circunvizinhas não se explica apenas pelo fato de ter sido escolhida como centro político-administrativo do Estado, mas também por outros fatores, como a localização, pois situada na divisa com o Maranhão, polariza grandes extensões de terra no lado leste maranhense e a coloca no centro de um grande entroncamento rodoviário, que interliga as macrorregiões Norte, Nordeste e Sul do país. Essa conjunção dos fatores estruturantes tem tornado Teresina um grande centro de atração dos mais diversos interesses, fazendo convergir uma população flutuante oriunda do Maranhão, Pará e Tocantins, que a procura, periodicamente, para adquirir bens e serviços ofertados, principalmente os serviços médico-hospitalares. Além disso, a proximidade de algumas cidades maranhenses, a exemplo de Timon, faz com que grande parte do seu efetivo populacional realize o chamado movimento migratório pendular, seja porque buscam produtos e serviços, seja porque desenvolvem atividades econômicas, seja porque procurem lazer, levando a uma estimativa da população flutuante de Teresina maior que 30.000 pessoas por dia (PIAÚÍ, 2003).

A evolução populacional de Teresina se apresentou como segue: em 1991, 599.272 habitantes, em 2000, 715.360 (crescimento de 19,3%) e em 2010, de 814.230 (crescimento de 13,8%) o que representa 25,1% da população do estado em 2000, e 26,1%, em 2010. Com uma área territorial de 1.391,981 km², Teresina tem uma densidade populacional em torno de 584,94 hab/km² ou pouco mais de 47 vezes a do estado (IBGE, 2010b).

Para atender a esse contingente populacional, Teresina conta com uma infraestrutura satisfatória na produção de bens e serviços, sendo, por esse motivo, considerada um polo estadual na geração de produtos, emprego, renda, arrecadação e oferta de serviços variados, com destaque para os de educação e saúde. Estes embora se constituam em um verdadeiro polo regional, com importante participação na geração de emprego e renda, ainda não pode ser considerado uma cadeia produtiva consolidada (TERESINA, 2010). Aliás, sobre a economia teresinense e a participação das pessoas no seu mercado formal, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Prefeitura de Teresina (TERESINA, 2010, p. 19), afirma que

um dos aspectos estruturais mais importantes da economia de Teresina e que se destaca pela relevância social que representa é o grau de participação das pessoas nas unidades produtivas do seu setor formal, que, em termos relativos, apresenta-se elevado. O que se quer afirmar é que há uma inserção expressiva de pessoas na economia de Teresina em relação ao seu produto interno bruto. Com isso, pode-se dizer que, para a produção de uma mesma quantidade de bens e serviços, há mais trabalhadores ocupados no processo produtivo de Teresina do que na grande maioria das capitais do nordeste.

Essa situação se explica pelo fato de que em Teresina predominam atividades que dependem pouco da utilização de capital, pois envolvem menos tecnologia e mais força de trabalho, com destaque para o serviço público, comércio, serviços, confecções, avicultura, bebidas, construção, cerâmica, metalurgia, movelaria, etc. No entanto, destaque-se que, entre as atividades relacionadas, a maior parte da PEA da capital é absorvida pelo setor público que, em 2008, respondeu por 36% do total (TERESINA, 2010), como se pode ver na Tabela 09.

Tabela 09 – PIB da economia formal de Teresina, 2004-2007

Setores	(R\$)			
	2004/%	2005/%	2006/%	2007/%
INDÚSTRIA	894.472,27 (18,91)	1.023.957,77 (19,53)	1.155.891,31 (19,30)	1.115.264,70 (17,14)
SERVIÇOS	2.923.316,34 (65,09)	3.365.566,67 (64,19)	3.890.197,62 (64,95)	4.325.040,78 (66,48)
Adm. Pública	652.237,05 (14,52)	711.905,32 (13,58)	825.019,20 (13,78)	982.698,96 (15,11)
Outros Serviços	2.271.079,29 (50,57)	2.653.661,35 (50,61)	3.065.178,42 (51,18)	3.342.341,82 (51,38)
AGROPECUÁRIA	39.330,75 (0,88)	42.318,32 (0,81)	41.160,81 (0,69)	49.761,72 (0,76)
IMPOSTOS	679.203,07 (15,12)	811.032,43 (15,47)	901.866,77 (15,06)	1.105.543,29 (15,61)
TOTAL (100%)	4.491.322,43	5.242.875,13	5.989.116,52	6.505.610,49

Fonte: TERESINA, 2010.

Foi no setor de Serviços que se registrou mais de 64% da movimentação do PIB de Teresina entre 2004 e 2007, ficando o Industrial em segundo lugar, com representação média de 17% do total.

Em 2004, de R\$ 2,9 milhões do PIB gerado com Serviços, em Teresina, a Administração Pública respondeu por R\$ 652,2 mil ou 22,3% do PIB da economia formal no setor e R\$ 2,2 milhões ou 77,6% relativos a Outros Serviços. Em relação ao total geral, o setor de Serviços foi responsável por pouco mais de 65% do PIB teresinense.

Em 2007, o PIB gerado com Serviços apresentou um crescimento geral de 47,9%, passando para R\$ 4,3 milhões, o maior entre todos, dos quais R\$ 982,6 mil ou 22,7% se aplicam à Administração Pública, que cresceu cerca de 50% em relação a 2004, embora permanecesse, praticamente, com a mesma participação de 2004, em relação a Serviços. Verifica-se, assim, a presença constante do setor terciário na composição do PIB da economia formal de Teresina, constituído, principalmente, pelas atividades de Comércio e de Serviços, o que, em grande parte, se deve à dependência ao setor público, mais especificamente na força de trabalho e na composição da massa salarial.

O setor Industrial não se constitui no mais tradicional da economia formal de Teresina. No entanto, nos últimos anos, o seu desempenho vem-se elevando, devido ao impulso recebido da Indústria da Construção Civil e da Indústria de Transformação, representada pelos segmentos da confecção, polo cerâmico, alimentos e bebidas, gráficas, madeiras e mobiliários, química e metalúrgica (TERESINA, 2010). Em relação ao PIB do Piauí, Teresina responde por mais de 45%, no período de 2007 a 2010, conforme a Tabela 10, ratificando a importância da capital no delineamento das características do mercado de trabalho formal no estado.

Tabela 10– PIB a preço de mercado, Teresina e Piauí, 2007 a 2010

Ano	(R\$)		
	Teresina(1)	Piauí(2)	(1)/(2)%
2007	6.536	14.136	46,23
2008	7.522	16.760	44,88
2009	8.700	19.033	45,71
2010	10.539	19.611	53,74

Fonte: PIAUI, 2012b; 2012c.

Como Teresina é a cidade do Piauí onde a economia formal se desenvolve com mais intensidade, a evolução do PIB *per capita* da capital em relação ao estado também apresenta características peculiares.

Entre 2007 e 2010, o PIB *per capita* de Teresina cresceu 55,1%, enquanto o PIB *per capita* do Piauí aumentou 51,6%, uma diferença em termos absolutos significativa: R\$ 4,6 mil para Teresina e apenas R\$ 2,4 mil para o Piauí, sendo o ritmo de crescimento do PIB *per capita* de Teresina quase o dobro do estado, conforme a Tabela 11. Além disso, no período analisado, o PIB *per capita* piauiense representou, em média, 55,8% do PIB *per capita* de Teresina, de forma que, para superá-lo, o estado teria que crescer, em média, o mesmo percentual sobre os seus valores.

Tabela 11 – PIB *per capita* de Teresina e do Piauí, 2007 a 2010

Ano	Teresina(1)	Piauí(2)	(R\$)
			(1)/(2)
2007	8.341	4.662	55,8%
2008	9.374	5.373	57,3%
2009	10.841	6.051	55,8%
2010	12.941	7.072	54,6%

Fonte: PIAUÍ, 2012b; 2012a.

3.2 CONFIGURAÇÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO PIAUIENSE E TERESINENSE

Na sequência, serão apresentados os dados sobre o mercado de trabalho formal do Piauí e de Teresina, sendo que, em relação ao primeiro, as informações têm como principal objetivo situar a capital em relação ao estado, nos aspectos abordados. A análise possibilitará, principalmente, o delineamento das características do mercado de trabalho formal da capital, cujos resultados servirão de base para a compreensão da pesquisa realizada na próxima unidade, relativa ao perfil e às demandas do mercado de trabalho dos trabalhadores inscritos no SINE/PI.

O Piauí, assim como Teresina, tem parte do seu mercado de trabalho formal constituído por trabalhadores que exercem alguma atividade nos estabelecimentos formais do estado classificados como microempresa, pequena empresa, média empresa e grande empresa que, por sua vez, segundo o MTE, subdividem-se por setor de atividade econômica a que estão relacionados⁴⁷. A outra parte exerce atividades em instituições públicas, organizações não governamentais ou outros tipos de estabelecimentos.

⁴⁷ O MTE, para fins de análise do mercado de trabalho, adota como classificação geral dos setores de atividades econômicas a apresentada pelo IBGE (1985): Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços

A evolução dos estabelecimentos formais no Piauí, a exemplo do Brasil, tem sido comandada pelas microempresas, principalmente após 1995, sob a influência da estabilização econômica trazida pelo Plano Real, o processo de privatização de grandes estatais, a abertura do comércio interno para a concorrência externa e a terceirização. Além disso, em 2007, entrou em vigor a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e, em 2008, a Lei do Microempreendedor Individual, que deram um maior impulso à abertura de pequenos negócios no país, pois antes o empreendedorismo era praticamente inexistente e o surgimento de pequenas empresas se limitava a condicionantes políticos e econômicos pouco favoráveis a esse tipo de iniciativa.

A motivação para iniciar um empreendimento pode ser de dois tipos: por oportunidade ou por necessidade. No primeiro caso, os empreendedores vislumbram uma oportunidade no mercado para empreender e melhorar suas condições de vida mesmo quando já possuem alternativas de emprego e renda, sendo o tipo, segundo a Global Entrepreneurship Monitor - GEM⁴⁸, mais benéfico para a economia dos países e o que tem maiores chances de sobrevivência. No segundo, a iniciativa se dá por falta de oportunidades profissionais no mercado de trabalho, aparecendo como alternativa de sobrevivência para o trabalhador e sua família, o que não significa que não leve consideração a conjuntura econômica nacional, pois tende a aumentar quando as condições são mais favoráveis e vice-versa.

As dificuldades para iniciar um novo empreendimento, em especial no segundo caso, levam ao surgimento dos micro e pequenos empreendimentos informais que, segundo Pochmann (2008, p. 206), surge, na maioria, motivada pela “[...] ausência de alternativa ocupacional, em um quadro de desemprego.” Para além dos obstáculos encontrados pelos micro e pequenos empreendedores para iniciar um negócio, o autor evidencia, além das dificuldades de acesso e uso do crédito, o retrocesso representado pelas diversas formas de operacionalização dos micros empreendimentos informais no Brasil, principalmente por não se considerar necessário ou mesmo oneroso a utilização dos serviços de informática no seu funcionamento, fato justificado pela ausência de um local próprio.

Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca.

⁴⁸O Global Entrepreneurship Monitor(GEM) foi criado em 1997,por uma iniciativa conjunta entre o BabsonCollege e a London Business School,para aproximar o que havia de melhor entre os meios acadêmicos e de pesquisa na área do empreendedorismo. Na fase inicial, a pesquisa era realizada em 10 países (hoje alcança 69) dentre eles o Brasil, que aderiuem 2000.No Brasil, a pesquisa é conduzida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), com parceria técnica e financeira do SEBRAE e apoio técnico do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas.

Pochmann (2008, p. 208-209), apresenta, pelo menos, três tipos de operacionalidades dos microempreendimentos no Brasil:

Em primeiro lugar, destaca-se a presença de um grupo de negócios comprometidos com a sobrevivência, em virtude da ausência de condições apropriadas de vida no mercado de trabalho tradicional. [...] Em segundo lugar, constata-se um amplo segmento de informalidade que opera às margens da economia de mercado. Na maior parte das vezes, refere-se às atividades que funcionavam sem organização compatível com a tradicional lógica capitalista de acumulação de lucro. [...] Em terceiro lugar, encontram-se situações equivalentes à ilegalidade e à economia submersa. Trata-se de microempreendimentos que procuram desenvolver atividades com certa lógica capitalista de afastamento racional da regulação pública, especialmente por conta da tributação, da burocratização e de atividades criminosas.

Segundo a GEM, em 2010, o índice de empreendedorismo por necessidade no Nordeste (6,6%) foi superior aos valores para o Brasil (4,7%). No entanto, os do empreendedorismo por oportunidade são mais elevados no Nordeste (10,3%), embora ainda menores que o do Brasil (10,7%) (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2010).

Ademais, segundo os resultados da citada pesquisa realizada no Nordeste, o perfil dos empreendedores iniciais da região é que são predominantemente do sexo feminino (51,8%), estão na faixa etária entre 25 e 34 anos (34,8%), possuem segundo grau completo e nível de renda entre três e seis salários mínimos (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2012).

Mas, enquanto os empreendimentos sem vínculo empregatício, microempresas e pequenas empresas não encontraram dificuldades para firmarem-se em solo piauiense, pois representavam, em 1990, mais de 93% do total das empresas instaladas no estado (5,9 mil), o mesmo não aconteceu com as médias e grandes, que somaram apenas 6,3% do total (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Na década seguinte, o conjunto de empresas cadastradas no Piauí (12,4 mil) aumentou mais de 110%, de sorte que o número das empresas sem vínculo, micro e pequenas empresas dobrou em relação ao período anterior, com um crescimento de 115,4%, ficando em 95,6% do total. O maior aumento absoluto se deu nas microempresas com vínculo de um a quatro empregados, ao passo que as médias e grandes empresas elevaram sua participação no mercado piauiense em 75,7% e 21,7%, respectivamente, passando a ficar com 4,3% da fatia do mercado local (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Dez anos depois, o mercado de empresas no Piauí cresceu 92,5%, passando para 24 mil, com as sem vínculo e as micros e pequenas empresas ainda representando a maioria dos

estabelecimentos formais do estado (95,8%) e as médias e grandes ficando com 4,2% (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Contudo, a evolução apresentada pelo aumento de micros e pequenas empresas no Piauí não foi a mesma verificada na geração de empregos nesses estabelecimentos, pois, tomando como base o ano de 2000 e considerando que a quantidade de microempresas com vínculo de 1 a 4 empregados era de 7 mil, que geraram 13,6 mil empregos. Assim, cada microempresa empregava, em média, 2 trabalhadores, apenas a metade do que lhe é permitido (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a). Já as grandes empresas, que somavam 16, no ano considerado, especialmente aquelas com vínculos superiores a 1.000 empregados, alcançaram melhores resultados na geração de empregos, já que tiveram quatro vezes mais vagas ocupadas que o mínimo estabelecido (65,8 mil) (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

De modo geral, a evolução do emprego formal no Piauí passou de 173 mil empregos, em 1990, para 393 mil, em 2010, uma variação de 126,8%, a maior parte gerada por grandes empreendimentos, uma vez que, em 1990, 75,3% dos empregos neles se concentravam e apenas 7,2% nas microempresas e, em 2010, continuaram abrigando 60,3% de participação no mercado formal enquanto as microempresas exibiram 14,4% (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Mesmo responsáveis pela oferta de empregos formais no estado, as micros, pequenas, médias e grandes empresas só atraíram uma pequena parcela da população, já que, de 2,5 milhões de habitantes, em 1990, apenas 6,7% possuíam vínculo com algum desses estabelecimentos. Em 2000, houve uma pequena variação positiva nos índices do emprego no estado, que foi de 7,2%, numa população estimada em 2,8 milhões, para 12,6%, em 2010, (PIAUI, 2010).

Não obstante os índices apresentados demonstrarem um crescimento do emprego formal no Piauí no período considerado era grande a quantidade de pessoas que desenvolviam alguma atividade revestida de informalidade, em condições de trabalho precarizado⁴⁹. Segundo o IBGE, de acordo com o Censo de 2010, 2,4 milhões declararam exercer alguma atividade econômica no Piauí, dos quais somente 15,5% ou 376 mil estavam vinculadas a uma empresa formal (IBGE, 2010a).

Do contingente que vendiam sua força de trabalho e estavam totalmente na informalidade e sem qualquer proteção legal contra o desemprego, 543⁵⁰ mil contribuía para

⁴⁹Mattoso (1999) classifica em dois os tipos de precarização: a das condições de trabalho e a das relações de trabalho.

⁵⁰Nesse total estão inclusos todos os contribuintes que abrangem a pessoa física que contribui para a Previdência através da GFIP ou GPS e os demais, que incluem além do segurado empregado e o trabalhador avulso, o

a Previdência Social, talvez para não ficarem completamente desamparadas e se beneficiarem das ações sociais do governo proporcionadas por essa política, como o direito à aposentadoria e à garantia de uma remuneração em caso de doença incapacitante para o trabalho (BRASIL, 2010a). Os outros 1,5 milhão de trabalhadores estavam plenamente à descoberto, na informalidade, à mercê da sorte e das mazelas do mercado, ampliando a insegurança social, fenômeno denominado por Castel (2008) como a questão social do século XX.

Segundo Castel (2008, p. 510), a proteção social deve ser financiada por uma grande maioria de trabalhadores ativos, que asseguram o próprio futuro e o dos demais assalariados. Contudo,

num universo em que, de um lado, o número de pessoas idosas e das crianças escolarizadas cresce e, de outro lado, os vínculos entre a produção, o emprego e a renda se enfraquecem, a fração reduzida da população ativa que trabalha desvia uma parte cada vez mais importante de seus recursos para financiar a proporção esmagadora dos que não trabalham ainda, que não trabalham mais ou que nunca trabalharão.

De certa forma, Mattoso (1999, p. 8) concorda com Castel (2008) quando afirma que a precarização das condições de trabalho pode ser identificada na ausência de proteção social que caracteriza o trabalho informal. Ou seja,

[...] a “precarização das condições do trabalho” é a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). “Esta precarização pode ser indicada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico”. Em geral, a precarização é identificada como ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria.

Esses trabalhadores, chamados de precários, são, segundo Lara (2005), produto das transformações ocorridas no âmbito da produção material, combinadas com o ideário neoliberal, sendo assim denominados em função da precarização das relações de trabalho advindas da sua desregulamentação, o que ampliou os contratos temporários e fez surgir falsas cooperativas de trabalho, contratos por empresa ou unilaterais.

Em Teresina, a evolução dos estabelecimentos formais, segundo o porte, nos anos de 1990, 2000 e 2010, mostrou-se favorável às microempresas e, em menor número, para as grandes empresas (ver Tabela 12).

Tabela 12 – Evolução do número de estabelecimentos formais por quantidade de vínculos⁵¹, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Qtd. Vínculos	1990	2000	2010
Nenhum	260	792	1.128
01 a 04	1.681	3.913	6.099
05 a 09	540	1.275	2.287
10 a 19	394	692	1.295
20 a 49	235	445	805
50 a 99	106	165	272
100 a 249	71	95	189
250 a 499	26	29	69
500 a 999	22	20	24
+ 1000	18	13	23
TOTAL	3.353	7.439	12.191

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Conforme demonstrado, constatou-se que as microempresas cresceram 283,4%, em 20 anos, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, quando se observou o maior crescimento, 141%. Na série estudada, a variação absoluta das microempresas foi de 7 mil estabelecimentos, em Teresina, revelando que na capital a tendência de evolução deste tipo de estabelecimento segue a do Piauí.

As pequenas e médias empresas se localizavam, na maior parte, em Teresina, crescendo as primeiras, relativamente, 233,8%, e as segundas, 156,6%, bem abaixo do verificado, no mesmo segmento, no estado. As grandes empresas, por sua vez, seguiram o desempenho dos outros tipos de estabelecimentos, acumulando, em 20 anos, um crescimento de 122,6% (ver Tabela 12).

Em termos gerais, no período compreendido entre 1990 e 2010, os estabelecimentos formais passaram de 3,3 mil para 12,1 mil e, mais especificamente, entre 1990 e 2000, cresceram 121,8%.

Contudo, foi na capital que se instalou a maioria das empresas, de sorte que em 1990 e 2000 exibiram o maior percentual, com 56,7% e 59,6%, respectivamente (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Apesar de menos numerosas, as grandes empresas tiveram maior capacidade de geração de empregos formais. Em Teresina, essa oferta nesse tipo de estabelecimento sofreu uma variação de 51,8%, no período de 1990 a 2010 (ver Tabela 13), mas em 2000,

⁵¹O SEBRAE, seguindo o que estabelece o IBGE, adota o seguinte critério (número de empregados) para fins de classificação do porte das empresas dos setores de Comércio e de Serviços: micros (até 9 empregados), de pequeno porte (de 10 a 49), médias (de 50 a 99) e grandes (de 100 ou mais).

dispensaram 29,7% dos trabalhadores ou eliminaram 31,3 mil postos de trabalho ofertados em 1990. Nos anos seguintes, as grandes empresas recuperaram a capacidade de contratação de força de trabalho, passando, em 2010, a ofertar 116% a mais de postos que em 2000, conforme a Tabela 13.

Tabela 13 - Evolução absoluta do número de vínculos empregatícios por tamanho do estabelecimento, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Qtd. Vínculos	1990	2000	2010
01 a 04	3.388	7.749	12.384
05 a 09	3.551	8.442	14.858
10 a 19	5.264	9.273	17.316
20 a 49	7.017	13.309	23.814
50 a 99	7.505	11.490	18.594
100 a 249	11.042	14.120	28.898
250 a 499	9.157	9.685	24.023
500 a 999	15.503	13.285	17.681
+ 1000	69.719	37.029	89.467
TOTAL	132.146	124.382	247.035

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

As microempresas, apesar de mais numerosas, ofertaram uma quantidade menor de postos de trabalho, embora tenham sido responsáveis por 292,6% de crescimento na oferta, o maior aumento relativo entre os tipos de estabelecimentos apresentados na Tabela 13, o que em termos absolutos, correspondeu, em 2010, à geração de 20,3 mil novos empregos formais. As micros empregaram, em média, 3,1 trabalhadores por estabelecimento, no período, contra 769 das grandes, em 1990; 472, em 2000, e 524, em 2010 (ver Tabelas 12 e 13).

As pequenas e médias empresas apresentaram um crescimento da oferta de empregos formais no mesmo período que girou entre 235% (1990) e 147,7% (2010), uma elevação em termos absolutos de 28,8 mil postos, nas primeiras, e 11 mil, nas últimas, conforme a Tabela 13.

Em suma, os estabelecimentos formais de Teresina, no período de 1990 a 2010, responderam pelo crescimento do emprego em 87%, embora em 2000, tenha havido uma retração da ordem de 5,8%. Em 2010, constatou-se um aumento de 98,6% (ver Tabela 13).

Não obstante o crescimento apresentado em 2010, parte significativa da PEA, que somava 407,8 mil⁵², se encontrava fora do mercado formal, (160,7 mil ou 39,5%), esse índice foi ainda maior, em 2000, quando da PEA de 316,5 mil, 60,7% não estavam no mercado formal e somente 124,3 mil ou 39,3% exerciam alguma atividade no setor (IBGE, 2010b).

⁵²Pessoas com 10 ou mais anos de idade em condições de atividade, na semana de referência (IBGE, 2010a).

A geração de empregos nos estabelecimentos formais de Teresina, no período considerado, representou mais da metade do total deles do Estado, num índice de 76,2%, em 1990, 60,4%, em 2000, e 62,8%, em 2010 (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Desse modo, a pequena parcela da força de trabalho formal do Piauí e de Teresina que se encontrava fora das estatísticas do trabalho precarizado possuíam vínculo⁵³ laboral distribuído entre celetistas, estatutários, avulso, temporário, diretor, menor aprendiz, por prazo determinado e outros, conforme a classificação do MTE. No mercado, os vínculos representam o contrato entre compradores e vendedores da força de trabalho, os primeiros diferindo-se dos segundos por não conterem a totalidade das relações que passam a existir entre as partes contratantes.

De fato, nos contratos de venda da força de trabalho, os aspectos econômicos são plenamente determinados, definindo o que será transferido da propriedade do vendedor para a do comprador, em que condições e a que preço, perdendo o vendedor o direito legal e material sobre a posse do produto vendido quando recebe o pagamento acordado entre as partes (OFFE, 1995). No entanto, segundo o autor, os contratos laborais não determinam claramente as atividades a serem realizadas pelos vendedores da força de trabalho, que fazem algumas de certo tipo, por um determinado período e regulado por um conjunto de regras e relações organizacionais da empresa. Assim, o contrato dispõe apenas das condições formais sob as quais o comprador pode usar a força de trabalho, enquanto os aspectos qualitativos e quantitativos da atividade a ser realizada não ficam explícitos no documento. Dessa forma, Offe (1995, p. 34) afirma que a indeterminação dos conteúdos dos contratos de trabalho quanto ao tipo e à quantidade a ser cumprida pelo empregado

[...] não está relacionada apenas à pouca previsibilidade do que é necessário para as atividades de trabalho concretas no curso do processo de produção. Relaciona-se

⁵³A classificação dos vínculos neste estudo considera a apresentada pelo MTE, cujas definições seguem:

a) Trabalhador celetista (CLT): é aquele cuja relação de trabalho é regida pela CLT, independentemente do empregador pertencer ao setor público ou privado;

b) Trabalhadores avulsos: são os assim elencados em lei: estivadores, alvarengueiros, conferentes de carga ou descarga, vigias portuários, amarradores, trabalhadores avulsos do serviço de bloco, trabalhadores avulsos de capatazia, arrumadores, ensacadores de café, cacau, sal e similares e trabalhadores na indústria de extração do sal, na condição de avulsos, que prestam serviços através de sindicatos;

c) Trabalhadores temporários: são os regidos pela Lei nº 6.019/74 e pelo Decreto nº 73.841/74, que prestam serviço a uma empresa para atender a uma necessidade passageira de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço;

d) Trabalhadores por prazo determinado: são os regidos pela Lei nº 9.601, que podem ser contratados por um período máximo de 2 anos, desde que o contrato tenha sido previsto em convenção ou acordo coletivo.

Alguns desses tipos condensam um maior detalhamento, como o vínculo CLT, que abrange CLT R/PF Determinado, CLT R/PF Ind., CLT R/PJ Determinado, CLT R/PJ Ind., CLT U/PF Determinado; CLT U/PF Ind.; CLT U/PJ Determinado; e CLT U/PJ Ind. O vínculo Trabalhador Temporário apresenta também informações dos Trabalhadores com Contrato por Prazo Determinado, e o Estatutário envolve efetivos e não efetivos.

também ao fato de que uma especificação legal e detalhada das atividades do empregado não poderia ser de fato realizada, mesmo no caso (atípico) de tarefas estritamente uniformes e rotineiras. Não poderia ser feita porque o empregador não compra um artigo com um valor de uso específico, mensurável ou estimável, mas a força de trabalho “viva”, que, na verdade, permanece sob o controle de seu proprietário – o trabalhador – mesmo depois de ter sido legalmente colocada à disposição do comprador – o empregador. O valor de uso que uma empresa extrai da força de trabalho está quantitativa e qualitativamente vinculado à subjetividade do trabalhador, à sua disposição para trabalhar, e assim por diante.

Os diversos tipos de contratos de compra de força de trabalho mantêm indeterminadas as suas condições de realização não porque sairia muito caro para o empregador detalhar legalmente cada especificidade do que será realizado, mas também porque o seu tipo e a sua quantidade não podem ser legalmente descritas como se fosse o desempenho de uma máquina. Logo, essa multiplicidade de contratos de trabalho representa, de forma simples, os diferentes meios de compra de uma força viva do trabalho e da subjetividade do trabalhador que, na maioria das vezes, colocam-no em uma situação de dependência ao comprador, que Marx chamou de escravidão assalariada.

No discurso oficial, um dos fatores apontados como determinantes de diminuição e informalização do emprego no Brasil foi a oneração do custo do trabalho pela tributação, que atinge, principalmente, as empresas com mais pessoal, sendo tomadas medidas para a desregulamentação desse mercado para aumentar os níveis de emprego e ampliar o grau de formalização dos contratos.

Assim, do tradicional contrato trabalhista por tempo indeterminado estabelecido pela CLT, o Brasil passou a conviver, na década de 1990, com uma diversificação de regimes assalariados que, na maioria das vezes, consentiu um importante arrefecimento do custo da força de trabalho. Uma portaria do MTE e um enunciado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) favoreceriam, por exemplo, a multiplicação do serviço terceirizado, em 1995.

No ano seguinte, foi introduzido, pela Lei do Simples, o contrato de trabalho assalariado formal para micros e pequenas empresas, a qual unificou os impostos e contribuições, permitindo a diminuição de parte das despesas de contratação e sua transferência para o valor da produção. Além deste, inseriu-se, o contrato temporário de trabalho reformulado (CLT – PT), que possibilitou um menor custo de contratação do assalariado.

Em 1998, dois outros novos tipos de regimes de contratos passaram a ser praticados no Brasil: o por tempo determinado e o por jornada parcial, que tem menores custos e um novo tipo de suspensão contratual, por dois a cinco meses, para qualificação (POCHMANN, 2009).

Outra importante modificação no contrato de trabalho foi adotada no setor público que, em 1999, passou a contar com uma nova lei que flexibilizou a demissão por excesso de pessoal. Por fim, em 2003, instituiu-se o Contrato de Trabalho Primeiro Emprego, no qual as empresas que admitissem jovens na faixa etária de 16 a 24 anos seriam beneficiadas com um subsídio financeiro de R\$ 1.500,00. No entanto, esse tipo de pacto apresentou limitações quanto à contratação de pessoal, pois as admissões se restringiram a 20% do total de empregados da empresa, desde que não substituíssem os seus contratados formais.

Essas novas modalidades de contratação do trabalho assalariado sugeriram arranjos diferentes do seu valor que tornaram o mercado laboral mais flexível e desregulamentado ao longo das décadas de 1990 e 2000, quando o preço do trabalho tornou-se ativo no processo de concorrência capitalista. Além disso, novas modalidades surgiram que não se restringiam ao trabalho assalariado, observando-se, também, uma diversificação dos regimes contratuais do trabalho não assalariado, como prevê a lei que aprovou a formação de cooperativa profissional ou de prestação de serviços, em 1994, pela qual o vínculo trabalhista tradicional foi alterado, ressignificando o trabalho autônomo, eventual, o estágio e a pessoa jurídica como empresa sem empregado.

Porém, o crescimento econômico decorrente da mudança do regime cambial brasileiro, a partir de 1999, fez com que o país voltasse a registrar saldo positivo na balança comercial pela diminuição das importações e aumento das exportações, principalmente “[...] de bens primários de baixo custo do trabalho e baixo valor agregado, além de pouco conteúdo tecnológico – soja, açúcar, minério de ferro, frango, entre outros” melhorando, os níveis de emprego (POCHMANN, 2008, p. 58).

No Piauí, o tipo de contrato de trabalho que concentrou a maior parte da população empregada no mercado formal, em 1990, foi o celetista. De fato, de 173 mil trabalhadores, 69,5% tinham esse vínculo, cuja força de trabalho se encontra, predominantemente, nos setores da Administração Pública, Serviços e Comércio. Os estatutários, que representavam apenas 26,1% dos trabalhadores formais, estavam concentrados praticamente na Administração Pública (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

O baixo desempenho apresentado pela geração de empregos no Piauí, desde os anos de 1990 até os dias de hoje, é explicado por Pochmann (2008), quando aponta os quatro momentos distintos da reestruturação produtiva experimentados no Brasil que, à exceção do último, iniciado nos anos 2000, responderam pelo decréscimo da geração de empregos formais no país.

O primeiro momento, marcado pelo autor entre 1990 e 1992, foi considerado o período mais crítico da economia e o mais favorável ao aumento do desemprego, pois, em decorrência da abertura comercial que recompôs a oferta interna de bens e serviços e substituiu a força de trabalho ocupada, houve uma redução da produção interna e os produtos importados ocuparam o mercado nacional, acentuando uma recessão econômica que provocou a queda da produção nacional em 3,9%, do emprego assalariado formal em 8,4% e a elevação do desemprego em 130% (POCHMANN, 2008).

No segundo momento, situado entre 1993 e 1997, a ampliação das importações, do investimento externo e do endividamento interno e externo elevaram o consumo no país, não obstante a baixa produção, suscitando a ocupação dos postos de trabalho em quantidade suficiente para diminuir a taxa de desemprego. Isso ocasionou uma importante recuperação da economia doméstica, que cresceu 23,4%, enquanto o emprego assalariado formal se reduziu em 1,4% e a taxa de desemprego subiu apenas 18,5% (POCHMANN, 2008).

No terceiro momento, entre 1998 e 1999, o país voltou a apresentar uma desaceleração geral em todos os setores da economia, que se refletiu na queda da produção interna, em 1,6%, e do emprego formal, em 3,1%, elevando o desemprego para 45%. Porém, em janeiro de 1999, o panorama do desemprego começou a se modificar com a mudança do regime cambial e a subsequente desvalorização do real (POCHMANN, 2008).

Na quarta e última fase, contada do ano 2000 até os dias de hoje, observa-se uma melhora nos níveis do emprego, combinada com a ampliação do saldo comercial, após quase uma década de decréscimo na geração de empregos no país.

Pelos aspectos apresentados, o vínculo celetista no Piauí, em 2000, cresceu 42,8% em relação à década anterior e o setor de atividade com mais incremento foi o Comércio, que ofertou 14,2 mil novos empregos desse tipo. O vínculo estatutário, ao contrário, teve uma redução de 30,8% no total do vínculo e no setor da Administração Pública (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Em 2010, o emprego formal cresceu no Piauí em todos os vínculos, com aumento do celetista em 42,5%, sendo os mais expressivos verificados nos setores de Serviços, com 45 mil novos empregos, e no Comércio, com 44 mil. A Construção Civil e a Extrativa Mineral também tiveram uma elevação considerável dos seus postos de trabalho, 149,6% e 153,3%, respectivamente, ocorrendo, nesse último ano uma evolução no estado, ao longo da década de 2000, na Indústria de Transformação, que cresceu mais de 61%, e na Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca, com subida de quase 160% (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

O vínculo estatutário, por sua vez, cresceu 341,7%, notadamente na Administração Pública, que contratou mais de 107 mil trabalhadores em 2010, em relação a 2000. O setor de Serviços também experimentou uma substancial elevação do quadro de estatutários, que foi de 176 empregados, em 2000, para 11 mil, em 2010 (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Não obstante o crescimento apresentado pelo vínculo estatutário no período estudado, é importante ressaltar que o seu aumento ou a diminuição não tem como fatores impulsionadores os mesmos utilizados na análise da evolução dos postos de trabalho de vínculo celetista, que dependem de aspectos mais diretos e objetivos, como o mercado local e as condições econômicas, sociais, educacionais e geográficas, enquanto a oferta de vagas de trabalho do primeiro tipo subordina-se, principalmente, a uma prerrogativa política. Além disso, houve o crescimento, ao longo da série estudada, de alguns setores responsáveis por grande parte da dinâmica da economia piauiense e, principalmente, da teresinense, como a Construção Civil, os Serviços, o Comércio e a Indústria de Transformação que, juntos, responderam por pouco mais da metade dos postos de trabalho formais de vínculo celetista gerados no estado.

Em 1990, os trabalhadores com vínculo celetista em Teresina representavam 69,5% do total do estado (120,4 mil) e 63,3% do total de trabalhadores formais da capital, sendo a maior parte encontrado no setor de Serviços, segundo a Tabela 14 (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Tabela 14 - Trabalhadores por setor de atividade e tipo de vínculo, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor Atividade	1990		2000		2010	
	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.
Ext. Mineral	477	00	92	13	257	00
Ind. Transform	9.915	01	12.430	01	18.144	00
ServIndUt Públ	4.535	03	2.446	01	3.772	09
C. Civil	5.544	69	10.207	00	23.358	50
Comércio	11.048	06	21.354	02	43.364	06
Serviços	25.442	35	33.280	31	65.880	12.383
Adm. Pública	23.610	43.832	22.937	19.356	309	74.999
Ag, ExtVeg, Caça e Pesca	285	00	1.297	00	1.525	00
Ñ Class	2.917	09	-	-	-	-
TOTAL	83.773	43.955	104.041	19.404	156.609	87.382

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Em 2000, a força de trabalho com vínculo celetista em Teresina representou 60,4% do total desse tipo no estado (172,1 mil) e 83,6% dos empregados formais da capital, estes com um crescimento de 24,2% em relação a 1990, principalmente na Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca (355%), Comércio (93,2%), Construção Civil (84,1%), Serviços

(30,8%) e Indústria de Transformação (25,3%), enquanto em Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública diminuíram a participação ficando com 80,7%; 46% e 2,8%, respectivamente, conforme a Tabela 14 (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Em 2010, a representatividade do vínculo celetista da capital em relação ao estado (245,2 mil) aumentou para 63,8%, e quanto ao total de empregados formais houve uma diminuição para 63,4%. O aumento desse vínculo em Teresina foi de 50,5%, uma ampliação da força de trabalho nos principais setores da economia local, como Construção Civil, que alcançou a maior elevação (128,8%), Comércio (103%) e Serviços (98%), conforme a Tabela 14 (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a). O setor da Indústria Extrativa Mineral, apesar crescer 179,3%, recuperou apenas parte da perda havida em 2000, não se constituindo, efetivamente, em crescimento. A Administração Pública, por sua vez, eliminou quase a totalidade dos vínculos celetistas que possuía em 2000, passando a contar, em 2010, com apenas 1,4%.

Assim, em Teresina, o tipo de contrato de trabalho que agrupou a maior parte da população empregada no mercado formal, no período estudado, foi o celetista, cuja evolução alcançou o índice de 87%, concentrando-se mais no setor de Serviços (159%), seguido pela Administração Pública, conforme a Tabela 14. Aliás, a grande maioria da força de trabalho formal com contrato regido pelo Regime Jurídico Único (RJU) no Piauí (45,3 mil) se concentrava, em 1990, em Teresina, com 97% do total desse tipo (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Em 2000, o vínculo estatutário, por sua vez, representou 61,9% do total desse tipo no estado (31,3 mil) seguindo uma evolução negativa, em relação a 1990, de 55,8%, notadamente na Administração Pública, consoante a Tabela 14 (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

O caráter de indeterminação do tempo de trabalho que garantia uma suposta estabilidade no emprego há muito tempo vem subtendido nas entrelinhas do contrato com vínculo estatutário e tem levado muitas pessoas à busca de uma vaga na Administração Pública. Com base nisso, os estatutários tiveram o maior aumento nas três décadas estudadas, (cerca de 350,3%), em 2010, parte atribuída às perdas verificadas em 2000 e parte devido ao crescimento desse vínculo na Administração Pública e Serviços.

Porém, como afirma Castel (2008), nas décadas de 50 e 60, em um período de quase pleno emprego em que se admitiu muito e se demitiu pouco, o contrato de trabalho por tempo indeterminado tornou-se a norma, permitindo certa segurança. Mas, segundo Castel (2008, p. 503), em caso de mudança na conjuntura econômica, “[...] a seguridade desaparece e o caráter

‘indeterminado’ do contrato se mostra como um simples efeito de uma ocorrência empírica e não uma garantia legal.”

Além dos trabalhadores que em 2010 possuíam vínculo de trabalho no mercado formal e contavam com alguma cobertura social, 126 mil pessoas com 10 ou mais anos de idade, ocupadas na semana de referência, em Teresina, realizavam alguma ocupação, sem carteira de trabalho assinada e sem contribuição à Previdência (IBGE, 2010b).

Outro importante fator refere-se ao perfil etário dos trabalhadores desse mercado formal, nos diversos setores da economia, no período estudado.

Inicialmente, será abordada a situação do adolescente na faixa etária de até 17 anos, compreendendo a força de trabalho infantil e parte da juventude que ingressa precocemente no mercado de trabalho. No Brasil, as legislações que permitiram e legalizaram a entrada desse tipo de trabalhador no mercado foram produzidas a partir de 1943, com a aprovação do Decreto-Lei nº 5.452 e a criação da CLT, um período no qual a economia brasileira passava por grandes mudanças, abandonava o modelo agroexportador e investia em um padrão industrial nacional incentivado pela implantação de fábricas na siderurgia, indústria química e farmacêutica e automobilística, além da ampliação das já existentes.

A CLT chamou de menor aprendiz o indivíduo entre 12 e 18 anos de idade que ingressava na indústria brasileira, regulamentando a oferta obrigatória de cursos de aprendizagem industrial a toda criança e adolescente nessa condição. Somente aos jovens entre 12 e 14 anos não era permitida a realização de trabalho em áreas de risco que pudessem trazer danos à saúde física e mental, prejudicasse o seu desenvolvimento normal e reduzisse ou impedisse a frequência à escola. A esse segmento de trabalhadores era garantido o registro em carteira de trabalho e remuneração nunca inferior a meio salário mínimo e, em contrapartida, exigia-se-lhe o curso de aprendizagem de um ofício, ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A partir da Constituição de 1946 e da CLT, a idade limite foi aumentada para 14 anos e também o controle sobre as ocorrências de violação do direito de menores. No entanto, a Constituição de 1967 trouxe retrocesso aos ganhos obtidos com as leis anteriores, retroagindo a idade mínima para ingresso de crianças e adolescentes no mercado de trabalho para 12 anos, eliminando a proibição de discriminação de salário por idade e facultando o pagamento de salário inferior ao mínimo regional aos menores e não somente aos aprendizes. Mais tarde, em 1974, com a revogação da Lei 5.274/67, a idade mínima de 12 anos foi mantida, mas ficou proibida qualquer discriminação de salário por idade e o pagamento de salário inferior ao mínimo estabelecido.

Nesse primeiro momento, constatou-se uma movimentação no sentido de traçar estratégias para o avanço da industrialização no país pelo treinamento e exploração da força de trabalho infanto-juvenil, garantindo a reprodução ampliada do capital. O objetivo do capital de adestrar a força de trabalho dos menores aprendizes era formar profissionais capacitados cuja atuação pudesse provocar impacto no crescimento econômico do Brasil.

A partir da década de 1970, com a crise estrutural do capital em todo o mundo, a capacitação do menor aprendiz buscava não mais um profissional acostumado a lidar com a produção em série, mas procurou-se ajustar o perfil dessa força de trabalho ao novo modelo de produção que passou a vigorar nos países capitalistas onde, segundo Antunes (2010, p. 24),

[...] o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

Foi para se adequar aos novos padrões de produtividade que a Lei nº 10.097/00 revogou e substituiu o Decreto nº 5.452/43. Conhecida como ‘Lei do Menor Aprendiz’, ela manteve o mesmo rigor em relação à aprendizagem industrial dos menores como condição para o ingresso no mercado de trabalho, embora atrelado ao novo modelo de produção flexível.

O texto da nova lei trouxe algumas modificações benéficas ao menor aprendiz, como o aumento da idade limite de ingresso no mercado de trabalho para 14 anos e a escolaridade do ensino Fundamental completo, sendo-lhe garantidos todos os direitos trabalhistas, a remuneração fixada em salário mínimo por hora e contrato de trabalho mínimo de um ano, renovável por mais um. A oferta dos cursos de aprendizagem se estendeu a todo o sistema S (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e SESCOP), às escolas técnicas e ONGs, sem dizer que médias e grandes empresas eram obrigadas a contratar o menor aprendiz.

Mais recentemente, em 2005, o Decreto-Lei nº 5.598, mudou a denominação da lei, que passou a se chamar ‘Lei do Jovem Aprendiz’ e alterou a idade máxima limite de 18 para 24 anos.

Diante disso, pode-se afirmar que em 1990 ainda não havia no Piauí, trabalhadores na faixa etária entre 18 e 24 anos em alguma atividade com o vínculo de menor aprendiz reconhecido pelo MTE. Em 2000, foram constatados apenas 12 trabalhadores nessa condição e, mais recentemente, em 2010, somente 1,2 mil adolescentes (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a) se beneficiaram da Lei do Jovem Aprendiz, o que é pouco, pois, em 2009, o Estado dispunha

de uma população em idade ativa, na faixa etária de 10 a 14 anos, de 354 mil pessoas, e na faixa etária de 15 a 19 anos de idade, 304 mil (IBGE, 2010).

Em 2010, a exploração infantil no Piauí também se apresentava elevada, uma vez que o total da população entre 10 e 15 anos era de 373,4 mil e o total de pessoas na mesma faixa etária com alguma ocupação era de 35,1 mil ou 9,4% (IBGE, 2010).

Em Teresina, a realização do trabalho sob o vínculo de menor aprendiz também tem sido pouco utilizada, de forma que o MTE não possui nenhum registro da atividade desse grupo de trabalhadores nos anos de 1990 e 2000. No entanto, em 2010, a capital tinha a quase totalidade dos trabalhadores com esse vínculo (97,5%), de acordo com a Tabela 15.

Tabela 15 – Trabalhadores, por setor de atividade, Menor Aprendiz, Teresina, em 2010

Setor	2010
Extrativa Mineral	00
Indústria de Transformação	141
Serviços Ind. de Ut. Pública	00
Construção Civil	39
Comércio	605
Serviços	449
Administração Pública	00
Agrop., Ext. Vegetal, Caça e Pesca	00
TOTAL	1.234

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Somente Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil empregaram esse tipo de força de trabalho em 2010, sendo as maiores concentrações encontradas nos dois primeiros setores. O trabalho do menor aprendiz representou apenas 0,5% do total de trabalhadores de Teresina, naquele ano.

Contudo, não foi somente o menor aprendiz que teve adiada a entrada no mercado de trabalho formal piauiense e teresinense. Os jovens na faixa etária de até 17 anos, que segundo o MTE são considerados um segmento de trabalhadores distinto dos menores aprendizes, também não conseguem reconhecimento como força de trabalho formal para inserção no mercado formal local. Para Tomás et al. (2008), isso se dá em função do fenômeno do prolongamento da juventude, pois para muitas pessoas, a entrada no mundo do trabalho representa uma etapa importante de ingresso na vida adulta e determinante do seu sucesso, uma vez que viabiliza outras dimensões, como a saída do domicílio e a constituição de uma família.

Logo, nos anos de 1990, 2000 e 2010, o mercado de trabalho formal do Piauí contratou força de trabalho na faixa etária de até 17 anos cujo vínculo de trabalho registrado

no MTE, a partir de 2005, mostrou-se incompatível com o estabelecido pelo Decreto nº 5.598/05. Apesar de se mostrar ainda muito insuficiente a contratação de trabalhadores nessa faixa etária, houve um crescimento (39,1%) ao longo do período, sendo os setores do Comércio e Serviços os que mais contrataram, com um aumento de 139,5% e 81,1%, respectivamente, enquanto a Indústria de Transformação apresentou redução de 52,4%.

No Piauí, em 1990, eram 907 esses trabalhadores, passando para 647, em 2000, e 1,2 mil, em 2010 (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a). Setores como Extrativa Mineral, Administração Pública e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca reduziram a participação nesse tipo de contratação, enquanto Serviços Industriais de Utilidade Pública registrou, em 2000, apenas uma contratação.

A baixa participação do jovem de até 17 anos também foi destaque no mercado de trabalho formal de Teresina, em 1990, o que agravou em 2000, com redução de 40,2% dessa força de trabalho, devido, principalmente, a uma diminuição de trabalhadores no Comércio e na Indústria de Transformação. Em 2010, constatou-se uma recuperação de 164%, cuja evolução deveu-se aos setores do Comércio e de Serviços, segundo mostra a Tabela 16.

Tabela 16– Trabalhadores por setor de atividade e faixa etária até 17 anos, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor	1990	2000	2010
Extrativa Mineral	00	34	01
Indústria de Transformação	303	77	122
Serviços Ind. de Ut. Pública	00	00	00
Construção Civil	15	17	29
Comércio	219	136	634
Serviços	115	139	303
Administração Pública	09	02	02
Agrop., Ext. Vegetal, Caça e Pesca	06	09	02
Ñ Class	26	00	-
TOTAL	693	414	1.093

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Vale ressaltar que, em 2010, grande parte da população de Teresina era formada por pessoas na faixa etária entre 10 e 29 anos ou 38,8% do total populacional, 29% correspondiam à população entre 30 e 49 anos, 17,3% se situavam na faixa dos 50 a mais de 70 anos e os demais tinham entre 0 e 9 anos (IBGE, 2010b).

Na faixa de 18 a 24 anos, constatou-se uma maior aceitação dessa força de trabalho em praticamente todos os setores de atividade piauienses, cuja evolução positiva foi de 123,6%, passando de 20.966, em 1990, para 46.889, em 2010, notadamente nos setores da Construção Civil (324,4%), Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (293%), Comércio (271,7%),

Serviços (120,5%), Administração Pública (25%) e Indústria de Transformação (14,3%) (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Se analisado de forma independente, o índice apresentado pela evolução da inserção de força de trabalho juvenil na faixa etária entre 18 e 24 anos no mercado formal de trabalho piauiense pode até ser considerado positivo. Porém, quando se toma o ano de 2010 e se compara o total da população contratada (46,9 mil) com o da população do estado situada na faixa etária entre 15 e 24 anos, que somava 603,9 mil pessoas (IBGE, 2010a), constata-se que somente 7,9% ocupavam uma vaga (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Apesar de representarem a maioria da população na capital entre os demais grupos etários, o ingresso do jovem de 18 a 24 anos no mercado de trabalho formal de Teresina ainda se mostrou muito insuficiente. Com efeito, esse grupo de trabalhadores constituiu o terceiro maior, representando, no último ano, 12,7% do total, a maior parte concentrada no setor do Comércio. Nesse período, segundo o IBGE (2010b), Teresina contava com uma PEA de 73,1 mil pessoas entre 18 e 24 anos, mas somente 31,6 mil exerciam alguma atividade no setor formal (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

A faixa etária entre 18 e 24 anos apresentou uma evolução de 100,2% ao longo do período estudado, com o maior crescimento ocorrendo no último ano devido, principalmente, às contratações realizadas na Construção Civil, 245,5%, no Comércio, 221% e em Serviços, 139,8%, segundo a Tabela 17.

Tabela 17– Trabalhadores por setor de atividade e faixa etária de 18 a 24 anos, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor	1990	2000	2010
Extrativa Mineral	63	21	71
Indústria de Transformação	3.408	3.202	3.572
Serviços Ind. de Ut. Pública	293	76	221
Construção Civil	1.250	1.751	4.319
Comércio	3.595	6.999	11.544
Serviços	3.897	4.506	9.345
Administração Pública	2.546	312	2.336
Agrop., Ext. Vegetal, Caça e Pesca	87	283	204
Ñ Class	646	00	-
TOTAL	15.785	17.150	31.612

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Porém, quando se analisa a evolução do mercado de trabalho em relação à idade, percebe-se que as duas faixas etárias, a que vai até 17 anos e a situada entre 18 e 24 anos, apresentaram, em todos os anos pesquisados, trabalhadores vinculados ao mercado formal, cujos números, se comparados ao total do emprego formal em Teresina e no Piauí, demonstram um descompasso do mercado e das empresas com o cumprimento das leis que

regulamentam o trabalho do menor no país. Ademais, sob outro ponto de vista, essa dificuldade de acesso dos jovens se deve também, segundo Pochmann (2007), ao fracasso dos sistemas nacionais de educação e de integração social da população juvenil. Na verdade, os maiores entraves à reprodução desse grupo social se refere à crise em andamento, da passagem do sistema educacional para o mundo do trabalho. Para o autor, a manifestação do desemprego estrutural entre os jovens

[...] torna mais distantes as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais e de vida vinculadas à ascensão social. O processo de imobilidade social intrageracional (a última ocupação não se diferencia do primeiro emprego), quando não o caso de regressão intergeracional (a posição de vida e trabalho do filho é inferior a do pai), pode tornar frustrada a perspectiva de construção de um futuro pelo trabalho decente, mesmo no ambiente de elevação da escolaridade (POCHMANN, 2007, p. 2).

Dessa forma, se o jovem é frustrado no ingresso e desenvolvimento no mercado de trabalho, suas chances de fracasso e de agravamento da condição juvenil surgem inevitavelmente reproduzidas pelo atraso educacional e a deterioração social. A inserção no mercado de trabalho de jovens entre 18 e 24 anos ganhou maior impulso, principalmente, a partir dos anos 2000, com a aprovação da Lei nº 10.748/2003, que criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), que atende aqueles com idade entre 16 e 24 anos e em situação de desemprego involuntário.

Para Pochmann (2000), o ingresso do jovem entre 15 e 24 anos no mercado de trabalho brasileiro passou por três ciclos distintos nas últimas décadas, com momentos diferentes de atividade e inatividade ao longo do século XX. No primeiro ciclo, ocorrido na década de 1930, houve um intenso crescimento da participação do jovem no mercado de trabalho; no segundo, do final da década de 1930 até 1970, deu-se uma inversão da primeira situação, na qual os jovens passaram a se dedicar mais aos estudos. Da década de 1970 até os dias atuais, novas mudanças ocorreram que alteraram a inatividade dos jovens e a sua transição para a atividade.

No entanto, Pochmann (2000) adverte que esse novo momento pode esconder outras facetas da atividade juvenil, como a realização de tarefas domésticas ou trabalhos voluntários ou temporários.

A maior fatia do mercado de trabalho formal piauiense foi ocupada por trabalhadores entre 25 e 39 anos, com uma evolução de 115,2% no período estudado, principalmente a partir de 2000, notadamente no Comércio, que cresceu 352,4%, e em Serviços, que subiu 157,6% (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Em Teresina, a situação desse grupo etário foi a mesma verificada no Estado, pois entre os anos pesquisados sua representatividade média foi de 46,8% do total da força de trabalho, com crescimento de 69,5%, segundo a Tabela 18. A PEA, nessa faixa etária, em 2010, somou 171,6 mil, conforme o IBGE (2010b), demonstrando a exclusão de 61 mil pessoas do mercado formal.

Tabela 18 – Trabalhadores por setor de atividade e faixa etária de 25 a 39 anos, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor	1990	2000	2010
Extrativa Mineral	303	36	124
Indústria de Transformação	4.842	6.963	10.085
Serviços Ind. de Ut. Pública	2.540	520	1.115
Construção Civil	3.612	4.824	11.846
Comércio	5.856	11.514	24.397
Serviços	14.422	18.239	39.466
Administração Pública	31.978	15.500	22.626
Agrop., Ext. Vegetal, Caça e Pesca	206	654	887
Ñ Class	1.463	00	-
TOTAL	65.222	58.250	110.546

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Em 1990, a grande maioria dos trabalhadores se concentrava na Administração Pública (49%) e em Serviços (22,1%), enquanto os 28,8% restantes estavam distribuídos nos demais setores.

Em 2000, o setor da Administração Pública sofreu retração de 51,5% enquanto outros cresceram como Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca (217,4%), Comércio (96,6%), Indústria de Transformação (43,8%), Indústria de Transformação (33,5%) e Serviços (26,4%).

Em 2010, todos os setores tiveram crescimento nessa faixa etária, com destaque para Serviços, com 116,3% ou 21,2 mil novos trabalhadores, a maior evolução absoluta, seguido pelo Comércio, com 12,8 mil trabalhadores ou 111,9%, a Administração Pública, com 7,1 mil ou 46% e a Construção Civil, com 7 mil ou 145,5%. Desse modo, na capital estão concentrados mais de 60% da força de trabalho do Piauí com esse perfil etário.

Na faixa etária de 40 a 64 anos também se inseriu o segundo maior contingente da força de trabalho piauiense, conhecido como trabalhadores maduros, que acumularam experiências, têm mais responsabilidades e detêm conhecimentos adquiridos ao longo da vida profissional. Assim, a evolução da participação do trabalhador adulto no mercado de trabalho piauiense, que na década de 1990 era pouco mais da metade do total da força de trabalho situada na faixa etária de 25 a 39 anos (82 mil), revelou-se superior a 210%, indo de 47,8 mil (1990) para 148,6 mil (2010), demonstrando que o segmento cresceu mais que os demais até

aqui abordados, com as maiores quantidades deles se concentrando, no Piauí, na Administração Pública, Serviços e Comércio (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Em Teresina, a faixa etária entre 40 e 64 anos, mais que dobrou, sendo o maior crescimento relativo (159,4%) dentre as demais estudadas, com sua representatividade sobre o total saltando de 29,2%, em 1990 e 38%, em 2000, para 40%, em 2010, conforme a Tabela 19. O total da PEA, em 2010, foi de 130,4 mil, dos quais 29,9 mil ficaram fora do mercado formal (IBGE, 2010b).

Tabela 19– Trabalhadores por setor de atividade e faixa etária de 40 a 64 anos, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor	1990	2000	2010
Extrativa Mineral	109	14	60
Indústria de Transformação	1.214	2.178	4.493
Serviços Ind. de Ut. Pública	1.430	1.838	2.348
Construção Civil	2.670	3.589	8.256
Comércio	1.327	2.742	7.341
Serviços	6.230	11.124	29.455
Administração Pública	25.007	25.440	48.072
Agrop., Ext. Vegetal, Caça e Pesca	70	349	421
Ñ Class	658	00	-
TOTAL	38.715	47.274	100.446

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Nessa faixa etária, grande parte da força de trabalho formal de Teresina se concentrava na Administração Pública, que cresceu 92,2% ao longo do período. Todos os setores apresentaram crescimento, exceto a Extrativa Mineral, que diminuiu 45% do total de trabalhadores em relação a 1990, segundo a Tabela 19. Participam desse grupo etário os trabalhadores do gênero masculino situados na faixa etária de 30 a 49 anos, denominados por Castel (2008, p. 515) de “[...] núcleo sólido da força de trabalho [...]”.

Contudo, é na faixa etária que começa aos 65 anos que se encontram as maiores vítimas do preconceito social da idade, que atinge não somente os profissionais sem qualificação, mas também aqueles com nível superior e qualificados que, uma vez desempregados, enfrentam dificuldades de reintegração ao mercado de trabalho. Numa sociedade marcada pelas rápidas mudanças operadas pelas inovações tecnológicas na qual o novo torna-se rapidamente obsoleto e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho atinge todas as faixas etárias e classes sociais, o que dizer de quem alcançou uma idade mais elevada? Se o ritmo das mudanças descarta a todo o momento os produtos mais avançados, a força de trabalho é uma mercadoria que também fica considerada obsoleta (PERES, 2004).

O mundo do trabalho tem criado uma série de estereótipos negativos para classificar a força de trabalho com esse perfil etário. Ao contratarem, as empresas dão preferência aos

mais jovens, considerados mais dinâmicos, ativos, produtivos, eficazes e envolvidos, ao demitir, a lista de prioridades se inicia pelos trabalhadores mais velhos cuja capacidade produtiva é tida como baixa, além de um rol outros termos descaracterizadores, como lentidão, ineficácia, rigidez, desatualização, inflexibilidade, etc. Essa situação atinge duplamente a população de idade avançada porque as condições de trabalho e a exploração da força de trabalho fazem com que o trabalhador de idade mediana se sinta cansado e incapaz, como resultado de um processo precoce de deterioração natural. É que, não tendo sua força de trabalho mais atrativa ao capital, cai nas fileiras dos sobrantes, quando não passa para um posto inferior na indústria, com salários mais baixos. Como excedente, esse trabalhador submete-se a todo tipo de trabalho precário, temporário e informal, para sobreviver e, se não consegue, tem como destino a assistência pública ou filantrópica.

Assim, após 60 anos, é próprio da lógica da acumulação capitalista, segundo Marx (1996, p. 273), o aparecimento da superpopulação relativa latente de idade mediana denominada de lumpemproletariado, que “[...] são notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador [...]”. Além disso, diz Marx (1996) que a indústria necessita mais de contingentes de trabalhadores em idade jovem e menos em idade adulta.

De um modo geral, isso é o que se observa em relação à força de trabalho piauiense situada na faixa etária a partir dos 65 anos, que ocupa a quarta posição no conjunto dos trabalhadores do mercado formal piauiense, com 1% sobre o total, em média, e um crescimento de 146%, sendo que, nos três períodos pesquisados, mais da metade se concentrava na Administração Pública. Embora tenha apresentado uma evolução significativa, o crescimento, em termos quantitativos, foi baixo: passou de 1,7 mil, em 1990, para 4,2 mil, em 2010 (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Nesse sentido, segundo a Tabela 20, constatou-se que esse grupo representou, em média, 1,1% sobre o total de trabalhadores de Teresina e um crescimento de 119% no período analisado. Contudo, o total da PEA situada na faixa etária entre 60 e 70 anos, em 2010, de 20,6 mil (IBGE, 2010b), mostra um baixo aproveitamento da força de trabalho formal senil.

Tabela 20 – Trabalhadores por setor de atividade e faixa etária de 65 anos ou mais, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor	1990	2000	2010
Extrativa Mineral	04	00	01
Indústria de Transformação	08	25	39
Serviços Ind. de Ut. Pública	23	18	101
Construção Civil	63	30	124
Comércio	26	48	87
Serviços	107	125	619
Administração Pública	1.276	1.005	2.345
Agrop., Ext. Vegetal, Caça e Pesca	00	02	11
Ñ Class	12	00	-
TOTAL	1.519	1.253	3.327

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Em todos os setores, verificou-se uma pequena participação desse grupo etário no mercado formal de Teresina, embora a Administração Pública se tenha destacado por concentrar, em média, 78% do total deles nos três anos pesquisados, segundo a Tabela 20.

Além da maior idade, o gênero é outro empecilho enfrentado pelos trabalhadores, especialmente quando se analisa a inserção das mulheres no mercado formal. O estudo do sexo na ocupação dos postos de trabalho é um importante fator de análise para a determinação da dinâmica e do perfil da força de trabalho de uma região, pois através dele é possível avaliar em que medida homens e mulheres participam do mercado de trabalho local e em quais atividades e setores ocorre uma maior demanda por um ou outro.

A participação crescente das mulheres no mercado de trabalho tem sido marcada por uma série de adversidades, que se ligam às dificuldades socioeconômicas do Brasil nas últimas décadas. O trabalho feminino tem enfrentado muitas dificuldades, que vão desde a sua forma de inserção no mercado, com o pagamento de baixos salários, à ocupação de postos precários, passando pela discriminação na contratação e promoção profissional, entre outras, até o imperativo de conciliar o trabalho fora de casa com o realizado na esfera doméstica, como cuidar da casa e dos filhos. Para Mészáros (2002, p. 272),

a entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, em extensão tão significativa que hoje elas já chegam a constituir maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação. Em vez disso, apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter [...].

Segundo Hirata e Kergoat (2007), a divisão do trabalho em gêneros decorre das relações sociais entre os sexos e representa o fator mais importante para a sobrevivência dessas relações. Esse formato foi moldado histórica e socialmente e tem como características a atuação prioritária dos homens no âmbito produtivo e das mulheres no reprodutivo,

simultaneamente, de sorte que aquelas com maior valor social adicionado são apropriadas por eles.

Esse modo peculiar de divisão social do trabalho segundo o gênero leva em consideração o princípio da separação, no qual se distinguem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico, no qual um trabalho de homem tem mais valor que um trabalho de mulher. A validade desses princípios é reconhecida em todas as sociedades, no tempo e no espaço, e podem ser colocados em prática de acordo com um processo particular de legitimação, a ideologia naturalista, que reduz “[...] o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599). Segundo Antunes (2009, p. 105),

na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas a mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

Além dessas grandes distinções, a exploração do trabalho feminino apresenta outro ponto decisivo, que se articula com as questões de classe, pois a mulher trabalhadora, geralmente, realiza uma jornada de trabalho dentro e outra fora de casa e, ao fazê-lo, é duplamente penalizada pelo capital. É que, ao exercer atividades no espaço fabril e no universo da vida privada, possibilita ao capital apropriar-se da reprodução da força de trabalho delas mesmas e dos maridos e filhos. Na verdade, na ausência dessa esfera de reprodução não mercantil do trabalho feminino, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam comprometidas ou inviabilizadas.

Ademais, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, as relações entre gênero e classe permitem constatar constantemente uma consolidação do que Antunes (2009, p. 109) chamou de “[...] construção social sexuada [...]”, na qual homens e mulheres trabalhadores recebem, a partir da família e da escola, diferentes orientações para o ingresso no mercado, resultando em uma apropriação desigual dessa divisão sexual do trabalho pelo capitalismo.

É evidente, pois, que a ampliação do trabalho feminino nas últimas décadas é, em parte, resultante do processo de emancipação parcial da mulher como resposta às diferentes formas de opressão masculina fundamentada na divisão social e sexual do trabalho que o capital incorpora de modo desigual e diferenciado. Apesar de 40% da força de trabalho de vários países avançados ser formada por trabalhadoras, ela está preferencialmente radicada no trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado (ANTUNES, 2009).

Dessa forma, para entender a situação do trabalho quanto ao gênero no Piauí, no período considerado, são necessárias algumas considerações acerca da evolução desse grupo populacional. Em meados de 1992, a população do Piauí somava 2,5 milhões de pessoas, sendo 1,2 milhão do sexo masculino e 1,3 milhão do feminino. A PEA do Estado era de 716,3 mil para homens e de 422,4 mil para mulheres, com taxa de atividade total de 59,4%, sendo mais elevada entre a população masculina, 77,3%, que entre a feminina, 42,6% (IBGE, 2001).

No último ano da década (1999), a população do Estado aumentou para 2,7 milhões, sendo 1,3 milhão do sexo masculino e 1,4 milhão, do feminino, com uma PEA total de 1,4 milhão (808,2 mil de homens e 626,9 mil de mulheres), havendo uma elevação da taxa de atividade total de 55,6% para 66,6%, devido, principalmente, ao aumento da participação feminina, que subiu para 55,6%, enquanto a masculina cresceu 78,7% (IBGE, 2001).

Em 2010, o Censo do IBGE (2010b) contabilizou uma população masculina de 1,5 milhão, sendo 769,9 mil com 10 anos ou mais de idade e em condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas, mas somente 211,9 mil com emprego formal. Quanto ao sexo feminino, o Estado contava com 1,5 milhão de pessoas, das quais 549,3 mil tinham 10 anos ou mais de idade e condição de exercer atividade na semana de referência de economicamente ativas, mas somente 165,4 mil estavam no mercado formal (IBGE, 2010a).

Cabe destacar, ainda, que em 2010 a população não economicamente ativa do gênero feminino somava 785,2 mil contra 493,4 mil do masculino, demonstrando que no Piauí o contingente de mulheres fora do mercado de trabalho formal era superior ao dos homens (IBGE, 2010a). No período considerado, houve um acréscimo de 104,8% trabalhadoras no mercado formal do Piauí, que passou de 80,7 mil, em 1990, para 165,4 mil, em 2010, de sorte que as evoluções mais significativas estavam ligadas ao Comércio (415,2%), Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (338,2%), Serviços (267,1%) e Administração Pública (52,1%), com uma redução na Extrativa Mineral e em Serviços Industriais de Utilidade Pública (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

A força de trabalho masculina, por sua vez, cresceu 128,8%, indo de 92,6 mil para 211,9 mil, distribuídos entre todos os setores de atividade. Entre os trabalhadores masculinos, as maiores evoluções se registraram na Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (445%), Comércio (291,2%), Construção Civil (287,8%), Serviços (138,7%) e Indústria de Transformação (95,7%), exceto os Serviços Industriais de Utilidade Pública, que teve queda de contratação em 2000, de 30,3%, porém com uma recuperação de 35,4%, em 2010.

Na análise da composição de gênero do mercado de trabalho formal de Teresina, verificou-se um número de homens superior ao de mulheres em 1990, diferença que subiu para 44,5%, em 2000 e se reduziu para 30,8%, em 2010, segundo a Tabela 21. No entanto, no período, deu-se um crescimento da força de trabalho formal masculina de 103,2%, enquanto a feminina se elevou 67,5%.

Tabela 21– Trabalhadores, por setor de atividade e gênero, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor		1990	2000	2010
Ext. Mineral	M	289	79	226
	F	190	26	31
Ind. Transformação	M	7.024	8.572	12.888
	F	2.987	3.873	5.423
Serv. Ind. Ut. Pública	M	3.491	2.006	3.187
	F	1.089	446	598
Const. Civil	M	7.189	9.678	23.402
	F	660	533	1.172
Comércio	M	7.612	14.241	27.627
	F	3.516	7.198	16.376
Serviços	M	16.528	20.466	43.024
	F	9.548	13.670	36.166
Adm. Pública	M	27.255	23.723	34.269
	F	41.373	18.574	41.121
Agropecuária	M	334	1.179	1.362
	F	53	118	163
Ñ Class	M	2.093	00	-
	F	915	00	-
TOTAL	M	71.815	79.944	145.985
	F	60.331	44.438	101.050

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Conforme Tomás et al. (2008), a trajetória de transição para o ingresso no mercado de trabalho de homens e mulheres apresenta padrões distintos, o que pode significar uma preparação diferenciada a que são submetidos na família, que se baseia em padrões e valores dos membros adultos, historicamente definidos por uma divisão sexual do trabalho. Para Borjas (2012, p. 57),

as taxas de participação de mulheres na força de trabalho também são influenciadas pelas mudanças tecnológicas no processo de produção doméstica. Há notáveis avanços tecnológicos que economizam tempo na produção doméstica, o que incluem fogões, máquinas de lavar roupas e fornos de micro-ondas. Como resultado, a quantidade de tempo necessária para produzir muitos produtos domésticos foi reduzida drasticamente no século XX, liberando o tempo escasso para as atividades de lazer e trabalho no mercado de trabalho.

Além das inúmeras variáveis que contribuem para uma vantagem do sexo masculino sobre o feminino, nesse caso a inserção das mulheres é afetada pela nupcialidade e

fecundidade, fatores que têm contribuído para que muitas tenham sido preteridas em algumas funções do mercado de trabalho em detrimento dos homens.

É notório que as contratações de trabalhadoras, no mercado formal de Teresina, têm aumentado, no entanto se mostraram insuficientes, com muitas atividades ocorrendo na informalidade, já que a cidade possuía 191,3 mil mulheres com 10 ou mais anos com condição de economicamente ativas e 183 mil não economicamente ativas, das quais 166,9 mil estavam ocupadas e somente 101 mil, legalizadas, em 2010 (IBGE, 2010b).

Em relação aos homens, Teresina possuía 216,5 mil com 10 ou mais anos com condição de atividade de economicamente ativos e 103,2 mil não economicamente ativos, dos quais 200,9 mil tinham alguma ocupação e 145,9 mil pertenciam ao mercado formal (IBGE, 2010b).

Em termos de representatividade da força de trabalho formal de Teresina, em 1990, as trabalhadoras perfaziam 45,7%, que em 2000 diminuíram para 35,7%, pelo arrefecimento da contratação no mercado local e, em 2010, cresceram para 41%, segundo a Tabela 21.

Os setores que concentraram as maiores quantidades de trabalhadores do sexo feminino foram a Administração Pública e o de Serviços. Porém, observou-se uma elevação nos percentuais de contratação desse grupo no Comércio (365,7%), Serviços (278,7%), Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca (207,5%) e Indústria de Transformação (81,5%). Em outros, como Extrativa Mineral e Serviços Industriais de Utilidade Pública viu-se uma diminuição ao longo do período estudado.

A predominância de trabalhadoras na Administração Pública, segundo Souza-Lobo (1991, p. 164), está relacionada “[...] com a maior estabilidade oferecida no emprego público para as mulheres: o respeito às legislações sobre a maternidade, a não-discriminação com as trabalhadoras que têm filhos, etc.” Mas importa observar que, no mercado de trabalho formal de Teresina, em alguns setores, como o Comércio e Serviços, o trabalho feminino tem crescido muito, como no Brasil, o que, conforme Souza-Lobo (1991, p. 19), pode ser entendido pela articulação de quatro fatores principais:

- a obrigação de contribuir no orçamento familiar, causada pela queda do salário real, a partir de 1964;
- a natureza e a dinâmica do crescimento no Brasil, que ocasionou, principalmente em certos segmentos da indústria metalúrgica, a criação de grande número de novos empregos que exigiam habilidade, destreza e comportamento minucioso, qualidades “próprias” da mão de obra feminina;
- as modificações na organização do processo de trabalho, que se traduziram, nas grandes empresas, por uma decomposição mais acentuada das tarefas e, portanto, por um trabalho mais simples, mais rotineiro, menos qualificado, o que permite a utilização de mão de obra nova, não-qualificada ou semiquificada;

-as mudanças no processo de trabalho, que provocaram a transferência, a nível burocrático, das funções de planificação e de organização da indústria e, por isso, a criação de cargos de execução simplificados, ocupados de preferência por mulheres.

Uma das formas encontradas pelas trabalhadoras para inserir-se no mercado de trabalho formal de Teresina foi a qualificação escolar. De fato, em 2010, a quantidade de mulheres com 10 ou mais anos de idade que frequentavam a escola foi superior ao total de homens, 110,8 mil e 95,7 mil, respectivamente (IBGE, 2010b). Quanto às pessoas sem ocupação, a quantidade das do sexo feminino com 10 ou mais anos de idade (79,5 mil) que frequentam a escola também supera as do sexo masculino (67,5 mil), consoante o IBGE (2010b).

Nesse sentido, pode parecer que o mercado de trabalho provoca dessemelhanças e discriminações em razão das diferenças entre as pessoas, cuja renda acaba se concentrando nas mãos de poucos que nele conseguem uma posição, enquanto a maioria fica desempregada ou subordinada a empregos precários, sem expectativa de promoção social e de permanência no mercado. Contudo, a necessidade de inserção e de maior participação no mercado de trabalho formal por pessoas de ambos os sexos, combinada ao imperativo do capital de obter maior produtividade e aumento dos lucros, têm aberto o caminho para uma nova concepção de emprego, que ganhou espaço e centralidade com a chegada dos anos de 1990, de modo que a empregabilidade tem sido definida, segundo Gentili (2005, p. 52), “[...] como o eixo fundamental de um conjunto de políticas supostamente destinadas a diminuir os riscos sociais do grande tormento deste final de século: o desemprego.”

Atualmente, existe um relativo consenso entre as administrações neoliberais e boa parte dos seus opositores sobre o papel da empregabilidade como o componente que articula os elementos que dominariam a crise do desemprego num contexto de dinamização dos mercados de trabalho com base na diminuição dos encargos patronais, a flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente (GENTILI, 2005). Por isso, é importante compreender o papel da empregabilidade na construção e legitimação de um novo senso comum sobre o trabalho, a educação, o emprego e a própria individualidade, sendo a educação o elemento que passou a ser considerado como o aspecto central da promessa integradora da referida empregabilidade.

A falácia da educação como meio de ascensão econômica, pregada pela Teoria do Capital Humano, saiu intacta do anonimato das entrelinhas de clássicos como Alfred Marshall e Adam Smith para o primeiro plano das discussões econômicas contemporâneas que trazem a exigência de escolaridade como imperiosa no capitalismo atual, como forma, por um lado, de

induzir os trabalhadores a melhorar a capacidade produtiva e, de outro, como um modo de fazê-los crer nela como a melhor maneira de melhorar de vida. No entanto, se se pode afirmar que a educação enriquece um país e, em termos macroeconômicos, a melhoria educacional de sua força de trabalho aumenta-lhe a capacidade produtiva, não deve ela ser tomada como a única saída para o enriquecimento social, pois os trabalhadores, ao se qualificarem, ampliam a capacidade produtiva além do esperado e geram excedentes apropriados pelos capitalistas e que, ao mesmo tempo, valorizam o capital.

Segundo Pochmann (2004), a dialética do mercado de trabalho exclui e destrói as contribuições proporcionadas pela educação, aumentando, conseqüentemente, as desigualdades sociais do país, sem dizer que as taxas de desemprego vêm crescendo entre a população mais escolarizada, ocasionando um excedente de mão de obra nesse seguimento. A introdução de tecnologias, o desenvolvimento de instrumentos de produção, a qualificação da força de trabalho pela educação escolar ou programas de treinamento se apresentam, pois, como saída para o aumento do excedente do trabalho a ser apropriado pela empresa, gerando-lhe maior produtividade.

O avanço tecnológico traz consigo uma profunda contradição: o manuseio de máquinas altamente sofisticadas requer trabalhadores devidamente preparados, mas torna supérflua a qualificação, mesmo a mais simples, que o operário deveria ter para operar a maquinaria tradicional. Para Rossi (1980, p. 42),

[...] o capitalismo, ao buscar um constante aperfeiçoamento dos meios de produção, ao aperfeiçoar a tecnologia utilizada nas fábricas e escritório, transforma, cada vez mais, o trabalho intelectual tradicional, cujos trabalhadores comporiam a nova classe média, em trabalho manual.

Marcado por desigualdades sociais e regionais, não poderia o Brasil ser diferente quanto à escolaridade de sua população, que nas regiões menos desenvolvidas economicamente, apresentaram os piores indicadores de analfabetismo⁵⁴. No Nordeste, que tem cerca de 8 milhões de analfabetos, afirma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que isso é quase 50% do total das pessoas nessas condições no país.

Entre 1992 e 1999, a taxa de redução do analfabetismo⁵⁵ no Piauí foi de 14,1%, passando de 36,8%, em 1992, para 31,6%, em 1999, ficando abaixo da média nacional

⁵⁴ Segundo o conceito utilizado pelo IBGE (2001), uma pessoa alfabetizada é aquela capaz de ler e escrever um bilhete simples no seu idioma.

⁵⁵ O INEP considera analfabeta a pessoa com 15 anos ou mais de idade que não se encaixe na definição do IBGE.

(22,7%) e da média do Nordeste (18,7%), e mais positiva que a média dos estados de seu porte, como Alagoas (8,4%) e Sergipe (10,7%), segundo o IBGE (2001).

Em 2000, dos 2,8 milhões de habitantes do Piauí, 43,8% eram analfabetos ou 1,5 milhão alfabetizado, uma taxa de alfabetização de 71,4% (IBGE, 2000).

Em 2010, o percentual de analfabetos caiu para 29,4% e aumentou a taxa de alfabetização para 77,1%, de sorte que dos 3,1 milhões de habitantes, 2,2 milhões eram alfabetizados (IBGE, 2010a).

Frise-se que dadas as novas determinações impostas para a composição do perfil do trabalhador moderno, a partir da década de 2000 o analfabetismo vem sendo eliminado do mercado de trabalho formal piauiense.

Em 1990, era de 2,8% ao ano, em 2000, caiu para 2,5%, e em 2010 foi de 0,8%. No período analisado, passou-se de 4,9 mil analfabetos por ano, em 1990, para 3,2 mil, em 2010 (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Além disso, no mercado de trabalho formal piauiense, no período considerado, observou-se uma predominância de trabalhadores analfabetos do gênero masculino sobre os do feminino.

Contudo, em todos os setores de atividade apresentou-se uma tendência de eliminação da força de trabalho analfabeta em ambos os sexos: de 29,7%, entre os homens e 53,2%, entre as mulheres (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Em Teresina, a participação de trabalhadores de ambos os sexos analfabetos no mercado de trabalho formal é quase nula e tem diminuído, ao longo dos anos pesquisados, em 36,5%, segundo a Tabela 22.

Tabela 22 – Trabalhadores por setor de atividade, gênero e grau de instrução Analfabeto, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor		1990	2000	2010
	M	16	01	06
Ext. Mineral	F	01	01	00
	M	461	354	143
Ind. Transformação	F	40	35	22
	M	32	01	35
Serv. Ind. Util. Pub.	F	05	00	02
	M	759	927	614
Construção Civil	F	04	10	02
	M	258	221	81
Comércio	F	40	19	06
	M	611	590	357
Serviços	F	131	107	83
	M	379	369	418
Administração Pública	F	138	173	125
Agropecuária, Ext. Vegetal,	M	56	318	62
Caça e Pesca	F	05	14	02
	M	127	00	-
Ñ Class	F	20	00	-
	M	2.699	2.781	1.716
TOTAL	F	384	359	242
TOTAL GERAL		3.083	3.140	1.958

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Os setores que concentraram as maiores quantidades de trabalhadores analfabetos foram Administração Pública, Construção Civil e Serviços, com uma predominância do sexo masculino sobre o feminino. Sobre a subida de poucos e a descida de muitos proporcionada pela presença ou ausência de escolaridade, Rossi (1980) afirma que há uma relação dialética entre ambos. A ascensão de poucos é imprescindível não somente para a confirmação do sistema ideológico das classes dominadoras, mas também porque se constitui no intrincado mecanismo de valorização-desvalorização do trabalho que nos dois sentidos amplia o excedente apropriado pela empresa. A ascensão tem um preço, a adesão, ou um reverso, a exclusão.

O debate da educação dos trabalhadores ganhou um novo fôlego nessa nova fase da reestruturação produtiva a partir da década de 1990, quando as noções de capacidade e qualidade do trabalho juntaram-se ao novo conceito de produtividade como aspectos principais, tornando-se, o mais importante diferencial competitivo entre as organizações. O conceito de educação foi, assim, retrabalhado para que as novas referências curriculares possam contemplar e dotar o trabalhador de um perfil amplo e generalista, promovendo-o para uma iniciação à cultura específica do novo padrão tecnológico.

Esse novo perfil é exigido não somente dos trabalhadores mais escolarizados, mas também dos alocados em um nível de instrução inferior, como no caso da grande maioria da mão de obra formal que ocupa algum posto no mercado de trabalho piauiense e, em particular, do teresinense. Essa grande massa laboral com baixa escolarização vai sendo descartada do mercado em favorecimento dos mais capacitados e dotados de maiores competências. No entanto, é nestes que o capitalismo se apóia para a realização das tarefas mais rudes e para servirem como objeto de intensa exploração, seja pelo pagamento de salários mais baixos, seja pelo aumento da jornada de trabalho. No Piauí, em 2010, somavam eles 2 milhões de pessoas sem grau de instrução, fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, segundo o IBGE (2010a).

Constatou-se, assim, que no período de 1990 a 2010 houve um aumento de 33,1% da força de trabalho com baixa escolarização no mercado formal piauiense, passando de 97,3 mil, em 1990, para 129,5 mil, em 2010. No primeiro ano, representara 56,1% do total de trabalhadores formais, em 2000, chegou a 59,6% e, em 2010, diminuiu para 32,9%, percentual ainda considerado alto, uma vez que, nos dois primeiros anos, expressaram a primeira maior parcela dos trabalhadores formais piauienses e, em 2010, a segunda, configurando uma situação de precariedade que se sustenta na exploração crescente desse tipo de força de trabalho, notadamente os do sexo masculino (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Contudo, do total de indivíduos com 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas e sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, em 2010, segundo o IBGE (2010a), havia, no Piauí, 891,6 mil, enquanto o mercado de trabalho formal absorveu somente 14,8%.

Nos anos de 1990 e 2000, a maior parte dos trabalhadores formais de ambos os sexos, com esse grau de instrução, podia ser encontrada na Administração Pública, porém, em 2010, a Construção Civil abrigou a maior parcela dos homens (23,9 mil) e a Administração Pública continuou empregando a maior quantidade de mulheres (15 mil)(BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Em Teresina, os graus de instrução fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto eram os possuídos pela maior parte dos trabalhadores formais nos anos de 1990 e 2000, que representavam, respectivamente, 53% e 56,8% do total, segundo a Tabela 23. Os maiores números de trabalhadores com esses graus de instrução foram encontrados na Administração Pública, seguido por Serviços, Comércio e Indústria de Transformação, com destaque para os trabalhadores do gênero masculino.

Tabela 23 – Trabalhadores por setor de atividade, gênero e grau de instrução Fundamental incompleto⁵⁶, Fundamental completo e Médio incompleto, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor		1990	2000	2010
Ext. Mineral	M	108	75	150
	F	14	19	11
Ind. Transformação	M	5.634	6.635	7.315
	F	2.486	2.593	2.400
Serv. Ind. Util. Pub.	M	1.429	986	1.720
	F	201	43	106
Construção Civil	M	5.617	7.849	19.313
	F	186	178	365
Comércio	M	5.213	8.907	9.702
	F	1.520	1.905	2.433
Serviços	M	9.101	12.144	16.196
	F	2.715	4.509	7.645
Administração Pública	M	17.599	14.584	8.360
	F	13.376	9.403	2.947
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	M	254	718	1.154
	F	33	43	73
Ñ Class	M	1.345	00	-
	F	282	00	-
TOTAL	M	46.300	51.967	63.910
	F	23.784	18.699	15.980
TOTAL GERAL		70.084	70.666	79.890

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Em 2010, esses graus de instrução passaram a ocupar a segunda posição em escolaridade entre os trabalhadores de Teresina (247 mil), representando 32,3% do total, segundo a Tabela 23. Nesse ano, a Construção Civil abrigou a maioria, seguido por Serviços, Comércio e Administração Pública, com predominância do gênero masculino.

Ficou evidente, ainda, que a evolução desses graus de instrução entre os trabalhadores de Teresina foi de 14% nos anos pesquisados, sendo constatada uma evolução positiva na contratação de trabalhadores do gênero masculino, que cresceu 38%, enquanto os do feminino diminuíram 32,8%, segundo a Tabela 23. A esses trabalhadores com mais habilidades manuais e técnicas destinou-se boa parte das vagas do mercado de trabalho o que mostra que a rotina e o parcelamento do trabalho em tarefas mais simples admitem a substituição do trabalhador semiqualficado pelo menos qualificado e do trabalho do homem pelo da mulher.

Segundo Paiva e Ratnner (1985), os simpatizantes do capitalismo monopolista de Estado defendem a ideia de que o avanço técnico-científico provoca o aumento da qualificação. Ou seja, as transformações na base técnica de produção alterariam a estrutura da

⁵⁶Segundo o MTE, em 1990 e em 2000, o grau de instrução fundamental incompleto apresentou a seguinte classificação: até a 4ª série incompleta, 4ª série completa e 8ª série incompleta; a partir de 2005, o grau de instrução considerado foi classificado em 5º incompleto, 5º completo fundamental e do 6º até o 9º ano fundamental.

força de trabalho no ambiente de trabalho e as funções correspondentes, ocasionando uma elevação da qualificação dos trabalhadores e o surgimento de novas relações produtivas.

Porém, para os críticos dessa visão, que Paiva e Ratner (1985, p. 99) chamaram de “[...] humanisto-futurista [...], a teoria está equivocada não somente no diagnóstico das condições do capitalismo tardio, que coloca no centro das atenções a revolução técnico-científica e não as leis gerais de funcionamento da economia capitalista, mas também nas suas consequências em relação à qualificação da força de trabalho. A tendência histórica da qualificação não é mais determinada pelas leis do capitalismo, mas pelos problemas técnicos do progresso, no qual o grau de complexidade do trabalho e a qualificação laboral desenvolvem-se separadamente. Assim,

o desenvolvimento específico do modo de produção capitalista torna possível utilizar trabalho complexo, no qual a produtividade social do trabalho se apresenta, por exemplo, em maquinaria altamente desenvolvida, que só precisa ser combinada com mero trabalho de massa (OTTEN, 1973 apud PAIVA, 1985, p. 100).

A produtividade do trabalho se desvincula da qualificação da força de trabalho porque a elevação da primeira não corresponde, necessariamente, a um aumento da segunda. Logo, seja na arena real das relações de produção, seja na arena ideológica, é a educação como um instrumento enigmático das classes dominantes em sua luta inabalável pela manutenção e reprodução do seu domínio sobre as demais, que a ampliação da capacidade produtiva se dá com a qualificação da força de trabalho.

O incremento do excedente de produção apropriado pela empresa só pode ser obtido com a elevação da produtividade do trabalho, já que não se consegue mais a expansão legal da jornada, por causa dos impedimentos estabelecidos. Dessa forma, o aumento dependerá, segundo Rossi (1980, p. 41),

[...] não só da introdução de nova tecnologia, do desenvolvimento dos instrumentos de produção, mas também da preparação de mão de obra qualificada através da educação escolar ou dos programas de treinamento nas fábricas, oficinas ou escolas.

Nesse sentido, constatou-se uma elevação significativa (211,2%) da participação da força de trabalho formal no mercado laboral piauiense com grau de instrução médio completo e superior incompleto, nos anos estudados. Levando-se em consideração o conjunto de trabalhadores desse mercado e a quantidade deles com o ensino médio completo e superior incompleto pode-se verificar que ocuparam a segunda posição em termos de representatividade, com 32,8%, em 1990, e 31%, em 2000. Em 2010, assumiu a primeira

posição, com 45,1% do total de trabalhadores (393,3 mil) com esse grau de instrução, um crescimento de 178% (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Do total de pessoas com 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas e com nível de instrução médio completo e superior incompleto, em 2010, segundo o IBGE (2010a), havia, no Piauí, 308,4 mil, dos quais somente 57,5% foram absorvidos pelo mercado de trabalho formal (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a). O maior crescimento desse grau de instrução se deu entre os trabalhadores do sexo masculino (365,7%), enquanto os do feminino, que tinham um número superior em 1990 e 2000, apresentaram uma evolução de apenas 129,4%, ficando abaixo dos primeiros (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Em Teresina, os trabalhadores com grau de instrução médio completo e superior incompleto ocuparam a segunda posição em 1990 e 2000, cuja representatividade sobre o total foi de 23,9% (132,1 mil) e 30,8% (124,3 mil), respectivamente (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a). Os setores que concentraram a maior parcela de trabalhadores com esses graus de instrução foram a Administração Pública, Serviços e Comércio, no qual se constatou que o gênero feminino se sobressaiu ao masculino, embora, de um modo geral, nos dois primeiros anos, as mulheres tenham apresentado um nível instrucional maior que o dos homens.

Em 2010, o crescimento da força de trabalho formal com esse grau de instrução foi de 195,6%, mostrando uma clara reação do mercado local às exigências de qualificação através da escolaridade, típicas do atual regime de acumulação capitalista. De certo modo, é preciso concordar com Paiva (1985, p. 84) quando afirma que “[...] as transformações que ocorrem na produção provocam modificações nas qualificações requeridas, criando necessidade de formação de força de trabalho com as novas qualificações exigidas.”

Apesar de Teresina apresentar um total de 197,5 mil pessoas com 10 ou mais anos de idade com esses graus de instrução (IBGE, 2010b), somente 113,2 mil estavam ocupadas no mercado formal, de forma que a sua representatividade sobre o total do mercado formal local passou para 45,8%, com concentração de trabalhadores em Serviços, seguido por Administração Pública e Comércio, sendo, nos dois primeiros, a maioria formada por mulheres (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Logo, a maior evolução apresentada entre os graus de instrução estudados foi no médio completo e superior incompleto, que cresceram 137,3%, sendo maior entre os trabalhadores do gênero masculino (268,7%) que do feminino, que aumentaram somente 70,3%, segundo a Tabela 24.

Tabela 24 – Trabalhadores, por setor de atividade, gênero e grau de instrução Médio completo e Superior incompleto, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor		1990	2000	2010
	M	95	03	52
Ext. Mineral	F	130	06	14
	M	814	1.448	5.104
Ind. Transformação	F	419	1.183	2.798
	M	1.044	734	1.007
Serv. Ind. Util. Púb.	F	529	288	287
	M	532	709	3.080
Construção Civil	F	366	298	650
	M	2.029	4.952	17.159
Comércio	F	1.900	5.138	13.078
	M	4.570	5.984	18.340
Serviços	F	5.114	7.486	18.575
	M	6.659	5.142	14.534
Administração Pública	F	22.647	4.819	18.387
Agropecuária, Ext. Vegetal,	M	16	67	132
Caça e Pesca	F	60	54	58
	M	305	00	-
Ñ Class	F	470	00	-
	M	16.111	19.039	59.408
TOTAL	F	31.610	19.272	53.847
TOTAL GERAL		47.721	38.311	113.255

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Dessa forma, o aumento de escolaridade pode ensejar o alcance de alguns degraus a mais no mercado de trabalho no caso de alguns indivíduos da classe trabalhadora, o que se reveste do caráter de excepcionalidade e atende à necessidade do sistema capitalista de se realçar o mérito individual, no qual, segundo Rossi (1980, p. 45),

a ideologia da classe dominante acena aos oprimidos e despojados com a possibilidade de que venham a tornar-se também dominadores. A educação, que aparece como instrumento de ‘mobilidade social’, pode, por exceção, ensejar a ascensão individual de um trabalhador, mas não será hábil para alterar a condição da classe trabalhadora.

Para Pochmann (2006), ao contrário do que prevê a Teoria do Capital Humano, os mais escolarizados no Brasil são os mais punidos no interior do mercado de trabalho. Em um quadro de estagnação econômica, reduzido investimento tecnológico e crescente precarização dos postos de trabalho, como se deu nas últimas duas décadas, a melhoria dos níveis de escolaridade se mostrou impossibilitada de potencializar a geração de empregos.

A elevação do grau de escolaridade do operariado não significa, necessariamente, que houve uma ampliação do seu saber, e menos ainda que desenvolveu a capacidade de visualizar além do trabalho alienado, constituindo um desafio a união entre saber e fazer, uma junção que as constantes modificações na organização técnica e social da produção capitalista afastam.

Além disso, com a ascensão a níveis escolares mais altos, a qualificação dos trabalhadores não evolui no mesmo ritmo e intensidade. Segundo Lucena, França e Palafox (2009, p. 152), deve-se estar

[...] atento à exploração gratuita, por parte da empresa, dos saberes formais dos trabalhadores adquiridos nas escolas, consolidando relações em que mesmo diplomados em nível superior exercem funções não condizentes com a sua formação intelectual. Esses atuam como executantes e, através de políticas empresariais de sugestões no processo produtivo, têm seus saberes solicitados em troca de uma “promessa subjetiva de continuidade no emprego”, enquanto que na realidade não recebem nada por isso. Em alguns casos, o risco que correm é que suas sugestões voltem-se contra eles mesmos, racionalizando, ainda mais, o processo produtivo e custando o próprio emprego de quem as criou: a criação volta-se contra o próprio criador.

Se, por um lado, se faz necessária a elevação da formação escolar dos trabalhadores, esses representam um pequeno número dentre todos. Ademais, a forma através da qual se aumenta a extração do excedente desse grupo de trabalhadores será pela intensificação do trabalho, com ampliação da sua velocidade, conduzida pela racionalização dos tempos e movimentos e, sempre que os fatores políticos permitirem, o capitalismo providenciará o rebaixamento dos salários, seja pela substituição do pessoal com mais qualificação pelo com menos, seja pelos desníveis salariais entre os sexos, seja por reajustes salariais em valores inferiores aos dos preços dos produtos (ROSSI, 1980).

Contudo, pode parecer que a escolarização dos trabalhadores seja dispensável ao sistema capitalista moderno, pois o processo de automatização da produção reserva a poucos os postos que demandam força de trabalho altamente qualificada para operar sofisticados aparelhos. Sem educação, a sociedade industrial moderna não poderia subsistir e expandir-se, já que a escola supre o mercado com trabalhadores qualificados que o sistema capitalista requer. Para Rossi (1980, p. 48),

a escola se incumbirá de prover, sempre que possível, o sistema com um número excedente de trabalhadores habilitados para cada setor ou atividade, de modo a garantir não só a mão de obra necessária, mas ainda um número suficientemente amplo de trabalhadores habilitados que, por não poderem colocar-se, dada à inexistência de suficientes empregos, farão pressão para serem admitidos nas fábricas e outras unidades de produção não só a um “salário de mercado” como, muitas vezes, abaixo dele, anulando, com sua pressão, os esforços dos trabalhadores no sentido de obterem melhores salários.

No Piauí, a quantidade de trabalhadores com nível de instrução superior completo apresentou uma evolução geral de 529,1%. No entanto, sua representatividade no total da força de trabalho formal, nos três anos pesquisados, foi pequena: 6,7%, em 1990 e 2000, e 18,7%, em 2010, de forma que esse grau de instrução ocupou a terceira posição na

escolaridade dos trabalhadores formais piauienses no último ano (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a). Aliás, os resultados do Censo do IBGE mostraram que havia, no Estado, 132,7 mil pessoas com grau de instrução superior completo, das quais 115 mil com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas, embora, somente 73,6 mil exercessem alguma atividade no mercado formal (IBGE, 2010a).

O maior incremento desse grau de instrução se deu no último ano, pois aumentou 430,5%, devido, em parte, às contratações realizadas de homens e mulheres nos setores da Administração Pública e de Serviços. Ainda em 2010, em todos os setores se constatou um crescimento de trabalhadores com esse grau de instrução, de forma que, em termos gerais, as mulheres tiveram uma evolução maior (565%) que os homens (293,8%) (BRASIL/MTE/RAIS, 2013a).

Em Teresina, o grau de instrução superior completo aparece em uma pequena parte dos trabalhadores formais, embora a capital seja considerada “[...] um centro de educação superior [...]”, segundo o Plano Decenal de Educação para Teresina (TERESINA, 2003, p. 21).

A Tabela 25 mostra que, em 1990, apenas 7,9% dos trabalhadores formais de Teresina tinham o superior completo e, em 2000, aumentou para 9,8%. Na verdade, em 2010 constatou-se a maior elevação desse nível de escolaridade entre esses trabalhadores (20,8%), quando Teresina contava com 70,3 mil pessoas com tal escolaridade (IBGE, 2010b).

Tabela 25 – Trabalhadores, por setor de atividade, gênero e grau de instrução Superior completo, em Teresina, 1990, 2000 e 2010

Setor		1990	2000	2010
	M	69	00	18
Ext. Mineral	F	44	00	06
	M	82	135	322
Ind. Transformação	F	34	62	200
	M	961	285	421
Serv. Ind. Util. Pub.	F	348	115	203
	M	230	193	393
Construção Civil	F	103	44	155
	M	65	161	667
Comércio	F	42	136	856
	M	2.127	1.748	7.941
Serviços	F	1.504	1.568	9.669
	M	2.499	3.628	10.905
Administração Pública	F	1.965	4.179	19.647
Agropecuária, Ext. Vegetal,	M	01	07	14
Caça e Pesca	F	00	04	30
	M	266	00	-
Ñ Class	F	120	00	-
	M	6.300	6.157	20.681
TOTAL	F	4.160	6.108	30.766
TOTAL GERAL		10.460	12.265	51.447

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS, 2013a.

Nos anos pesquisados, os setores da Administração Pública e de Serviços concentraram a maior quantidade de trabalhadores com esse grau de instrução superior. Em 2010, as mulheres, de um modo geral, se destacaram, com uma evolução de 639,5% contra 228,2%, segundo a Tabela 25.

Segundo Rossi (1980), a educação escolar contribui para a reprodução das relações sociais vigentes, sendo, pois, uma “conservadora ativa” (p. 78), porém de força limitada, pois o valor dos títulos concedidos só pode ser outorgado na sua própria esfera de reprodução. Logo, o privilégio de um diploma, por mais admirável que seja, não é suficiente para garantir posições de destaque ou ascensão no sistema econômico.

Nesse sentido, a educação que habilita o trabalhador para o trabalho qualificando-o para o ganho de rendimentos mais condizentes com sua formação, embora não se cumpra, aumenta-lhe a oportunidade, assegurando ao capitalista, condições para tomar para si as vantagens econômicas decorrentes do melhor preparo da força de trabalho. A empresa amplia os lucros e apropria-se, cada vez mais, da produção do trabalhador, que dela usufrui apenas de parte necessária ao próprio sustento e à reprodução de uma capacidade laboral, que diminui continuamente enquanto se lhe aumenta a produtividade. A educação apresenta, ainda, outro efeito importante sobre a produtividade do trabalho, relacionado à geração de tecnologia, já

que na essência da ação educativa, reside o desenvolvimento científico que aperfeiçoa as técnicas, processos e instrumentos de produção.

O trabalhador intelectualizado, dedicado à pesquisa e ao aperfeiçoamento de novos métodos, instrumentos e equipamentos está cunhando as condições para uma completa apropriação pela empresa dos frutos do trabalho dos trabalhadores menos qualificados. Todavia, esse intelectual não possui qualquer controle sobre o processo. As regras do sistema não dependem de sua vontade, e se torna apenas mais um instrumento da exploração.

As características do mercado de trabalho piauiense e teresinense conformam, assim, uma estrutura de significados sobre a sua composição, os quais servirão de pano de fundo para analisar, no próximo capítulo, o perfil do trabalhador inscrito no SINE/PI, em Teresina.

4 O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGOS, AS NOVAS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO E O PERFIL DOS TRABALHADORES INSCRITOS NO SINE/PI, EM TERESINA

No Brasil, desde a década de 1990, observa-se uma considerável elevação nos índices de produtividade que, somada às necessidades de flexibilização das relações de trabalho, provocou uma drástica redução do emprego formal. Com isso, muitos trabalhadores deixaram de ocupar uma vaga no mercado formal e passaram a fazer parte do exército industrial de reserva criado pelo sistema capitalista para pressionar os que estão ocupados a incrementar sua produtividade em face do contingente de inativos pronto para substituí-los.

Alguns dos que conseguem atender às novas exigências do mercado de trabalho conseguem recolocação na mesma ou em outras atividades, porém, a grande maioria permanece desempregada e passa a trabalhar por conta própria ou se vê premido a entrar para a informalidade, ambos sem garantias trabalhistas. Outros, por não possuírem nenhuma habilidade, vontade própria ou perfil adequado para o desenvolvimento de atividades que lhes permitam sobreviver mesmo na informalidade, caem na pobreza absoluta e se tornam pedintes, marginais, catadores de lixo, etc.

Com a eliminação de muitos postos de trabalho no mercado formal e o aumento das exigências pelas empresas, apenas uma parte dos trabalhadores inscritos no SINE/PI são encaminhados para ocupar uma vaga, sendo que uma parte menor ainda satisfaz os requisitos pretendidos. Qual, então, o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, e qual o demandado pelas empresas locais? Que ocupações são mais procuradas e quais estão em retração?

Com base nesses questionamentos, neste capítulo se farão algumas considerações sobre o surgimento do SINE no Brasil e no Piauí, apresentando dados de encaminhamento de trabalhadores ao mercado de trabalho, para evidenciar as vagas de emprego em retração e em expansão na capital e, por fim, o perfil dos trabalhadores inscritos no órgão.

4.1 O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGOS E O SINE: CRIAÇÃO, OBJETIVOS E ATUAÇÃO

Aos poucos, o esgotamento do sistema de acumulação capitalista sob o regime fordista e a ineficácia do Welfare State Keynesiano como força capaz de manter as condições de

valorização do capital e da força de trabalho cederam lugar a uma forma de Estado, que preconizava a inovação da produção, a flexibilidade dos processos produtivos e dos mercados. O Workfare State Schumpeteriano representou a substituição da ideia de crescimento econômico associado ao pleno emprego, consumo de massa e política social efetiva de garantia de direitos ao bem-estar pregado pelo Welfare State Keynesiano(LIMA, 2004).

Segundo Pochmann (1998), as políticas de emprego de inspiração keynesiana, responsáveis pela constituição do estatuto do trabalho e pelo apogeu da produção industrial, combinadas com a expansão salarial e o nível de emprego, têm sofrido significativas transformações que, sob o enfoque neoliberal, passaram a privilegiar um conjunto de medidas centradas no mercado de trabalho de caráter provisório, focalizado em setores específicos de oferta e demanda laboral e voltadas para a flexibilização das relações trabalhistas. Ficaram, assim, conhecidas como “políticas de mercado de trabalho”, em contraposição às “políticas de emprego” de tradição keynesiana, de caráter mais sistêmico e que visavam ao pleno emprego e à integração social, pois pressupunham que a determinação do nível de emprego e renda é obtida a partir da demanda efetiva alavancada pelo investimento articulado às políticas macroeconômicas direcionadas ao crescimento geral de atividade.

As políticas de mercado de trabalho, de cunho meramente compensatório, compreendem medidas de natureza passiva e ativa. Segundo Azeredo⁵⁷(1998 apud LIMA, 2004), as de natureza passiva são as que consideram o nível de emprego como dado e utilizam mecanismos de assistência financeira ao trabalhador desempregado (como o seguro-desemprego e os programas assistenciais de atendimento dos não beneficiados pelo seguro-desemprego) ou a redução do excesso da oferta de trabalho (com incentivos à aposentadoria antecipada, diminuição da jornada de trabalho, manutenção dos jovens no sistema escolar, etc).

Já as medidas de natureza ativa, segundo Lima (2004), são aquelas que atuam diretamente sobre a oferta de trabalho para aumentar as chances de inserção, a qualidade do emprego ou impactar sobre a demanda por trabalho. Nesse caso, pode-se citar o papel do SINE, que, dentre outras atribuições, faz a mediação entre o trabalhador desempregado e as

⁵⁷AZEREDO, Beatriz. *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. Organização de Cláudio Salvador Dedecca. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos de Trabalho – ABET, 1998a. (Coleção teses & pesquisas, v. 1).

empresas, oferta treinamento e mantém um cadastro atualizado de trabalhadores disponíveis para atuação no mercado formal.

As primeiras iniciativas de inserção de políticas públicas de emprego no Brasil remontam à década de 1940 e ficaram restritas à criação de escolas de formação profissional vinculadas ao Sistema S⁵⁸ - SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - e às leis sociais e trabalhistas amparadas legalmente pela CLT. Essa política foi mantida até meados da década de 1970, quando se instituiu pelo Decreto nº 76.403, de 08 de outubro de 1975, no governo do presidente Ernesto Geisel, o SINE, cuja função inicial foi promover a “[...] intermediação de mão de obra, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), bem como do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP” (PASSOS, NEVES JR. e PAIVA, 2002, p. 169).

A criação do SINE teve respaldo legal na Convenção nº 88⁵⁹ da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da organização do Serviço Público de Emprego, ratificada pelo Brasil e que tem como coordenador e supervisor o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Emprego e Salário. A nova instituição foi constituída pela Secretaria de Emprego e Salário⁶⁰, serviços e agências federais de emprego, sistemas regionais de emprego e agências núcleos, postos ou balcões de emprego, públicos ou particulares, em todo o território nacional (BRASIL, 2010b).

No que tange à distribuição geográfica dos postos de atendimento do SINE no país, coube ao Ministério do Trabalho definir as áreas de ofertas consideradas prioritárias, estabelecer os programas necessários à sua implantação e editar as normas administrativas e técnicas para seu funcionamento. Segundo o IPEA (BRASIL, 2007b, p. 202), “originalmente, a concepção do SINE previa a existência de serviços e agências públicas de emprego, federais e regionais, bem como os serviços privados de emprego em caráter complementar, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.”

Desde a criação, o Sistema de Emprego brasileiro apresenta uma centralização na elaboração das diretrizes políticas gerais do sistema, concentrada no MTE, embora a implementação dessas políticas seja feita de forma descentralizada, por meio das unidades estaduais do SINE e suas agências, de forma que as atribuições de cada instância de atuação nos estados segue uma estrutura hierárquica que responde ao centralismo das diretrizes do

⁵⁸ Essas experiências restringiam-se aos segmentos do mercado de trabalho formal e não se articulavam com outras políticas de emprego.

⁵⁹ A Convenção nº 88 da OIT trata da constituição dos sistemas públicos de emprego, em especial os que visam atender os trabalhadores desempregados.

⁶⁰ A Secretaria de Emprego e Salário funcionava como Órgão Central e os serviços e agências federais de emprego como Órgãos Setoriais do SINE (BRASIL, 2010b).

MTE e do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT)⁶¹ (RODRIGUES, 2009). A implantação do serviço público de intermediação de mão de obra no Brasil, no ano seguinte ao da criação do SINE, tinha como principal finalidade intercalar trabalhadores desempregados e vagas, reduzindo a fricção natural existente no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o tempo de espera, tanto para o trabalhador quanto para o empregador (PASSOS; NEVES JR.; E PAIVA, 2002).

Além da intermediação de mão de obra, coube ao SINE realizar uma série de ações que contribuiriam para a melhoria do funcionamento do mercado de trabalho, conforme descrito no Decreto nº 76.403/75, art. 3º:

- I - Organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego, a nível local, regional e nacional.
- II - Implantar serviços e agências de colocação em todo o País, necessários à organização do mercado de trabalho.
- III - Identificar o trabalhador, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social, como participante da comunidade brasileira de trabalho.
- IV - Propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de seu emprego.
- V - Prestar informações ao mercado consumidor de mão de obra sobre a disponibilidade de recursos humanos.
- VI - Fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão de obra para a elaboração de suas programações.
- VII - Estabelecer condições para a adequação entre a demanda do mercado do mercado de trabalho e a força de trabalho em todos os níveis de capacitação (BRASIL, 2010b).

Como beneficiários desse conjunto de ações propostas para execução pelo SINE estão dois setores da sociedade responsáveis pelo desenvolvimento do país: de um lado, os empregadores, grupo minoritário, detentor do capital tecnológico e financeiro, que necessita do trabalho humano para o funcionamento das máquinas e produção de bens e serviços multiplicadores do capital; de outro, o trabalhador, grupo majoritário, que detém apenas a força de trabalho e, geralmente, tem pouca formação.

Aliás, sobre esses trabalhadores, afirma Rodrigues (2009, p. 12), que

[...] no perfil socioeconômico daqueles que buscam a intermediação do SINE, é recorrente a presença de pessoas advindas de camadas pobres da população que, na ausência de níveis elevados de escolaridade ou da persistência em trajetórias de

⁶¹ O CODEFAT é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, formado por representantes dos trabalhadores (quatro centrais sindicais), dos empregadores (quatro centrais patronais) e do governo, sendo este representado por membros do Ministério do Trabalho, do Ministério da Previdência Social, do BNDES, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Suas principais atribuições são as de elaborar diretrizes para programas de trabalho e para alocação de recursos, acompanhar e avaliar seu impacto social e propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas públicas de emprego e renda, bem como de fiscalização da administração do FAT (MACHADO e HALLAK NETO, 2011).

pobreza e informalidade, possuem maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

Dos serviços propostos, a intermediação de mão de obra foi, durante algum tempo, a principal atividade do SINE e sua implementação privilegiava a formação de capacidade operacional nos estados, ainda que as diretrizes emanassem do governo federal.

Na segunda metade da década de 1980, em cumprimento a outras determinações do SINE, instituiu-se o Programa do Seguro-Desemprego⁶², devido à precariedade do auxílio-desemprego vigente e à necessidade de complementar o sistema de proteção social brasileiro com um mecanismo de ajuda financeira ao trabalhador desempregado. Segundo Azeredo e Ramos (1995, p. 105), foram vários os fatores que contribuíram para que a experiência não fosse exitosa, pois “[...] não chegou a representar um efetivo programa de seguro-desemprego [...]” em razão dos baixos valores pagos se comparado ao do último salário recebido pelo trabalhador, sem dizer que os critérios de acesso permitiam uma pequena cobertura (17%) dos desempregados no mercado formal e a ausência de uma fonte própria de recursos, que criava uma dependência das disponibilidades de caixa do Tesouro e limitava qualquer melhoria no benefício e na sua cobertura.

Nos primeiros anos de funcionamento do SINE ocorreu uma fase de expansão que seguiu da década de 1977 até 1982. Nesse período, os recursos do SINE se originavam do Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD) e eram transferidos aos estados e municípios consoante critérios definidos pelo Ministério do Trabalho, que levava em consideração a capacidade de atendimento, a quantidade de unidades instaladas, o total de funcionários e os dados do mercado de trabalho, dentre outros.

A partir de 1983, os estados passaram a assumir grande parte dos custos do SINE, ocasionando a perda do caráter nacional da política, posto que as agências e órgãos responsáveis pela intermediação de mão de obra foram incorporados à sua estrutura administrativa. No entanto, de 1983 até 1993, viveu de um período de incertezas e descontinuidades políticas que, segundo Cardoso Jr. et al. (2006, p. 10),

⁶² O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art. 7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal (1988), que tem por finalidade prestar assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente. Embora previsto na Constituição de 1946, foi introduzido no Brasil em 1986, através do Decreto-Lei nº 2.284, de 10.03.86, e regulamentado pelo Decreto nº 92.608, de 30.04.86. O benefício do Seguro-Desemprego passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego após a Constituição de 1988, tendo como objetivos prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e auxiliá-lo na manutenção e busca de emprego, promovendo ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional (BRASIL, 2010c).

[...] provocou a desarticulação das ações do SINE, a queda brusca do número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho, a desestruturação das equipes técnicas e a perda de boa parte do conhecimento e experiência adquiridos, tanto na esfera federal como na estadual.

Ainda na primeira metade da década de 1990, o SINE sofreu uma importante modificação na sua estrutura, via Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e estendeu sua abrangência para a estruturação e organização do Programa do Seguro-Desemprego, que além de assegurar um benefício financeiro ao trabalhador desempregado visava ajudar na procura ou manutenção do emprego pela realização de ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional através do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). A lei também estabeleceu o cancelamento do benefício por renúncia do trabalhador desempregado a outro emprego compatível com sua qualificação e remuneração anterior.

Acerca do PLANFOR, Fidalgo (1999) afirma que, no Brasil, as ações e instâncias paritárias, como o CODEFAT, ao aconselharem a concepção de uma nova política de formação profissional, estão interessadas na criação de um mercado profissional em que seja possível promover a inserção na PEA de desempregados e excluídos de vários tipos de benefícios sociais no mercado formal e, principalmente, em atividades de autoemprego, na informalidade. Para Rodrigues (2009, p.13), a Lei 7.998/90 permitiu,

[...] além dessa mudança nas atribuições do seguro-desemprego, representando mais uma alternativa no interior das agências de intermediação de mão de obra, houve uma expansão da sua cobertura para os trabalhadores sujeitos a maior instabilidade do vínculo empregatício e também para outros grupos sociais – o pescador artesanal (em 1992), as empregadas domésticas (em 2001) e o trabalhador libertado de condição análoga à de escravo (em 2003) – e a cobertura das ações de reinserção passaram a incluir também os trabalhadores não segurados.

Assim, o FAT passou a receber contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), tornando-se a mais importante fonte de financiamento das políticas de emprego e renda e o principal eixo articulador dessas políticas.

Após a reformulação do Programa do Seguro-Desemprego, a concepção do SINE passa a ser, na prática, a de um posto de atendimento integrado ao trabalhador e parte do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR). Os recursos a ele destinados visam, principalmente, manter as agências públicas de emprego na orientação de trabalhadores e empregadores, propiciando o encontro de ambos, interpondo desempregados e vagas, e recepcionando aqueles com direito ao benefício do Seguro-Desemprego.

Aliás, o Programa do Seguro-Desemprego tem como ações principais o pagamento do benefício e o apoio operacional, a coleta e organização de informações sobre o mercado de trabalho, a intermediação de mão de obra aos trabalhadores requerentes e beneficiários do seguro, observando-se a equivalência com a ocupação anterior nos aspectos de escolaridade, formação, especialização, qualificação, remuneração, grau de complexidade e jornada de trabalho, e apoio operacional ao Programa de Geração de Emprego e Renda (BRASIL, 2013a). Com a criação do Programa do Seguro-Desemprego, o SINE passou a ser entendido como a rede de atendimento que lhe executa as ações, exceto o pagamento do benefício, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Ainda em 1990, a Lei nº 8.019, de 11 de abril, alterou a Lei nº 7.998/90, ampliando a esfera de execução das ações do Programa do Seguro-Desemprego, que, de forma prioritária, passaram a ser realizadas articuladamente com estados e municípios, por intermédio do SINE. Dessa forma, parte dos recursos de custeio do SINE, principalmente o pagamento de funcionários, tem contrapartida das unidades da Federação.

Nos anos de 1990, os postos do SINE foram criados e mantidos por organizações sem fins lucrativos, como centrais sindicais autônomas, enquanto, no final da década, suas ações ficaram cada vez mais descentralizadas, ao contrário da década de 1970, quando podiam-se criar e manter postos somente com convênios com Secretarias Estaduais de Trabalho. A partir de 2004, foram feitas parcerias adicionais com alguns órgãos de alguns municípios (MACHADO e HALLAK NETO, 2011).

Em 1993, com o retorno de recursos da União, as ações de intermediação assumiram o caráter de uma política ao mesmo tempo nacional e descentralizada, ocorrendo mudança também nos critérios de repartição dos aportes, sendo considerado, de início, o número de colocação de trabalhadores no mercado formal. A partir de 2004, mantiveram-se atrelados às necessidades de cada unidade federativa, medidas pelo desemprego total, mas sempre com limitações no seu funcionamento, dentre os quais, segundo Moretto e Pochmann (2008, p. 14),

[...] a ausência de informação sobre o mercado de trabalho, inexistência de padronização das atividades e de parâmetros operacionais; alta taxa de evasão dos trabalhadores inscritos desde o momento de sua inscrição até sua colocação. Além disso, o serviço sofre de problemas e descompasso orçamentário devido à estrutura institucional e financeira do sistema.

Mais recentemente, o maior desafio do MTE tem sido atrair o trabalhador ao Programa do Seguro-Desemprego através de um sistema eficiente de intermediação de mão de obra do qual participem todas as instâncias envolvidas no processo, como agências do SINE,

municipal e estadual e as agências do MTE ou da Caixa Econômica. Para tanto, foi instituído, em janeiro de 2011, o Portal MTE – Mais Emprego⁶³, que congrega a totalidade das políticas de trabalho, emprego e renda, intermediação de mão de obra e qualificação profissional (BRASIL, 2013b).

O novo sistema integra o atendimento do trabalhador a toda a rede de agências do SINE e a agências autorizadas da Caixa Econômica, assim como as várias ações interligadas ao Programa do Seguro-Desemprego, exige o encaminhamento dos requerentes do benefício às vagas disponíveis no mercado compatíveis com o perfil do trabalhador e agrupa em um único banco de dados, de amplitude nacional, as informações das vagas e dos trabalhadores inscritos (BRASIL, 2013b).

No Piauí, o SINE foi criado pelo Decreto nº 256, de 10.05.77, sendo atualmente administrado pela Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE) e prestando os seguintes serviços à comunidade: informação e orientação sobre o mercado de trabalho, intermediação de mão de obra, seguro-desemprego, qualificação de mão de obra, apoio ao trabalho autônomo e expedição da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), tudo operacionalizado pelo Portal MTE – Mais Emprego (BRASIL, 2010d).

Nesse sistema, realiza-se o cadastramento dos trabalhadores desempregados e dos empregadores que ofertam vagas por meio do preenchimento de um formulário eletrônico cujas informações constituem um banco de dados com amplitude nacional, sendo comum, por esse motivo, empresas de fora do estado fazerem o recrutamento de pessoas para trabalhar em outras unidades da federação.

No banco de dados dos trabalhadores registram-se informações como nome completo, naturalidade, nacionalidade, endereço, telefone, sexo, idade, grau de instrução, disponibilidade para viagens, número de PIS/PASEP, identidade, CPF, carteira de trabalho, quantidade de dependentes, experiências anteriores de trabalho, renda familiar, cursos realizados e pretensões de emprego. É importante destacar que o trabalhador poderá apresentar mais de uma pretensão e concorrer a várias ocupações, mas o encaminhamento só ocorrerá se o perfil apresentado for compatível com o solicitado pela empresa.

Na inscrição do empregador, pessoa jurídica ou física, são informados, entre outros aspectos, o nome de fantasia, o CNPJ ou CPF, o endereço, a(s) ocupação(ões) para a qual

⁶³ O projeto piloto foi desenvolvido no estado da Paraíba, no ano de 2010 e em 2011, dezoito estados passaram pelo processo de transição e adequação ao portal MTE – Mais Emprego: Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins (BRASIL, 2013b).

deseja um profissional, o número do Código Brasileiro de Ocupações (CBO)⁶⁴, o total de vagas a serem preenchidas, o perfil desejado para o ocupante, o nome da pessoa responsável pela contratação e o prazo para preenchimento da vaga.

4.2 AS NOVAS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO E O PERFIL DOS TRABALHADORES INSCRITOS NO SINE/PI, EM TERESINA

Para determinar as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, esta pesquisa tomou como base o início da operacionalização do Sistema Mais Emprego, em 2011, porém os dados relativos ao total de inscritos nesse ano não puderam ser fornecidos, porque o sistema não emitiu o respectivo relatório. Em 2012, o total de inscritos, no Piauí, foi de 40,3 mil, e até outubro de 2013 já haviam sido realizadas 34,4 mil inscrições cujos números integram os dados do CAGED, no mesmo período (BRASIL, 2013d).

Em suma, através do Portal Mais Emprego, o SINE/PI, inscreve anualmente, em média, 40 mil trabalhadores, com as mais diversificadas pretensões de emprego, sendo que, a cada ano, o banco de dados é renovado, tendo em vista a grande quantidade de trabalhadores excluídos diariamente do mercado formal.

Apesar de não se conhecer o total de inscritos em 2011, os colocados somaram 1,4 mil trabalhadores, em 2012, do total de inscritos e de vagas captadas foram encaminhados ao mercado de trabalho 7 mil, dos quais somente 1,7 mil ocuparam uma vaga, um aumento de 25,8% em relação ao ano anterior e um percentual de aproveitamento de vagas de 25,3%, conforme mostrado na Tabela 26.

⁶⁴ A primeira estrutura do Código Brasileiro de Ocupações foi elaborada em 1977, resultado de um convênio celebrado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo como parâmetro a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO), de 1968. A CBO é utilizada para subsidiar as estatísticas de emprego e desemprego, o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das profissões, a elaboração de currículos, a identificação de vagas no serviço de intermediação de mão de obra, entre outros aspectos (BRASIL, 2013c).

Tabela 26– Tabela de demonstrativo da intermediação de mão de obra no SINE/PI, 2011, 2012 e 2013

Situação	2011	2012	2013 ⁶⁵
Vagas Captadas	- ⁶⁶	7.032	8.028
Inscritos no SINE	- ⁶⁷	40.350	34.475
Encaminhados ⁶⁸	4.630	7.026	13.883
Colocados	1.416	1.782	2.001
Aprov de vagas ⁶⁹	-	25,3%	24,9%

Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2011b; 2013d.

Em 2013, até outubro, inscreveram-se 34,4 mil trabalhadores, para 8 mil vagas ofertadas, sendo 13,8 mil encaminhados e 2 mil colocados, um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior e um aproveitamento de 24,9% das vagas, segundo a Tabela 26.

O pouco aproveitamento da força de trabalho já se observa desde a segunda metade do século XIX, notadamente a partir da propagação do avanço tecnológico, que deu sustentação para a Segunda Revolução Industrial, fato que vem dificultando a reconversão da força de trabalho e condenando um grande número de trabalhadores ao desemprego estrutural. Lima (2004) afirma que necessita de sustentação a ideia de que o problema da geração de empregos no Brasil deve-se somente à rigidez das relações de trabalho e aos elevados encargos sociais, a isso se somando não só o nível dos empregos criados, mas também a qualidade deles, que refletiriam a baixa produtividade dos setores que mais absorvem mão de obra.

Além disso, o avanço tecnológico proporcionou a adição de um novo capital aos antigos postos de trabalho, o que segundo Marx (1985), não impede que os trabalhadores expulsos de um ramo da indústria procurem emprego em outro, embora só obtenham sucesso se o fizerem por intermédio de um novo capital, pois o capital anterior se tornou maquinaria.

Logo, das vagas captadas pelo SINE/PI, 5,2 mil não foram preenchidas em 2012 e 6 mil, em 2013, até outubro, embora a quantidade de trabalhadores encaminhados, no último ano, tenha sido três vezes maior que no primeiro e quase duas vezes que no segundo, de acordo com a Tabela 26. Embora pareça que os índices sejam positivos para a intermediação de mão de obra no SINE/PI, quando comparados aos de 2003 e 2008, na verdade revelam o baixo desempenho⁷⁰ do órgão no estado. No primeiro ano, o percentual de aproveitamento de vagas foi de 84,5% e, no segundo, de 60,6%, demonstrando uma diminuição gradativa do

⁶⁵ Dados referentes aos meses de janeiro a outubro.

⁶⁶ O SINE não dispõe desse dado.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Total de trabalhadores encaminhados ao mercado de trabalho.

⁶⁹ Representa o percentual de aproveitamento entre os trabalhadores colocados e as vagas captadas.

⁷⁰ Não é objetivo deste trabalho discutir sobre as causas do baixo desempenho do SINE/PI, que pode estar associado a questões estruturais da instituição, seja no âmbito local ou nacional, à dinâmica do mercado de trabalho local, à comunicação utilizada pelo órgão para divulgação das vagas, e outros.

total de colocados no mercado formal (SABOIA, 2009). Em parte e diante de uma análise parcial, o SINE/PI pode até estar cumprindo seus objetivos no que diz respeito aos parâmetros estabelecidos para o órgão através do Decreto 76.403/75, art. 3º, itens III, IV e V, porém, o resultado final da intermediação de mão de obra não tem alcançado o mesmo sucesso, considerando-se o total de trabalhadores inscritos, o total de vagas captadas e os efetivamente colocados no mercado de trabalho, nos anos pesquisados.

Importa realçar que a operacionalização do serviço de intermediação de mão de obra pelo SINE não deve prescindir de alguns instrumentos básicos, como o banco de dados dos trabalhadores inscritos, o banco de dados das vagas em oferta, o cadastro das empresas e a definição dos postos de trabalho segundo o CBO (SABOIA, 2009). É este último instrumento que possibilita uma interlocução comum entre o serviço de intermediação e a empresa demandante da vaga.

Considerando a grande quantidade de inscritos, anualmente, no SINE/PI, os dados da colocação de trabalhadores no mercado de trabalho formal de Teresina através do CAGED mostram a pequena representatividade dos encaminhados em relação ao quadro geral, que não chega a representar nem 3% do total das admissões verificadas em Teresina, segundo as Tabelas 26 e 27.

Tabela 27 – Admitidos e Desligados, em Teresina, 2011, 2012 e 2013

Setor	2011		2012		2013 ⁷¹	
	Adm.	Des.	Adm.	Des.	Adm.	Des.
Ext. Mineral	106	81	120	78	117	72
Ind. Transform.	6.845	6.751	6.406	6.293	5.840	5.467
Serv. Ind. Ut. Púb.	451	213	439	251	1.214	1.520
Const. Civil	20.486	20.182	21.111	19.564	20.150	17.700
Comércio	15.161	14.666	16.388	15.682	14.068	13.670
Serviços	22.398	20.696	22.516	21.843	23.782	20.738
Adm. Pública	32	25	42	27	19	14
Agr. Ext. Veg. Caça e Pesca	785	828	396	687	368	460
TOTAL	66.264	63.442	67.418	64.425	65.558	59.641

Fonte: BRASIL/MTE/CAGED, 2013a.

Pelo que se constata na Tabela 27, nos anos pesquisados, os setores que mais admitiram em Teresina foram Serviços, Construção Civil e Comércio, que representaram, em média, 34,4%, 30,9% e 22,8% das contratações formais efetivadas. Coincidentemente, os

⁷¹Dados referentes aos meses de janeiro a outubro.

mesmos setores também responderam, na mesma ordem, pelas demissões, com um percentual bem próximo ao das contratações: 33,7%, 30,5%, e 23,4%.

Mesmo com a modernização da economia, tem-se verificado, da década de 1990 até os dias atuais, um período marcado pela diminuição do emprego, principalmente o formal, sendo que um dos grandes problemas enfrentados pela maioria da classe trabalhadora de Teresina se situa no ingresso e na permanência no mercado de trabalho, conforme mostrado na Tabela 27, na qual o número de admissões quase se iguala ao de demissões, de 2011 a 2013.

Contudo, como já explicado, nem sempre o processo de intermediação de mão de obra realizado pelo SINE/PI se reflete nos resultados apresentados pelo CAGED para o estado, pois boa parte das solicitações de emprego para trabalhadores inscritos no órgão, em Teresina, é feita por empresas de fora, segundo o relatório de intermediação de mão de obra (BRASIL, 2013e). Portanto, se as informações presentes nessa parte da pesquisa mostraram as ocupações mais procuradas pelas empresas, não explicam o comportamento do mercado formal em relação à demanda da força de trabalho local.

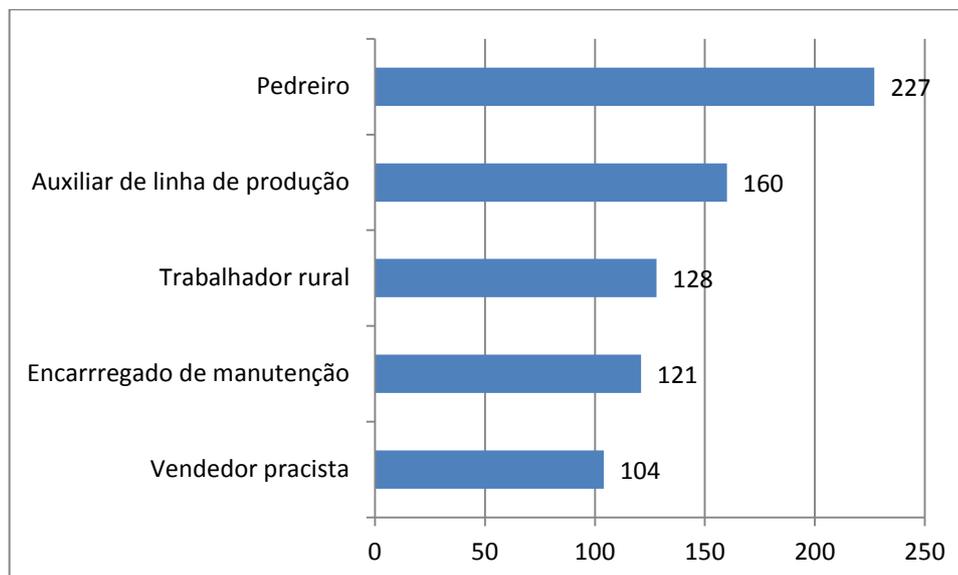
Logo, a análise que será apresentada a seguir reflete o resultado da pesquisa acerca das solicitações dos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, a fim de revelar as ocupações mais demandadas, condensadas no Relatório do MTE, emitido, em 26.11.13, pela Gerência de Intermediação e Mão de Obra, sobre as vagas em andamento, abrangendo algumas solicitações de 2011 e 2012. O referido Relatório apresentou 608 solicitações de empregadores, que disponibilizaram, em 2013⁷², 1.909 vagas de emprego e diferentes postos de trabalho, nos diversos setores, dentro e fora do Piauí (ver Anexo A).

Verificou-se que a demanda dos empregadores por trabalhadores ao SINE/PI, em Teresina, foi muito variada e abrangeu todos os setores. O resultado da pesquisa apresentou-se em 4 gráficos, que agrupam as atividades consoante a quantidade de solicitações, sem dizer o perfil procurado pelas empresas nos aspectos de grau de instrução e sexo, já que na faixa etária não se verificou preferência dos demandantes.

No Gráfico 01, agruparam-se as ocupações com demanda superior a 100, vagas sendo a de Pedreiro, com 227, a mais procurada, seguida pela de Auxiliar de linha de produção e Encarregado de manutenção, ambas da Indústria de Transformação, a de Trabalhador rural, da Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca, e a de Vendedor praticista, do Comércio.

⁷² Os postos de trabalho a que se refere esta pesquisa (Anexo A) foram relacionados conforme apresentados no Relatório do SINE/PI/IMO (2013e). Embora possuam nomenclaturas diferentes, em alguns casos, dizem respeito à mesma ocupação, com o mesmo CBO.

Gráfico 1 – Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, acima de 100 vagas

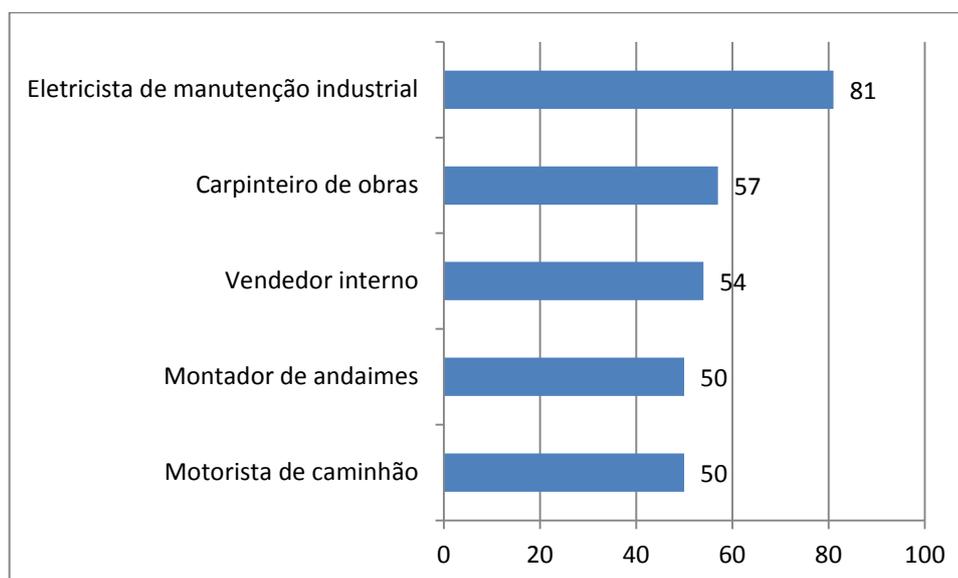


Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013e. Elaboração Própria.

Entre as ocupações mais demandadas pelos empregadores, constatou-se que à exceção de Vendedor praticista, a maior parte das vagas foi ofertada por empresas de fora do Piauí que encontram em Teresina mão de obra ociosa em abundância, pouco qualificada e a custo mais baixo, características semelhantes às de um mercado cuja força de trabalho apresenta-se em situação de precarização.

No Gráfico 02, a análise da demanda de ocupações ao SINE/PI, em Teresina, situada entre 50 e 99 vagas mostrou que o ofício de Eletricista de manutenção industrial, pertencente ao setor da Indústria de Transformação, foi o mais procurado, com 81 solicitações. Em seguida, sobressaíram-se Carpinteiro de obras e Montador de andaimes, da Construção Civil, a de Vendedor interno, do Comércio e a de Motorista de caminhão, de Serviços.

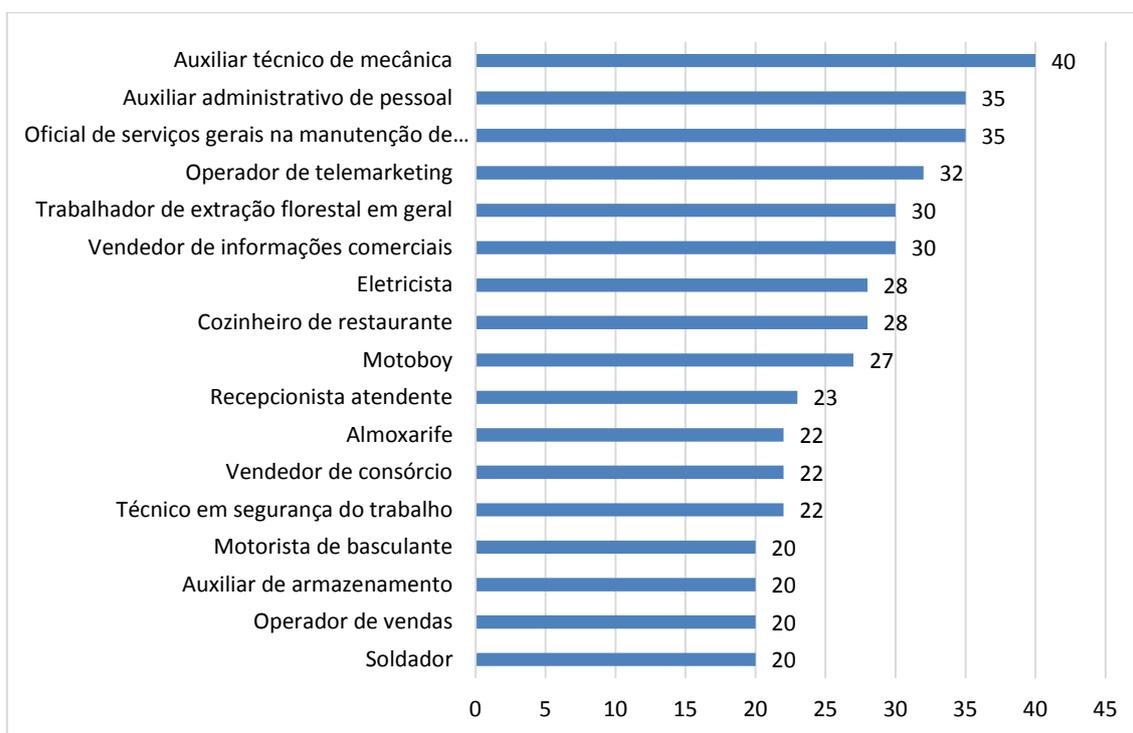
Gráfico 2 – Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, de 50 a 99 vagas



Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013e. Elaboração Própria.

Outras ocupações apresentaram uma procura situada na faixa entre 20 e 49 vagas, como Auxiliar técnico de mecânica, do setor da Indústria de Transformação, com oferta de 40 vagas, todas para fora do estado. Nesse grupo, destacam-se as ocupações de Serviços, que responderam por quase todas as demandadas (202), como, Recepcionista atendente, Operador de telemarketing, Motoboy, Motorista de basculante, Eletricista, Cozinheiro de restaurante, Vendedor de consórcio e Técnico em segurança do trabalho, de acordo com o Gráfico 03.

Gráfico 3 – Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, de 20 a 49 vagas

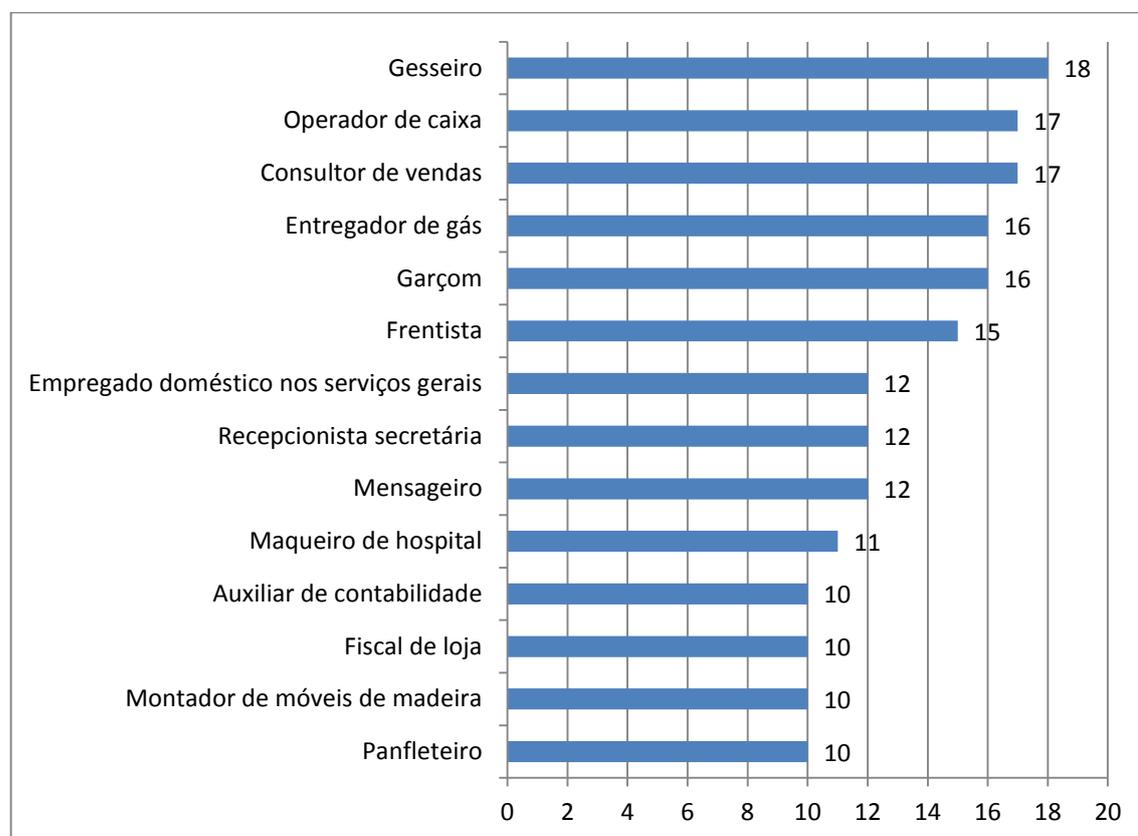


Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013e. Elaboração Própria.

Percebe-se que quanto menor a quantidade de vagas demandadas por ocupação, maior a variedade de ofertas em Serviços, conforme mostrado no Gráfico 04: Recepcionista secretária, Panfleteiro, Montador de móveis de madeira, Mensageiro, Maqueiro de hospital, Gesseiro, Garçon, Frentista, Entregador de gás, Empregado doméstico nos serviços gerais e Consultor de vendas. Juntas, somaram 149 vagas oferecidas.

As transformações engendradas na economia brasileira a partir da década de 1990 e que, dentre outras, compreenderam medidas de estabilização econômica e privatização de empresas públicas, possibilitaram a reordenação da estrutura de ocupação e renda dos trabalhadores, de sorte que ao tempo em que a Indústria reduziu postos, os Serviços e o mercado informal vivenciaram o processo inverso.

Gráfico 4 – Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, de 10 a 19 vagas



Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013e. Elaboração Própria.

Por outro lado, constatou-se que muitas ocupações cujas demandas não possuem muita representatividade no contexto geral, mas conformam uma classe de profissões ligadas a Serviços, em especial as que exigem pouca qualificação, tendem a assumir um caráter de precariedade e são menos resguardadas pela legislação trabalhista. Segundo Sabóia (2009, p. 81), “[...] o SINE reflete em grande medida a demanda do mercado de trabalho, embora sua imagem esteja fortemente relacionada às vagas que exigem baixa competência.”

Para o MTE (BRASIL, 2013c), a análise dos cargos abrangidos pelo CBO é feita considerando-se duas dimensões: o nível de competência, que é resultante da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no trabalho, e o domínio da competência que abrange aspectos relativos ao contexto do cargo, como atividade econômica, área do conhecimento, equipamentos, processo produtivo, bens produzidos e outros elementos utilizados para identificar o tipo de ocupação. Com base nessas dimensões, o CBO agrupou as profissões em 10 grandes grupos, segundo o nível de competência e a semelhança das atividades em relação ao grau de competência envolvido em cada uma. Como o CBO

brasileiro se baseia na CIUO de 1988⁷³, e por falta de outro indicador homogêneo entre diversos países, valeu-se da escolaridade como parâmetro de medição do nível de competência das ocupações, de modo que as mais fragmentadas se situam no nível mais baixo, conforme a Tabela 28.

Tabela 28 – Grandes grupos do CBO

GG	Títulos	Nível competência
0	Forças armadas, policiais e bombeiros militares	Não definido
1	Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	Não definido
2	Profissionais da ciências e das artes	4
3	Técnicos de nível médio	3
4	Trabalhadores de serviços administrativos	2
5	Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e da pesca	2
7	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais ⁷⁴	2
8	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2
9	Trabalhadores de manutenção e reparação	2

Fonte: BRASIL/MTE, 2013c.

Essa fragmentação nos tipos ocupacionais vem sendo observada desde os anos de 1990, quando a dinâmica das atividades dos setores do Comércio e de Serviços teve alterações significativas. Segundo o IPEA (BRASIL, 2010e, p. 65), “as atividades terciárias – tanto as formais e modernas quanto as informais e de baixa renda – passaram a ocupar um papel predominante na formação da renda e no estoque da ocupação de mão de obra”, como resultado das mudanças econômicas e sociais havidas no país nos últimos 46 anos. Trata-se de ocupações com pequeno grau de exigência, menor nível de organização e custo mais baixo para as empresas. Consequentemente, os trabalhadores que as desenvolvem ingressam no mercado de trabalho em maior quantidade, diminuindo, parcialmente, os números do desemprego.

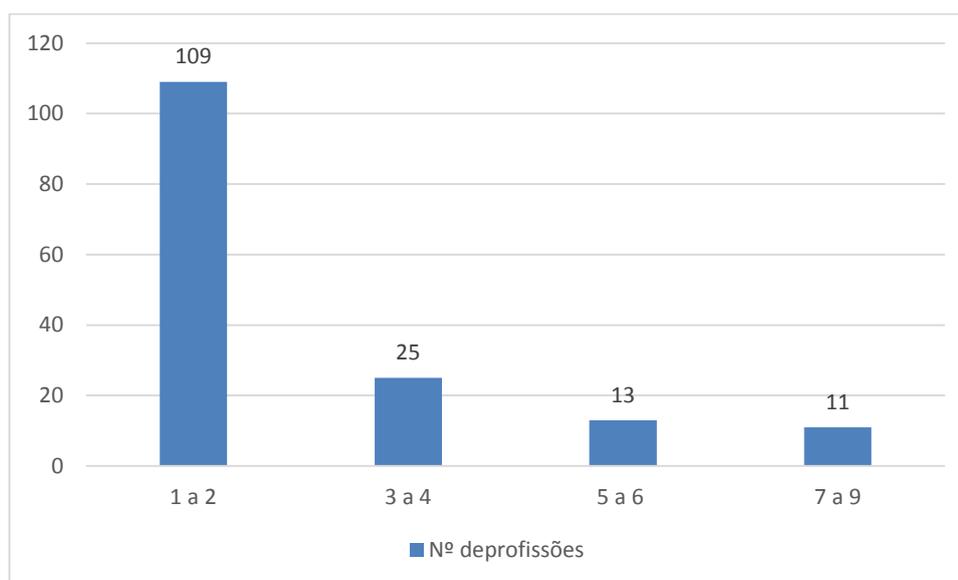
⁷³A Classificação Internacional Uniforme das Ocupações (CIUO) é uma ferramenta para organizar os empregos em uma série de grupos, definindo claramente as funções e as tarefas que correspondem a cada emprego, segundo a OIT.

⁷⁴A CIUO de 88 classifica as ocupações do GG7 como atividades da indústria desempenhadas artesanalmente, sendo entendida como aquelas em que os trabalhadores conhecem e atuam em todas as fases do processo de produção. As do GG8 são reservadas aos operadores de máquinas (BRASIL, 2013c).

Entretanto, a qualidade⁷⁵ dos empregos gerados por esses postos de trabalho é considerada baixa, pois remuneram mal e os métodos de produção adotados pelas empresas passaram a privilegiar um conjunto de procedimentos tecnológicos que flexibilizou a força de trabalho e exigiu dos trabalhadores o desempenho de várias atividades dentro da empresa, precarizando-lhe a realização.

Nesse sentido, a capacidade de desenvolver atividades específicas, que requerem um grupo de conhecimentos particulares sobre elas, chamada por Gonzaga (1996, p. 5) de capital humano específico, passa a perder importância em favor da necessidade de valorização do saber amplo, conhecido como capital humano geral e definido como a “[...] alta capacidade de aprender qualquer conjunto de tarefas”, o que diz respeito, nesse caso, ao acesso à educação básica de qualidade.

Gráfico 5 – Ocupações demandadas pelos empregadores ao SINE/PI, em Teresina, até 9 vagas



Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013e. Elaboração Própria.

Assim, o Gráfico 05 apresenta uma maior fragmentação das profissões por ocupantes, sendo as que demandaram de 1 a 2 distribuídas entre 109 tipos, as de 3 a 4 ocupantes somaram 25 tipos, e assim sucessivamente.

Por outro lado, além da demanda dos empregadores em relação às ocupações, pesquisaram-se, ainda, as profissões que se destacaram pela maior quantidade de pretensão

⁷⁵ A definição de bom e mau emprego em relação à qualificação é muito imperfeita, pois o mau emprego é um parâmetro utilizado para os que pagam mal mesmo os mais qualificados (SABOIA, 2009).

dos trabalhadores no ato do cadastro no SINE/PI, em Teresina, pertencentes a diversos setores, analisados no capítulo II.

Há uma grande procura por vagas de emprego nos mais variados setores, com maior demanda no Comércio, a exemplo de Vendedor interno, embora a atividade não esteja entre as mais demandadas pelas empresas ao SINE/PI, em Teresina. O mesmo aconteceu com Auxiliar administrativo de pessoal, o 2º lugar no grupo das mais procuradas pelos trabalhadores que, no entanto, teve uma demanda das empresas situada entre 20 a 49 vagas, de acordo com o Gráfico 03 e a Tabela 29.

Tabela 29– Ocupações mais procuradas pelos trabalhadores do SINE/PI, em Teresina, 2011-2013

OCUPAÇÕES	INSCRITOS
Vendedor interno	10.202
Auxiliar administrativo de pessoal	6.728
Servente de obras	6.065
Recepcionista atendente	5.848
Recepcionista secretária	5.798
Pedreiro	3.049
Operador de caixa	2.953
Motorista de caminhão	1.451
Zelador	1.229
Vendedor praticista	812
Operador de telemarketing	749
Carpinteiro	674
Motorista auxiliar	447
Mestre de obras	382
Eletricista	376
Soldador	308

Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013f.

A ocupação de Servente de obras também não tem sido uma das mais procuradas pelos empregadores no SINE/PI, embora a quantidade de trabalhadores com essa pretensão tenha sido a terceira maior. Não obstante o desaquecimento da Construção Civil no Piauí, com um resultado negativo na oferta de empregos no setor, em 2011 da ordem de -1,7 mil postos, ao contrário de 2010, com um crescimento positivo de 5,4 mil vagas (PIAUI, 2012a), e 2012, com novos 950, isso foi insuficiente para recuperar as perdas acumuladas do ano anterior (PIAUI, 2013). A procura pela ocupação de Pedreiro foi a menos afetada, enquanto a de Servente de obras e Mestre de obras sequer aparecem nos Gráficos 01, 02 ou 03.

As ocupações apresentadas na Tabela 29 representam a quase totalidade dos trabalhadores cadastrados no SINE/PI. Constata-se nela uma grande quantidade de trabalhadores com poucas possibilidades que, “atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres

diabos têm tão pouco valor fora de seu velho círculo de atividade que só conseguem acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho, portanto, ramos constantemente saturados e sub-remunerados” (MARX, 1985, p. 56).

O confronto entre as ocupações demandadas pelos empregadores e as pretensões dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, sinaliza para um desencontro em que se observa que a quantidade de trabalhadores em situação de procura é superior à solicitação dos empregadores, em todos os casos e mesmo assim, inúmeras vagas deixam de ser ocupadas.

Nas ocupações de baixa complexidade de realização e alta rotatividade, é importante destacar que, mediante a existência de vagas de emprego e um cadastro de reserva de mão de obra pronto para ser usado, três situações devem ser consideradas em relação à permanência do trabalhador fora do mercado formal por mais tempo.

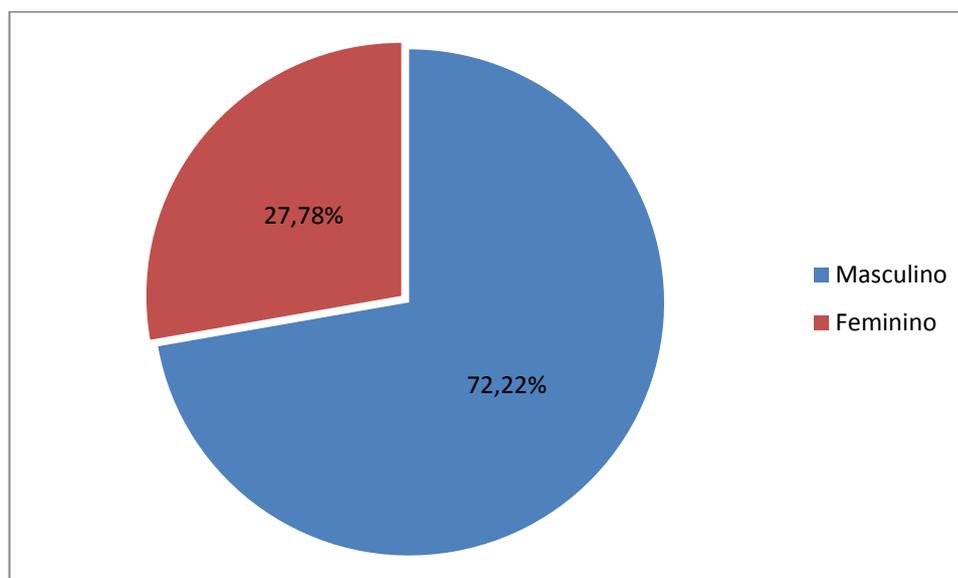
Em primeiro lugar, o trabalhador dispensado sem justa causa do mercado formal inscreve-se no SINE para fazer jus às parcelas do seguro-desemprego, de acordo com o tempo trabalhado, após o que se vê atraído por manter-se realizando atividades no mercado informal, pois a admissão em um novo emprego leva à suspensão do pagamento do benefício, segundo a Lei 7.998/90 (BRASIL, 1990).

Em segundo lugar, a legislação trabalhista, também contribui, na opinião de Gonzaga (1996, p. 2), para manter o trabalhador distante da formalidade, porquanto

[...] permite ganhos extras de renda na mudança de emprego (recebimento do saldo e da multa do FGTS, seguro-desemprego e perspectiva de recebimento de ao menos uma parcela dos benefícios trabalhistas não pagos por ocasião do período de trabalho). Isto acaba gerando mais rotatividade, já que o lado ruim relacionado à perda do emprego é atenuado por uma imediata compensação de renda, que pode ser vital em um país com tanta restrição de liquidez.

Em terceiro lugar, é importante pontuar que, somado aos fatores acima, outro se mostra um aliado ao serviço de intermediação de mão de obra e ao mercado de empregadores e de força de trabalho: o perfil dos trabalhadores. Na verdade, a ausência de um perfil compatível com as exigências do mercado de trabalho é um dos fatores que faz com que o trabalhador permaneça mais tempo desempregado.

Numa análise geral de participação do gênero, a maior parte (72,2%) das solicitações de vagas pelos empregadores ao SINE/PI foi direcionada para a força de trabalho cujo perfil relacionava-se ao sexo masculino, segundo o Gráfico 06.

Gráfico 6 – Exigência de gênero pelos empregadores

Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013e. Elaboração Própria.

A ideia de que a participação das mulheres fora da esfera doméstica aumentaria com o crescimento econômico foi um fato questionado por muitos estudiosos do trabalho feminino, principalmente no Brasil, onde elas são alijadas do mercado ou encaminhadas para as posições mais baixas e mal remuneradas (BRUSCHINI, 1979). Nesse caso, o grande diferencial da inserção feminina no mercado de trabalho pode ser explicado pelo nível de instrução formal adquirido e pela classe social a que pertence. Segundo Bruschini (1979, p. 19),

para as mulheres das classes menos favorecidas e com baixo nível de instrução, as possibilidades de trabalho se reduzem às ocupações relativas à prestação de serviços, seja nos limites da esfera doméstica, seja em organizações e empresas inseridas no setor de atividades sociais. Aos elementos do sexo feminino com nível mais elevado de escolaridade, em geral provenientes das camadas média e alta da população, as oportunidades de trabalho sem dúvida são melhores.

O aumento das oportunidades de emprego nas últimas décadas tem sido mais favorável às mulheres com nível médio, com participação maior no Comércio e no Administrativo. A explicação para isso está no fato de que o crescimento industrial aumentou a demanda por atividades burocráticas e comerciais e impôs restrições ao preenchimento das vagas nesses setores.

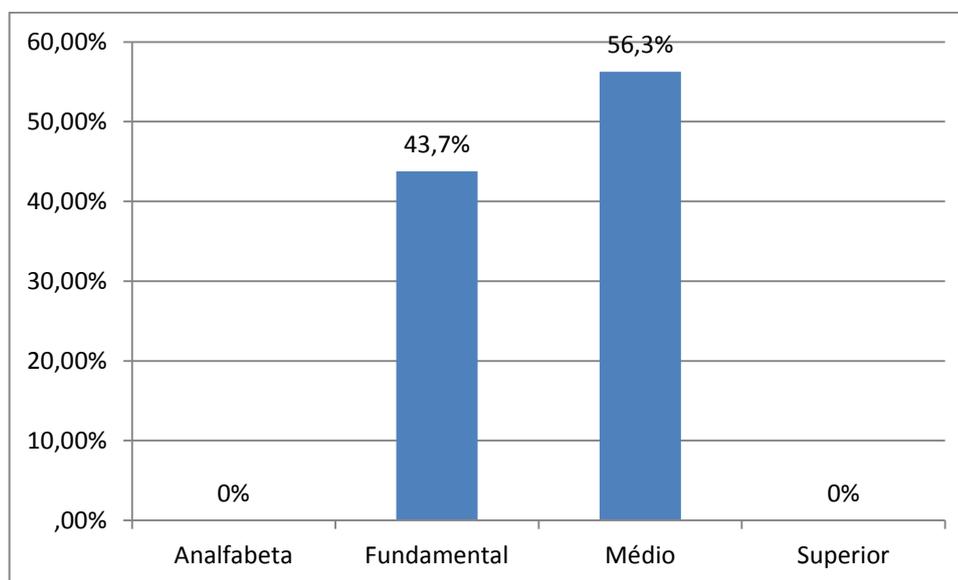
O mercado de trabalho é seletivo na contratação de trabalhadores do sexo feminino. A preferência é dada para mulheres solteiras e de classe média e alta, uma vez que, para as casadas, seja a que classe social pertencerem, as chances de inserção nesse mercado se reduzem sobremaneira.

As determinações da economia afetam o mercado de trabalho e refletem não somente na preferência por trabalhadoras, mas também na composição de aspectos do seu perfil. É que, em épocas de crescimento econômico, a estabilidade no emprego e a elevação da produtividade contribuem para um aumento da qualificação da força de trabalho não somente através de investimentos em educação formal, mas também em capital humano específico, por meio de treinamentos no ambiente laboral.

Segundo Pochmann (2004, p. 384), em uma situação de pouco crescimento econômico, “[...] a deterioração do funcionamento das condições do mercado de trabalho, ao invés de ser contida pela melhoria educacional, contribuiu para o desperdício e o desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade.”

Contudo, nas ocupações pesquisadas, constatou-se que o grau de instrução mais requerido pelos empregadores aos trabalhadores foi o médio, com 56,3%, e em segundo lugar, o fundamental, com 43,7% das solicitações, segundo o Gráfico 07. Nesse caso, percebeu-se que mesmo se tratando de ocupações simples e de baixa complexidade, na maioria das vezes, o perfil escolar do trabalhador não deve limitar-se à baixa escolarização, exigindo-se já um grau de instrução mais elevado.

Gráfico 7 – Exigência dos empregadores quanto ao grau de instrução



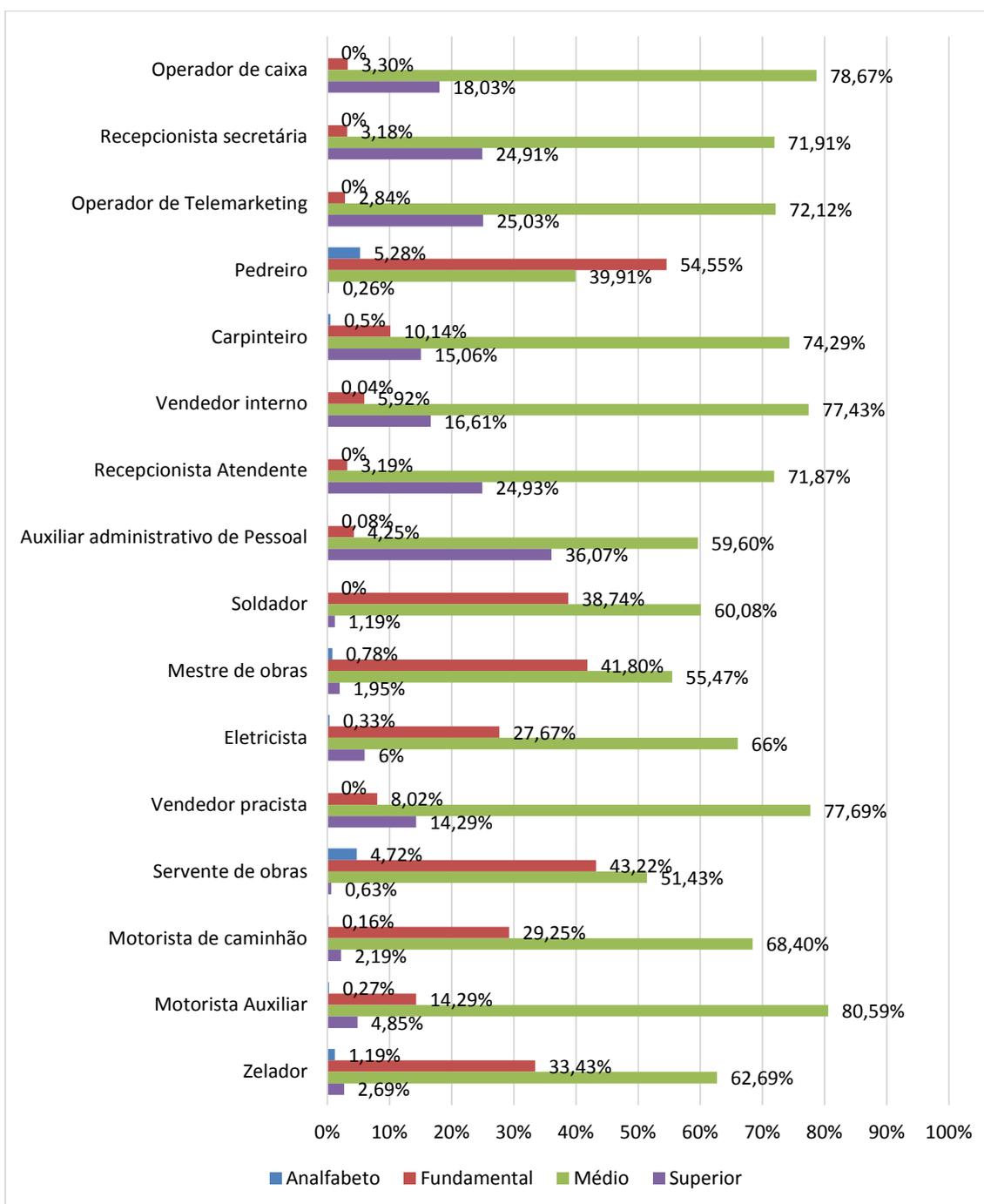
Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013e. Elaboração Própria.

Embora as exigências de trabalhadores com grau de instrução superior não seja suficiente para uma composição percentual representativa, o mesmo acontece com o analfabeto.

Aliás, o resultado da pesquisa mostrou que, em relação à escolaridade, (ver Gráfico 08), entre as ocupações pesquisadas a que apresenta maior quantidade de trabalhadores com grau analfabeto é a de Pedreiro (5,28%), seguida por Servente de obras (4,72%) e Zelador (1,19%). Em algumas, é nula a participação de trabalhadores com esse grau, como Operador de caixa, Recepcionista secretária, Operador de telemarketing, Recepcionista atendente, Soldador e Vendedor praticista. Em outras, o percentual com esse grau fica bem próximo de zero: Carpinteiro, Vendedor interno, Auxiliar administrativo de pessoal, Eletricista, Mestre de obras, Motorista de caminhão e Motorista auxiliar. Apesar de exercerem atividades de baixa competência, com estreita relação com a precarização, esses trabalhadores não podem ser caracterizados pela ausência total de escolarização, pois esse perfil, embora presente em muitas das ocupações apresentadas, representou um pequeno percentual.

No grau de instrução fundamental, a ocupação de Pedreiro se destacou pelo maior percentual de trabalhadores que a possui (54,5%), seguida por Servente de obras (43,2%), e Mestre de obras (41,8%), todas da Construção Civil e com baixa escolarização, conforme o Gráfico 08.

Gráfico 8 - Grau de instrução⁷⁶ dos trabalhadores das ocupações mais procuradas por estes no SINE/PI, em Teresina



Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013f. Elaboração Própria.

Esse baixo grau de instrução reflete, em parte, a educação de boa parte desses trabalhadores durante os anos de 1990, marcada por um conjunto de políticas de cunho seletivo e excludente que toma como inexequíveis gastos públicos com um tipo de formação

⁷⁶ Os graus de instrução apresentados neste trabalho, exceto o analfabeto, se referem aos trabalhadores que já concluíram ou estão por concluir a referida escolaridade.

profissional geral e demorada, em uma sociedade que, segundo Lima (2004, p. 86), é “[...] marcada pela crescente extinção de postos de trabalho e pela mudança do paradigma técnico para o tecnológico.”

Para os trabalhadores com ocupações que correm o risco de precarização, seria necessário ofertar a eles apenas até o ensino fundamental, em complementação à qualificação profissional de curta duração e baixo custo. Só para os privilegiados, ocupantes dos poucos postos de trabalho mais distantes da precarização, caberia uma formação baseada no tripé ciência, tecnologia e trabalho (LIMA, 2004).

Nas ocupações de Soldador, Zelador, Motorista de caminhão e Eletricista, a presença de trabalhadores com o grau de instrução fundamental é significativa, 38,74%, 33,43%, 29,25% e 27,67%, respectivamente, embora não seja o principal nível desse grupo, segundo o Gráfico 07.

Em outras ocupações, o grau de instrução em referência tem um percentual baixo, não chegando a 10% do total, a exemplo de Operador de caixa, Recepcionista secretária, Operador de telemarketing, Carpinteiro, Vendedor interno, Recepcionista atendente e Auxiliar administrativo de pessoal.

Contudo, o grau de instrução médio foi a escolaridade da maior quantidade de trabalhadores em quase todas as ocupações pesquisadas, exceto a de Pedreiro. Nos demais casos, o percentual desse nível de instrução em cada ocupação supera 50%, segundo o Gráfico 08. Assim, se a força de trabalho inscrita no SINE/PI tem grau de instrução formal compatível com a maioria das ocupações apresentadas, isto por si só não lhes garante a empregabilidade, pois, segundo Gentili (2005, p. 52), “[...] a escola é uma instância de integração dos indivíduos ao mercado, mas não todos podem ou poderão gozar dos benefícios dessa integração, já que, no mercado competitivo, não há espaço para todos.”

A desintegração da promessa integradora do pleno emprego garantido pelo Estado deu lugar a uma nova promessa, cujo principal protagonista passou a ser o próprio trabalhador, que se tornou consumidor dos conhecimentos garantidores da sua empregabilidade. Dessa forma, a responsabilidade pela sua inserção no mercado de trabalho é somente sua, sendo ele livre para fazer as escolhas que melhor o capacitarem para esse fim.

Por sua vez, as medidas de qualificação profissional sugeridas por órgãos institucionais têm como objetivo ajustar o perfil dos profissionais afastados do mercado de trabalho, menos qualificados e com menos competência para concorrer a uma vaga de emprego às possibilidades de geração, independente de renda (FERRETI, 2005). Nesse sentido, a ideia de empregabilidade se distancia do viés universalista das políticas públicas

sociais, especialmente as atinentes às relações de trabalho e formação, resguardando o setor produtivo e a economia da responsabilidade pela destruição ou criação dos postos de trabalho, remetendo-a aos próprios trabalhadores, que

[...] apesar de ter investido no desenvolvimento de suas capacidades ‘empregatícias’, não terão sucesso na disputa pelo emprego e, conseqüentemente, acabarão sendo desempregados, empregados em condições precárias – ou, como o próprio presidente da República destacou alguns anos atrás: *inempregáveis* (GENTILI, 2005, p. 55).

Além disso, o conceito de empregabilidade destrói qualquer noção de emprego e renda como esferas de direito, de forma que possuir determinados elementos de empregabilidade, não garante, por si só, um lugar no mercado, enquanto a renda está atrelada à inserção do trabalhador nesse mercado. Assim, é preciso que exista uma empregabilidade em movimento, numa lógica competitiva na qual os indivíduos, segundo Gentili (2005, p. 55),

[...] podem ter uma grande condição de empregabilidade, mas o que torna concretas as oportunidades de emprego e renda não é o *quantum* de empregabilidade que possuem, e sim a maneira como, numa lógica competitiva, essa empregabilidade é colocada em prática na hora de concorrer pelo único emprego. Nesse sentido, fazem parte da empregabilidade conhecimentos vinculados à formação profissional, mas também o capital cultural socialmente reconhecido, além de determinados significados ou dispositivos de diferenciação que entram em jogo nos processos de seleção e distribuição dos agentes econômicos: ser branco, ser negro, ser imigrante, ser gordo, ser surdo, ser nordestino...

O nível de instrução mais elevado, o superior, não é predominante entre as ocupações pesquisadas, sendo que nas menos manuais e mais ligadas ao Comércio houve uma concentração maior de trabalhadores com esse nível de escolaridade, como Auxiliar administrativo de pessoal, Operador de telemarketing, Recepcionista atendente, Recepcionista secretária, Operador de caixa, Vendedor interno e Vendedor praticista, segundo mostra o Gráfico 08. Tal fato pode representar uma alternativa de inserção no mercado de trabalho formal dos indivíduos que concluíram o 3º grau, mas, nesse caso, não tiveram o conhecimento formal como suficiente para garantir uma vaga.

A absorção de força de trabalho com mais escolaridade é boa para o mercado de trabalho, segundo Dedecca e Rosandiski (2006, p. 15), pois

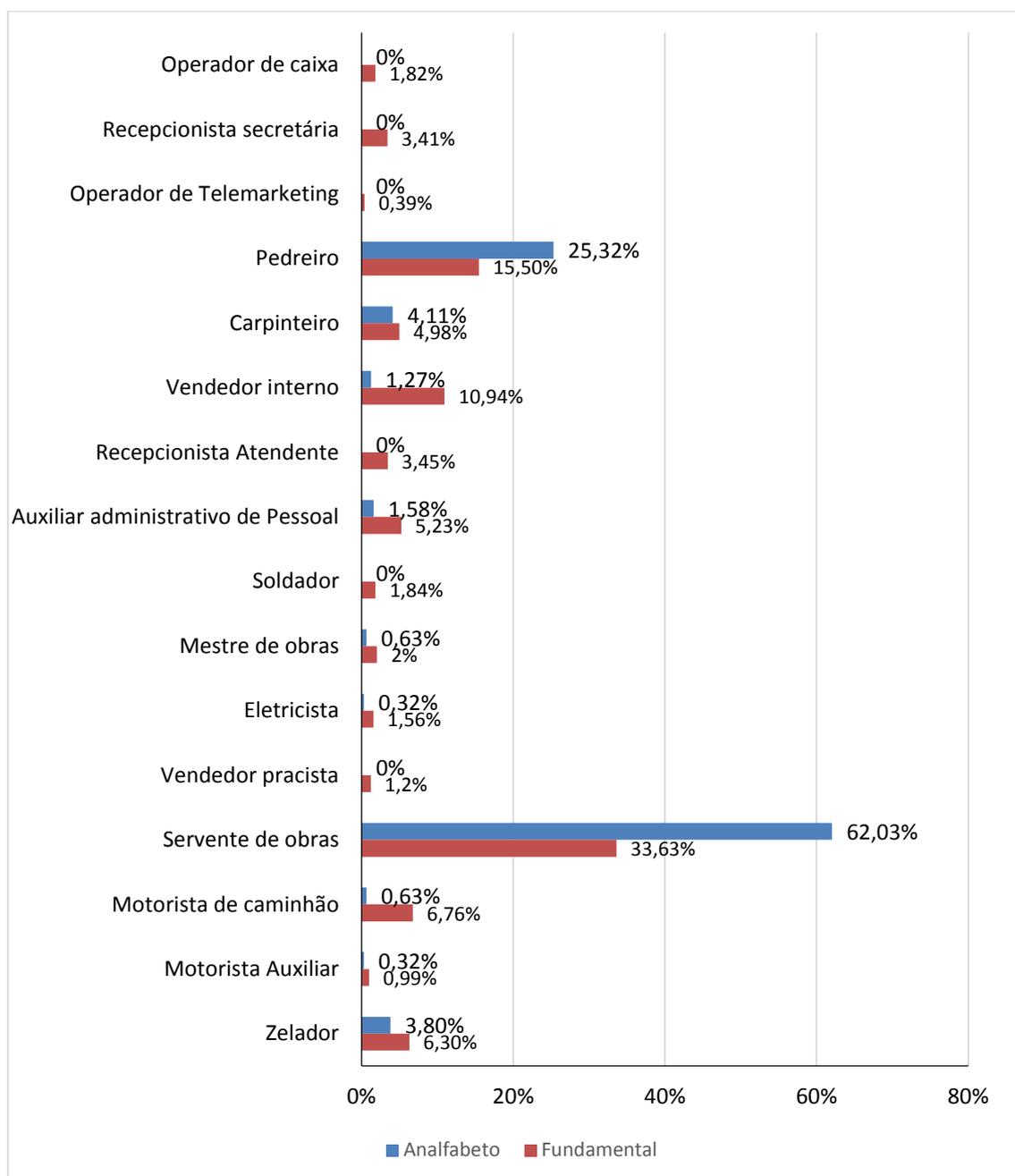
[...] afeta positivamente o perfil da oferta de trabalho, alteração que pode favorecer a maior eficiência da atividade econômica, desde que os estabelecimentos públicos ou privados estejam realizando mudanças em suas estruturas produtivas e em seus processos de trabalho que favoreçam um processo de absorção real, e não formal, da maior escolaridade.

Alguns problemas, no entanto, devem aparecer, como a exclusão de trabalhadores com

menor escolaridade dos setores mais dinâmicos da economia, o que para os autores, pode ser resolvido pela criação de políticas públicas que gerem oportunidades para a força de trabalho menos qualificada, ou pela atuação do sistema público de emprego, que poderá desenvolver programas para elevar a qualificação dos mais prejudicados.

Em termos de valores totais pesquisados, as ocupações com as maiores quantidades de trabalhadores sem escolarização foram a de Servente de obras, com 62,03% seguida pela de Pedreiro, com 25,32%. As demais apresentaram percentuais menores que 5%, segundo o Gráfico 09.

Gráfico 09 – Grau de instrução de cada ocupação em relação ao total pesquisado, Analfabeto e Fundamental



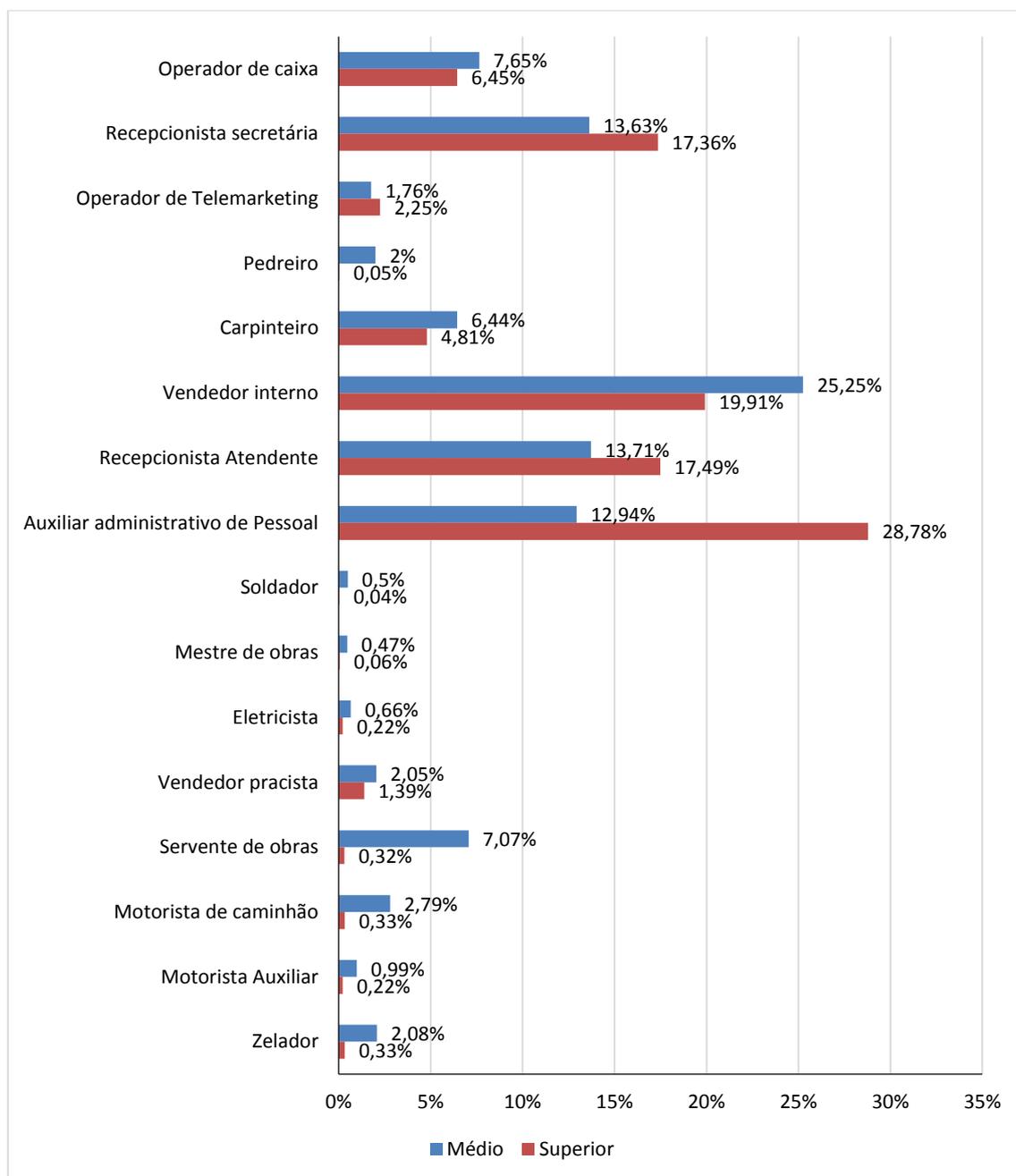
Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013f. Elaboração Própria.

O grau de instrução fundamental seguiu a mesma tendência da escolaridade anterior, com Servente de obras tendo a maior quantidade da força de trabalho com esse nível de instrução, 33,63%, também seguida pela de Pedreiro, 15,5%, sendo que nas duas houve a predominância de trabalhadores sem escolarização, de acordo com o Gráfico 08.

Nas demais, constatou-se uma pequena parcela de trabalhadores com grau de instrução fundamental em quantidade superior à de analfabetos.

As maiores quantidades de força de trabalho com grau de instrução médio foram encontradas nas ocupações de Vendedor interno (25,25%), Recepcionista atendente (13,71%), Recepcionista secretária (13,63%) e Auxiliar administrativo de pessoal (12,94%), conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Grau de instrução de cada ocupação em relação ao total pesquisado, Médio e Superior



Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013f. Elaboração Própria.

No nível superior, a ocupação de Auxiliar administrativo de pessoal reuniu o maior

número de trabalhadores (28,78%). Outras ocupações também apresentaram boa quantidade desse nível de instrução, como Vendedor interno, Recepcionista atendente e Recepcionista secretária, e as demais revelam um pequeno número, o que demonstra que a escolaridade mais elevada não garante a inserção no mercado formal, como se pode constatar no Gráfico 10, pois mesmo os trabalhadores com esse grau de instrução procuram o SINE/PI em busca de uma vaga. De fato, segundo Castel (2008, p. 521),

[...] é legítimo e até mesmo necessário, do ponto de vista da democracia, atacar o problema das “baixas qualificações” [...]. Mas é ilusório deduzir daí que os não-empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade. A relação formação-emprego apresenta-se num contexto totalmente distinto daquele do início do século. O tipo de formação e de socialização promovido então pela escola facilitou a imigração para a cidade dos jovens do meio rural e a formação de uma classe operária instruída e competente: os jovens escolarizados pela República encontravam postos de trabalho à altura de sua novas qualificações. Hoje, nem todo mundo é qualificado e competente, e a elevação do nível de formação continua sendo um objetivo social. Mas este imperativo democrático não deve dissimular um problema novo e grave: a possível *não-empregabilidade* dos qualificados.

Outra grande característica dessa nova fase do capitalismo é a inserção das mulheres no mercado de trabalho, que vinha crescendo desde o final da década de 1970 até o final dos anos de 1990. Nesse período, o aumento da PEA feminina superou 31 milhões, com a sua taxa de atividade acima de 47%, sendo que de cada 100 mulheres em idade ativa, 47 trabalhavam ou procuravam emprego (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001).

Segundo Bruschini e Lombardi (2001), o aumento da força de trabalho feminina ocorrido entre os anos de 1990 e 1993 se deveu à adoção de um novo conceito de trabalho adotado pelo IBGE, que passou a incluir as atividades de autoconsumo, produção familiar e outras até então não consideradas como trabalho, fazendo com que boa parte das trabalhadoras que estava à margem do mercado formal passasse, agora, a integrá-lo.

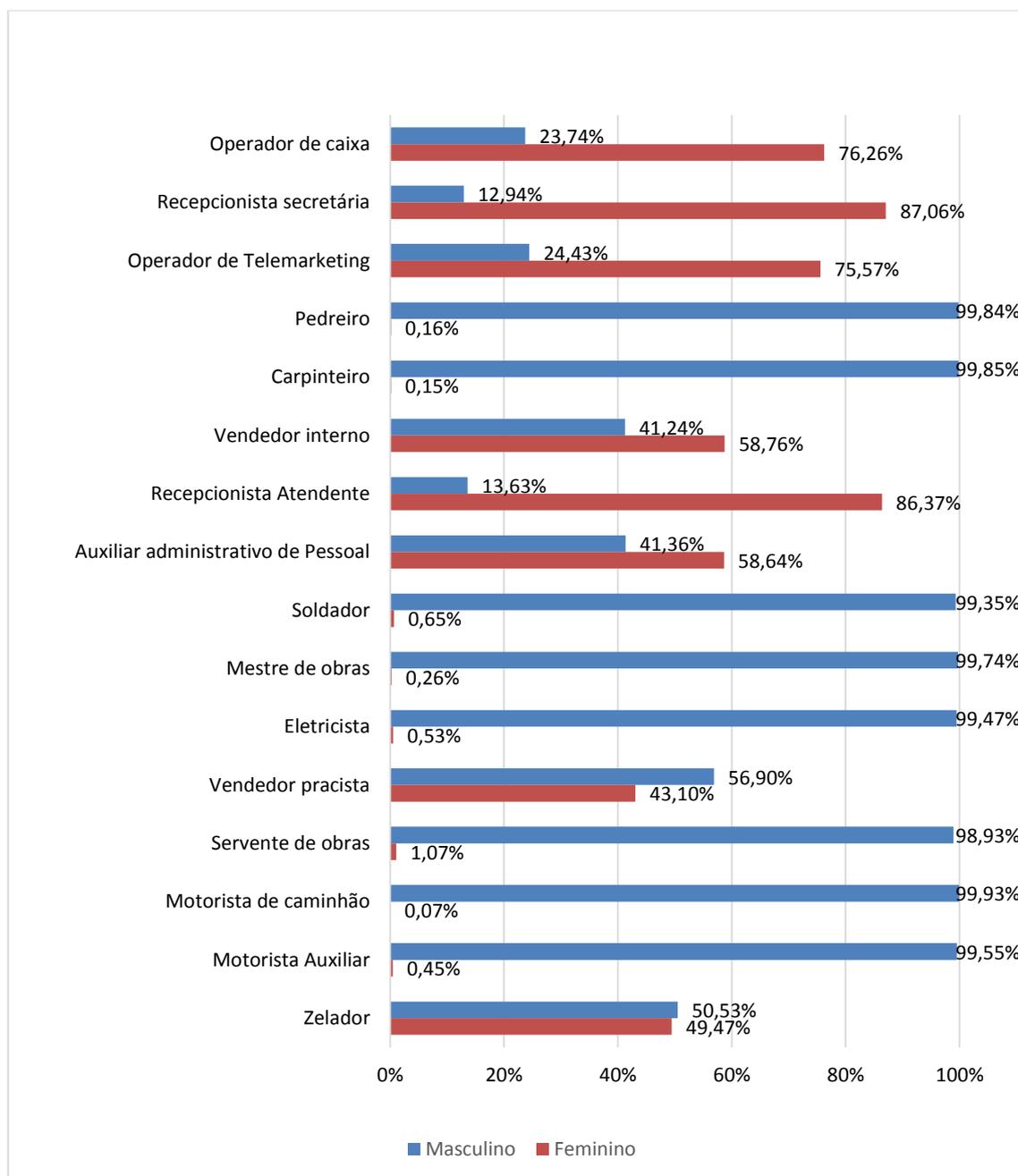
O aumento da participação feminina nesse mercado também pode ser atribuído a fatores culturais, sociais e demográficos ocorrido no país desde os anos de 1970, período no qual o papel da mulher ganhou novas dimensões.

As transformações culturais e os valores sociais do papel feminino, impactados pela atuação dos movimentos feministas e pela presença cada vez mais constante da mulher em áreas públicas, a queda da fecundidade, que reduziu o tamanho das famílias, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas do país, que nela passou a ser a figura principal, o aumento da escolaridade com o ingresso na universidade, tudo isso contribuiu para o crescimento da atividade feminina no mercado de trabalho formal (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001).

Contudo, a presença da força de trabalho feminina entre os trabalhadores que mais

procuraram o SINE/PI não é tão significativa quanto parece. Algumas ocupações, por exemplo, são exclusivamente masculinas, como Pedreiro, Carpinteiro, Soldador, Mestre de obras, Eletricista, Servente de obras, Motorista de caminhão e Motorista auxiliar, segundo mostra o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Gênero dos trabalhadores das ocupações mais procuradas por estes no SINE/PI, em Teresina



Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013f. Elaboração Própria.

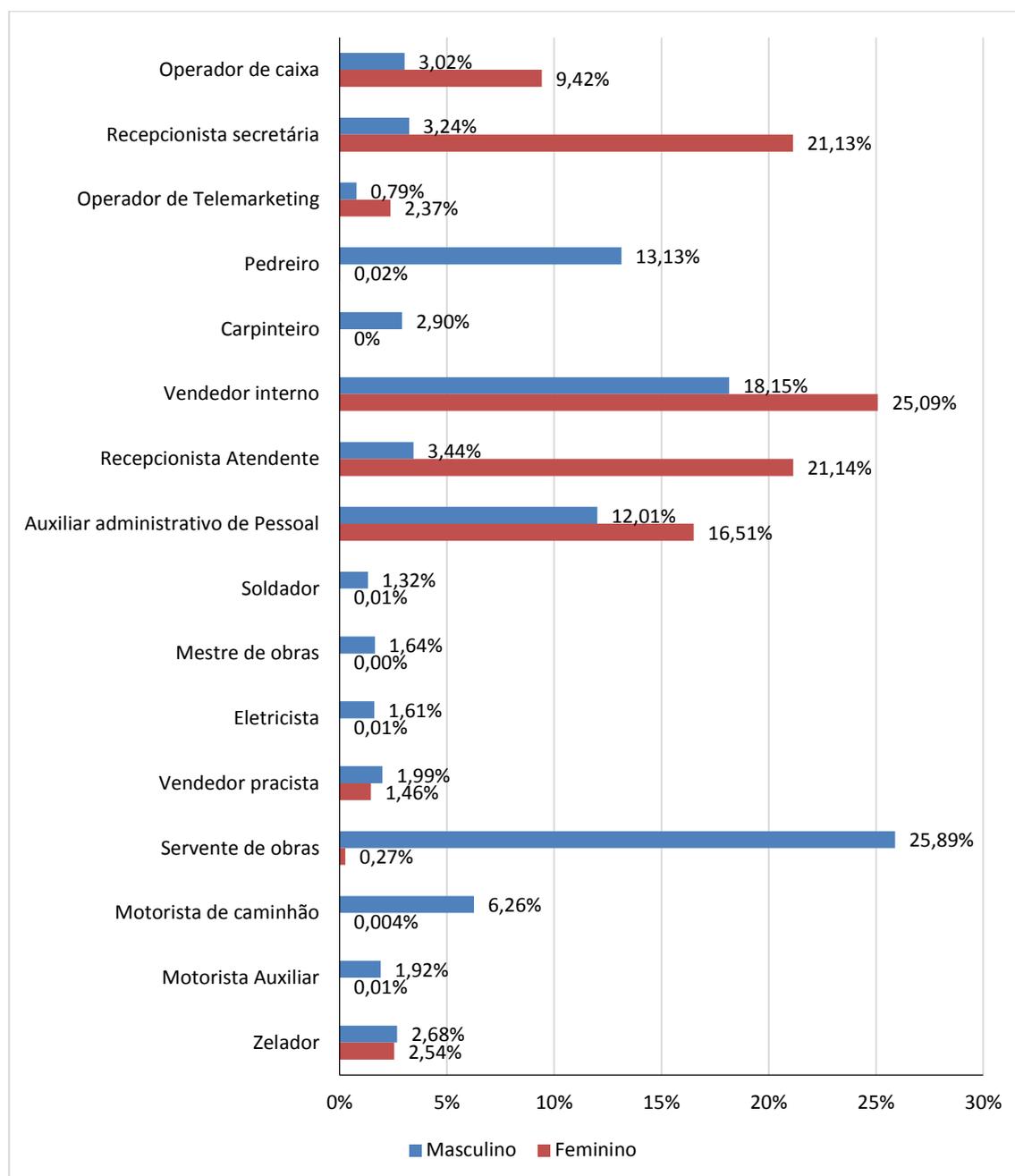
Outras ocupações, por sua vez, apresentaram um considerável número de mulheres na sua composição, como Operador de caixa, Recepcionista secretária, Operador de telemarketing, Vendedor interno, Recepcionista atendente e Auxiliar administrativo de pessoal, ratificando a ideia de Bruschini e Lombardi (2001, p. 173) de que o setor de Serviços é “[...] tradicionalmente, reduto feminino por excelência [...]”. Segundo Bruschini (1979), isso acontece por dois motivos principais: não só porque o número de oportunidades oferecidas às mulheres no setor terciário é superior ao que é oferecido aos homens, mas também porque a estes se direcionam maiores chances de trabalho no setor industrial.

Contudo, não se observou entre as ocupações mais procuradas pelos trabalhadores no SINE/PI, em Teresina, a existência de profissões somente femininas, não estando as trabalhadoras entre os que mais buscam o órgão por uma vaga no mercado formal de trabalho (ver Gráfico 12).

Sob outro enfoque, o estudo do gênero sobre o total das ocupações mais procuradas pelos trabalhadores do SINE/PI, em Teresina, revelou que a força de trabalho feminina está direcionada para áreas em que tem mais possibilidades de sucesso, como naquelas que aproveitam o potencial próprio do sexo, como paciência, capacidade de argumentação, dedicação, insistência, facilidade de comunicação, etc. Do total da força de trabalho feminina pesquisada, 25,09% estavam inscritas como Vendedor interno, 21,14% como Recepcionista atendente, e 21,13% como Recepcionista secretária (ver Gráfico 12).

Duas outras aparecem em menor proporção, Auxiliar administrativo de pessoal e Operador de caixa, com 16,51% e 9,42%, respectivamente, mas, somadas às três primeiras representam 93,3% do total das ocupações pretendidas pelas mulheres e, em todas, se constatou uma sobreposição sobre a masculina, incluindo-se aí, Operador de telemarketing, consoante o Gráfico 12.

Gráfico 12 – Gênero dos trabalhadores em cada ocupação em relação ao total pesquisado



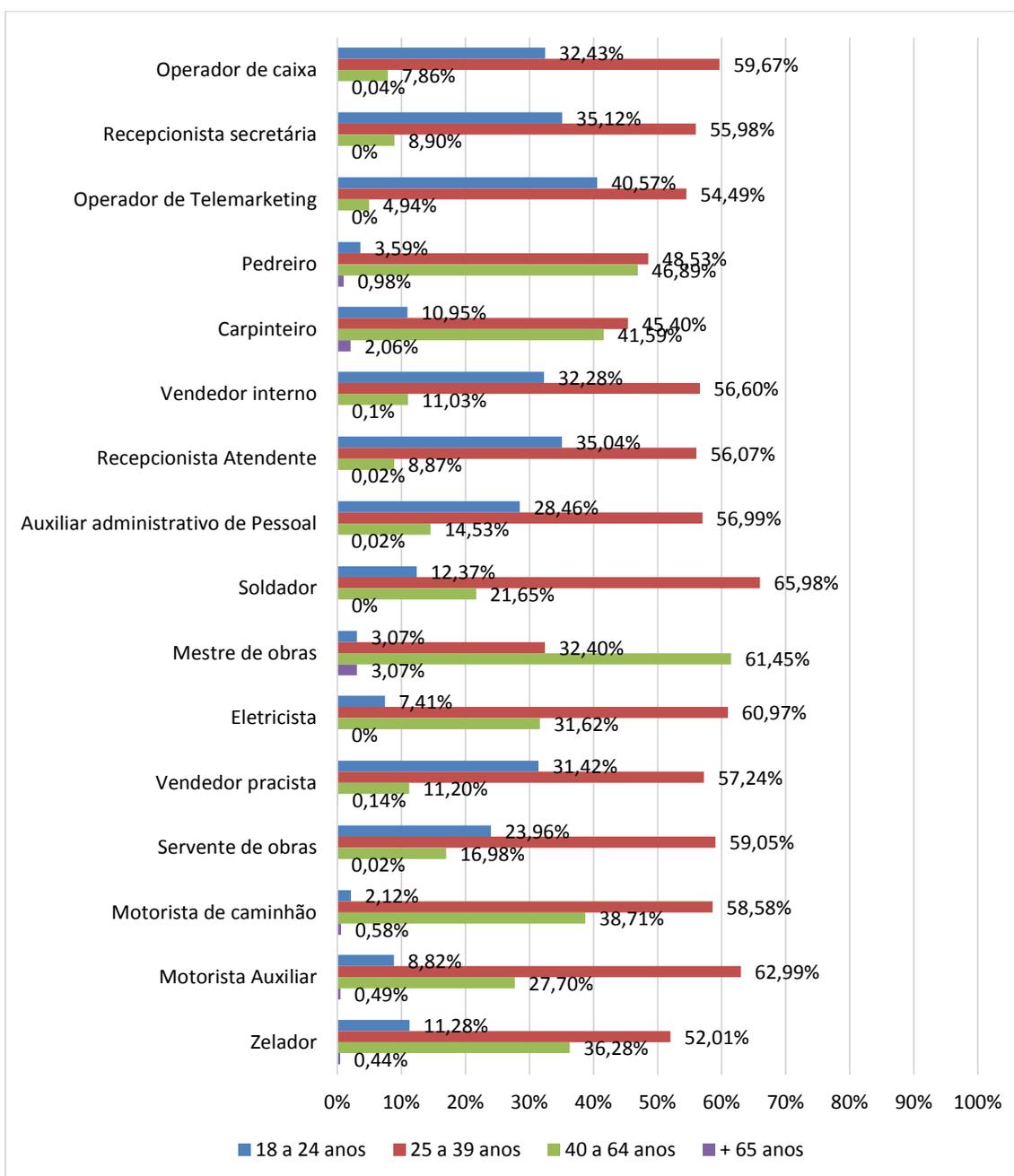
Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013f. Elaboração Própria.

Em relação ao sexo masculino, as maiores pretensões foram constatadas, em primeiro lugar, na ocupação de Servente de obras (25,89%) e, em segundo e terceiro, Vendedor interno e Pedreiro (18,15% e 13,13%, respectivamente). Além dessas, Auxiliar administrativo de pessoal também alcançou um percentual significativo (12,01%), sendo que todas se revelam como pretensões dos homens.

Não obstante o gênero se apresentar como fator de restrição ao ingresso no mercado de trabalho formal, de maneira geral, o fator etário não é elemento redutor de oportunidades de emprego entre os trabalhadores inscritos no SINE/PI, pois nenhum dos empregadores pesquisados colocou a idade como condição *sine qua non* para a contratação.

Em nenhuma das ocupações verificadas se encontrou força de trabalho na faixa etária inferior a 18 anos, nem solicitação de empregadores para trabalhadores com esse perfil. O mais jovem, entre 18 e 24 anos, compõe um grupo de inscritos no SINE/PI que não chega a ser a maior parte, sendo até bastante reduzido em Motorista de caminhão, Mestre de obras e Pedreiro (2,12%, 3,07% e 3,59%, respectivamente), segundo o Gráfico 13.

Gráfico 13 – Faixa etária dos trabalhadores das ocupações mais procuradas no SINE/PI, em Teresina



Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013f. Elaboração Própria

Nesse caso, apesar da idade não ser um fator limitante para a contratação, outro aspecto, com esse relacionado, se apresenta: a experiência. Com efeito, em muitas ocupações é necessário que se tenha um tempo mínimo de aprendizado, já que mesmo um pouco tempo de exercício na atividade impede qualquer chance de inserção no mercado formal. Ademais, segundo Santos (2013, p. 5),

outro aspecto negativo do crescimento da população jovem no mercado de trabalho é sua baixa empregabilidade, levando a um aumento na taxa de desemprego. Diversos fatores explicam a taxa de desemprego maior entre os jovens, como menor conhecimento, menor comprometimento e também menor esforço na procura por trabalho. Ainda que muitos indiquem que estão procurando emprego, alguns estudos indicam que o esforço dos jovens na procura por trabalho é menor.

Dessa forma, as profissões mais procuradas pelos trabalhadores com esse perfil etário, no SINE/PI, foram as de Operador de telemarketing (40,57%), Recepcionista secretária (35,12%), Recepcionista atendente (35,04%), Operador de caixa (32,43%), e Vendedor interno (32,28%), segundo o Gráfico 13.

Constatou-se, porém, que em todas as ocupações, exceto a de Mestre de obras, houve maior incidência de trabalhadores na faixa etária entre 25 e 39 anos, segundo o Gráfico 13. Isso pode estar relacionado a três fatores principais: o desemprego decorrente da falta de experiência entre os mais jovens, o alto índice de rotatividade de força de trabalho e as escassas oportunidades do mercado de trabalho local.

A maior quantidade de trabalhadores na faixa etária entre 40 e 64 anos foi encontrada na ocupação de Mestre de obras, com mais de 60% da sua composição total seguida pela de Pedreiro (46,89%), Carpinteiro (41,59%), Motorista de caminhão (38,71%) e Zelador (36,28%), conforme o Gráfico 13. Nas ocupações de Pedreiro e Carpinteiro, apesar da predominância da força de trabalho na faixa entre 25 e 39 anos, verificou-se, também, que apresentaram quase o mesmo número de trabalhadores com perfil etário entre 40 e 64 anos, cuja diferença percentual chega a ser insignificante, de menos de 4%.

Em outras ocupações, essa faixa etária se mostrou pouco presente, como nas de Operador de telemarketing (4,94%), Operador de caixa (7,86%), Recepcionista atendente (8,87%), Recepcionista secretária (8,9%), Vendedor praticista (11,2%) e Servente de obras (16,98%), segundo o Gráfico 13.

Contudo, na faixa de mais de 65 anos, encontram-se os menores números da mão de obra do SINE/PI, em todas as ocupações pesquisadas, e em alguns, como nas profissões de Eletricista, Soldador, Operador de telemarketing e Recepcionista secretária não foi constatada a presença dessa faixa etária entre os trabalhadores pesquisados.

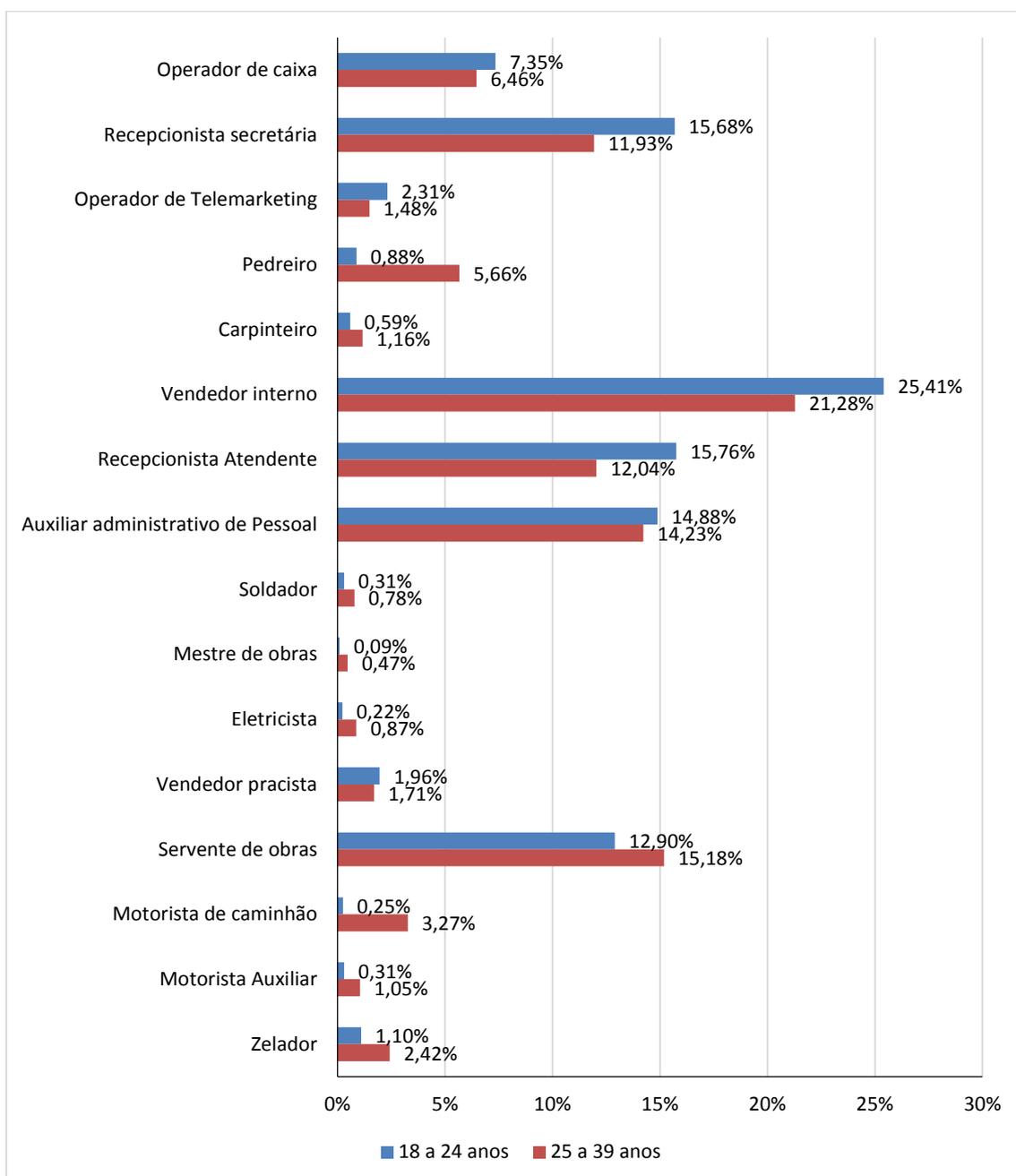
A força de trabalho nessa faixa etária tem mais dificuldade de adaptar-se às novas exigências do novo padrão produtivo, baseado em técnicas organizacionais inovadoras e na tecnologia, cujas exigências vão além da escolaridade e abrangem a necessidade de ampliação de novos conhecimentos além do desenvolvimento de habilidades que possam integrá-los ao ambiente produtivo.

Por esse motivo, os trabalhadores idosos encontram mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, embora, segundo Guimarães (2012, p. 115-116), existem três conjuntos de atividades que os favorecem:

Primeiramente, os Militares e os Funcionários Públicos, devido ao aumento dos concursos públicos ocorridos em todos os níveis de governo no período recente, o que vem sendo associado a incentivos financeiros (abonos de permanência) para que os servidores continuem na ativa. [...] Em segundo lugar, os empregadores, entre os quais não só existe um significativo aumento da participação dos mais velhos [...]. [...] as atividades da construção civil (pedreiros, pintores, eletricitas hidráulicos) [...]; os serviços domésticos, com predominância feminina [...]; atividades que requerem maior qualificação e são enquadradas no setor de “educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social [...].

Em linhas gerais, a participação da faixa etária entre 18 e 24 anos foi maior na ocupação de Vendedor interno, com 25,41% do total, seguida pela de Recepcionista atendente, Recepcionista secretária, Auxiliar administrativo de pessoal, Operador de caixa, Operador de telemarketing e Vendedor praticista, segundo o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Faixa etária dos trabalhadores de cada ocupação em relação ao total pesquisado, de 18 a 24 anos e 25 a 39 anos



Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013f. Elaboração Própria.

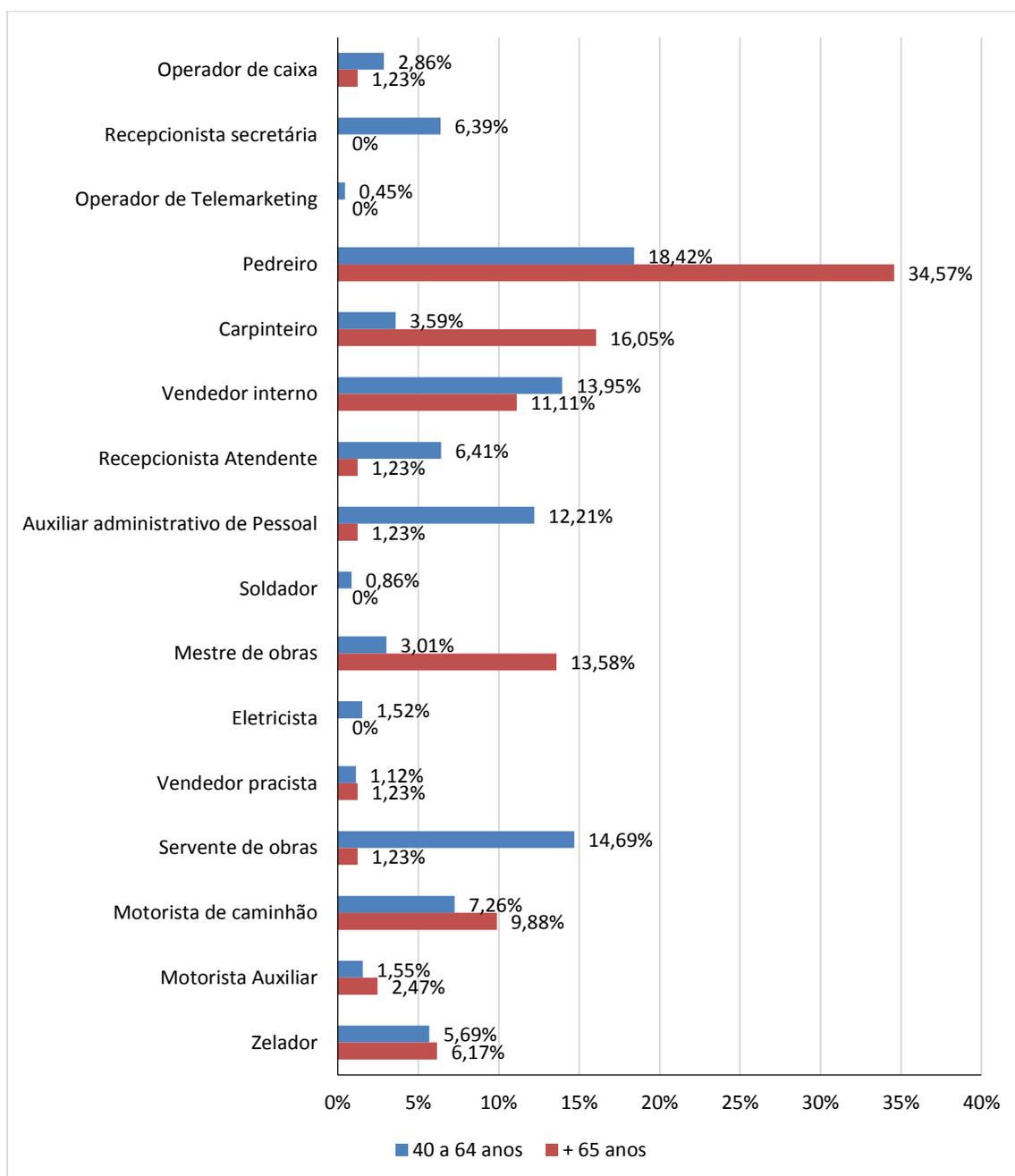
Por sua vez, as ocupações com menos de 1% na faixa etária de 18 a 24 anos foram as de Mestre de obras, Eletricista, Motorista de caminhão, Soldador, Motorista auxiliar, Carpinteiro e Pedreiro, segundo o Gráfico 14.

A presença de trabalhadores na faixa etária de 25 a 39 anos também foi mais expressiva na atividade de Vendedor interno, com 21,28%, seguida por Servente de obras,

Auxiliar administrativo de pessoal, Recepcionista atendente e Recepcionista secretária (ver Gráfico 14).

A população de trabalhadores mais madura, com idade entre 40 e 64 anos, estava concentrada na ocupação de Pedreiro (18,42%), seguida pela de Servente de obras (14,69%) e Vendedor interno (13,95%), de acordo com o Gráfico 15.

Gráfico 15 - Faixa etária dos trabalhadores em relação ao total pesquisado, de 40 a 64 anos e mais de 65 anos



Fonte: BRASIL/MTE/SINE/PI, 2013f. Elaboração Própria

Em contrapartida, as ocupações com as menores quantidades de força de trabalho nessa faixa etária foram Operador de telemarketing, Soldador, Vendedor praticista, Eletricista e Motorista auxiliar.

Acima de 65 anos de idade, o trabalhador encontra mais dificuldades para ser acomodado em uma vaga no mercado de trabalho e se sente menos encorajado a buscar esse espaço. Foi o que se constatou com os que se cadastraram no SINE/PI. Com efeito, do total pesquisado, somente 82 se situavam nessa faixa etária, a grande maioria (34,57%) concentrando-se na ocupação de Pedreiro, segundo o Gráfico 15. Em outras ocupações, como Recepcionista secretária, Operador de telemarketing, Soldador e Eletricista não houve trabalhador com esse perfil etário.

5 CONCLUSÃO

O estudo “Desemprego e reestruturação capitalista: uma análise da relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina”, proporcionou uma aproximação substantiva acerca das transformações que vêm ocorrendo no sistema produtivo mundial em razão das mutações tecnológicas e organizacionais, com consequências sobre a classe trabalhadora, notadamente no que se refere às novas exigências do mercado de trabalho em relação ao perfil da força de trabalho

Inicialmente, o estudo apresentou a passagem do sistema taylorista, cujo paradigma produtivo se baseava na produção em série e na máxima especialização do trabalhador, executor de tarefas simples e repetitivas, para o fordista, cujas características, herdadas do antigo modelo, somaram-se às novidades tecnológicas e às inovações de cunho econômico, representadas pelos altos salários, que, de certa forma, possibilitaram-lhes se tornarem consumidores dos próprios produtos, ao tempo em que consolidaram o fordismo como o modelo mais utilizado no mundo. Em decorrência, alterou-se o padrão de consumo da classe trabalhadora.

Para manter o ritmo desejado de crescimento econômico, foram promovidas profundas mudanças na economia, entre as quais a intervenção direta do Estado nos mercados, sob a forma de um Welfare State, o que criou um sistema público de seguridade social capaz de garantir renda mínima aos trabalhadores e a manutenção da sua capacidade de consumo, conservando os elevados níveis de produção. Para isso, celebraram-se vários acordos internacionais, tendo como principal moeda de conversão o dólar e os Estados Unidos, como potência hegemônica, detentora dos meios de pagamento. Esse período de apogeu do fordismo ficou conhecido como os anos gloriosos do capitalismo.

A situação começou a apresentar os primeiros sinais de esgotamento ainda na década de 1960, quando, em razão da elevação do saber adquirido durante os anos de bonança e devido à maior conscientização dos seus direitos, o conjunto dos trabalhadores, sentindo-se explorado, deu início a uma revolta que provocou a queda de produtividade no sistema fordista.

A partir daí, os países capitalistas desencadearam um movimento de reorganização do capital que passou a ser, em parte, especulado na esfera financeira internacional e, de outra parte, submetido a um processo de reestruturação produtiva, que impactou mais diretamente a classe trabalhadora, que se viu alvo de medidas duras de contenção dos gastos, sobretudo dos custos salariais.

Em resposta à crise, o grupo dos neoconservadores, defendia a autorregulação do mercado e a ausência da intervenção estatal na economia, que deveria prezar pela diminuição dos gastos públicos e dos investimentos na área social, dando ênfase à privatização dos serviços antes considerados exclusivos do Estado. Como a crise se agravava, um novo padrão produtivo de inspiração japonesa começou a ser copiado nos países capitalistas centrais, pois respondia mais rápido às exigências do abalado mercado e conferia mais agilidade e flexibilidade ao sistema.

O novo modelo, conhecido como acumulação flexível, utilizou-se da tecnologia de base microeletrônica nos sistemas de produção, aproveitando algumas das ideias do taylorismo e do fordismo, como a racionalização do trabalho, mescladas a técnicas produtivas japonesa, como o *kanban*, dos 5Ss, o *kaizen*, e outras. Nesse, o perfil exigido do trabalhador era mais elaborado que nos modelos anteriores: polivalente, dotado de habilidades mentais, qualificado, multifuncional e participativo, devendo, ao contrário do taylorismo e do fordismo, pensar mais e executar menos. A competência assumiu o lugar da qualificação, reunindo um conjunto de atributos humanos, psicológicos, comunicacionais, técnicos, intelectuais e emocionais.

Outro aspecto do perfil do trabalhador que despontou nessa nova fase da reestruturação produtiva foi a escolaridade, não somente pelo saber formal que produz, mas por tornar o indivíduo apto a desenvolver outros leques de competências e habilidades.

Verificou-se, assim, que as transformações no mundo do trabalho, seja no modo de produção, seja no perfil dos trabalhadores, se relacionam com a introdução de elementos resultantes do progresso tecnológico, como automação, robótica e microeletrônica, que proporcionaram uma combinação entre os modelos fordista e taylorista com o de acumulação flexível japonesa, cujas técnicas produtivas aprimoradas passaram a ser adotadas, mescladas às primeiras, inicialmente, pelos países capitalistas centrais e depois pelos periféricos.

Esse conjunto de mudanças no sistema produtivo mundial dos países capitalistas foi chamado de reestruturação produtiva e se tornou o principal responsável pelo desemprego e pela precarização do trabalho nas últimas décadas. Parte do desemprego gerado nessa fase do processo de reestruturação produtiva é chamada de desemprego aberto, constituído pela parte mais aparente do excedente de mão de obra que está pronto para assumir uma vaga no mercado de trabalho formal, enquanto os demais, que estão fora dele, sobrevivem fazendo bicos e formando o subemprego.

Dentre a força de trabalho disponível gerada pelo desemprego e subemprego, o capital se aproveita, principalmente, da menos qualificada, mobilizando a mesma fração da força de

trabalho sem dispor de uma quantidade maior de trabalhadores. Isso ocorre porque a força de trabalho ativa fornece mais trabalho em razão da pressão da superpopulação relativa em busca de emprego.

No Brasil, apesar dessas mudanças chegarem com certo atraso em relação aos países capitalistas centrais, não produziram efeitos menos devastadores para a economia e para os trabalhadores. Com efeito, sob os preceitos das políticas neoliberais, realizaram-se profundas reformas no Estado brasileiro via privatização de empresas públicas, abertura comercial e desregulamentação do mercado de trabalho.

As consequências da reestruturação produtiva no Brasil se assemelham às verificadas em outros países capitalistas, com uma oferta cada vez menor de vagas no mercado de trabalho, caracterizadas sob uma nova forma de trabalho e de trabalhador e onde se verifica que cada vez mais homens e mulheres estão menos preparados para assumir os escassos postos de trabalho em função das exigências crescentes dos empregadores. A questão do desemprego, segundo Mészáros (2003, p. 22),

[...] foi significativamente alterada para pior. Ele já não é limitado a um “exército de reserva” à espera de ser ativado e trazido para o quadro de expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase de ascensão do sistema, por vezes numa extensão prodigiosa.

O desemprego assumiu, assim, um caráter crônico e indiscriminado, pois, de acordo com Canôas (2005, p. 173),

[...] atinge todos os trabalhadores, dos mais jovens até os mais velhos, dos desqualificados aos qualificados, dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos, do setor primário da economia passando avassaladoramente pelo secundário ao terciário. O novo padrão de desemprego, aprofundado pelas inúmeras determinações da crise estrutural do capitalismo, adquire características e tendências nunca antes imaginadas pelos defensores do sistema.

Apesar de atingir todas as nações nos últimos anos, inclusive as mais ricas, o desemprego é um dos problemas enfrentados pelo governo brasileiro, não obstante o crescimento da oferta de empregos formais, a partir de meados da década de 2000, em razão do aumento da atividade econômica e da oferta de postos de trabalho em estabelecimentos organizados.

No Nordeste, principalmente no Piauí, constatou-se o crescimento do emprego formal a partir da década de 2000, que praticamente dobrou, mas não foi suficiente para eliminar o desemprego em um dos estados mais pobres do país.

A força de trabalho piauiense ainda é pouco aproveitada pelo mercado local. Em 2010, somente 29% ocupavam um posto no mercado formal, concentrados, na maioria, nos grandes estabelecimentos, que representavam a minoria das empresas em funcionamento, ao contrário dos pequenos, com 01 a 04 vínculos, e que, apesar de ser maioria, ofertaram poucas vagas.

O maior vínculo de trabalho no estado, nos anos estudados, foi o celetista, que concentrou mais da metade dos empregos criados, boa parte deles em Serviços, Comércio, Construção Civil e Indústria de Transformação. O vínculo estatutário, que por sua vez, reduziu-se em 2000, cresceu consideravelmente na década seguinte, com postos de trabalho situados, na quase totalidade, na Administração Pública.

Contudo, não se observou uma presença significativa do trabalhador de menor idade, o Menor Aprendiz, na ocupação desses postos, embora regulamentado no Brasil por várias leis, desde 1943, como o Decreto Lei nº 5.598/2005. Somente a partir de 2010, o MTE contabilizou oficialmente a pequena participação desse grupo no mercado de trabalho formal do Piauí.

Na faixa etária entre 18 e 24 anos é que se observou a participação do jovem no mercado de trabalho local nos três anos estudados, ocupando mais postos de trabalho no Comércio, Serviços, Construção Civil e Indústria de Transformação, não obstante as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal brasileiro.

O mercado de trabalho formal piauiense é, na verdade, constituído, na maioria, por trabalhadores na faixa etária entre 25 e 39 anos de idade, cujo maior crescimento se deu no Comércio, apesar de o maior contingente se encontrar na Administração Pública, seguida por Serviços e Comércio.

Ao contrário, a evolução desse perfil etário, nos três anos pesquisados, foi menor que da faixa de 40 a 64 anos de idade, que teve mais destaque na Administração Pública, em razão da estabilidade proporcionada pelo vínculo estatutário, que favorece a permanência do trabalhador no cargo até a aposentadoria, sem dizer que se trata do setor que concentrou a maior quantidade de força de trabalho, nessa faixa etária, em todos os anos estudados. Os demais setores tiveram uma pequena participação, exceto o de Serviços, que também apresentou uma participação razoável de trabalhadores com esse perfil.

O crescimento desse grupo de perfil etário mais maduro no mercado formal se explica pelo fato de que, com o aumento da expectativa média de vida, que nas últimas décadas passou, no Brasil, de 40 para 70 anos, torna-se fundamental, segundo Pochmann (2004, p. 390), identificar que está em curso um maior alargamento da faixa etária circunscrita à juventude para algo entre 16 e 34 anos de idade. Ademais, conforme o autor, na transição da

sociedade industrial para do conhecimento, deve-se observar a relação entre formação e educação e o mundo do trabalho, que exige mais tempo na preparação para o ingresso no mercado de trabalho, e estabelece uma continuidade de qualificação ao longo da vida útil da classe trabalhadora.

A composição do mercado de trabalho piauiense para o grupo de trabalhadores com mais de 65 anos apresentou as mesmas características do perfil etário anterior, com maior concentração na Administração Pública, pelo motivo já explicitado.

No aspecto do gênero, no último ano pesquisado o Piauí possuía uma quantidade de população feminina semelhante à masculina, mas com PEA menor entre mulheres, o que fez a participação masculina no mercado de trabalho formal ser superior, com diferença, em 2010, igual à maior do período. Nos três anos estudados, a evolução da força de trabalho masculina superou a feminina, tanto em um como no outro gênero, ambos mais concentrados, em primeiro lugar, na Administração Pública, e em segundo, em Serviços.

Já no fator mais importante do perfil, a escolaridade, os trabalhadores piauienses do gênero masculino superaram o feminino em relação ao grau de instrução Analfabeto, constatando-se, ainda, uma diminuição da força de trabalho com esse perfil, notadamente no feminino. A baixa escolarização também não é uma característica da força de trabalho feminina ocupada no mercado formal, sendo que a masculina apresentou, no último ano, o maior percentual nesse aspecto - graus de instrução fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, distribuído entre Construção Civil, Serviços, Comércio e Administração Pública. Constatou-se, ainda, um crescimento da força de trabalho masculina com esse grau de instrução no último ano, ao contrário da feminina, que decresceu.

Porém, o maior grupo de trabalhadores do mercado de trabalho formal piauiense possuía o grau de instrução médio completo e superior incompleto, sendo a maioria do gênero masculino, com maior evolução, distribuídos entre Administração Pública, Comércio e Serviços.

A força de trabalho mais escolarizada, com grau de instrução superior completo, ocupou o terceiro lugar em relação aos dois níveis imediatamente anteriores. No entanto, foi nesse grau de instrução que se deu o maior crescimento da força de trabalho total, notadamente entre as mulheres, concentradas, principalmente, na Administração Pública.

Logo, o mercado de trabalho piauiense pode ser caracterizado por uma força de trabalho na faixa etária de 25 a 39 anos, com forte presença do trabalhador com mais de 40 e menos de 64 anos, com composição de gênero predominantemente masculina. O mesmo não

se pode afirmar da escolarização, aspecto em que as mulheres registraram níveis mais elevados e, também, as melhores perspectivas de progresso.

As características do mercado de trabalho piauiense são, em grande parte, determinadas pela sua composição na maior cidade, Teresina, que, em 2010, abrigava a maior parcela do total da população do estado e mais da metade do PIB estadual e do PIB *per capita*. Com uma população de 814 mil habitantes, em 2010, e PEA de 407,8 mil, mais da metade se encontrava ocupada no mercado formal de Teresina e quase 40% permanecia fora dele.

Contudo, o mercado de trabalho formal teresinense se revelou bastante dinâmico, tanto que, em 2010, concentrou pouco mais da metade do total de empresas ativas no estado, que ofertaram mais de 60% dos postos, com evolução das empresas e vagas ofertadas semelhante à observada no mercado piauiense.

Na capital, o vínculo celetista predominou, com taxa de crescimento próxima à do estatutário, com o setor de Serviços e Comércio registrando as maiores quantidades de postos com vínculo celetista.

No Comércio e Serviços, estavam alocados a quase totalidade do pequeno número de trabalhadores beneficiados pela Lei do Menor Aprendiz e aqueles com até 17 anos de idade.

Nesses setores, na ordem inversa, também se deu a maior participação da força de trabalho com idade entre 18 e 24 anos, com crescimento superior a 100% nos três anos. Porém, tinha representatividade sobre o total dos trabalhadores de 12,7%, ocupando a terceira posição entre todas as faixas etárias.

Semelhante às características apresentadas pelo mercado piauiense, a maioria da força de trabalho formal de Teresina também estava constituída por trabalhadores com mais de 25 e menos de 39 anos de idade, embora com evolução inferior à da faixa etária anterior, distribuídos entre Serviços, Comércio, Administração Pública, Construção Civil e Indústria de Transformação.

Porém, o maior crescimento ocorreu na absorção dos trabalhadores com idade entre 40 e 64 anos, que ocuparam a segunda posição no total da faixa etária pesquisada, com mais concentração na Administração Pública e em Serviços.

A força de trabalho com mais idade representou pouco mais de 1% do total dos trabalhadores da capital. Contudo, teve crescimento de 119%, o que não significou aumento por ingresso no mercado, mas permanência até a sua aposentadoria.

Aliás, não é só o trabalhador idoso que tem dificuldades de ingresso no mercado de trabalho formal de Teresina, mas também as mulheres também são afetadas pelas restrições

impostas a esses grupos. De fato, da PEA de 191 mil mulheres, 166,9 mil estavam ocupadas em 2010, mas somente 101 mil eram legalizadas. O sexo masculino teve números mais favoráveis: da PEA de 216,5 mil homens, 200,9 mil possuíam alguma ocupação e 145,9 mil eram regularizados.

Ademais, além de representar um quantitativo menor, a força de trabalho feminina cresceu somente 67,5% no período estudado, enquanto a masculina registrou 103,2%. Isso acontece porque o mercado de trabalho seleciona a força de trabalho feminina de acordo com critérios relacionados ao estado civil e condição social, dando-se preferência às solteiras e de classe média e alta, uma vez que as casadas, independentemente de classe social, têm as chances de inserção drasticamente reduzidas.

Com exceção da Administração Pública, em todos os demais setores observou-se uma predominância de trabalhadores do gênero masculino, se bem que, em Serviços, constatou-se a presença significativa da força de trabalho feminina.

Em ambos os sexos foi notória a redução de trabalhadores sem instrução em todos os setores de atividade, enquanto nos graus de instrução fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto verificou-se um pequeno crescimento, exclusivamente entre os do gênero masculino que, em 2010, aumentaram 38% em relação a 1990, enquanto a participação feminina com essa instrução diminuiu. Assim, houve uma evolução positiva de trabalhadores formais do gênero masculino com essa escolaridade no mercado local, devido às contratações realizadas, principalmente na Construção Civil. Esse nível ocupou a segunda posição entre o perfil escolar dos trabalhadores formais de Teresina.

Os trabalhadores com graus de instrução mais elevados, como o médio completo e o superior incompleto, formaram o maior grupo de trabalhadores formais da capital, com uma evolução de 137%, sendo constituído, na maioria, por trabalhadores, embora em alguns setores, como Administração Pública e Serviços, as trabalhadoras representasse a maioria. Os homens com essa escolaridade, que, em 1990, eram minoria, tiveram evolução maior que das mulheres, distribuídos entre Serviços, Administração Pública e Comércio.

A inserção da força de trabalho com grau de instrução superior completo foi positiva, no período estudado, apresentando o maior crescimento entre todos os níveis de escolaridade. Diferentemente do grau anterior, a maior evolução ocorreu entre as trabalhadoras, que representavam a maioria, enquanto os homens, que também obtiveram um elevado nível de crescimento, ficaram em minoria e, mais uma vez, concentrados na Administração Pública e em Serviços.

Destarte, o que se constatou, a partir da análise da composição dos mercados de trabalho piauiense e teresinense, foi uma semelhança entre ambos, com pequenas variações em razão de a capital ter uma maior dinamicidade em setores como Administração Pública, Serviços e Comércio. O perfil da força de trabalho contratada nesses mercados atende, no geral, ao padrão estabelecido pelo mais recente processo de reestruturação produtiva, respeitado as exigências dos setores aos quais estão ligados e das atividades que realizam. Contudo, mostram-se insuficientes na geração de empregos para a totalidade da PEA, produzindo um excedente de pessoas que, mesmo com a qualificação exigida, são mantidas fora da esfera produtiva. É por isso que Mészáros (2002, p. 1005) diz que o desemprego não atinge somente os trabalhadores não qualificados, mas também um grande número dos altamente qualificados, “[...] que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis [...]”.

Portanto, o desemprego deve ser tratado como uma consequência do processo de reestruturação capitalista, que estimulou a criação das políticas de emprego de cunho passivo e ativo, a fim de amenizá-lo nas sociedades desenvolvidas e, principalmente, nas subdesenvolvidas.

Dessa forma, a criação do SINE representou a aplicação de uma política pública de cunho meramente compensatório, seja de natureza passiva, na medida em que presta assistência financeira ao trabalhador desempregado através do pagamento de seguro desemprego, seja de natureza ativa, quando atua diretamente sobre o mercado de trabalho ofertando formação profissional e intermediação de mão de obra, realizando a inserção dessa força de trabalho excedente no mercado de trabalho formal a partir do confronto das exigências das empresas com o perfil dos inscritos. No entanto, a grande crítica sobre esse tipo de serviço repousa no fato de, que mesmo criado para combater o desemprego, é notória a sua incapacidade de gerar postos de trabalho que atendam à grande demanda de trabalhadores que se colocam à disposição para ocupar uma vaga.

Entretanto, nem todos os dispensados do mercado formal recorrem ao SINE e a maioria dos que o procuram, não consegue uma colocação. Para Lara (2005), a análise do mercado de trabalho contemporâneo explica por que tantos trabalhadores não logram retornar para a vida laboral. É que o mercado atual é fragmentado e origina trabalhadores centrais, periféricos e excluídos, sendo os primeiros, dotados de

[...] grande capacidade técnica, [...]. [...] devem ser qualificados e polivalentes para permanecerem nas empresas. [...]. Os segundos são aqueles que destacamos como sendo os subproletários tardios que compõem o número crescente de trabalhadores –

parciais, temporários – sem os mínimos sociais para reproduzirem dignamente; são representados pelo trabalho feminino mal remunerado, pelos jovens sem experiência no mercado de trabalho e pelos trabalhadores acima de 40 anos considerados “velhos” para o trabalho. No conjunto, esses trabalhadores estão sempre sujeitos às oscilações do mercado e podem a qualquer momento, estar desempregados ou empregados precariamente. Os terceiros são constituídos pela já existente população excedente de força de trabalho, mas que se viu acentuada com a atual conjuntura, originando o desemprego estrutural, que acentuou demasiadamente o número de excluídos do emprego (LARA, 2005, p. 81).

O SINE/PI, em Teresina, recebe muitas solicitações de empregadores para o preenchimento de ocupações fragmentadas, que exigem pouca qualificação, baixa qualidade e visam a atender, principalmente, a demanda do setor de Serviços. Entre as mais procuradas estão as de Pedreiro, Auxiliar de linha de produção, Trabalhador rural, Encarregado de manutenção e Vendedor praticista. As menos demandadas são bastante variadas (ver Anexo A).

É notório o crescimento das ocupações no setor de Serviços e Comércio, principalmente a partir das mudanças na economia brasileira, na década de 1990, que entre outras, destacavam-se medidas de estabilização econômica e privatização de empresas públicas, que permitiram a reorganização da estrutura de ocupação e renda dos trabalhadores, verificando-se, a partir de então, um decréscimo dos postos de trabalho do setor da indústria.

A fragmentação nos tipos ocupacionais é outro aspecto derivado dos anos de 1990, decorrente dos fatores já apontados, quando as atividades terciárias assumiram importante função na formação da renda e no estoque de ocupação da força de trabalho. O pequeno grau de exigência envolvido e o baixo nível de organização das atividades nesses tipos ocupacionais importam em um custo mais baixo para as empresas, fazendo com que mais trabalhadores ingressem no mercado formal, o que contribui para um arrefecimento do desemprego.

Foi a partir dos tipos ocupacionais fragmentados que se fez a análise das exigências dos empregadores acerca do perfil desejado para os ocupantes das vagas disponibilizadas através do SINE/PI, em Teresina, e das ocupações mais procuradas pelos trabalhadores, o que resultou em alguns achados importantes. A fragmentação ocupacional observada entre as atividades mais ofertadas pelos trabalhadores e as mais demandadas pelas empresas não foi, por exemplo, suficiente para garantir a inserção de mais força de trabalho no mercado formal de Teresina através do SINE/PI.

As ocupações mais procuradas pelos trabalhadores são a de Vendedor interno, seguida por Auxiliar administrativo de pessoal e Servente de obras, cuja oferta é bem divergente da demandada pelas empresas. Isso se revela como um ponto de entrave para os trabalhadores, pois a realização de outras atividades que não as relacionadas por eles no ato do cadastro no

SINE/PI, em Teresina, não chega nem a ser cogitado, uma vez não dispõem de capital intelectual acumulado para um uso adicional, que lhes garantiria uma alternativa no mercado formal.

Observou-se que, assim como quase inexistente a oferta da força de trabalho de perfil mais dinâmico e compatível com as características do atual momento de reestruturação produtiva entre os que buscam a intermediação do SINE/PI, em Teresina, também não há, nas empresas, o recrutamento para ocupações que requerem do trabalhador as mesmas características.

Logo, a força de trabalho que procura a intermediação do SINE/PI, em Teresina, estava constituída basicamente por pessoas com ocupações mais tradicionais que, por motivos alheios a este estudo, não conseguem outra via de acesso ao mercado formal que não seja através do órgão. Este, por sua vez, também não é solicitado para atuar na intermediação de postos de trabalho mais dinâmicos.

No perfil etário, verificou-se a não indicação pelos empregadores de uma faixa de idade mais ou menos adequada, uma vez que as vagas de emprego encaminhadas ao SINE/PI, em Teresina, não apresentaram restrição nesse aspecto.

O mesmo não aconteceu com as exigências de gênero, pois os empregadores demonstraram uma visível preferência por trabalhadores do sexo masculino, sendo a exclusão feminina do mercado formal de Teresina uma realidade que dificilmente ultrapassará as barreiras impostas pelo sistema produtivo em curso.

Já a escolaridade mais requerida pelos empregadores para a força de trabalho inscrita no SINE/PI, em Teresina, concentrou-se entre o grau de instrução médio e fundamental, um avanço, sem dúvida, porquanto, apesar de se tratar de ocupações fragmentadas e de baixa qualidade, não predomina o baixo nível de escolaridade.

Na verdade, a exigência por trabalhadores sem escolaridade ou mesmo com grau de instrução superior não expressa uma rotina na composição do perfil da força de trabalho recrutada através do SINE/PI, em Teresina, sendo, mais uma vez conclusivo afirmar que esse recrutamento se volta para a classe trabalhadora com grau de instrução médio e fundamental, direcionada a ocupar postos de baixa qualificação.

Assim, a análise do perfil dos trabalhadores das ocupações mais procuradas mostrou que em quase todas as pesquisadas houve uma predominância do grau de instrução médio (exceto na de Pedreiro), seguido pelo fundamental. Aliás, o percentual de trabalhadores com o nível escolar médio superou o exigido pelos empregadores.

A quantidade de trabalhadores com o grau de instrução analfabeto foi bem pequeno, sendo as ocupações que mais o apresentaram foram Servente de obras e Pedreiro, em que também se verificou a maior quantidade de força de trabalho com nível fundamental, o segundo lugar depois de analfabeto.

No nível superior, a força de trabalho com esse grau demonstrou preferência para ocupações como Auxiliar administrativo de pessoal, Operador de telemarketing, Recepcionista atendente, Recepcionista secretária, Operador de caixa, Vendedor interno e Vendedor praticista.

Logo, o percentual de trabalhadores com o nível escolar mais exigido (médio) foi superior ao demandado, destacando-se a presença, em menor proporção, do grau de instrução analfabeto, comumente encontrado entre a força de trabalho nos séculos XIX e XX, e o aparecimento de um novo tipo de analfabetismo, propiciado pelas mudanças nos padrões tecnológicos e informacionais. Além disso, Pochmann (2001, p. 51) afirma que

em geral, as perspectivas dos estudos realizados tendem a fazer maior referência às possibilidades de expansão das ocupações profissionais que utilizam maior informação e das atividades multifuncionais, sobretudo aquelas sustentadas por exigências crescentes de mais escolaridade e qualificação profissional.

A análise de gênero mostrou que, na maioria das ocupações, a força de trabalho inscrita predominante foi a masculina, e em algumas, como Pedreiro, Carpinteiro, Soldador, Mestre de obras, Eletricista, Servente de obras, Motorista de caminhão e Motorista auxiliar, a presença feminina é mínima ou inexistente. Em outras, como Operador de caixa, Recepcionista secretária, Operador de telemarketing, Vendedor interno, Recepcionista atendente e Auxiliar administrativo de pessoal a feminina se divide com a masculina, embora em maior proporção, mas não chegam a compor uma ocupação somente de mulheres, como no caso dos homens. Desta feita, a maior proporção de trabalhadoras deu-se na ocupação de Vendedor interno e a masculina, em Servente de obras.

Em linhas gerais, o percentual de demanda (27,78%) da força de trabalho do gênero feminino foi superior à oferta (máximo de 25,09%), com maior índice na ocupação de Vendedor interno, o que mostra que o mercado formal de Teresina começa a exigir mais mulheres que o disponibilizado.

Alguns fatores têm contribuído para esse aumento da inserção feminina, como os culturais, os sociais e os demográficos, verificados no Brasil a partir dos anos de 1970, que adicionaram novas dimensões ao papel da mulher, colocando-a em posições até então nunca imaginadas, como os movimentos feministas e a área pública. Além disso, houve profundas

transformações nas famílias, como a redução da fecundidade que possibilitou a sua saída para o mercado de trabalho.

Na faixa etária, verificou-se que, embora não exista uma preferência dos empregadores quando da oferta de vagas, os trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, estão situados, na maioria, entre 25 e 39 anos, em quase todas as ocupações, sendo uma característica do desemprego a juventude da força de trabalho e a pouca experiência laboral.

Os mais jovens, na faixa entre 18 e 24 anos, foram encontrados em ocupações mais dinâmicas, que exigem o vigor da idade, como Vendedor interno, Recepcionista atendente e Recepcionista secretária.

Na faixa de 40 a 64 anos, que não é a maioria entre os trabalhadores, as ocupações com mais inscritos são as de Mestre de obras, Pedreiro, Carpinteiro, Motorista de Caminhão e Zelador. Acima dela, é baixo o quantitativo de força de trabalho inscrito em qualquer uma das ocupações e, em algumas, nulo.

Assim se apresentou o perfil do mercado de trabalho formal piauiense e teresinense e da classe trabalhadora inscrita no SINE/PI, em Teresina, cujas características não diferem do esperado para o mercado local, além de serem, também, compatíveis com as exigências das ocupações cujas vagas são disponibilizadas através desse órgão.

No que diz respeito às vagas ofertadas e demandadas, não se verifica uma coerência, porque o SINE/PI, em Teresina, não desenvolve uma política de qualificação da força de trabalho que a direcione para o preenchimento das vagas demandadas, causando uma inadequação responsável por manter boa parte do grupo de trabalhadores fora do mercado formal. Além disso, o SINE/PI, em Teresina, não reflete a dinâmica do mercado de trabalho formal teresinense, pois boa parte dos trabalhadores encaminhados para uma vaga de emprego se direciona para empresas que atuam fora do mercado local, não podendo ser considerada nas estatísticas da capital.

Portanto, as exigências do sistema produtivo em curso, no que diz respeito ao perfil dos trabalhadores e que irão garantir o acesso deles ao mercado de trabalho formal contribuem, inegavelmente, para uma melhora do seu nível, porém não são decisivas para o acesso aos empregos ofertados, pois há muitas outras determinações que se interpõem entre trabalhador e mercado formal.

Contudo, é importante frisar que o avanço tecnológico, somado à utilização de novos modelos gerenciais e organizacionais, tem contribuído, sobremaneira, para a redução na oferta de emprego numa relação inversamente proporcional à força de trabalho, que supera a capacidade do mercado de trabalho na oferta de vagas.

Ademais, outros atributos se somam ao perfil apresentado, cujas características convergem com a necessidade imperiosa de adequação a um novo padrão produtivo que requer sempre mais conhecimentos especializados e atualizados, mesmo em ocupações mais simples, como Pedreiro, Cozinheira, Babá, etc.

Esses fatores têm contribuído para a exclusão de muitos trabalhadores do mercado formal, mas também têm colaborado para a inserção de muitos em atividades formais revestidas de estigmas de precarização, como baixos salários e extensas jornadas de trabalho. Além do mais, o nível dos empregos demandados é baixo, conforme o CBO, e bastante estratificado, com uma grande variedade de atividades, principalmente nos setores do Comércio e de Serviços, resultante das transformações tecnológicas em curso, que dificultaram o acesso da força de trabalho intermediada pelo SINE/PI, em Teresina, em razão da baixa qualificação que apresentam.

O que se constatou foi que o SINE/PI, em Teresina, faz, no geral, a intermediação de vagas de empregos que, na quase totalidade, se volta para a força de trabalho menos qualificada, que se apresenta em quantidade superior ao total de vagas ofertadas e, embora sejam detentores de um perfil que atende às exigências dos empregadores e do mercado local, verificou-se que muitas vagas permanecem ociosas, mas não pela escassez de força de trabalho.

Essas conclusões acerca do processo de reestruturação produtiva, da composição dos mercados de trabalho piauiense e teresinense e do perfil dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, somente foram possíveis graças à adoção de um referencial teórico-metodológico cuja base analítica situou-se no materialismo histórico-dialético que permitiu uma contextualização real dos fatos na dinâmica do processo de produção capitalista e suas consequências sobre o mundo do trabalho.

Os pontos expostos aqui representam uma valiosa contribuição para o estado do Piauí, o município de Teresina e as instituições diretamente relacionadas com o objeto do estudo, como o próprio SINE/PI, a SEMDEC, a SETRE e não pode passar despercebido por outras instâncias superiores, em âmbito nacional, que tenham como foco a pesquisa, o estudo e a formulação de políticas públicas voltadas para a inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho.

O estudo do perfil dos trabalhadores cadastrados no SINE/PI, em Teresina, revelou a ineficácia das políticas adotadas pelo órgão, principalmente no que diz respeito à intermediação de mão de obra, pois seu campo de atuação se restringe, basicamente, a oferta de seguro-desemprego e ao cadastramento de trabalhadores e empresas.

A atuação do SINE, pelo menos na capital, está muito limitada à intermediação de vagas de empregos cuja exigência de qualificação é baixa, para trabalhadores na mesma condição, não se constatando uma diversificação da força de trabalho ou da oferta de vagas cujas características se aproximem do perfil esperado do trabalhador nessa nova fase do processo de reestruturação capitalista.

Esse fato condiciona o SINE/PI à oferta de trabalho e vagas de baixa qualidade, de sorte que se torna prejudicial àqueles que buscam a intermediação, pois sem uma política de qualificação que os torne aptos a assumir novas ocupações, viram uma grande massa de desempregados cada vez mais disponíveis à exploração pelo capital ou condenados a sobreviver como superpopulação estagnada.

Fica, pois, evidente a necessidade de se investir mais recursos financeiros, humanos e tecnológicos no Sistema Público de Emprego, uma vez que o mesmo deve estar apto para, diante das determinações do capital, receber mais trabalhadores expulsos do mercado formal e prepará-los para novas demandas.

Outro ponto a ser considerado nessa análise passa pela reformulação e implementação das políticas públicas de emprego, a partir da identificação das fragilidades apresentadas pelo SINE na intermediação de mão de obra e da ausência de ações integradas que possibilitem maior inserção de força de trabalho no mercado formal. Para isso, o conhecimento do mercado e suas demandas urge como uma necessidade somente possível de satisfazer com o investimento em pesquisas que retratem a realidade de cada região, as características da força de trabalho e das demandas, as potencialidades e as perspectivas que se apresentam.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. Uma agenda de trabalho decente para o combate à pobreza e desigualdade social no contexto da globalização. In: *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, n.3, jul., 2007.

ALVES, G. *Dimensões da reestruturação produtiva - ensaios da sociologia do trabalho*. 2ª Ed. Londrina:Praxis, 2007.

Disponível

em:[ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Form%20Socio%20Historica%20do%20Br%202/Dimensoes%20da%20reestrutura o%20produtiva.PDF](ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Form%20Socio%20Historica%20do%20Br%202/Dimensoes%20da%20reestrutura%20o%20produtiva.PDF)

Acesso em: 04 set. 2012.

_____. Trabalho e desigualdade social na reestruturação capitalista: um balanço da “década neoliberal” no Brasil. In: *Revista de Políticas Públicas: conferências da I Jornada Internacional de Políticas Públicas*, v. 7, n. 2, jul./dez., 2003.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, p. 71-94, nov., 2002.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14624.pdf>

Acesso em: 24 out. 2012.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 09-23.

ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. [2. ed.]. São Paulo:Boitempo, 2009.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia; BORGES, Ângela [et al.]. DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.) *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. Campinas, Autores Associados, 2004.

_____.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação Social*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>

Acesso em: 15 set. 2009.

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos A. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 12, p. 91-115, 1995. Disponível em: www.ipea.gov.br/ppp/idex.php/PPP/article/view/142 Acesso em: 05 mai. 2012

BALANCO, P.; PINTO, Eduardo C. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. *Pesquisa & debate*, São Paulo, v. 18, n. 1 (31) p. 27-47, 2007. Disponível em: [http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(31\)paulo_balanco.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(31)paulo_balanco.pdf) Acesso em: 17 ago. 2012.

BALTAR, et. al. O emprego formal nos anos recentes. In: *Tendências recentes do emprego*. Carta Social e do Trabalho. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT. Instituto de Economia da UNICAMP. N. 3 – janeiro a abril de 2006. Disponível em: http://www.cesit.org/wp-content/uploads/2012/07/Versao_Integral3.pdf Acesso em: 14 dez. 2012.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BELLUZZO, Luiz G. de M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 4, p. 11-20, jun. 1995. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/22137107/731865683/name/01-BELLUZZO.pdf> Acesso em: 17 ago. 2012.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BORJAS, George J. *Economia do trabalho*. Tradução de R. Brian Taylor. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e Emprego. *Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET*. Bases Estatísticas RAIS e CAGED. 2013a. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> Acesso em: 05 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e Emprego. Emprego e Renda. *Portal Mais Emprego*. 2013b. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/spetr/portal-mais-emprego/> Acesso em 10 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Informações gerais. 2013c. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf> Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Empregos. *Quadros comparativos de desempenho da intermediação de mão de obra em 2012 e 2013, no Piauí*. 2013d.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Empregos. *Vagas usando critérios IMO*. Teresina, 2013. 2013e.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Empregos. *Ocupações mais procuradas e mais ofertadas pelo SINE/PI, em Teresina*. 2013f.

_____. *Anuário dos trabalhadores*. 2010/2011. DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos. 11ª edição. São Paulo, 2011a. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD3E4AF2C77AD/anuario2007.pdf> Acesso em: 23 jan. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Empregos. *Relatório de acompanhamento da eficácia – IMO*. Piauí, 2011b.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Anuário Estatístico da Previdência Social*. 2010a. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1164> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Legislação. Decretos. *Decreto 76.405, de 08.10.75, cria o Sistema Nacional de Emprego-SINE, e dá outras providências*. 2010b. Disponível em: http://www.mte.gov.br/legislacao/decretos/1975/d_19751008_76403.asp Acesso em: 16 nov. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Emprego. Portal do Trabalho e do Emprego. Emprego e Renda. *Seguro-Desemprego*. 2010c. Disponível em: http://www.mte.gov.br/seg_desemp/historico.asp Acesso em: 17 nov. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e do Emprego. Emprego e Renda. *Sistema Nacional de Emprego*. 2010d. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sine/oquee.asp> Acesso em: 16 nov. 2010.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Texto para discussão: o Brasil em 4 décadas*. nº 1500. Rio de Janeiro, setembro de 2010e. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. *Anuário dos trabalhadores*. 2009. DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos. 10ª edição. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD3E4AF2C77AD/anuario2007.pdf> Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Características do emprego formal – RAIS 2008*. 2008. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/rais/2008/pi.pdf> Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. *Anuário dos trabalhadores*. 2007. DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos. 8ª edição. São Paulo, 2007a. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD3E4AF2C77AD/anuario2007.pdf> Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Trabalho e renda. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Edição Especial nº 13. 2007b. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/TrabalhoRenda13.pdf Acesso em: 04 jan. 2012.

BRASIL. *Anuário dos trabalhadores*. 2006. DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos. 7ª edição. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CB90335012CC6CEEC5E7B0E/0FA4CC57d01.pdf> Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. *Anuário dos trabalhadores*. 2005. DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos. 6ª edição. São Paulo, 2005. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD3E60BCD24F0/anuario_2005.pdf Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano Diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br> Acesso em: 12 mar. 2007.

_____. *Lei 7.998/90*, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17998.htm Acesso em: 11 dez. 2013.

BRENNER, R. *O boom e a bolha: os EUA na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?* Xamã: São Paulo, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Orgs. Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink; tradução Carolina Andrade. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *A Reforma do estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1) Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF Acesso em: 09 mar. 2007.

_____. *A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21 (1), abril, 1991. p. 3-23. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf> Acesso em: 30 set. 2012.

BRUSCHINI, Cristina. *Sexualização das ocupações: o caso brasileiro*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1979. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/335.pdf> Acesso em: 15 dez. 2013.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Rosa Maria. *Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX*. *Cadernos Pagu*, IFCG/UNICAMP, nº 17/18.

2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a07.pdf> Acesso em: 15 dez 2013.

BUENOS AYRES, Carlos A. M. de C. A Democratização da Administração Pública e o Ocaso do Paradigma Estadocêntrico no Brasil. In: *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, nº 03, janeiro-junho, São Paulo: Escola Superior de Direito Constitucional, 2004. p. 447-469.

_____. *Reforma do Estado, Administração Gerencial e Política Pública de Emprego no Brasil do Real: em busca da legitimidade perdida*. Brasília: UNB, 2002. (Tese de doutorado; digit.).

CANÔAS, José Walter. (org.). *A busca da canastra do mundo do trabalho: caminhos e descaminhos*. Franca: UNESC, 2005.

CARBONE, Pedro Paulo. *Gestão por competência e gestão do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2009.

CARDOSO JR., José Celso; GONZALEZ, Roberto; STIVALI, Matheus; AMORIM, Brunu; VAZ, Fábio. Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um Sistema Público, integrado e participativo. *Texto para Discussão* nº 1237. IPEA: Brasília, 2006. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1237.pdf Acesso em: 05 mai. 2012.

CARINHATO, Pedro Henrique. *Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil*. Aurora, ano II, n. 3, dez. de 2008. Disponível em: www.marilia.unesp.br/aurora Acesso em: 17 set. 2012.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Reforma do Estado capitalista e privatização do ensino superior no Brasil. In: Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI. IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; (Org.). *Educação, práticas socioeducativas e formação de professores*. Teresina: EDUFPI, 2006.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. In: *Revista Outubro*. out, 2005. Disponível: http://revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf Acesso em: 25 fev. 2012.

_____. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. Crise, novas tecnologias e classe operária. In: *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1995.

DAL ROSSO, S. *Mais trabalho!*: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEDECCA, Claudio S.; ROSANDISKI, Eliane Navarro. Enfim, esperança de réquiem para a tese da “empregabilidade”. *CESIT-Carta Social do Trabalho*, n. 3 – jan/abr., 2006. Disponível

em: http://www.eco.unicamp.br/cesit/images/stories/Versao_Integral3.pdf Acesso em: 04 jan. 2014.

DIEESE. *Anuário. Mercado de Trabalho. 2013.* Disponível em: <http://www.dieese.org.br/serve/serie.do?method=setupTabela&id=1257360742760> Acesso em: 05 dez. 2013.

_____. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.* Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos. São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/livroSituacaoTrabalhoBrasil/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf> Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. Anote. Informativo Eletrônico do DIEESE – Ano 3, nº 28 – Julho de 2002. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/cju/anote28.pdf> Acesso em: 12 dez. 2012.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização e Reestruturação Produtiva: o fordismo e/ou japonismo. *Revista de Economia Política*, vol. 19, nº 2 (74), abril-junho/1999. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/74-3.pdf> Acesso em: 12 jul. 2012.

DRUCK, Maria da Graça.; BORGES, Ângela. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. *Caderno CRH* 19, Salvador, 1993. p. 22-45. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2376/1/CadCRH-2007-349%20S.pdf> Acesso em: 03 jul. 2012.

FERRETI, Celso João. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

FIDALGO, F. S. *A formação profissional negociada: França e Brasil, anos 90.* Trabalho apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPED. 1999. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0917t.PDF> Acesso em: 06 out. 13.

FOGAÇA, Azuete.; EICHENBERG, Luiz Carlos. Educação básica e competitividade. In: VELOSO, João Paulo dos Reis e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (Orgs.). *Educação e modernidade*. São Paulo: Nobel, 1993.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, Claudinei.; SAVIANI, Demerval.; SANFELICE, José Luís. (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed.- Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2005.

GONÇALVES, R. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONZAGA, Gustavo. *Rotatividade, qualidade do emprego e distribuição de renda no Brasil*. Texto para discussão nº 355. Departamento de Economia, PUC-Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <ftp://139.82.198.57/pdf/td355.pdf> Acesso em: 11 dez. 2013.

IBGE. IBGE Estados@. Sinopse do censo demográfico 2010. IBGE, 2010a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=sinopse_censodemog2010
Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. IBGE Cidades @. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. Síntese de Indicadores Sociais 2000. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 5. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/S%C3%ADntese%20de%20Indicadores%20Sociais%20-%202000%20IBGE.pdf> Acesso em: 15 set. 2013.

_____. Tabela- *População residente, por sexo e situação de domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, segundo os Municípios.* 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=22&letra=S Acesso em: 18 ago. 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

LARA, Ricardo. O salto ontológico – os princípios fundamentais para o estudo sobre o mundo do trabalho. In: CANOAS, José Walter (org.). *A busca da canastra do mundo do trabalho: caminhos e descaminhos*. Franca:UNESP, 2005.

LIMA, Valéria F. Almada. *Qualificação e emprego no Brasil: uma avaliação dos resultados do PLANFOR*. 2004. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel, 1991.

_____. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCENA, Carlos; FRANÇA, Robson Luiz de.; PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz. *Mundialização e trabalho: um debate sobre a formação dos trabalhadores no Brasil*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p. 147-161, mai. 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art09_33esp.pdf Acesso em: 14 ago. 2013.

MACHADO, Danielle Carusi; HALLAK NETO, João Hallak. *Políticas ativas e passivas de mercado de trabalho: panorama atual*. Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento-CEDE. Texto para Discussão nº 39. Abril, 2011. Disponível em: www.proac.uff.br/cede Acesso em: 13 fev. 2012.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Educação básica, empregabilidade e competência*. Trabalho e Educação, Belo Horizonte. n°. 3. jan./jul. 1998. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1490/1133> Acesso em 16 jul. 2013.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Volume I e II. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A, 1996.

_____, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 25. (Os Pensadores. v.I).

_____, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. Disponível em: http://fpabramo.org.br/uploads/Brasil_desempregado.pdf Acesso em: 10 jun. 2013.

MÉSZÁROS, Istivan. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2ª Ed. Hucitec-Abrasco: São Paulo-Rio de Janeiro: 1993.

MORETTO, Amilton.; POCHMANN, Márcio. *A retomada do emprego numa economia de marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho*. O público e o privado, n° 11 – jan./jul., 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_631.pdf Acesso em: 04 jan. 2014.

OCADA, Fábio Kazuo. Trabalho, sofrimento e migração internacional: o caso dos brasileiros no Japão. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida M. (orgs.); *O avesso do trabalho*. 2. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1995.

PAIVA, Vanilda; RATNNER, Henrique. *Educação permanente e capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

PASSOS, Alessandro F. dos.; NEVES JR. Leonardo F.; PAIVA, Luiz Henrique. A focalização das políticas de emprego e renda. In: *Planejamento e Políticas Públicas*. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-IPEA. n. 25. Jun/Dez. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/66/76> Acesso em: 21 jan. 2011.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERES, Marcos Augusto de Castro. *O envelhecimento do trabalhador no contexto dos novos paradigmas organizacionais e os indicadores de exclusão por idade no trabalho*. 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1273/1084> Acesso em: 01 set. 2013.

PIAUI. *Conjuntura Econômica 2012*. Boletim Analítico Anual. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Piauí, 2013. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201306/CEPRO12_32b97b5bda.pdf Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. *Conjuntura Econômica 2011*. Boletim Analítico Anual. Anual. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Piauí, 2012a. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201204/CEPRO19_88a61d1de4.pdf Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. *Avaliação das Contas Regionais do Piauí*, 2010. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Piauí, 2012b. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201212/CEPRO13_f1e6e3e34a.pdf Acesso em: 22 mai. 2013.

_____. *Avaliação das Contas Municipais do Piauí*, 2010. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Piauí, 2012c. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201212/CEPRO13_451b96fe14.pdf Acesso em: 22 mai. 2013.

_____. *Produto Interno Bruto do Piauí 2010*. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Piauí, 2011. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201212/CEPRO13_f1e6e3e34a.pdf Acesso em: 04 fev. 2013.

_____. *Piauí em números*. 8. ed. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Piauí, 2010. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201104/CEPRO06_aff9b5f5a6.pdf Acesso em: 24 jan. 2013.

_____. *Conjuntura econômica*. Boletim Analítico Anual Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Piauí, 2009. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201005/CEPRO19_39be91bafa.pdf Acesso em: 13 jan. 2013.

_____. *Avaliação das Contas Regionais do Piauí*. Boletim Analítico Anual Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Piauí, 2008. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201011/CEPRO17_16bb7af6df.pdf Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. Indicadores sociais: números para entender a realidade e definir caminhos. In: *Carta CEPRO*. v. 23. n. 1. jan./jul., 2005. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/200804/CEPRO09_9f21342eee.pdf Acesso em: 04 mai. 2014.

_____. *Piauí: visão global*. 2. ed. rev. Fundação CEPRO. Teresina, 2003.

POCHMANN, Márcio. Emprego e desemprego juvenil no nordeste brasileiro. In: MONTE, Paulo Aguiar do.; MOREIRA, Ivan Targino. (Organizadores). *Dinâmicas do mercado de trabalho do nordeste*. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

_____. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (organizador). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educação e Sociedade*. Revista de ciência em educação. Campinas, v.1, n.2, p.70-80, dez. 2004. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/educacao-e-trabalho> Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. As políticas de geração de emprego e renda: experiências internacionais recentes. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.) *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

ROCHA FILHO, Sebastião Carlos. *O Piauí de 2002 a 2007: uma análise de seus principais indicadores*. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. CEPRO. 2008. Disponível em: www.cepro.pi.gov.br/download/200811/CEPRO21_96374d3824.doc Acesso em: 28 dez. 2012.

RODRIGUES, Ana Paula de Lima. A experiência das políticas de emprego no Brasil: o caso do SINE. Contribuições para a construção do objeto sociológico. In: *Composição. Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. n. 5. Ano 3. dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistacomposicao.ufms.br/composicao5.pdf> Acesso em: 11 jan. 2011.

ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

SABOIA, João (coord.). *Projeto PIB: Tendências da qualificação da força de trabalho*. Instituto de Economia da UFRJ. Instituto de Economia da UNICAMP. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/ie_ufrj_et04_qualificacao.pdf Acesso em: 12 dez. 2013.

SALM, Cláudio L.; FOGAÇA, Azuete. *Tecnologia, emprego e qualificação: algumas lições do século XIX*. *Revista de Economia Contemporânea*, nº 4, jul-dez, 1998. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%202/REC_2.2_05_Tecnologia_e_qualificacao_algunas_licoes_do_seculo_xix.pdf Acesso em 05 ago. 2013.

SANTOS, Fernando S. dos. Ascensão e queda do desemprego no Brasil: 1998-2012. *Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia-ANPEC, 2013. Disponível em:* http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i13-a25aa641e3de121884a9966e761431c0.pdf Acesso em 22 dez. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. (org.). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 353-382, mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 18 jul. 2013.

TERESINA. *Perfil de Teresina: econômico, social, físico e demográfico*. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo/SEMDEC. Teresina: 2010. Disponível em: <http://teresina.pi.gov.br/portalmpt/orgao/SEMDEC/doc/20100709-336-1461-D.pdf> Acesso em: 17 abr. 2013.

_____. *Plano Decenal de Educação para Teresina – PDET*. Prefeitura Municipal de Teresina, 2003. Disponível em: <http://www.semec.pi.gov.br/Dimon/Arquivos/Downloads2/Arquivo4015.pdf> Acesso em: 05 out. 2013.

THERBON, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir & GENTILLI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

TOMÁS, Maria Carolina; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de; RIOS-NETO, Eduardo Luiz G.; Adiamiento do ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populares*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 91-107, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n1/v25n1a06.pdf> Acesso em: 03 ago. 2013.

TRINTIN, Jaime Graciano; ROSSONI, Sandra dos Reis M. Os anos dourados do capitalismo: breve abordagem sobre o crescimento capitalista. *Akrópolis*, Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, v. 7, nº 27, 1999. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/1759/1528> Acesso em: 06 ago. 2012.

ANEXOS

**ANEXO A - RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DEMANDADAS PELOS
EMPREGADORES AOS SINE/PI, EM TERESINA (2011-2013)**

	CBO	OCUPAÇÃO	QTDE.
01	715.210	Pedreiro	227
02	784.205	Auxiliar de linha de produção	160
03	623.110	Trabalhador rural	128
04	313.115	Encarregado de manutenção	121
05	354.145	Vendedor praticista	104
06	951.105	Eletricista de manutenção industrial	81
07	521.110	Vendedor interno	54
08	715.525	Carpinteiro de obras	52
09	715.545	Montador de andaimes	50
10	782.510	Motorista de caminhão	50
11	314.110	Auxiliar técnico de mecânica	40
12	411.005	Auxiliar administrativo de pessoal	35
13	514.325	Oficial de serviços gerais na manutenção de edificações	35
14	422.305	Operador de telemarketing	32
15	354.120	Vendedor de informações comerciais	30
16	632.125	Trabalhador de extração florestal em geral	30
17	513.205	Cozinheiro de restaurante	28
18	951.105	Eletricista	28
19	519.110	Motoboy	27
20	422.105	Recepcionista atendente	23
21	414.105	Almoxarife	22
22	351.605	Técnico em segurança do trabalho	22
23	524.105	Vendedor de consórcio	22
24	414.110	Auxiliar de armazenamento	20
25	782.510	Motorista de basculante	20
26	521.110	Operador de vendas	20
27	724.315	Soldador	20
28	716.405	Gesseiro	18
29	521.110	Consultor de vendas	17
30	421.125	Operador de caixa	17
31	783.225	Entregador de gás	16
32	513.405	Garçom	16
33	724.110	Bombeiro hidráulico	15
34	521.135	Frentista	15
35	512.105	Empregado doméstico nos serviços gerais	12
36	422.105	Recepcionista secretária	12
37	412.205	Mensageiro	12
38	515.110	Maqueiro de hospital	11
39	413.110	Auxiliar de contabilidade	10
40	521.110	Fiscal de loja	10
41	774.105	Montador de móveis de madeira	10
42	519.905	Panfleteiro	10
43	516.110	Cabeleireiro	09
44	717.020	Servente de obras	09
45	312.105	Técnico de edificações	09
46	313.205	Técnico em manutenção eletrônica	09
47	715.205	Calceteiro	08
48	782.515	Motorista de caminhão-guincho pesado com munk	08
49	521.110	Atendente de balcão	07
50	513.605	Churrasqueiro	07

51	516.210	Cuidador de idosos	07
52	516.120	Manicure	07
53	782.310	Motorista entregador	07
54	783.225	Ajudante de motorista	06
55	411.005	Auxiliar de escritório	06
56	421.305	Cobrador externo	06
57	514.325	Oficial de serviços gerais	06
58	641.010	Operador de máquinas	06
59	716.610	Pintor de obras	06
60	513.610	Pizzaiolo	06
61	513.505	Auxiliar de cozinha	05
62	913.120	Mecânico de máquinas pesadas (manutenção)	05
63	954.125	Operador de manutenção eletromecânica	05
64	313.110	Técnico de projeto (eletrotécnico)	05
65	716.305	Vidraceiro	05
66	411.005	Auxiliar administrativo e de escritório	04
67	511.210	Auxiliar de operação	04
68	413.115	Auxiliar de faturamento	04
69	715.505	Carpinteiro	04
70	354.205	Comprador	04
71	519.910	Controlador de pragas	04
72	951.305	Instalador de alarme	04
73	517.410	Porteiro	04
74	521.115	Promotor de vendas	04
75	513.505	Saladeiro	04
76	724.440	Serralheiro	04
77	724.440	Ajudante de serralheiro	03
78	411.010	Assistente administrativo	03
79	513.420	Barman	03
80	783.215	Carregador e descarregador de caminhões	03
81	512.105	Caseiro	03
82	763.215	Costureira de máquinas industriais	03
83	414.105	Estoquista	03
84	142.305	Gerente comercial	03
85	919.205	Mecânico	03
86	914.405	Mecânico de automóvel	03
87	782.305	Motorista de automóveis	03
88	513.505	Salgadeiro	03
89	520.110	Supervisor comercial	03
90	351.105	Técnico de contabilidade	03
91	725.705	Técnico em refrigeração	03
92	517.420	Vigia	03
93	351.315	Agente de recrutamento e seleção	02
94	783.225	Ajudante de carga e descarga de mercadoria	02
95	914.405	Alinhador de direção	02
96	992.105	Alinhador de pneus	02
97	312.320	Auxiliar de topógrafo	02
98	914.405	Auxiliar de mecânico de autos	02
99	516.110	Cabeleireiro escovista	02
100	421.125	Caixa de loja	02
101	848.310	Confeiteiro	02
102	414.105	Conferente de mercadoria	02
103	354.605	Corretor de imóveis	02
104	763.210	Costureira em geral	02
105	762.205	Depilador de couros e peles	02
106	214.205	Engenheiro civil	02
107	765.235	Estofador de móveis	02
108	352.210	Fiscal de obras	02

109	141.410	Gerente de farmácia	02
110	141.420	Gerente de serviços de oficina	02
111	951.305	Instalador de sistema eletroeletrônico de segurança	02
112	519.935	Lavador de carros	02
113	261.720	Locutor comercial	02
114	514.110	Manobrista	02
115	911.305	Mecânico de manutenção hidráulica	02
116	913.115	Mecânico manutenção de máquinas agrícolas	02
117	914.420	Mecânico de manutenção de tratores	02
118	725.705	Mecânico de refrigeração	02
119	710.205	Mestre de obras	02
120	782.310	Motorista auxiliar	02
121	848.305	Padeiro	02
122	763.325	Passadeira de peças confeccionadas	02
123	723.320	Pintor de carros	02
124	391.205	Supervisor de operações na área de controle de produção	02
125	520.110	Supervisor de vendas no varejo	02
126	321.105	Técnico agrícola	02
127	313.220	Técnico em manutenção de equipamentos de informática	02
128	312.320	Topógrafo	02
129	521.105	Vendedor em comércio atacadista	02
130	524.105	Vendedor em domicílio	02
131	848.510	Açougueiro	01
132	516.210	Acompanhante de idosos	01
133	721.315	Afiador de ferramentas	01
134	517.310	Agente de segurança	01
135	354.120	Agente de vendas de serviços	01
136	715.615	Ajudante de eletricista	01
137	766.120	Arte-finalista	01
138	411.010	Assistente de finanças-exclusive no serviço público	01
139	414.105	Auxiliar de almoxarifado	01
140	514.325	Auxiliar de manutenção de edifícios	01
141	318.505	Auxiliar de arquitetura	01
142	516.345	Auxiliar de lavanderia	01
143	514.320	Auxiliar de limpeza	01
144	763.125	Auxiliar de serviços gerais na confecção de roupas	01
145	314.115	Auxiliar técnico de refrigeração	01
146	516.205	Babá	01
147	992.110	Balanceador	01
148	521.130	Balconista	01
149	421.120	Bilheteiro de agência	01
150	724.115	Bombeiro eletricista	01
151	992.115	Borracheiro	01
152	318.105	Cadista (desenhista técnico de arquitetura)	01
153	724.405	Caldeireiro	01
154	715.505	Carpinteiro auxiliar	01
155	342.315	Chefe de depósito	01
156	252.210	Contador	01
157	513.425	Copeiro	01
158	763.110	Cortador de roupas	01
159	318.010	Desenhista copista	01
160	423.105	Despachante de documentos	01
161	412.110	Digitador	01
162	724.115	Encanador industrial	01
163	410.205	Encarregado de almoxarifado	01
164	710.205	Encarregado de construção civil	01
165	710.205	Encarregado de obras	01
166	222.105	Engenheiro agrícola	01

167	214.405	Engenheiro mecânico	01
168	203.205	Engenheiro pesquisador	01
169	214.505	Engenheiro químico	01
170	413.115	Faturista	01
171	142.105	Gerente administrativo	01
172	142.210	Gerente de administração de pessoal	01
173	141.605	Gerente de frota	01
174	141.205	Gerente de produção	01
175	142.205	Gerente de RH	01
176	622.010	Jardineiro	01
177	771.105	Marceneiro	01
178	911.305	Mecânico de equipamentos industriais	01
179	376.410	Modelo de modas	01
180	374.420	Montador	01
181	782.220	Operador de empilhadeira	01
182	766.320	Operador de guilhotina	01
183	773.320	Operador de lixadeira	01
184	711.230	Operador de máquina perfuratriz	01
185	715.115	Operador de retro escavadeira	01
186	761.255	Operador de penteadeira	01
187	516.415	Passador de roupas	01
188	723.220	Pintor a revolver (pintura eletrostática)	01
189	723.330	Pintor de móveis a pistola	01
190	519.935	Polidor de automóveis	01
191	721.325	Polidor de metais	01
192	724.515	Prensista	01
193	422.105	Recepcionista auxiliar de secretária	01
194	354.135	Representante técnico de vendas	01
195	768.625	Serigrafista	01
196	724.440	Serralheiro de manutenção	01
197	420.135	Supervisor de telemarketing e atendimento	01
198	391.205	Técnico de controle de qualidade	01
199	322.205	Técnico em enfermagem	01
200	422.205	Telefonista	01
201	721.215	Torneiro mecânico	01
202	621.005	Trabalhador de enxada na agropecuária	01
203	514.120	Zelador	01
		TOTAL	1.909

Fonte: BRASIL, 2013e.

